

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA  
SOCIAL

DANIELLI VIEIRA

***CORRENDO PELO CERTO, VIVENDO NO CRIME: moral, subjetivação e comensurabilidade na experiência de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas***

Florianópolis  
2014.



DANIELLI VIEIRA

***CORRENDO PELO CERTO, VIVENDO NO CRIME: moral, subjetivação e comensurabilidade na experiência de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Theophilos Rifiotis

Florianópolis  
2014.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

VIEIRA, DANIELLI

CORRENDO PELO CERTO, VIVENDO NO CRIME : moral,  
subjetivação e comensurabilidade na experiência de  
adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas /  
DANIELLI VIEIRA ; orientador, Theophilos Rifiotis -  
Florianópolis, SC, 2014.  
366 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

Inclui referências

1. Antropologia Social. 2. Adolescentes "em conflito  
com a lei". 3. Modos de Subjetivação. 4. Violências. 5.  
Antropologia Urbana. I. Rifiotis, Theophilos. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-  
Graduação em Antropologia Social. III. Título.

DANIELLI VIEIRA

***Correndo pelo certo, vivendo no crime: moral, subjetivação e comensurabilidade na experiência de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Antropologia Social, aprovada pela banca composta pelos (as) seguintes professores (as):

---

Prof. Dr. Theophilos Rifiotis  
(Presidente- Orientador- PPGAS/UFSC)

---

Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá  
(PPGS/UFC)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrice Schuch  
(PPGAS/UFRGS)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Antonella Maria Imperatriz Tassinari  
(PPGAS/UFSC)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Juracy Filgueiras Toneli  
(PPGP/UFSC)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alicia Norma González de Castells  
(PPGAS/UFSC)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edviges Marta Ioris  
(Coordenadora do PPGAS)

Florianópolis, 15 de julho de 2014.



## PRÓLOGO (Dedicatória)

*Aí, X, fica calmo  
Não apavore  
O veneno vai passar, a qualquer hora  
Tem um ditado que diz:  
“Coração de vagabundo bate na sola do pé”  
Mas o problema é que ele bate, né?  
Quando eu era pequeno, meu pai me batia  
Olhava em meus olhos e ainda ria  
Mamãe me dizia: Joe, deixa quieto  
Mas agora eu cresci, pode crer, o papo é reto  
Entrei no sistema, mas eu corro pelo certo  
Sentado aqui, eu não tenho um amigo  
Só meus irmãos, que falam que fecham comigo  
Sou Joe MC, superior...  
Tenho orgulho, bato no peito  
Pois quem não deve não treme  
Não tenho medo de ninguém  
Se fode, não tenho dó  
Ando sozinho, não, não, com os irmão do lado.*  
(Trecho de um rap composto por Joe e um parceiro)

Conheci o Joe (nome fictício escolhido por ele próprio) em um centro de internação para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas durante minha pesquisa de mestrado (VIEIRA, 2009). Ele logo faria 18 anos. Cumpriu uma medida de privação de liberdade relativamente longa não por ter praticado crime contra a vida, mas por ter cometido um atentado ao patrimônio de uma autoridade do Estado. Patrimônios podem valer muito mais do que vidas. Joe contou que queria muito formar uma família, fazer uma faculdade ou trabalhar com fotografia. Logo ele sairia dali para continuar o cumprimento de sua medida em uma Casa de Semiliberdade. Essa Casa foi justamente o local que escolhi para fazer a pesquisa de campo para a presente tese de doutorado. Estava contente em poder reencontrar um de meus interlocutores. Em meus contatos com a instituição antes de começar a pesquisa, tive por telefone notícias do Joe; e, como de costume para os que conhecem e convivem com adolescentes com “experiências no crime”, elas não foram boas. Ele tinha sido assassinado. Quando isso aconteceu, já tinha saído da semiliberdade; estava trabalhando e sua companheira esperava um filho deles. Na instituição souberam que Joe

estava sofrendo ameaças de morte – por parte do ex-namorado da companheira – e ofereceram ajuda. Ele, contudo, não queria sair de sua casa, pois queria ver o filho nascer. Não teve tempo... E eu não tive tempo de mostrar a ele a dissertação com todas as suas colaborações, com a letra de *rap* que ele escreveu. E foi assim que eu recomecei meu encontro com essas breves e intensas vidas. Ao Joe e às meninas e aos meninos que compartilharam comigo suas histórias é dedicado esse trabalho.



## AGRADECIMENTOS

Cabe agradecer, inicialmente, às pessoas que tornaram possíveis a formação na Pós-Graduação em Antropologia Social e a realização do presente trabalho. Ao meu orientador, professor Theophilos, meu grande obrigada não apenas pela orientação da tese, mas por ter acompanhado toda a minha trajetória como aluna e pesquisadora na UFSC desde 2003. A todas e todos que trabalham e ou trabalharam na coordenação e na secretaria do PPGAS, muito obrigada. Sou grata às minhas colegas de turma por todas as trocas e pelo convívio alegre e tranquilo: Bárbara, Cinthia, Clarissa, Fernanda, Raquel, Rose, Tatyana! Aos colegas do LEVIS, Tati e Tiago, obrigada! Ao corpo docente do Programa, agradeço terem suscitado e alimentado em mim, a partir de suas aulas e pesquisas, a paixão pela antropologia. Agradeço à professora Sônia Maluf e ao professor Rafael Menezes de Bastos suas contribuições na banca de qualificação do projeto de tese. Sou especialmente grata aos docentes que gentilmente aceitaram participar da banca de defesa da tese: Patrice Schuch; Leonardo Damasceno de Sá; Maria Juracy F. Toneli; Antonella M. I. Tassinari; Alicia N. González de Castells; Paulo Roberto Sandrini e Vânia Z. Cardoso.

Obrigada a Luciana Luz Bayer pela revisão do Abstract e a Fernanda Cardozo pela revisão ortográfica e gramatical do trabalho.

Agradeço à Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelas fundamentais bolsas de doutorado (44 meses) e pela bolsa PDSE (Doutorado sanduíche no exterior/ 4 meses). Na *Université de Strasbourg*, fui recebida com muita gentileza pelo professor David Le Breton, que terá sempre minha gratidão pelo acolhimento, pelas orientações e pelo semblante alegre e sereno. Fomos lá recebidos também com muito carinho por Janine e família, a quem sou muitíssimo grata.

As coordenadoras das instituições (Casa de Semiliberdade e Liberdade Assistida), que, infelizmente, não podem ser nominadas, o meu agradecimento por terem aceitado minha presença e o meu respeito pelo trabalho que efetuam com tanta dedicação e seriedade. Agradeço também às educadoras e aos educadores, às técnicas, à dona Lourdes (cozinheira). A todas as meninas e meninos com os quais convivi na Casa, muito obrigada por me aceitarem ali e por colaborarem de forma essencial para a realização desse trabalho.

Agradeço aos meus colegas de trabalho, especialmente à Gígi Ane pela companhia, pelas caronas e pelo incentivo. Aos meus alunos e

alunas, sou grata pela luz e alegria que têm trazido no período difícil de conclusão do doutorado.

Por fim, mas de modo muito especial, agradeço às pessoas sem as quais não haveria a “sustentação afetiva” que nos faz viver. Às amigas e aos amigos, todo o meu carinho e agradecimento: minhas “amirmãs” – sempre perto mesmo se longe – Fernandinha, Lelê, Jesuana e Karla; Michelli e Fábio (e Pietra!); Caio; Jacque e toda a turma; Bárbara e Vivi (os maiores presentes que encontrei em Stras!). À minha família, todo o meu amor e gratidão sempre: pai e mãe, obrigada pelo cuidado e atenção incessantes, pelo carinho, pela comidinha, pelas caronas, pela casa e coração sempre abertos e acalentadores. Gra e Clé, obrigada por tudo! É também graças a vocês que a caçula chegou até aqui. Isa e Fefê, obrigada por fazerem a minha vida mais doce! À (minha) família do Thiago, muito grata por todo o carinho: dona Rose, Hilário, Diego e todo o pessoal de Tubarão! Thiago, não se agradece com palavras o “estar junto” que faz com que se caminhe, com que se continue, com que se recomece. Mas sou grata a você por ter-me apoiado em todo esse período que parecia não ter fim. Que eu possa dar-lhe sempre as tantas alegrias que você me traz.

*Talvez o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas  
recusar o que somos.*  
(Michel Foucault, 1995)



## RESUMO

A tese tem como foco a *experiência* de jovens na “vida do crime”. Os interlocutores da pesquisa foram meninas e meninos que viviam em uma Casa de Semiliberdade (instituição destinada ao cumprimento de medida socioeducativa). A partir da pesquisa de campo centrada na escuta de narrativas, analisam-se os modos de subjetivação e as dimensões que perpassam tal experiência. A linha de pesquisa segue os debates desenvolvidos no âmbito do Laboratório de Estudos das Violências, os quais têm convergido para a questão de que a pesquisa nesse campo não pode estar dissociada das reflexões sobre moral, bem como das configurações de sujeito e dos processos de subjetivação no mundo contemporâneo. Encontrou-se uma pluralidade de figuras e de posições de sujeito que atravessam esses jovens. A condição de institucionalização fazia com que se comunicassem através de certas configurações mais gerais do sujeito contemporâneo, acionadas quando em suas narrativas falavam sobre a “entrada na vida do crime” na tentativa de explicar, justificar o “desvio” em seus caminhos. Aí apareceram as figuras do “sujeito vulnerável”, do sujeito “vítima” em busca de “reconhecimento social”. Mas, ao falarem sobre o dia-a-dia, sobre as experiências “no crime”, sobressaiu a dimensão da intensidade; aqui, a expressão “vida loka” se referia a uma vida intensa marcada pelo presenteísmo, pela imprevisibilidade, por fortes emoções derivadas de experiências limite, pela capacidade de lidar com tais experiências e por valores e códigos de conduta compartilhados. A vida “no crime”, assim, está longe de ser reduzida pelos interlocutores à prática de atos ilícitos. Ela aparece como modo de se virar, de obter bens materiais e simbólicos; forma de se divertir, de se aventurar, de experimentar sensações fortes, como a adrenalina, e de dar gosto e sentido à vida; como regime de subjetivação e de produção de um determinado sujeito ético marcado pelos valores da humildade e do respeito, que busca constituir-se como “sujeito-homem”, que “corre pelo certo”. Em cada história narrada e na análise do conjunto do material, mais do que uma palavra final ou do que uma definição mais verossímil sobre o “adolescente em conflito com a lei”, abre-se uma pluralidade de elementos: não há uma única dimensão que os constituiu, nem um único discurso; não se movem a partir de um único regime moral e de uma linha única de subjetivação. Além disso, a vida geralmente pensada como fora da ordem, fora da norma, fora da lei é uma vida cheia de controles, cheia de normas, cheia de valores, cheia de limites.

**Palavras-chave:** Adolescentes “em conflito com a lei”. Modos de Subjetivação. Violências. Antropologia Urbana.

## ABSTRACT

This thesis focuses on the life experiences in “the world of crime”. The main interlocutors of the present research were girl and boys living in a House of Partial Freedom (socioeducative measure). Starting from a field research centered on the listening of narratives, following an analysis of modes of subjection and the dimensions that passes through such experience. The straight line to do research on such subject follows the arguments put forward within the Laboratory of the Study of Violences, which have agreed on the fact that research on that field can not be separated from reflections on morality, as well as on the settings of the subjects involved in this thesis, and on the processes of subjection in contemporary world. In the present research it has been found a diversity of such subjects and of the processes that they undergo. Their living conditions under socioeducative measures allow them to communicate in the more general terms of their contemporary subjects when they narrate and speak of their entry into “criminal life”, seeking to explain their deviation. There follows the individual who is the “vulnerable subject”, his or her victimization and search for “social recognition”. But, when narrating their daily experiences on “crime”, the intense dimension, the expression “vida loka” referring to their intense life marked by intense presenteeism appears; unpredictability, strong emotions derived from limit experiences, from their capabilities to deal with such experiences and by values and shared codes. “Criminal life” is thus from being reduced by their interlocutors to the practice of illegal acts; it appears as “a way of getting along”, a way of obtaining symbolic material goods; as a way of having fun, to venture, to experience strong sensations such as adrenaline; to give taste and meaning to life; as a way of subjection and production of a subject marked by the ethical values of humility and respect. Who seeks to establish himself or herself as “a man or woman subject” that “runs by right”. In each story narrated, as well as in its analysis, there is more than a final word or a definition about “the adolescents in conflict with law”, in each story there opens up a plurality of elements: there is not only one dimension that constitutes them, not only speech; they do not follow a single moral regime and from a single line of subjection. Moreover live generally conceived as out of order, out of norms, outside de law is a life full of controls, full of rules, full of values, full of limits.

**Keywords:** Adolescents “in conflict with the law”. Modes of subjection. Violence. Urban Anthropology.





## LISTA DE QUADROS

Quadro I - Formas de reconhecimento e explicações para a “entrada no crime” .....	198
Quadro II - Dimensões da “vida no crime” .....	315



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BO – Boletim de Ocorrência  
CAPS – Centro de Atenção Psicossocial  
CF – Constituição Federal  
CER – Centro Educacional Regional  
CNJ – Conselho Nacional de Justiça  
CIP – Centro de Internação Provisória  
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
DP – Delegacia de Polícia  
DPI – Doutrina da Proteção Integral  
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente  
FEBEM – Fundação do Bem-estar do Menor  
LA – Liberdade Assistida  
LEVIS – Laboratório de Estudos das Violências  
MP – Ministério Público  
PIA – Plano Individual de Atendimento  
PLIAT – Plantão Interinstitucional de Atendimento  
PSC – Prestação de Serviços à Comunidade  
SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo  
PCC – Primeiro Comando da Capital (Comando do Crime Organizado de SP)  
PPP – Projeto Político-Pedagógico  
PSC – Prestação de Serviços à Comunidade  
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>25</b>
<b>CAPÍTULO 1 DA VIOLÊNCIA À EXPERIÊNCIA “NO CRIME”</b> .....	<b>31</b>
1.1 CAMINHOS DA CONSTRUÇÃO DO OBJETO: LUGARES DE CHEGADA E DE PARTIDA.....	31
1.1.1 Da violência e da criminalidade à moral e da moral “no crime” .....	38
1.1.2 Violências e sujeito.....	43
1.1.3 Do “delinquente juvenil”, do “adolescente em conflito com a lei à <i>experiência</i> “no crime” .....	62
1.2 SOBRE A PESQUISA DE CAMPO E A ESCUTA DAS NARRATIVAS.....	75
1.2.1 Chegada ao campo: primeiras impressões, primeiras lições.....	78
1.2.2 Observação participante e escuta das histórias na “vida do crime” .....	81
1.2.3 Contexto das interlocuções .....	89
<b>CAPÍTULO 2 CUMPRINDO MEDIDA “SOCIOEDUCATIVA”</b> .	<b>93</b>
2.1 O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO BRASIL E EM SC ....	95
2.1.1 Ordenamento Jurídico relativo à Infância e à Adolescência no Brasil .....	95
2.1.2 Dados estatísticos sobre os “adolescentes em conflito com a lei” no Brasil.....	100
2.1.3 Sistema Socioeducativo em Santa Catarina .....	103
2.1 INTERNAÇÃO: A VIDA “NO VENENO”, CASTIGOS E TORTURA.....	107
2.3 A CASA DE SEMILIBERDADE.....	121
2.3.1 A Proposta da Casa .....	121
2.3.2 O “Público” Atendido .....	123
2.3.3 Relações, Convivência .....	125
2.3.4 Cotidiano, Rotinas, Atividades .....	128
2.3.5 Medicalização.....	133
2.3.6 O Problema da (In)visibilidade: O Olhar Carregado do Outro.....	136
2.4 LIBERDADE ASSISTIDA .....	140
2.4.1 Acompanhando um “Estudo de Caso” .....	140
2.4.2 Atividade “Roda da Vida” .....	146

2.4.3 Cotidiano do Serviço: “o Corre” das Técnicas e o Problema que Não Está nas Práticas.....	147
2.4.4 Na Promotoria de Justiça .....	149
2.5 DA SOCIOEDUCAÇÃO COMO ORTOPEDIA MORAL ....	152
2.5.1. Disciplinarização, Controle e Resistência.....	153
2.5.2 Ortopedias Morais no Contemporâneo: Governamentabilidade e Razão humanitária .....	156
2.5.3 Vulnerabilidade Social como Vulnerabilidade Moral: a Parte que Nos Cabe .....	161
2.6 DA RESSOCIALIZAÇÃO (OU DO TRAZER DE VOLTA AO SOCIAL) AO SOCIAL POR CONSTRUIR .....	165
2.6.1 Socialização e Ressocialização .....	166
2.6.2 Social por Construir .....	168
2.6.3 Caminhos .....	169
CAPÍTULO 3 “EU ENTREI NESTA VIDA PORQUE...” .....	173
3.1 AS NARRATIVAS SOBRE A “ENTRADA NO CRIME” ....	173
3.1.1 As motivações, as causas, as explicações .....	174
3.1.2 Histórias de vida de “meninos delinquentes”: diálogo com <i>jack-roller</i> .....	182
3.1.3 Sentidos para “o crime” .....	185
3.1.4 “Justificações” e “técnicas de neutralização moral” ..	193
3.2 “LUTAS POR RECONHECIMENTO”, “ECONOMIA MORAL COMPASSIONAL” .....	195
3.2.1 Honneth: sujeito desrespeitado e lutas por reconhecimento.....	195
3.3 VÍTIMAS OU INFRADORES? .....	207
CAPÍTULO 4 NA <i>VIDA LOKA</i> : NARRATIVAS SOBRE A “VIDA NO CRIME” .....	211
4.1 “TRAJETÓRIAS” NA <i>VIDA LOKA</i> .....	211
4.1.1 Entrada.....	212
4.1.2 Rupturas: Família, Escola .....	214
4.1.3 “Cair”: Rua, “Prisão”, Rua.....	216
4.1.4 As Atividades: Assalto ou Tráfico.....	217
4.1.5 A Saída: “Mudar de Vida” .....	222
4.1.6 Trajetórias: entre Similaridades e Diferenças .....	235
4.2 RELAÇÕES DE GÊNERO: MENINAS E MENINOS “NO CRIME” .....	240
4.2.1 Meninas na “Vida do Crime”.....	241
4.2.2. Para Além do “Ethos Guerreiro” .....	246

4.3 A INTENSIDADE DA “VIDA LOKA”.....	250
4.3.1 Emoções e Alterações: a Adrenalina, o Uso de Drogas.....	253
4.3.2. Instabilidade: Altos e Baixos .....	263
4.2.3 Risco de Morte, Vontade de Vida: “É Matar ou Morrer” .....	266
<b>CAPÍTULO 5 O SUJEITO-HOMEM QUE CORRE PELO CERTO: MORAL E SUBJETIVAÇÃO NO CRIME.....</b>	<b>271</b>
5.1 AS DEFINIÇÕES NATIVAS DE “VIDA LOKA” .....	272
5.2 O “CORRER PELO CERTO” E AS POSIÇÕES DE SUJEITO: “SUJEITO-HOMEM” E “VERME” .....	275
5.3 A EXPERIÊNCIA NO CRIME COMO OBJETIVAÇÃO/SUBJETIVAÇÃO .....	279
5.4. DO CÓDIGO (LEIS DO CRIME) À ÉTICA (CORRER PELO CERTO) .....	285
5.5 ETICIDADE: RESPEITO E HUMILDADE COMO PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS .....	291
5.5.1 Discursos dos Interlocutores.....	291
5.5.2 Respeito e Humildade em Outras Pesquisas Etnográficas .....	296
5.5.3 Moral, Subjetivação e Reconhecimento.....	301
5.5.4 Sobre Mundos, Moralidades e Sujeitos .....	309
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>323</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>327</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>345</b>
ANEXO A.....	345
ANEXO B.....	347
ANEXO C.....	348
ANEXO D.....	364





## INTRODUÇÃO

Em que consistem vidas como a de Joe? Como é a experiência de viver no chamado mundo do crime? O que significa a *vida loka*? Quem são os jovens que fazem parte dessa vida? A invisibilidade social de adolescentes como Joe é marcada pela hipervisibilidade, pela hipereposição de uma série de imagens, categorias, descrições, enquadramentos, discursos sobre eles. Vejamos alguns desses discursos.

Em primeiro lugar, cabe recorrer a uma definição de um “dicionário informal” on-line<sup>1</sup>, fonte não confiável, mas relevante no sentido de apresentar uma visão amplamente difundida, por exemplo, em comunidades de redes sociais e discursos midiáticos:

Vida loka é um estilo de vida exaltado nas músicas cantadas pelos funkeiros, que atualmente são conhecidos pela sigla “mc”, que quer dizer “mestre de cerimônias”. Viver uma “vida loka” é viver uma vida sem regras, sem limites, cheia de aventuras e perigos, muitas vezes uma vida de bandidagem.

Há também discursos, similares ao acima mencionado, proferidos por aqueles que separam as pessoas em duas categorias: “cidadãos de bem” e “bandidos”. Seguem alguns comentários de leitores de uma notícia publicada no Diário Catarinense (versão on-line do jornal) em agosto de 2012<sup>2</sup>. Trata-se de uma reportagem que saiu dos moldes habituais do discurso midiático sobre o tema, inclusive do discurso corrente do próprio jornal. Talvez por isso tenha causado uma reação tão indignada entre seus leitores. A manchete era: “Família de jovem morto após assalto na Capital questiona ação da PM. Eduardo Ferreira da Luz, 16 anos, teria reagido à abordagem da polícia depois de roubar, com mais quatro comparsas, um posto de gasolina no Bairro Santa Mônica”. A reportagem acompanhou o enterro do jovem e apresentou os discursos dos familiares para os quais a morte do rapaz foi um caso de execução. Alguns dos comentários foram:

---

<sup>1</sup>Fonte: <<http://www.significados.com.br/vida-loka/>>.

<sup>2</sup>Fonte:

<<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/policia/noticia/2012/08/jovem-morre-e-outro-e-presos-apos-assalto-a-posto-em-florianopolis-3858204.html>>.

Coitado do menino: "ele não era bandido, morreu trabalhando". hahahahahahaha! Estamos caminhando para o fim dos tempos! Realmente o que este Jornaleco esperava da ação da polícia? Tá com pena, leva o menino pra casa. Haahahahahahaa!

Se não fosse pelas balas, não se teria perdido nada.

Antes esse vagabundo do que outra pessoa do bem que ele poderia muito bem tirar a vida. O pai vem falar que o filho dele não é bandido? É o que então? Armado ou não, tava no meio, correu, deve, é suspeito e pronto.

É essa policia que todo povo quer. Atuante, repressão, em cima, eliminando tudo que for desgraça para a população que não aguenta mais essa escória do povo. Comandante tem q ser assim. Não leu o pau comeu. As leis estão ai. Cumpra-se. Foi dado o alerta para parar. Não parou. Bala neles. Tem q ser assim mesmo.

Já nos discursos ligados à socioeducação, temos um enquadramento muito diverso. No Artigo 15 do Estatuto da Criança e do Adolescente, por exemplo, lê-se:

A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis (BRASIL, 1990).

No meio acadêmico há reflexões clássicas sobre o tema, como a de Alba Zaluar em *Condomínio do Diabo*:

A “ética” é da autopreservação. Não há projeto de futuro, identificações sociais mais amplas, nem conformismo à regra impessoal burocrática. A banalidade do mal, que também se manifesta, não é pois, a da violência institucional fruto da adesão impensada à regra impessoal ou à ordem superior [...], mas a da que surge da desagregação do tecido social, da ausência de limites institucionais

a um mercado selvagem porque feito em torno de um bem criminalizado (a droga), e com regras cambiantes e frágeis porque sempre devedoras da exibição de força entre os parceiros do negócio (ZALUAR, 1995, p.115).

[...] perplexos assistem à queda da moral e à ascensão do *ferro*, da *máquina* [...]. Fortes símbolos visíveis do poder, essas armas tornam-se fetiches na cintura de adolescentes franzinos e gatilhos mortíferos nos seus dedos. “Revólver na cintura impõe respeito”, eu aprendo. “Ser um matador”, “ter disposição para matar”, faz um garoto “criar fama” (ZALUAR, 1995, p. 10).

O presente trabalho é composto pela descrição e análise da perspectiva de meninos e meninas que moravam em uma Casa de Semiliberdade e de Proteção a respeito da *vida no crime*. Trata-se de uma “teoria etnográfica” (GOLDMAN, 2006) dessa experiência. Nesse tipo de conhecimento, o objetivo não é comprovar hipóteses nem fazer grandes generalizações, mas elaborar e sustentar proposições teórico-etnográficas, ou seja, que são constituídas a partir de um diálogo permanente entre teoria e dados etnográficos: antes, durante e depois da pesquisa de campo. Nessa última foi realizada observação participante, bem como a escuta das narrativas, das histórias dos interlocutores (jovens que em sua maioria cumpriam medida socioeducativa de semiliberdade, uma das medidas de responsabilização nos casos de infrações penais cometidas por menores de 18 anos).

Não se encontrará nas páginas que seguem a versão definitiva, a última palavra sobre os “adolescentes em conflito com a lei”, nem um tratado sobre a “delinquência juvenil”. Contudo, o presente trabalho é resultado não apenas de uma pesquisa de campo de um ano de duração (entre 2011 e 2012), mas de uma trajetória de pesquisas acerca da temática da violência junto a crianças e adolescentes de camadas populares iniciada no ano de 2005. Uma trajetória permeada pelo diálogo com os demais pesquisadores do Laboratório de Estudos das Violências (LEVIS); pela atenção às outras etnografias sobre o tema; pela articulação entre as questões específicas das pesquisas com a teoria antropológica, e, especialmente, pelo convívio quase sempre divertido e agradável (mesmo em locais extremamente inócuos como as instituições de internação), pela observação (participativa) e pela escuta (de tantas histórias) das meninas e meninos que constituem a carne, a cor, o sumo

do que foi possível produzir. Circulei por instituições diversas: uma escola no alto de um dos morros da capital; uma espécie de presídio chamado de centro Educacional; um centro de internação provisória; Casas de Semiliberdade; um serviço de Liberdade Assistida. Compartilhei com essas crianças e jovens refeições, rotinas, passeios, brincadeiras. Escutei muitos raps e registrei em meu gravador, além de muitas entrevistas, raps cantarolados por eles. Fui sempre muito bem acolhida entre essas pessoas, que, em sua maioria, quiseram compartilhar suas histórias e assim o fizeram. Tratou-se de um campo duro, pesado, por conta das questões que abordava, mas o contato, o diálogo com os jovens foi sempre o que houve de melhor.

Em muitos momentos do trabalho, chamo os adolescentes com os quais convivi na Casa de Semiliberdade e na pesquisa para a dissertação de mestrado (que tinham entre 11 a 18 anos) de meninos e meninas. Isso não se dá para infantilizá-los, vitimizá-los. A questão é que, na convivência que tivemos (ao menos no âmbito das instituições), eles não se portavam como adultos, ou como “infratores”, mas simplesmente como meninos e meninas (que estudavam, brincavam, brigavam, demandavam atenção). Mas vale ressaltar que se trata de um enquadramento possível, que, como se verá ao longo do trabalho, não define, não estabelece quem são esses sujeitos. Os termos “adolescentes” e “jovens” não constituem categorias com as quais eles se definiam; e os considero categorias mais distantes, formais. Contudo, eles são acionados por vezes no texto para fazer referência ao conjunto dos interlocutores. Já o termo “adolescente em conflito com a lei” consiste em um dos enquadramentos desses sujeitos e será problematizado no decorrer do trabalho. Cabem também algumas considerações acerca da categoria “crime” e de expressões relacionadas: no/do crime, na/da vida loka, no/do mundo do crime, nessa vida, no mundão. Todas essas categorias serão utilizadas em sua acepção nativa e não jurídica. Nelas, crime não é sinônimo de infração à lei, mas expressa um modo de vida, um lugar de sentido, uma instância de subjetivação.

Cabem na introdução algumas observações a respeito do texto. Ele está escrito em várias pessoas gramaticais. A primeira pessoa do singular é utilizada, de modo geral, nas remissões à experiência de campo, na análise de minha implicação, de minhas posturas na pesquisa e nas proposições teórico-etnográficas realizadas. Nesse último caso, a autoria remete também à responsabilidade acerca do está sendo dito, acerca dos limites, dos possíveis equívocos, etc. A primeira pessoa do plural é utilizada para explicitar posicionamentos de um coletivo, alinhamentos com outros pesquisadores, especialmente com os

integrantes do LEVIS/UFSC. Em alguns momentos, utilizo também o sujeito indeterminado para dar mais clareza ao texto e para não deixá-lo com a presença excessiva da primeira do plural, que pode desviar a atenção do objeto central do texto: os dados e sua análise.

Todos os nomes dos interlocutores são fictícios e quase na totalidade escolhidos por eles próprios – em um ou dois casos, eu nomeei algum jovem sobre o qual falo mas que não entrevistei formalmente. Também não aparecerão os nomes das instituições. O anonimato no caso do presente trabalho é indiscutível, pois é preciso resguardar as identidades dos jovens de forma a protegê-los de possíveis constrangimentos, retaliações. Além disso, essa garantia foi também uma maneira de viabilizar a pesquisa, de estabelecer relações de confiança com as meninas e os meninos. Um termo de consentimento esclarecido (modelo nos anexos) com esclarecimentos acerca da pesquisa e dos procedimentos éticos foi assinado pela coordenação das instituições em que se deu o trabalho de campo.

No corpo do texto, quando das citações de trechos de entrevistas/escuta de narrativas, minhas intervenções aparecerão sempre em *itálico*. Nas transcrições procurei manter uma proximidade com a linguagem oral de forma a não perder a vivacidade, as especificidades, o modo de expressar-se próprio dos adolescentes. Assim, alguns erros ortográficos e gramaticais não foram corrigidos. Vale dizer que tais erros não são atributos dos adolescentes, o que poderia expô-los de algum modo. Uma série de erros presentes na minha expressão oral também não foi corrigida.

Passa-se, agora, à apresentação dos capítulos que compõem o trabalho. No primeiro são apresentados os caminhos da construção do objeto da pesquisa, os marcos e os diálogos teóricos, metodológicos e etnográficos que nortearam a pesquisa e a análise dos dados. Trata-se da explicitação de como se produziu a articulação entre crime (como categoria nativa) e processos de subjetivação, com vistas à construção de uma descrição sobre a experiência dos interlocutores (meninas e meninos em semiliberdade) no crime. São feitas ainda nesse capítulo a apresentação e a discussão sobre a pesquisa de campo, a escuta das narrativas (histórias *na vida do crime*), enfim, sobre o contexto de produção dos dados.

Cabe ao capítulo seguinte – que, de certa forma, dá continuidade a esse – situar o contexto de pesquisa, além do contexto de fala dos sujeitos, a situação, a condição em que estavam e a partir da qual falavam. A situação de cumprimento de medida socioeducativa e de enquadramento dos sujeitos como *adolescentes em conflito com a lei* é o

foco do capítulo 2. A institucionalização é perspectivada como componente da *vida loka* na medida em que é uma das instâncias da produção desses jovens. São apresentadas reflexões sobre o sistema socioeducativo no Brasil sob o marco do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como sobre três medidas socioeducativas com as quais se teve contato a partir de pesquisas de campo: a internação, a semiliberdade e a liberdade assistida. Nessa descrição passa-se por situações, discursos e práticas institucionais diversos: suplicios, tortura, ortopedias morais. A ideia de ressocialização é problematizada a partir da recolocação da ideia de social.

No capítulo 3, adentra-se às narrativas sobre a vida no *mundão*, especialmente, os trechos que se referem à entrada no “mundo do crime”. Tais narrativas são atravessadas por “economias morais” (FASSIN, 2009; 2010) e por configurações de sujeito amplamente difundidas no mundo contemporâneo. Ver-se-á de que maneira elas são significadas e acionadas localmente, no contexto das interações entre os adolescentes e as técnicas, os educadores, os juizes, as pesquisadoras que os cercam.

O quarto capítulo consiste na análise dos outros elementos presentes nas narrativas em que são contadas as histórias dos adolescentes: a organização das narrativas em termos de trajetórias; as relações de gênero e tudo o que é ligado à intensidade da vida loka – as emoções (adrenalina) e as alterações (drogas), a instabilidade (altos e baixos) e condição de “matar ou morrer”.

Fecham o trabalho as reflexões em torno de uma dimensão que se mostrou central na definição da *experiência no crime* ligada a um processo de subjetivação e de problematização no campo da moral/ética: “o sujeito-homem que corre pelo certo”. Ainda no capítulo 5, há a sistematização dos elementos que compõem a *experiência no crime* de acordo a proposta da tese à luz da articulação entre mundos, moralidades e sujeitos.

Vamos, então, ao encontro com Julia, Mayara Patrícia, Luiz Paulo, Henrique, Felipe, Erick e com tantos outros que se dispuseram a compartilhar suas histórias, tornando possível a realização deste trabalho.

## CAPÍTULO 1 DA VIOLÊNCIA À *EXPERIÊNCIA* “NO CRIME”

Este capítulo é dedicado à descrição dos caminhos de construção da pesquisa. Tais caminhos referem-se a uma trajetória de pesquisa no campo e suas implicações para o delineamento das questões, dos objetivos, da problematização do objeto; ao processo de revisão da literatura e de construção dos lugares de ruptura e de diálogo; à definição dos rumos teórico-metodológicos e éticos e à descrição das condições, do contexto de produção da pesquisa. Esses caminhos levaram a uma série de deslocamentos como o da necessidade de uma abertura do campo de estudos das violências às dimensões da moral e da subjetivação e o da passagem de modelos explicativos da “delinquência juvenil” para a produção de “teorias etnográficas” (GOLDMAN, 2006) sobre a *experiência* de estar “no crime”. Falando em etnografia, ela é aqui pensada menos como um conjunto de técnicas, como uma metodologia, e mais como uma forma de observação, de escuta e de escrita (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998), que pressupõe um constante diálogo entre teoria e dados etnográficos.

### 1.1 CAMINHOS DA CONSTRUÇÃO DO OBJETO: LUGARES DE CHEGADA E DE PARTIDA

#### *Campo de estudo das violências e trajetória de pesquisa*

Em um recente balanço de literatura sobre o campo temático da violência no Brasil (BARREIRA; ADORNO, 2011), os autores trabalham a incorporação da violência como objeto de pesquisa no país, realizam um resumo acerca dos balanços anteriores e apontam algumas tarefas de investigação. Sublinham que na última década (2001-2010) tem havido uma inclinação a compreender mudanças no perfil da criminalidade e da “violência”, tais como o “crime organizado” e a participação das classes médias e elevadas. Dentre as tarefas de investigação apontadas por eles, estão: pensar as relações entre crime organizado, prisões e mundo urbano; P.C.C. e outros Comandos em outros estados; papel da sociedade civil, das ONG’s na promoção dos Direitos Humanos. É possível que a presente pesquisa possa trazer algumas contribuições pertinentes a tais lacunas. Entretanto, as preocupações que os autores elegem como centrais parecem um pouco diferentes daquilo que é produzido no campo da Antropologia. Eles focam, por exemplo, a necessidade de hipóteses explicativas para a “violência” no Brasil, bem como a importância de estudos sobre “as

políticas de controle legal”. Trata-se de entender as causas, as raízes da “violência”, e de visar a formas de abrandamento, de controle para a consolidação de um estado “democrático”. Argumentam que a “violência” é “um lugar privilegiado para pensar a sociedade brasileira contemporânea” (IDEM, p. 333). A preocupação, então, não é tanto entender a violência como fenômeno, mas pensar a sociedade brasileira.

A visão da “violência” como lugar para pensar outras coisas e como “entrave” para a realização de uma sociedade mais justa e democrática não é exclusiva dos autores mencionados. Tanto “violência” quanto juventude”, por exemplo, são colocadas como representativas de uma ideia mais geral de “crise social”, de “problema”. Tais noções funcionam também como “ícones” sociais, na medida em que traduzem uma série de percepções sobre o mundo contemporâneo, mas que pouco dizem sobre si mesmas como categorias analíticas (RIFIOTIS, 1999). Em relação ao que se denomina “violência”, é possível que isso se deva também à dificuldade que se encontra para defini-la, especialmente quando a tomamos como objeto de pesquisa.

O presente trabalho segue uma linha de pesquisa desenvolvida no âmbito do Laboratório de Estudos das Violências (LEVIS/UFSC) que vem reivindicando, desde os anos 90, uma “antropologia da violência” que possibilite uma reflexão crítica e coerente em relação aos dados etnográficos (RIFIOTIS, 1997; 2008). As matrizes teóricas que orientam tal leitura passam, por exemplo, por George Simmel (1983) e sua afirmação da natureza e da importância sociológica do conflito; por Pierre Clastres (1990) e a dimensão da violência como força dispersiva, voltada para a manutenção das diferenças; e a partir de Michel Maffesoli (1987; 2004), tem-se a violência como linguagem e a ideia da aceitabilidade das “pregas”. Pautando-se nesses e em outros referenciais, Theophilos Rifiotis fala sobre a *aceitabilidade* da “violência” – no sentido dessa última como parte da vida social e não como sua negação - e sobre *positividade* da “violência” - para dar conta das situações em que conflitos, violências, estruturam, produzem relações sociais ou sujeitos, instauram diferenças (RIFIOTIS, 1997; 1999).<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup>Alba Zaluar (1999) situa as análises de Diógenes (1998) e Rifiotis (1997; 1999) como “estetização da violência”. A autora define a perspectiva desses autores como “relativismo cultural radical” e advoga que a armadilha desse tipo de relativismo é que não há como não admiti-lo para todas as ‘éticas’ ou ‘ethos’ existentes, todos ‘particularistas’, inclusive aqueles condenados por serem autoritários, ditatoriais, despóticos ou militarizados. Rifiotis (1999, 2006)



Para Rifiotis a “violência” é um problema social herdado pelas ciências sociais, e não se tem ainda um quadro teórico para sua análise que ultrapasse os discursos do próprio social, ou seja, a indignação, a exterioridade, a homogeneização e a negatividade em relação ao complexo conjunto de fenômenos abrangidos. Ele defende, então, que se distingam três tipos de discurso nesse campo: 1) discurso contra a “violência” (indignação); 2) discurso sobre a “violência” (analítico); e 3) discurso da “violência” (linguagem da própria violência). Ao fazer tal distinção, a intenção é sublinhar que há diferentes processos que podem ser indevidamente considerados equivalentes (RIFIOTIS, 1997; 2008).

Em um trabalho de sistematização, Rifiotis (1997) procurou demonstrar o “lugar” específico dos estudos antropológicos sobre “violência”, como estes vinham desenvolvendo-se no Brasil, e observou que grande parte deles privilegiava o discurso denunciatório em relação ao analítico. O autor (1997; 1999) ressaltou que, nos discursos que se identificam com a modernidade, a “violência” aparece como uma “parte maldita”, um resquício do passado, como a própria negação da sociabilidade. A visão racional e progressista busca construir um mundo no qual essa “parte maldita” ceda lugar ao pleno domínio da razão.<sup>4</sup> Tal visão confronta-se com a realidade de guerras, genocídios, crimes, que se observa cotidianamente. Pode-se dizer, então, que os discursos da modernidade se mostram insatisfatórios para a significação do mundo contemporâneo. De acordo com Rifiotis, então, é necessária uma revisão dos conceitos e das práticas no campo das violências. É preciso entender que o tempo presente não se reduz à dimensão racional, mas na reflexão sobre ele se deve incluir os processos de subjetivação e a dimensão simbólica dos comportamentos sociais. Nesse sentido, propõe que as pesquisas se pautem em modelos interpretativos de cunho mais analítico e construídos a partir das práticas e das experiências dos sujeitos que vivenciam situações denominadas como violências.

---

procura esclarecer que não se trata de relativismo, pois não há um juízo no sentido de afirmar que as modalidades de violências são benéficas. Positividade é usada como categoria analítica e não moral. Não reflete um juízo, mas procura dar conta analiticamente das situações em que conflitos, violências, são socialmente, produtivos, estruturantes.

<sup>4</sup>Danilo Martucelli (1999) traz constatação semelhante, argumentando que a violência quebra a imagem dominante sobre a condição moderna: modernidade como triunfo da informação sobre a energia, da mediatização desmaterializante crescente contra os limites físicos e materiais inscritos na natureza.

A partir dessa perspectiva teórica mais abrangente, realizei o Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais (VIEIRA, 2006) e o de dissertação de mestrado em Antropologia Social (VIEIRA, 2009). Tais pesquisas foram delineando também os caminhos para a tese. Desde 2005 tenho como interlocutores crianças e adolescentes e suas maneiras de exprimir, de dar sentido, de experimentar situações enquadradas como “violência urbana”, como “criminalidade”. Assim, além de terem como foco a “dimensão vivencial” das violências (RIFIOTIS, 1997; 2006) os trabalhos anteriores e o presente têm em comum o fato de terem sido constituídos junto a gerações jovens, bem como se desenvolvido em instituições: uma escola de ensino fundamental, um centro de internação e uma Casa de Semiliberdade.

Cabem sobre esses trabalhos algumas considerações pertinentes para a compreensão da construção do objeto da presente pesquisa, das suas questões norteadoras e da problematização teórico-metodológica. O T.C.C. (VIEIRA, 2006) versou sobre o “olhar do universo infantil sobre as violências”. Naquela oportunidade realizei pesquisa de campo junto a crianças de cerca de 12 anos em uma escola de uma comunidade localizada em um dos morros da capital catarinense. Algo a se ressaltar é que as crianças falavam sobre determinados fatos relacionados a homicídios e a tráfico de drogas; possuíam o conhecimento e, em certos casos, o domínio de um vocabulário específico, de uma linguagem ligada ao “mundo do crime”; sabiam a respeito de lugares e horários perigosos no morro. A posse desses saberes, o conhecimento sobre essas formas de ação e a convivência intensa com acontecimentos como homicídios e tiroteios era sem dúvida uma dimensão peculiar do cotidiano dessas crianças. Porém, embora tal dimensão se tenha mostrado presente, não era proeminente em relação a outras, como a vivência da infância, da vida escolar, entre outras. Outro rendimento importante foi a possibilidade de conhecer outras dimensões do cotidiano dessas crianças que não aquelas que reduzem suas vivências a um cenário de faltas e de carências. Quando se consideram as dimensões da experiência nas quais esses sujeitos “são”, nas quais os enxergamos como pessoas que sofrem mas que também sentem alegrias, que se divertem mesmo num contexto adverso, o panorama muda. Já aí se mostrava a importância de não encaixar, de não limitar os sujeitos a certos lugares como os de vítima, de seres a serem tutelados, ou ao outro oposto que aponta para a marginalização, para a criminalização. Isso não inviabiliza o debate sobre as possibilidades de transformação social, pelo contrário. No decorrer do tempo, foi ficando cada vez mais claro que, à medida que conhecemos “de perto” as experiências dos que são

constituídos como pessoas à margem e/ou como inscritas em “subculturas de violência” ou “criminosas”, ficam mais evidentes a pluralidade e as nuances dessas experiências que permitem, ao mesmo tempo, movimentos de diferenciação, mas também de aproximação.

Para a produção da dissertação de mestrado (VIEIRA, 2009; 2012), entrei em contato com sujeitos mais “enredados” nas “caixinhas” que os definiam como “marginais”, “criminosos” ou “adolescentes em conflito com a lei”. A ideia era conhecer os adolescentes e as suas histórias, as suas narrativas sobre uma situação limite dentro do que se chama “violência urbana”, qual seja, os homicídios entre jovens. Segundo o *Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros* (WAISELFSZ, 2007), de 1994 a 2004 os homicídios juvenis saltaram de 11.330 para 18.599, com aumento decenal de 64,2%. O universo de jovens com idades de 15 a 24 anos, do sexo masculino, pobres e negros concentra a maior parte de vítimas nas situações de homicídio no Brasil. Trata-se de uma situação que marca até mesmo a estrutura demográfica do país, fenômeno só verificado em estruturas de sociedades que estão em guerra. Foi, então, possível escutar e registrar histórias que não se contam a não ser pelas estatísticas dessas “vidas matáveis” (AGAMBEN, 2007)<sup>5</sup>. Os interlocutores, que estavam cumprindo medida socioeducativa de internação (privação de liberdade), compartilharam narrativas sobre mortes entre jovens e também falaram sobre suas próprias vidas, sobre seus sentimentos, seus valores, suas moralidades para dar sentido às histórias que contavam. Foi nesse campo que comecei a ouvir histórias sobre a “vida no crime” e, nesse sentido, bem como em relação às similaridades entre interlocutores (adolescentes institucionalizados em cumprimento de medida

---

<sup>5</sup>Aqui, com “vidas matáveis”, faço referência às “vidas nuas”, às “vidas que não merecem viver” descritas por Giorgio Agamben (2007). O autor analisa, na obra em questão, o oculto ponto de intersecção entre o modelo jurídico-institucional e o modelo biopolítico do poder no Ocidente. Argumenta que as duas análises não podem estar separadas e que a implicação da “vida nua” (vida natural, biológica) na esfera política constitui o núcleo originário – mesmo que encoberto – do poder soberano. A “vida nua” tem, na política ocidental, o singular privilégio de ser aquilo sobre cuja exclusão se funda a “cidade dos homens”. O autor reivindica, assim, a função essencial da “vida nua”, vida matável do homo sacer na política moderna. Esse último é uma figura do direito romano arcaico, no qual a vida humana é incluída em seu ordenamento unicamente sob a forma moderna. Esse último é uma figura do direito romano arcaico, no qual a vida humana é incluída em seu ordenamento unicamente sob a forma de sua exclusão (de sua absoluta matabilidade).

socioeducativa), há uma continuidade entre essa experiência e o campo para a tese. Assim sendo, por vezes aciono falas de interlocutores da dissertação, pois se trata de um material que não poderia ser desconsiderado na tese; ele ajuda a compô-la, já que a experiência anterior de pesquisa já estava em minha “bagagem”. Não adentrei em uma “comunidade” totalmente nova: conhecia algo da linguagem, dos discursos, das posturas, das experiências e sentidos compartilhados pelos interlocutores. A minha escuta, a minha postura, a construção da relação com eles, as minhas pautas e intervenções nas nossas conversas já estavam, assim, informadas por não só por quadros teóricos, mas também pelos campos anteriores.

No tocante aos resultados da dissertação, cabe reter aqui dois aspectos que foram fundamentais para o delineamento da tese. O primeiro concerne à ênfase dos adolescentes internados na questão do sofrimento. Uma das categorias nativas relativa a essa dimensão era a de “veneno”, que exprime, de acordo com os jovens, “tudo o que é ruim”, que é acumulado dentro da pessoa e que pode fazê-la sofrer. Quando falaram a respeito da “vida no crime”, o que sobressaiu foi a dimensão dos riscos, das dificuldades, da instabilidade às quais estavam sujeitos na época do “envolvimento”. A possibilidade de desabafar, de colocar para fora o “veneno”, acabou por se tornar uma das principais motivações ou um dos principais efeitos da interlocução com os meninos. É preciso lembrar que tais ênfases devem ser pensadas também a partir do *lócus* da pesquisa, da situação muito peculiar em que estavam (de privação de liberdade; sujeitos a uma série de humilhações, castigos; fora de seu cotidiano habitual) e da pauta da pesquisa em torno dos homicídios. Tal contexto, provavelmente, direciona os sentimentos, as vivências e os discursos no sentido das perdas no “mundo do crime”. Essa ênfase, contudo, trouxe à tona uma importante dimensão da vida desses jovens que, em geral, é pouco visibilizada. Quando pensamos em jovens “envolvidos” com o tráfico, o que vem mais facilmente à mente é o “*ethos* guerreiro” (ZALUAR, 1995), a virilidade, a coragem, as guerras. Aprendi que os “guerreiros” também sofrem: ao verem situações difíceis na família, ao presenciarem a morte de um amigo assassinado, ao se lembrarem de pessoas que mataram ou que ajudaram a matar, com o trabalho nas madrugadas, por estarem privados da liberdade. Contudo, em geral, eles não se colocaram como vítimas. Falar de sofrimento nem sempre significa uma remissão à vitimização. Em suma, foi mais um momento na trajetória de pesquisa que mostrou a importância de uma abertura às múltiplas possibilidades de configuração dos sujeitos e de suas experiências.

O segundo ponto-chave a ser assinalado se relaciona a essa questão. Uma série de formas e categorias de sujeito foram acionadas pelos jovens para dar sentido às narrativas sobre homicídios. Falaram sobre o “sujeito homem” como sujeito valorizado e do “verme” como vida que “não vale nada” – e, entre esses polos, várias outras. Essas categorias expressavam avaliações em torno do que é justo, do bem agir, do “dever ser” e remetem, portanto, ao domínio da moral e da ética. Além disso, os dados etnográficos acerca dos juízos morais e dos valores pelos quais os jovens se pautavam levava à constatação de que não se poderia compreender a questão em termos de uma ética/moral particularista, restrita ao chamado “mundo do crime”, por exemplo. Para analisar a assertiva “Por mais que esteja no mundo do crime, mas certo é certo, né?”, seria preciso pensar em termos de trânsitos entre domínios da realidade, de “comensurabilidade entre mundos” (VIEIRA, 2011).

A dissertação terminou por aí, com essa questão em aberto. Creio que o domínio do “mundo do crime” não pode ser entendido como um mundo à parte em dois sentidos. Primeiro, porque é um efeito daquilo que podemos tratar como “produção social do crime e do desvio” (FOUCAULT, 2009; BARATTA, 2011; LE BRETON, 2008); e segundo porque o que se produz do “lado de dentro” do crime em termos de construção de sujeitos, de condutas, de experiências também está relacionado com o “lado de fora”. Na dissertação trabalhei o primeiro ponto em uma reflexão que articulava-se as narrativas sobre homicídios entre jovens com a produção de “vidas nuas”, “matáveis”, “refugadas”, “desperdiçadas” no âmbito das sociedades “democráticas-capitalistas” contemporâneas, por conta de processos sociais abrangentes, como os descritos por Zygmunt Bauman (2005) e Giorgio Agamben (2007). Mas ficou o desejo de compreender melhor como as coisas se passavam dentro do “mundo do crime”: o que esse dentro produz; como definir os jovens nele inscritos, quais processos, linhas de subjetivação os atravessam e como eles se constituem; o que significa a experiência de ser do ou de estar no “mundo do crime”.

Tais trabalhos, assim como o diálogo entre pesquisadores no âmbito do LEVIS, têm-nos levado a pensar que a pesquisa no campo de estudos das violências não pode estar dissociada das reflexões sobre o campo da moral bem como o das configurações de sujeito e dos processos de subjetivação no mundo contemporâneo. Há muitas maneiras, contudo, de se articularem esses campos. Os três subitens que seguem visam a assinalar o lugar a partir do qual pensamos essas questões, quais as questões que norteiam nosso olhar e nossa análise, como se constituiu o objeto de pesquisa e as bases para a produção de

uma “teoria etnográfica” (GOLDMAN, 2006) acerca da experiência de adolescentes na “vida do crime”<sup>6</sup>. A definição de Marcio Goldman (2006) de “teoria etnográfica” é muito interessante, pois articula os dois elementos constituintes do conhecimento antropológico: teoria e dados etnográficos. Para o autor a “teoria etnográfica” produzida a partir das experiências pessoais (da observação participante que proporciona captar as ações e discursos em ato) não se confunde nem com uma teoria nativa, nem com uma teoria científica. Seu “objetivo central é a elaboração de modelos de compreensão de um objeto social qualquer que, mesmo produzido em e para um contexto particular, possa funcionar como matriz de inteligibilidade em e para outros contextos” (GOLDMAN, 2006, p.170).

### **1.1.1 Da violência e da criminalidade à moral e da moral “no crime”**

No presente trabalho, a relação entre moral e “violência”/ crime” tem uma dupla entrada. Quando mais acima se discorreu sobre a dimensão da moral e da ética dentro do que se chama “mundo do crime”, tem-se aí a moral como objeto de estudo, de reflexão, como uma das dimensões da experiência dos sujeitos interlocutores a ser analisada à luz de uma antropologia da moral, por exemplo. Mas, além disso, ou, antes disso, como há pouco explicitado, as pesquisas e discussões que temos desenvolvido no LEVIS nos levam a pensar na própria categoria “violência” como indissociável da dimensão moral. Nesse sentido, segundo Rifiotis (1999, p.28):

Violência é uma palavra singular. Seu uso recorrente a tornou de tal modo familiar que parece desnecessário defini-la. Ela foi transformada numa espécie de significante vazio, um artefato sempre disponível para acolher novos

---

<sup>6</sup>Parto da ideia de que a produção de conhecimento em antropologia tem como uma de suas marcas a indissociabilidade entre teoria e dados etnográficos. Desde os anos 60, a partir dos desafios colocados pela descolonização e pela aparente “perda” de um objeto distintivo na Antropologia, as discussões acerca da especificidade e da natureza do conhecimento antropológico deslocaram-se da questão de um objeto específico – o outro exótico – para a forma de abordagem da disciplina. Muitos autores (LÉVI-STRAUSS, 1975; GEERTZ, 1999; CARDOSO DE OLIVEIRA, 1993; PEIRANO, 1992) passam a apontar, então, que aquilo que distingue a produção de conhecimento antropológico é a necessária e, por vezes, tensa, relação entre teoria e dados etnográficos.

significados e situações. O seu campo semântico tem uma regra de formação: a constante expansão. A aparente unidade deste termo resulta de uma generalização implícita dos diversos fenômenos que ela designa sempre de modo homogeneizador e negativo.

Assim, diante da generalização de fenômenos variados designados como “violência”, o que sobressai é a centralidade da dimensão moral (dos juízos sempre negativos), mesmo no campo de estudos das violências. A “violência” é, assim, um objeto nunca definido<sup>7</sup>, sempre admitido como evidência social, como pressuposto, e sempre apresentado valorativamente como algo a ser superado. Há aí, também, uma operação em que a categoria “violência”, que sempre aparece adjetivando, qualificando certos fenômenos, acaba por ser substancializada. De acordo com Rifiotis (2013), a colocação em suspensão do termo “violência” permite refletir sobre o campo conceitual e sua matriz moral que está implícita na negatividade que lhe é aplicada como uma espécie de imperativo categórico. Ainda segundo o autor, os seus estudos sobre “violência intrafamiliar” e de gênero têm sido importantes para consolidar a ideia de que mesmo uma tipologia que procura sublinhar o caráter polifônico da “violência” é refém da mesma gramática e que os efeitos produzidos por sua adjetivação engendram uma espécie de substantivação da “violência”:

Pode-se considerar, por exemplo, que a expressão ‘violência conjugal’ tem na sua composição uma categoria descritivo-qualificadora; ‘violência’, é um substantivo que tem uma função qualificadora e que passa nessa expressão por uma operação linguística deixando de ser uma qualificação, para tornar-se – no mesmo movimento – uma realidade substantiva. Tal operação discursiva instaura para

---

<sup>7</sup>Derrida (2007) atenta para a complexidade de se distinguir “força de lei” (considerada justa e que é a essência do direito) e “violência” (que julgamos sempre injusta). Fala das traduções da palavra alemã Gewalt como “violência”, que não levam em conta o fato de que Gewalt significa também poder legítimo, autoridade e força pública. No que concerne à discussão que está sendo apresentada, é relevante que textos clássicos na área, como “Sobre a violência”, de Hannah Arendt (1994), e “Critique of Violence”, de Walter Benjamin (1978), devam ser repensados a partir do duplo sentido da palavra Gewalt (RIFIOTIS, 2008).

o pensamento uma nova realidade que passa a ser descrita e qualificada como ‘violência conjugal’. Tal processo pode ser estendido a um vasto conjunto de expressões em curso que operam justamente a substantivação da ‘violência’ (RIFIOTIS, 2008, p.226-227).

Além disso, é preciso atentar para o fato de que o predomínio da deslegitimação, da intolerância e da indignação bem como da generalização diante das diversas modalidades de violências tem a ver com uma percepção historicamente recente acerca desses fenômenos. Tal percepção se relaciona também a determinadas configurações de sujeito no mundo contemporâneo.<sup>8</sup> Embora vigorem como posturas gerais a homogeneização e a negatividade face às violências, é notável que existam gradações diversas no que toca à aceitabilidade, à legitimação de algumas situações em detrimento de outras.<sup>9</sup> Tais valorações dependem sempre de juízos, de enquadramentos dos envolvidos no perfil de “vítimas” ou de “agressores”, de avaliações acerca de categorias de sujeitos mais ou menos “vulneráveis”, mais ou menos “inocentes” (crianças, mulheres, trabalhadores, criminosos). Essa questão da relação entre violência e categorias de sujeito será discutida no próximo item.

A partir dessas considerações, é possível pensar que toda antropologia da violência deveria implicar também uma antropologia da moral no sentido da análise dos pressupostos morais que regem a definição do que seja violência para os pesquisados e também para os pesquisadores; da reflexão sobre os nossos próprios discursos morais

---

<sup>8</sup>Alguns autores têm trabalhado com configurações gerais de sujeito, como: sujeito “descentrado” “fragmentado” (HALL, 2000); sujeito “paradoxal” que deseja ao mesmo tempo o máximo de segurança e o máximo de liberdade (BAUMAN, 2003); sujeito “presenteísta” e que se percebe como “inocente”, como “vítima” (BRUCKNER, 1997).

<sup>9</sup>Para Martucelli (1999), a aceitação da violência se dá em função do grau de pertinência ao mundo da informação. Por exemplo: há um alto grau de aceitação em relação aos aparelhos militares modernos (intervenções “cirúrgicas”), que funcionam de forma mediatizada. E violências mais “materiais”, nuas e menos assépticas, como as delituosas, são as menos aceitáveis. Ele afirma ainda que a violência muda de natureza e de significação segundo o grau de racionalização que incorpora. Ver também a análise de Rifiotis (1999) acerca da denúncia de violência policial no Caso Favela Naval.



(do pesquisador, da disciplina) e discussão das questões referentes ao domínio da moral que aparecem no campo.

A segunda entrada em que se relacionam moral e violência diz respeito ao lugar da moral e da ética no “mundo do crime”. Nesse sentido, trata-se de pensar o domínio da moral como objeto de análise. Vejamos algumas contribuições recentes que refletem sobre as possibilidades e potencialidades de uma antropologia da moral.

De acordo com Nicolas Baumard e Dan Sperber (2007) em sua apresentação da coletânea da revista *Terrain* acerca da moral na antropologia, a questão é onipresente na disciplina, mas, paradoxalmente, invisível na pesquisa etnográfica: a moral é tratada como dimensão presente no parentesco, na política, na economia, na religião, etc., e subsumida nessas rubricas. Dessa forma, não há ainda constituído um campo de uma “antropologia da moral”. Os autores insistem, contudo, que podem os antropólogos muito contribuir para o debate interdisciplinar (filosofia, psicologia, biologia) em torno da moral, o qual tem se intensificado nas últimas décadas tendo como ponto central a discussão sobre a existência de fundamentos universais da moralidade. Primeiramente, a própria ideia de uma etnografia da moral deveria ser examinada de forma crítica, de modo a não aplicar a todas às sociedades humanas uma noção historicamente situada, ligada aos interesses filosóficos e às práticas educativas ocidentais. A antropologia poderia contribuir na discussão sobre a extensão do domínio da moral, se é que tal domínio existe universalmente, e sobre como varia culturalmente. Os dados etnográficos mostram que o que é considerado bem ou mal difere dramaticamente de cultura para cultura. Isso justifica um relativismo moderado no sentido da não imposição dos mesmos valores morais a todos e da mesma maneira. Contudo, tal variabilidade cultural está longe de justificar um relativismo radical segundo o qual a moral não tenha algum fundamento partilhado por todos os humanos. Algo muito importante nesse sentido, apontado por Baumard e Sperber, é que uma antropologia da moral deve, então, distinguir os valores morais das expressões públicas desses valores, das justificações a partir das quais elas são invocadas e dos comportamentos que se espera que elas guiem. O grau em que os valores morais se diferenciam, sejam eles quais forem, pode variar de uma sociedade para outra muito mais do que os valores mesmos. Trata-se de argumento semelhante ao exposto por Michel Foucault (2009) em sua “História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres”, quando ele discorre que é preciso distinguir o sistema de interdições (o código, o conjunto prescritivo) da problematização moral/ética (que se relaciona às práticas de si). Esse

tipo de enquadramento nos parece fundamental no que toca ao tratamento da dimensão moral na antropologia.

Consideramos, também, muito pertinentes os trabalhos de Didier Fassin acerca das “economias morais” (2009; 2010)<sup>10</sup>, bem como sua proposta de uma antropologia moral (2008). Nessa última ele advoga um lugar para a moral como objeto de análise na antropologia, insistindo, contudo, no valor heurístico do desconforto intelectual suscitado pela moral entre os antropólogos. Os antropólogos teriam medo da moral por conta de uma razão epistemológica e outra de ordem histórica. A primeira tem a ver com o fato de a antropologia ter construído sua autonomia intelectual sob o princípio do relativismo cultural: a análise dos valores de cada cultura poderia reintroduzir julgamentos de valor e hierarquias morais. Para Fassin os estudos de caso na “etnografia das moralidades” (sistemas locais de moral) demonstrariam o contrário. Já a razão histórica refere-se à longa trajetória de erros na disciplina em nome da moralidade, como a associação ao colonialismo. Algo muito interessante que o autor coloca nesse sentido é que ele não considera reanimador o fato de supostamente estar-se agora do “lado certo”, já que a mistura entre gêneros (analíticos e normativos) não serve nem à ciência nem à política.

Sua posição visa a escapar do verdadeiro duelo que se trava entre posturas como a de Roy d’Andrade, que defende a “objetividade antropológica”, e a de Nancy Sheper-Hughes, que advoga a responsabilidade e o comprometimento político por parte dos pesquisadores. Apesar de considerar improdutiva a mistura entre gêneros, Fassin trabalha a partir da ideia de que a separação é fruto de um esforço que deve ser contínuo, pois na prática é muito difícil realizá-la. Propõe, então, em seu projeto que os antropólogos levem em consideração seus próprios preconceitos morais, seus julgamentos de valor como objetos de sua investigação tanto quanto aqueles de seus “outros”. O autor sugere que é preciso diferenciar na teoria – admitindo que na prática é difícil fazê-lo – o discurso moral da análise crítica de um tema moral. A saída mais simples de deixar a política e a moral de lado não garante uma rigorosa epistemologia ou ética. Diante da inevitável incrustação da atividade antropológica nas morais do antropólogo, a única atitude rigorosa acerca das questões morais seria o permanente questionamento das bases morais de nosso entendimento das sociedades e suas moralidades. “Não há exterioridade social da

---

<sup>10</sup>As reflexões de Fassin (2009; 2010) acerca das “economias morais” são discutidas no capítulo 5.

moral – mesmo a mais radical crítica, como a de Nietzsche, contém um discurso moral” (FASSIN, 2008, p. 343, tradução nossa). Daí considerar heurístico e não paralisante o desconforto antropológico com a moral).

A argumentação de Fassin encontra afinidades com a já mencionada distinção proposta por Rifiotis (1997; 2008) entre os discursos de indignação e os analíticos. Esse último autor argumenta, ainda, que

[...] é necessário aprofundarmos o debate teórico sobre a “violência” e Direitos Humanos, articulando-o com a dimensão moral de nossa implicação com os nossos interlocutores, e dimensão ética da pesquisa. Entendendo que “a violência” encontra-se atualmente numa “crise de paradigma”, sobretudo no que tange a noções tais como “exclusão”, “pobreza”, “periferia”, “grupos jovens”, ou mesmo a masculinidade e o “ethos guerreiro”, etc., quando tomadas como categorias autoexplicativas. Trata-se de modelos teóricos cujos limites já foram esgotados e que não têm permitido uma leitura renovada das formas de sociabilidade contemporânea e, portanto, encontram-se esgotados de antemão na sua capacidade analítica e mesmo propositiva. Sobretudo, porque a gramática analítica é caudatária da semântica jurídica, tipicamente no vocabulário “vítima”, “agressor” e suas polaridades. Ou seja, a falta de um resgate da dimensão vivencial e dos sujeitos (RIFIOTIS, 2013, p. 6).

Isso nos leva ao segundo tópico da discussão de nossa perspectiva, acerca da questão do campo de estudos das violências e do objeto de pesquisa.

### **1.1.2 Violências e sujeito**

Na citação acima referida, Rifiotis (2013) discute a necessidade de colocar em evidência a dimensão vivencial e os sujeitos sociais. Fala dos limites de uma gramática analítica caudatária da semântica jurídica que reduz os sujeitos às figuras opostas de vítima ou agressor, que os encapsula em uma “estética normativa penal” (RIFIOTIS, 2013, p.07). Tais figuras fazem parte de configurações do sujeito contemporâneo em

que a emergência da figura da vítima no espaço público aparece como modalidade de expressão do sujeito (FASSIN; RECHTMAN, 2007; WIEVIORKA, 2005). A “vítima” remete às ideias de inocência, de minoridade (BRUCKNER, 1997), e passa a ser considerada a condição necessária e legítima de demanda por reconhecimento social (HONNETH, 2003) por acesso à justiça (RIFIOTIS, 2011; 2012; 2013). Nesse sentido, em *Direitos Humanos: Sujeito De Direitos E Direitos Do Sujeito*, Rifiotis (2012) discute a centralidade dos Direitos Humanos e a sua tradução em termos jurídicos no mundo contemporâneo. Problematisa a judicialização e a institucionalização dos movimentos sociais apontando para um duplo movimento que decorre de tais processos: a ampliação do acesso ao sistema judiciário e a desvalorização de outras formas de resolução de conflito e de resposta às demandas e reivindicações sociais. O autor propõe a necessidade de se produzir um deslocamento do centro de gravidade do debate atual dos direitos do sujeito para os sujeitos de direitos, ou seja, pensando os sujeitos contextualmente, na sua dimensão vivencial: seus dilemas e modalidades de enfrentamento e as reapropriações que fazem dos discursos e práticas judicializantes.

Por outro lado, nas abordagens que reduzem as relações a dois polos, em relação à figura do “agressor”, do “infrator”, do “criminoso” aparece a sua exclusão e a de seus atos do cenário das relações sociais – e, no limite, a exclusão da própria ideia de humanidade quando tais atos são apreendidos em termos de monstruosidade. Esse tipo de oposição, ainda mais quando transferida para a análise, mostra-se paralisante e improdutivo. Daí nos pautarmos pela busca da dimensão vivencial das violências e pela não pressuposição dos sujeitos em questão e do conteúdo daquilo que é chamado de “violência”. Isso significa buscar os sentidos que os sujeitos dão a suas práticas, que valores eles acionam ao fazê-lo, quais são as percepções que eles têm sobre suas ações. Nesta pesquisa, ao procurar as configurações dos sujeitos sociais que emergem nas narrativas, a ideia é proceder a um tipo de recorte no qual “[...] ao invés de um julgamento antecipado e antecipador, nos perguntarmos o que as pessoas envolvidas estão tentando fazer, quando estão fazendo aquilo que chamamos violência” (RIFIOTIS, 2006, p. 28).

Há também aqui, uma dupla entrada em relação à categoria *sujeito*. Trata-se como se descreveu, de pensar a dimensão vivencial do fenômeno estudado, como os *sujeitos sociais* dão sentido às suas experiências e, ao mesmo tempo, nesse processo, ao narrarem suas histórias é possível identificar como esses sujeitos se constituem, que linhas de subjetivação os atravessam, quais configurações do sujeito

contemporâneo permeiam suas falas. Nesse último sentido, *sujeito* aparece também como categoria analítica.

A explicitação de nossa abordagem acerca do sujeito como categoria analítica e sua articulação com os estudos das violências será feita no que segue a partir de um diálogo crítico com dois autores reconhecidos na área e que têm trabalhado essa reunião entre dois campos: sujeito e “violência”. São apresentadas as proposições desses autores, bem como as lacunas, os limites de seus argumentos sob a nossa perspectiva, à luz dos debates recentes no âmbito da antropologia e das pesquisas que temos feito entre adolescentes que cumprem medidas socioeducativas (VIEIRA, 2009; RIFIOTIS; VIEIRA, DASSI, 2009).

### *Wieviorka e a “marca do sujeito”*

Em *La violence*, Michel Wieviorka (2005) propõe um novo paradigma para o campo centrado na subjetividade dos atores e nos processos de perda e reencontro de sentido dentro dos quais se constituiu a violência. O autor trabalha a dificuldade de definição da violência em termos da tensão entre universalismo e relativismo. Tal tensão se expressaria nas tentativas de definição objetivas e subjetivas, respectivamente. O autor defende que é necessário conjugar os dois registros, pois o objetivismo absoluto desconsidera a subjetividade dos atores, bem como abstrai as experiências vividas e as condições históricas e contextuais nas quais a violência aparece. Já um relativismo sem concessões torna a análise impossível na medida em que postula que qualquer experiência apenas pode ser compreendida por critérios próprios àqueles que a vivenciam.

Sua proposta – *la marque du sujet* – é colocar no centro da análise a subjetividade dos atores bem como as formas mais extremas da violência (como a crueldade). Fazendo referência aos limites das abordagens clássicas da violência (funcionalistas, utilitaristas e culturalistas), Wieviorka considera a necessidade de se pensar a parte dos atores que não se deixa definir nem pela simples reação às mudanças, nem pelo cálculo e nem pela marca de uma cultura. Trata-se de explorar os processos e mecanismos pelos quais se forma e passa ao ato o protagonista da violência, individual ou coletivo; de considerá-lo sujeito para perspectivar o trabalho que ele produz sobre ele mesmo e que culmina, de acordo com o contexto e a situação, na perda do sentido, no não sentido, na expressão de uma crueldade desenfreada ou ainda em lógicas dominadas por uma subjetividade sem fronteiras. Ele alerta que isso não quer dizer que a violência exprime diretamente uma

subjetividade (subjetivismo), mas que, ao portar a “marca do sujeito”, pode fazê-lo de várias maneiras, e até mesmo no vazio.

Sobre a noção de sujeito, discorre como historicamente foram desenvolvendo-se concepções sobre o sujeito político (“cidadão”, revoluções francesa e americana); o sujeito social (“proletário” nas sociedades industriais) e o sujeito cultural (“identidades coletivas” nos anos 90). Tais concepções políticas, sociais ou culturais do sujeito o ancoram na sociedade, perspectivam-no como um ator e o definem a partir da sua relação com os outros atores. Wieviorka esclarece, então, que em sua proposta retém uma concepção que não tem a ver com quaisquer desses princípios. O autor lança mão de uma noção, em suas palavras, “não social” de sujeito:

Il est en amont d'éventuelles appartenances, en amont de l'action, il est un exigence, la possibilité de produire sa propre existence. C'est un rapport de soi à soi, une visée, une virtualité, qui se réalise, ou non, à travers ce qu'on peut appeler la subjectivation (WIEVIORKA, 2005, p. 286).<sup>11</sup>

O sujeito seria, então, de acordo com o autor, a possibilidade de constituir a si mesmo como princípio de sentido, de se colocar como ser livre e de produzir sua própria trajetória. Nessa perspectiva, a relação entre sujeito e violência seria que essa última estaria ligada à capacidade interdita, reduzida, não encontrada de se constituir como sujeito, ou de funcionar como tal; ou a mecanismos de “dessubjetivação” ou ainda à expansão ou à expressão do “antissujeito”. A violência está atrelada, aí, à maneira como o sujeito se constrói ou não. Wieviorka apresenta cinco categorias de sujeito que correspondem cada uma, analiticamente, a uma dada lógica de violência: 1) *sujeito flutuante* – aquele que não encontra os lugares de sentido que lhe permitiriam tornar-se ator (falta de um quadro pautado pela relação conflitual; pode ser informado por sentimentos de injustiça, de não reconhecimento); 2) *hipersujeito* – diante do déficit de sentido, sobrecarrega suas condutas com novas significações (via religião, radicalismo islâmico, por exemplo); 3) *não sujeito* – ator inteiramente determinado por orientações que lhe são mais ou menos impostas por um poder ao qual ele se submete (déficit de

---

<sup>11</sup>“À montante de eventuais pertencimentos, à montante da ação, ele é uma exigência, a possibilidade de produzir sua própria existência. É uma relação de si para si, uma perspectiva, uma virtualidade, que se realiza, ou não, através daquilo que podemos denominar a subjetivação” (tradução nossa).

subjetividade; “banalidade do mal”); 4) *antissujeito* – o contrário, a negação do sujeito (violência pela violência, gratuidade, crueldade; e 5) *sujeito sobrevivente* – remete à autoconservação da pessoa que se sente ameaçada em seu próprio ser (violência dos jovens na França nos anos 90, *émeutes*/rebeliões).

Em suma, Wieviorka ressalta que nessa abordagem o sujeito funciona acima do social; não funda a violência sobre o social, mas sobre sua falta, suas carências e, nos casos mais extremos, o mais distante dele. Para o autor, então, a “violência do sujeito” encontra espaço nas lacunas, na decomposição dos espaços sociais – em todos os níveis, do mais local ao mais global. Em síntese, ele apresenta uma proposta na qual a noção de sujeito se refere a um princípio não social (a possibilidade de produzir sua própria existência), bem como a violência é concebida como um fundamento não social ou mesmo antissocial.

Também acreditamos que, no campo de estudos das violências, é inescapável pensar a questão do sujeito. Contudo, tanto as concepções que temos da noção de violência quanto as da de sujeito bem como a articulação entre as categorias se distanciam muito da proposta de Wieviorka. No que toca à primeira noção, como se discutiu no início do capítulo, acreditamos que as ideias da violência como resquício, como brecha ou mesmo como negação do social têm a ver com discursos da modernidade, que se mostram insatisfatórios tanto na compreensão dos fenômenos do campo quanto inoperantes no que tange às possibilidades de intervenção (RIFIOTIS, 1997; 2013). Em relação à noção de sujeito, afinamo-nos com as discussões e trabalhos que têm sido feitos no âmbito da antropologia.

Em linhas gerais, poderíamos pensar a discussão sobre pessoa e indivíduo na Antropologia a partir de duas vertentes: os estudos acerca de uma configuração hegemônica individualista especificamente moderna e ocidental, tais como os trabalhos paradigmáticos de Marcel Mauss (1974) e de Louis Dumont (1985); os estudos sobre a noção de pessoa entre sociedades não ocidentais, como nas obras de Lucien Lévy-Bruhl (1927) sobre a “mentalidade primitiva” e de Maurice Leenhardt (1971) sobre os melanésios. Essas abordagens têm como foco os valores sociais hegemônicos e perspectivam a pessoa e o indivíduo como noções, representações coletivas. Algumas de suas limitações dizem respeito à reificação da dicotomia indivíduo/sociedade e à não atenção à dimensão da experiência social, que possibilitaria, por exemplo, a reflexão sobre os processos de subjetivação e as possibilidades de agência dos sujeitos empíricos (MALUF, 2011). Contudo, a grande contribuição da abordagem antropológica talvez seja sempre o

movimento de deslocamento, de olhar em perspectiva, proporcionado pelo encontro com a alteridade e pela análise marcada pela relação entre dados etnográficos e teoria. Os trabalhos etnográficos permitem, dentre outras coisas, desnaturalizar a forma da pessoa como indivíduo (ou mesmo como sujeito com determinadas características) e podem ajudar a compreender expressões da pessoa presentes entre “nós” que não as hegemônicas.<sup>12</sup>

A partir dessas considerações sobre a produção antropológica em torno das categorias indivíduo, pessoa e sujeito podem ser feitos alguns apontamentos críticos a respeito da proposta de Michel Wieviorka (2005). Em primeiro lugar, enquanto a categoria “indivíduo” é tratada nas ciências sociais como uma representação coletiva (MAUSS, 1974), como um valor social (DUMONT, 1985) – e pelo próprio Wieviorka (2005, p. 65) – como uma configuração moderna, a sua noção de sujeito como um elemento não social é colocada como um pressuposto. Além disso, trata-se de um pressuposto no qual essa entidade (sujeito) é definida a partir das características muito semelhantes àquelas do indivíduo moderno: racionalidade, autonomia, autoconsciência e unidade. De acordo com Marcel Mauss (1974), em seu trabalho sobre a “noção de eu”, a noção de pessoa se torna nítida no ocidente moderno e passa a ser concebida como uma “substância racional, indivisível, individual”. É como se Wieviorka (2005) aderisse à ideia de indivíduo como a forma do sujeito, mas, em vez de referir-se a tal forma como uma representação social, um valor abrangente compartilhado, ele advoga o caráter não social dessa forma, dessa entidade. Nesse sentido, o autor pretende descrever um sujeito que não é “social” nos termos das concepções sociológicas clássicas. Abrindo mão do caráter social da categoria e da própria ideia de sujeito, o autor acaba por desconsiderar todas as contribuições desenvolvidas no seio das ciências sociais acerca das noções de pessoa, indivíduo e sujeito. Ele se limita a retirar aquilo que ele percebe como sujeito daquilo que ele percebe como social. Além disso, simplesmente desconsidera todo o debate que tem acontecido em vários campos das ciências humanas e da Filosofia, pelo menos desde a

---

<sup>12</sup> No que toca especificamente à relação entre violência e processos de subjetivação, há contribuições importantes no campo da etnologia ameríndia. Há uma série de trabalhos que articulam a temática da guerra com questões de subjetivação e construção da pessoa. Ver Descola, 1993; Fausto, 2001; Seeger, Da Matta & Viveiros de Castro, 1987. Ainda não foram pensados, contudo, os possíveis rendimentos de perspectivas que comparem tais trabalhos da etnologia com as etnografias no âmbito da antropologia urbana.



década de 60, e que, como mencionado, aponta para desconstrução do sujeito pensado nos termos das teorias da modernidade.

Em um trabalho de sistematização sobre os estudos em torno de uma possível “antropologia do sujeito”, Sônia W. Maluf (2011) traz uma série de contribuições para a presente discussão. Segundo a autora, na antropologia o debate se desenvolveu, sobretudo, em torno da questão do método e da reflexão acerca do conceito de identidade, ficando a categoria sujeito sem elaboração. Maluf propõe que se pense o sujeito como categoria analítica e como uma figura conceitual (percebida “sob rasura”, com sua história crítica) no estudo das sociedades urbanas contemporâneas. Para isso procura articular um diálogo (em suas palavras, “tenso”) entre os paradigmas antropológicos clássicos da discussão sobre pessoa, indivíduo e corpo; as teorias da modernidade e do sujeito moderno de outras áreas; a discussão sobre sujeito e subjetividade no pensamento crítico contemporâneo e os estudos feministas e pós-coloniais. Uma das constatações da autora é que para boa parte das

[...] teorias sociais contemporâneas, por exemplo, no campo do feminismo, dos estudos pós-coloniais, ou das perspectivas foucaultianas e da filosofia da diferença, não há “o sujeito”, o sujeito (enquanto ente unificado, substantivo, prévio à experiência, o sujeito da razão, representado na teoria antropológica clássica pela figura do “indivíduo moderno”) é uma ficção (MALUF, 2011, p. 02-03).

Autores de todos esses campos mencionados pela autora compartilham uma desmontagem da ideia de sujeito tal como aparece nas teorias modernas: como uma entidade unificada, substantiva, figura central de uma “metafísica da substância”. E é a partir daí que a autora considera que é necessário utilizar o conceito “sob rasura”. Contudo, Maluf alerta que o dilema entre unidade e fragmentação do sujeito, que poderia também ser descrito como dilema entre substancialização ou dissolução, não se resolve a partir das teorias da fragmentação:

[...] de um lado, as teorias do individualismo, mesmo sendo o ponto de partida para a discussão sobre o sujeito contemporâneo, apresentam limitações hoje para dar conta desse fenômeno, de outro, as teorias da fragmentação e da dissolução

do sujeito têm dificuldades em reconhecer a existência de teorias e cosmologias nativas ou locais coerentes, assim como de tipos de agenciamento fundados em esforços de unidade e totalização da pessoa (MALUF, 2009, p. 03).<sup>13</sup>

A noção de sujeito proposta por Michel Wieviorka (2005) parece estar, assim, na contramão das reflexões sobre o tema no campo da antropologia, dos estudos sobre o sujeito moderno bem como das teorias críticas. Além disso, está também muito distante do que tem sido discutido no âmbito das teorias pós-sociais (LATOUR; 2008; STRATHERN, 1996; 2006; VIVEIROS DE CASTRO, 2002a). Nessas últimas, o social deixa de ser considerado uma entidade, um domínio oposto ao da natureza, e passa a ser pensado como princípio de relacionalidade. O par indivíduo/sociedade, as noções de pessoa, de corpo, de sujeito e os processos de subjetivação são aí repensados também à luz de ideias de relacionalidade, de contingência.<sup>14</sup>

A ideia de um sujeito ilha, de um sujeito mônada (que não se constitui via nenhuma forma de relação e sem ancoragem social) se mostra tão frágil que não consegue ser sustentada no decorrer da argumentação do próprio autor, especialmente quando ele apresenta as cinco figuras do sujeito e sua relação com a violência. Na obra em questão, antes de apresentar sua noção de sujeito, Wieviorka (2005) dedica um espaço para falar sobre “a violência do indivíduo”. Argumenta que o declínio das instituições e a pressão do individualismo moderno criam condições favoráveis, senão à violência em geral, ao menos a certas formas de violência. Tais formas teriam a ver com as duas lógicas centrais do individualismo: o desejo de participação na modernidade e a ideia de criatividade, da escolha pessoal, do interesse

---

<sup>13</sup> Maluf aponta, por exemplo, a ideia da formação de “sínteses cosmológicas particulares” que apresentam certas configurações de valores comuns no âmbito de práticas religiosas e vivências espirituais contemporâneas: “De diferentes formas, estudos etnográficos evidenciam que a maior parte das agências sociais e representações da pessoa revelam um esforço em direção à totalização, unificação do sujeito, e não à sua dispersão – mesmo que essa totalização e unificação permaneça na dimensão do devir” (MALUF, 2011, p. 05).

<sup>14</sup> Um exemplo é a obra “O gênero da dádiva”, da antropóloga melanesista Marilyn Strathern (2006). Nesse trabalho a autora discute o gênero como operador de diferenças que constroem pessoas e desenvolve a ideia da pessoa melanésia como divíduo (múltipla e composta): a pessoa constituída por sua dimensão relacional e como articuladora dessas relações.

de cada um em produzir sua própria existência. A violência apareceria, respectivamente, como o melhor ou único meio de alcançar a participação na lógica da sociedade de consumo ou como expressão de uma subjetividade interdita, impossível, maltratada, no caso em que a pessoa singular está desprovida da capacidade concreta de produzir suas próprias escolhas. Nesse argumento, então, a configuração individualista encoraja formas de violência. Assim, esta última surge como uma possibilidade de resposta a demandas constituídas por uma determinada configuração de sociedade. Nesse sentido, a linha argumentativa do próprio autor nos leva a considerar, que ao menos em parte, esse tipo de resposta é também produzido no seio de relações sociais. As cinco figuras de sujeito descritas por Wieviorka seguem a mesma linha de constituição; o sujeito que lança mão da violência é aquele que não consegue ou que está impossibilitado de tornar-se sujeito pelas vias “legítimas”. Quando o autor explica cada uma dessas figuras, talvez com exceção do *antissujeito*, elementos que podemos chamar de “sociais” – como sentimentos de injustiça, de não reconhecimento – é que são acionados para dar conta dos processos de produção desses sujeitos. Wieviorka, em dado momento, diz o seguinte:

Il n’y aurait pas de violence, en effet, ou beaucoup moins, si le sujet ne cherchait pas, d’une façon ou d’une autre, à se transcrire concrètement en acteur, si la capacité créatrice qui le définit n’était pas aussi capacité de s’engager, d’agir – et d’ailleurs aussi de se dégager (WIEVIORKA, 2005, p. 301)<sup>15</sup>

Nesse trecho a possibilidade de tornar-se sujeito está relacionada a uma busca por uma transcrição em ator, a uma capacidade de agir, de envolver-se, de comprometer-se. E isso só é possível em termos de relações, de reconhecimentos mútuos. Na perspectiva de Wieviorka, os processos de subjetivação bem sucedidos são aqueles em que os sujeitos conseguem fazer essa transcrição produzindo suas “próprias escolhas”, sua “própria existência”. No entanto, ele não explica como se dá esse processo, deixando ainda mais frágil o seu argumento em relação aos

---

<sup>15</sup> “Não haveria violência, de fato, ou muito menos, se o sujeito não procurasse, de uma maneira ou outra, transcrever-se concretamente em ator, se a capacidade criativa que o define não fosse também capacidade de se vincular, de agir – e desse modo também de se desvincular” (tradução nossa).

“violentos”, àqueles que não têm sucesso na produção da própria existência.

### *Misse e a “sujeição criminal”*

Passamos agora às contribuições e limites – em nosso entendimento – presentes nos trabalhos de Michel Misse, que se tem dedicado ao estudo do que denomina “sujeição criminal”. Em um artigo de 2010 em que ele articula “crime, sujeito e sujeição criminal”, o autor menciona logo no início a perspectiva de Wieviorka, que não pensa como sujeitos os que emergem da subordinação e que subjugam outras pessoas, na medida em que esses não põem valores, não são democráticos. Para Misse, se negamos esse tipo de sujeição, caímos em paradoxos como o de repor o conflito entre ação e estrutura, tendo para eles dois pesos e duas medidas. O autor lembra – aspecto também apontado, como mostramos acima, por Sônia W. Maluf (2011) – que a Sociologia convencional se tem esquivado desse debate, deixando a discussão sobre processo de subjetivação reservada à psicologia, à psicanálise, à filosofia, etc., e se dedicando, no plano micro, a defender a autonomia constitutiva da interação social, por meio de conceitos como o de *self*, ator social, identidade social, papéis sociais. Para fazer a ligação entre tais “categorias interacionistas” e a estrutura, recorre-se, por vezes, à noção de agência. Para Misse, trabalhos como os de Becker e de Goffman e as respectivas noções de rótulo e de estigma tensionam tal tradição, mas sem confrontar diretamente a categoria implícita do sujeito que manipula o estigma ou que rotula ou é rotulado, permanecendo no ocultamento do sujeito sob o *self* social.<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> Creio que a leitura de Misse sobre os limites das contribuições desses autores é coerente e legítima, mas não creio que haja uma “ocultação do sujeito”, pelo menos em Goffmann. O que esse último parece deixar claro é que não há sujeito, apenas posições de sujeito. Creio que nesse sentido Goffmann antecipou uma série de questões do debate contemporâneo sobre o sujeito como as críticas à substancialização, à unidade, à atonicidade derivadas das contribuições, por exemplo, de Michel Foucault (1995; 2009) de Judith Butler (1998; 2001) e de Marilyn Strathern (2006). Na obra de David Le Breton (2008) sobre o interacionismo simbólico, o autor nos lembra que Goffman oferece uma definição do sujeito centrada sobre o ponto de vista do outro. Tal sujeito não é dividido pelo inconsciente, mas pelo olhar do outro que remove suas prerrogativas e limita seu campo de manobra. Sob essa perspectiva, a pessoa não é dada de uma vez por todas, bem como não é alojada em seu foro interior. A figura do “eu” não é substancial, mas circunstancial, feita de diferentes facetas e resultado

No que toca às suas pesquisas, o autor introduz que constatou que

[...] há vários tipos de subjetivação que processam um sujeito não revolucionário, não democrático, não igualitário e não voltado ao bem comum. O mais conhecido desses tipos é o sujeito que, no Brasil, é rotulado como “bandido”, o sujeito criminal que é produzido pela interpelação da polícia, da moralidade pública e das leis penais. Não é qualquer sujeito incriminado, mas um sujeito por assim dizer “especial”, aquele cuja morte ou desaparecimento podem ser amplamente desejados (MISSE, 2010, p. 17).

Misse (2010, p. 18) afirma que tem procurado entender esse processo a partir da existência de uma “acumulação social da violência”, que envolve uma complexa afinidade entre certas práticas criminais – aquelas que provocam um abrangente sentimento de insegurança – e certos “tipos sociais” de agentes demarcados (e acusados) socialmente pela pobreza, pela cor e pelo estilo de vida. Esses últimos não são considerados apenas criminosos, mas “marginais”, “bandidos”, “violentos”. Acontece uma associação entre acumulação de desvantagens e incriminação preventiva de certos “tipos sociais”. Além disso, desenvolveu-se um processo de “sujeição criminal” de uma parcela de agentes de práticas criminais – e, nessa dinâmica, constituiu-se algo como uma cultura “associada” a esses sujeitos. Misse, assim como ele próprio afirma, procura estender uma ponte entre as teorias interacionistas e as pós-estruturalistas, na medida em que a “sujeição criminal” não pode ser compreendida apenas no plano da interação e do desempenho de papéis, já que se mostra ancorada em um plano macro de “acumulação social da violência” e em tipos sociais constituídos e

---

da confrontação entre definições de si reivindicadas e atribuídas: “O eu não é, então, uma entidade dividida dissimulada sob os eventos, mas uma fórmula mutante para se gerir através deles” (GOFFMAN apud LE BRETON, 2008, p. 139, tradução nossa). Vale notar também que Goffman falou a respeito da importância das instituições para modular a existência do indivíduo e sua carreira moral (imbricação entre ação e estrutura). O eu parece residir nas disposições de um sistema social dado ao uso dos membros desse sistema. Não tanto uma propriedade da pessoa a quem é atribuído, mas revelando, sobretudo, o tipo de controle social exercido sobre o indivíduo por ele mesmo e por aqueles que o circulam. Goffman constrói, assim, uma teoria do sujeito como efeito de posições.

representados por “sujeitos criminais” produzidos em determinados contextos sócio-históricos. A sujeição deve ser compreendida, então, como um processo de subjetivação e como o resultado desse processo para a perspectiva da sociedade abrangente que o representa como um mundo à parte (MISSE, 2010, p. 21).

Na “sujeição criminal”, ainda, os processos de rotulagem e de estigmatização se encontram potencializados por um ambiente de profunda desigualdade social, por uma forte privação de recursos de resistência e pela dominação da “identidade degradada” sobre todos os demais papéis sociais do indivíduo. O rótulo “bandido” é, para Misse, de tal modo reificado no indivíduo que restam poucos espaços para a negociação, para a manipulação ou para o abandono de tal identidade pública estigmatizada:

Entre esse self socialmente degradado e subjugado pelo horizonte de risco de uma morte iminente, sem sentença e sem qualquer glória, *e a emergência de um sujeito criminal inteiramente egoísta e indiferente ao destino dos outros, reificado em seu próprio atributo social*, estende-se o continuum de dimensões do conceito. A sujeição criminal não é apenas um rótulo arbitrário, ou o resultado de uma luta por significações morais disputáveis, mas um processo social que condensa determinadas práticas com seus agentes sob *uma classificação social relativamente estável, recorrente e, enquanto tal, legítima*. Há estruturação na produção social da sujeição criminal, mas cada evento só é capturado nessa estruturação se “fizer sentido” para muitos indivíduos, inclusive para o próprio acusado (MISSE, 2010, p. 23-24, *grifos nossos*).

Pode-se desenvolver, então, uma “subcultura da sujeição criminal” que incorpora traços afins a outras subculturas. A distinção feita na representação social entre “crime” e “mundo do crime” exige que “a diferença entre incriminação e sujeição criminal se apoie na maior ou menor socialização do agente criminal numa subcultura representada como, no mínimo, desnormalizada e como, no máximo, criminal” (MISSE, 2010, p. 29). Nos casos em que a experiência da sujeição criminal é vivida de forma extrema, a constituição de um

“sujeito-limite”, de um “sujeito-em-ruptura” com a ordem legítima dominante aprofunda de tal modo sua individuação e sua desfiliação a ponto de o tornar passível de vivenciar a incomunicabilidade dessa experiência.

Em outro artigo, ainda mais pertinente para o nosso trabalho, intitulado “Notas sobre a sujeição criminal de crianças e adolescentes”, Misse (2007) esclarece que seu foco é sempre a construção social do crime, bem como a desconstrução da sua “inscrição naturalista no evento e no sujeito social” (MISSE, 2007, p. 191). Também nessa oportunidade ele chama a atenção para o processo social que “antecipa preventivamente” o processo de incriminação

Indivíduos tornam-se suspeitos habituais e, por extensão, ruas, favelas, bairros caem sob a suspeita geral de serem “áreas perigosas”. A cristalização do crime num indivíduo, a transformação do evento possível de ocorrer em um sujeito social que incorpora em si o evento criminal virtual, cria tipos sociais- suspeitos preferenciais dos agentes de controle social. Quando os próprios indivíduos frequentemente suspeitos ou acusados incorporam em sua própria identidade essa suspeita e essa acusação, fazem-no como um papel social esperado e como uma carreira a que se pode apegar. No entanto, quando *esse papel e essa carreira contaminam todos os demais papéis sociais desse indivíduo, de modo a produzi-lo como um ser anômalo, uma personalidade anormal, um “perigo” para os demais, então a incriminação passa a habitar plenamente o sujeito social*. A isso tenho chamado de “sujeição criminal”, o crime incorporado no sujeito, naturalizado na personalidade do sujeito – que se torna agora um “mau caráter”, um “bandido” (MISSE, 2007, p. 193, *grifos nossos*).

Após apresentar alguns discursos/fatos presentes na história do “adolescente infrator” no Brasil – curiosamente afinados aos contemporâneos –, o autor discorre sobre algumas alternativas ao “problema”. Fala sobre as medidas socioeducativas e o não aproveitamento do trabalho que fazem, por exemplo, as assistentes sociais em suas entrevistas e em seus relatórios que reconstituem toda a trajetória de cada adolescente. Para o autor, esse material se perde,

assim, como a individualidade do adolescente que “se desfaz na homogeneidade da sujeição criminal” (MISSE, 2007, p. 199). Ao ser colocado de lado, esse jovem é uma facção de si mesmo e uma facção frente a todos os demais jovens: “*Não admira que venha a se juntar com outros si mesmos fracionados para formarem uma facção social, com um ethos guerreiro capaz de conduzir seu conflito especial com outras facções ou com a polícia*” (MISSE, 2007, p.199, *grifos nossos*). Misse continua o argumento, afirmando que é aí que se constitui e se reproduz um “mundo à parte”, que não é o antigo submundo do crime ou aquele das subculturas analisadas na sociologia, mas um mundo que não possui fronteiras bem delimitadas, já que seus agentes e facções circulam no “mosaico do mundo social mais abrangente” “partilham os mesmos sonhos de consumo e reconhecimento”. Ele completa:

Distinguem-se apenas porque se sabem facções de si mesmos e, portanto, capazes pelo seu *individualismo exacerbado e negativo de mostrar uma olímpica indiferença pelo outro*, de não se reconhecerem em sua face e de poderem fazer com ele o que bem entenderem, *sem remorsos*. Estão imersos em um labirinto cuja *lei é sobreviver a qualquer custo e cuja norma é a desconfiança sistemática* (MISSE, 2007, p.199, *grifos nossos*).

Misse traz uma importante contribuição para o campo de estudos das violências ao articular elementos da teoria do “labeling”, da rotulagem, com a investigação dos processos sociais que permitem que se produza e se reproduza a rotulagem e a incriminação de determinados tipos sociais. Além disso, procura pensar o que tais processos produzem em termos de subjetivação, de produção de sujeitos. E creio que é nesse ponto – no qual está o cerne de sua contribuição – que também é possível encontrar alguns limites. Ele propõe uma categoria ligada ao debate sobre subjetivação; mas, ao insistir na incorporação da “identidade deteriorada”, permanece no terreno da nomenclatura e dos papéis sociais. Mas, se em Goffman, como apontado em nota de rodapé mais acima, esse processo resulta sempre em uma série de posições continuamente negociadas, em Misse a subjetivação, o tornar-se sujeito resume-se na incorporação da identidade atribuída e incorporada: “a incriminação passa a habitar plenamente o sujeito social”. Para o autor, ainda, tal “classificação social” é legítima por ser relativamente estável e recorrente. Eu discordo, pois não creio que recorrência e estabilidade



possam conferir legitimidade a qualquer representação ou discurso social, mesmo quando produzem estruturas sociais. Os marcadores sociais da diferença, por exemplo (gênero, “raça”, classe), são estáveis e recorrentes, mas dificilmente alguém concordará que são legítimos. Além disso, penso que o que se reproduz é a seletividade penal, ou mesmo, nos termos de Misse, a “acumulação social da violência”, entendida como a articulação entre certas práticas criminais – que geram sensação de insegurança – e certos tipos sociais demarcados pela classe, cor e estilo de vida. O que se reproduz é a produção da criminalidade no sentido em que são evidenciados e punidos determinados crimes cometidos por determinados agentes: o “mundo do crime”, da “criminalidade”, é representado como o mundo dos “bandidos”, dos “ladrões” que são pobres e negros. Da incorporação desses rótulos para a atribuição de sentidos para esses rótulos e para os processos de subjetivação, é um salto muito grande. E é justamente nesse momento, com base nos dados etnográficos que veremos ao longo do trabalho, que nos distanciamos das proposições de Misse.

É notável que o autor faça justamente aquilo que criticou em dado momento de sua argumentação: ele homogeneiza os sujeitos naquilo que acredita caracterizar a “sujeição criminal”. Não discordo de que exista sujeição criminal, nem de que nela haja conteúdos, discursos de nomeação, colocados de fora para dentro e de que algo desse “estigma” produza efeitos concretos, que seja incorporado. Mas não há só isso. Há também elementos diversos do estigma e que o contrariam. Sujeição é processo de subjetivação; e, nesses tipos de processos, há sempre assujeitamento, mas há também produção, resistência, efeitos divergentes.

O foco de Misse, de Alba Zaluar (1985; 1995) e de outros autores na questão do *ethos guerreiro*, por exemplo, bem como na inferência do primeiro em relação ao “individualismo exacerbado”, em que a lei é “sobreviver sem nenhuma referência ou respeito ao outro”, distancia-se de um procedimento analítico e parece reduzir-se a uma colocação de conteúdos de fora para dentro, conteúdos que se ajustam à visões ligadas às percepções correntes que reforçam as sensações de medo, de insegurança, e que colocam o “problema da violência urbana” em íntima relação com os adolescentes pobres. Esse tipo de perspectiva acaba por reproduzir, ainda, uma imagem de monstruosidade desses jovens, imagem cara aos programas televisivos policiais e aos discursos

atrelados à ideologia do movimento “lei e ordem”<sup>17</sup>, que focam casos-limite, chocantes nos quais estão envolvidos adolescentes. Tais casos são estatisticamente raros e são condenados, como se verá ao longo da tese, no âmbito dos valores compartilhados pelos jovens, das regras em torno do “proceder”, do “correr pelo certo”. A lei “no crime” não é “sobreviver a qualquer custo”, mas é “morrer pelo certo”. Os valores centrais são o respeito e a humildade (mesmo se a “cabulosidade” às vezes deve entrar em cena), e não a indiferença e a arrogância. No “eu sou do crime”, é inescapável que se pense que há um processo de “inscrição do crime na subjetividade do agente” (MISSE, 2010, p. 25); mas o que significa *crime* e o que significa *ser do crime* para os “sujeitos criminais” – que, em nosso ponto de vista, não se reduzem a isso – não pode ser pressuposto de antemão.

\*\*\*

Em suma, enquanto Wiewiorka (2005) nem mesmo reconhece como sujeitos aqueles com vivências descritas em termos de violência, Misse (2007; 2010) descreve-os como “sujeitos criminais” que se movem pautados pela “exacerbação do individualismo”, pela “indiferença”, e que incorporam “plenamente” a incriminação. Uma série de etnografias sobre a “vida no crime” (BIONDI, 2010; DAMASCENO DE SÁ, 2010; DASSI, 2012; FELTRAN, 2008; LYRA, 2013; MARQUES, 2009; MALVASI, 2012; VIEIRA, 2009) descreve tais sujeitos e suas experiências de forma bem diversa daquela dos dois autores citados. Tais etnografias reconstituem e evidenciam a dimensão

---

<sup>17</sup> Tal movimento, nascido na década de 70 nos EUA, propõe uma política criminal pautada pela ideia de repressão máxima e alargamento de leis incriminadoras dirigidas aos delinquentes, aos homens “maus”, de modo a proteger as “pessoas de bem”. De acordo com Loïc Wacquant (2001), o movimento surgiu como resposta às estatísticas de aumento da criminalidade, mas, sobretudo, como forma de suprimir os intensos conflitos raciais dos guetos norte-americanos, tornando-se uma forma de contenção das populações marginalizadas via criminalização. Obtém maior visibilidade na década de 1990 em Nova Iorque ao ramificar-se na política da “Tolerância Zero” do governo de Rudolph Giuliani: perseguição obstinada à delinquência de rua, buscando promover uma verdadeira “limpeza urbana”. Acerca da ideologia do movimento “lei e ordem” e da questão das demandas pela redução da maioria penal no Brasil, ver o trabalho de Heloísa Petry (2013), em que são analisadas as proposições favoráveis à redução da maioria penal expressas em comunidades ou páginas virtuais da rede social Facebook.

do vivido e podem ajudar na compreensão dos processos de subjetivação em suas linhas de incorporação (*abolição*) e em suas linhas de resistência (*fuga*) (FOUCAULT, 1995; DELEUZE, 2005). Elas podem nos contar algo sobre que vida há no “crime” para além da “vida nua” (AGAMBEN, 2007); que condutas, que ética para além do “ethos guerreiro” (ZALUAR, 1985; 1995); que modos de subjetivação se processam ali e que não se restringem ou mesmo que divergem da clássica “sujeição criminal” (MISSE, 2007; 2010).

O presente trabalho, no tocante à problematização sobre sujeito, pauta-se, então, nas discussões que se dão no campo da antropologia e no diálogo dessa última com outras áreas que abordam a temática. Alguns dos trabalhos de Michel Foucault (1995; 2009a; 2009b) acerca de sua genealogia do sujeito moderno e dos processos de subjetivação constituíram-se como referências-chave para pensarmos os dados etnográficos.

Em “O Sujeito e o Poder”, Foucault (1995) esclarece que o que constitui o tema geral de sua pesquisa não é o poder, mas o sujeito. Seu objetivo era o de “criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (FOUCAULT, 1995, p. 231). De acordo com o autor, trabalhou para isso com três modos de objetivação: o modo da investigação – do sujeito do discurso, do sujeito produtivo e do sujeito biológico; o das práticas divisórias – divisão do sujeito em seu interior e em relação aos outros (doente e sadio, criminoso e “bom menino”); e o modo pela qual um ser humano se torna sujeito (por exemplo, via domínio da sexualidade).<sup>18</sup> O sujeito humano é colocado em relações de produção, de significação e de poder. É neste último campo que Foucault direcionou seu trabalho, procurando estender as dimensões de uma definição de poder para além dos modelos legais e institucionais a fim de estudar a objetivação do sujeito. Para alcançar esse objetivo, era necessário “usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida” (Idem, p. 234) – ou seja, mais do que analisar a racionalidade interna do poder, analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias.

---

<sup>18</sup> É interessante notar que os três modos de objetivação descritos pelo autor coincidem com as fases que, de acordo com os comentadores, marcam a obra de Foucault: uma primeira fase arqueológica, com o foco nas formações discursivas do sujeito; uma segunda fase e terceira fases genealógicas, focando respectivamente as práticas divisórias e as práticas de autoconstituição subjetiva (História da Sexualidade).

Foucault (1995) ressalta que há dois significados para a palavra sujeito: *sujeito a alguém* pelo controle e dependência e *preso à sua própria identidade* por uma consciência ou autoconhecimento: “Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a” (Idem, p. 235). É importante destacar, então, que, para Foucault, na cultura ocidental os seres humanos se tornam sujeitos (subjetivação) via modos de objetivação (investigação; práticas divisórias e domínio da sexualidade). Esse processo está sempre implicado em relações de poder, de assujeitamento.<sup>19</sup> Contudo, a desconstrução do sujeito e o entendimento de que o poder assujeita e ao mesmo tempo produz sujeitos e de que nessa produção há sempre lutas, resistências e efeitos não previstos podem nos deixar atentos para a questão de que qualquer reflexão sobre as possibilidades de subversão, de transformação política devem levar em conta a especificidade da forma como se estabelece o poder moderno: o Estado exercendo uma força tanto individualizante quanto totalizadora. Seguindo as considerações de Foucault (1995), o Estado moderno ocidental integrou em uma nova forma a antiga tecnologia de poder pastoral do cristianismo. Assim, pode-se considerá-lo “a matriz moderna da individualização” (Idem, p. 237). A partir dessa assertiva, temos que o domínio do político não pode ser considerado exterior aos indivíduos, mas faz parte do processo de constituição de “individualidades totalizadas”. Como discorre Judith Butler (1998, p. 25):

[...] os sujeitos que instituem ações são eles mesmos efeitos instituídos de ações anteriores e [...] o horizonte em que agimos está aí como uma possibilidade constitutiva de nossa capacidade de agir, não mera ou exclusivamente como um campo exterior ou teatro de operações.

Em relação às possibilidades de resistência, Foucault (1995) nos diz, ainda, que nos dias atuais o objetivo talvez “*não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos*”. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste ‘duplo constrangimento’ político, que é a simultânea individualização e totalização própria às

---

<sup>19</sup> Essa relação entre objetivação e subjetivação proposta por Foucault pode ser útil para questionarmos concepções que apresentam os termos sujeito/objeto, interioridade/exterioridade de forma estanque, purificada.

estruturas do poder moderno” (FOUCAULT, 1995, p. 239, *grifos nossos*).

Da genealogia do sujeito moderno, além da questão da especificidade da subjetivação como objetivação que ao mesmo tempo assujeita e produz, é importante também ressaltar a contribuição foucaultiana no sentido da sua crítica radical à ideia de interioridade. Gilles Deleuze (2005) discorre que na obra de Foucault: “O lado de fora não é um limite fixo, mas uma matéria móvel, animada de movimento peristálticos, de pregas e de dobras que constituem um lado de dentro: nada além do lado de fora, mas exatamente o lado de dentro *do* lado de fora” (DELEUZE, 2005, p. 104). Além disso, o duplo nunca é uma projeção do interior, mas uma interiorização do lado de fora: “Não é um desdobramento do Um, é a reduplicação do Outro”. Não é a emanção de um Eu, mas é uma instauração da imanência de um “sempre-outro” ou de um Não eu (p. 105).

Foram, ainda, muito inspiradoras para o presente trabalho as reflexões do autor presentes na *História da Sexualidade 2: O uso dos prazeres* (2009b). Trata-se da obra em que Foucault realiza, de acordo com ele mesmo, um terceiro deslocamento: depois de analisar a formação dos saberes e os sistemas de poder, pensar “as formas pelas quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos dessa sexualidade” (FOUCAULT, 2009b, p. 10). O autor esclarece que, nesse terceiro deslocamento em sua obra, tratava-se de “estudar os jogos de verdade na relação de si para si e a constituição de si mesmo como sujeito, tomando como espaço de referência e campo de investigação aquilo que poderia chamar-se ‘história do homem de desejo’” (p. 13). Mesmo sendo a obra centrada, então, no campo da sexualidade, acreditamos que suas reflexões em torno da relação entre moral e práticas de si são pertinentes para pensar também os processos de subjetivação no campo da “criminalidade”. O próprio autor, de certa forma, “autoriza-nos” a assim pensar quando discorre que aquilo a que ele se ateu durante tantos anos foi a tarefa de evidenciar alguns elementos que possam servir para uma história da verdade. Não aquela do que poderia haver de verdadeiro nos conhecimentos:

[...] mas uma análise dos “jogos de verdade”, dos jogos entre o verdadeiro e o falso, através dos quais o ser se constituiu historicamente como experiência, isto é, como podendo e devendo ser pensado. Através de quais jogos de verdade o homem se dá seu ser próprio a pensar quando se

percebe como louco, quando se olha como doente, quando reflete sobre si como ser vivo, ser falante e ser trabalhador, *quando ele se julga e se pune enquanto criminoso?* (FOUCAULT, 2009b, p. 13, *grifos nossos*).

No item que segue, procura-se mostrar como, na construção do problema de pesquisa, foi também realizado um deslocamento no sentido da busca por ultrapassar o enquadramento da questão jovens/"crime" como problema social em si e como produção de teorias exógenas em que predomina a definição dos jovens a partir da ideia da transgressão à lei e à norma.

### **1.1.3 Do “delinquente juvenil”, do “adolescente em conflito com a lei à experiência “no crime”**

Não é realizado, no que segue, um estado da arte extenso ou que se pretenda completo, mas uma revisão em que são discutidas as principais linhas de abordagem da relação entre jovens e “delinquência”/“criminalidade” e os limites, continuidades e rupturas estabelecidas a partir do lugar (teórico-etnográfico) em que nos situamos. Serão apresentadas, primeiro, as contribuições das teorias sociológicas clássicas sobre “delinquência juvenil”, seguidas dos trabalhos sobre “jovens em conflito com a lei” no Brasil e, por fim, alguns trabalhos que se afinam com o presente, pois se referem, de alguma forma, às vivências, à experiência dos jovens no chamado “mundo do crime”.

#### *Teorias clássicas sobre a “delinquência juvenil”*

De acordo com Helena W. Abramo (1994), a noção de juventude aparece como categoria especialmente destacada nas sociedades industriais ocidentais modernas, pois surge como um problema da modernidade. A autora mostra que o interesse pela juventude se deu na medida em que certos setores juvenis pareciam problematizar o processo de transmissão das normas sociais. No início do século XX, a visibilidade da juventude e sua problematização teórica constroem-se através do surgimento de comportamentos considerados, na época, “desviantes” – o foco eram grupos de jovens denominados *delinquentes*, *excêntricos* ou *contestadores*. Nesse contexto, a própria juventude como condição apareceu como um problema social. Durante todo o século

XX, as questões da delinquência, da rebeldia e da revolta permaneceram centrais na problematização acerca da juventude. Paralelamente, foi-se estruturando uma caracterização da “juventude normal”, mas que não deixa de conter elementos que a definem como uma condição que guarda, sempre, em potência, descontinuidade e ruptura das regras sociais.<sup>20</sup> As teorias sociológicas sobre a delinquência juvenil participam desse quadro no qual a juventude passa a ser descrita e constituída como um problema para o qual é preciso desenvolver modelos explicativos e de intervenção.

Em um balanço sobre a sociologia da delinquência juvenil com foco na produção norte-americana e francesa, Gérard Mauger (2009) faz uma síntese das teorias clássicas que informaram – e informam – as pesquisas sobre o tema. De acordo com o autor, nos EUA a delinquência juvenil é, por excelência, o domínio de investigação estudado por todas as tendências da sociologia norte-americana em todos os períodos de sua história, em razão da existência de um corpo de trabalhadores sociais, de carreiras universitárias com formação correspondente e, de modo geral, da perenidade de uma demanda institucionalizada. Nessa tradição, em linhas gerais, a sociologia da delinquência, inspirada na Escola de Chicago (tendo por noção-chave a ideia de *desorganização*), é sucedida pela linha culturalista (*sub-cultura*), assim como a sociologia funcionalista (*anomia*) é suplantada pela interacionista (*reação social*). Essas escolas e respectivos conceitos-chave são também trabalhados por François Dubet (2008) como constituindo os três principais modelos sociológicos para a explicação da “marginalidade” e do “desvio” dos jovens. No primeiro modelo, centrado na ideia de *crise*, a delinquência é interpretada como uma reação à ruptura dos modelos de integração provocada por mudanças sociais. Tal modelo foi desenvolvido na “Escola de Chicago” a partir do conceito de “desorganização” (o marginal situado entre dois mundos; crise de referências) e na obra Parsons em termos de “anomia” (delinquência como efeito da indeterminação estatutária nas sociedades industriais modernas). O segundo modelo clássico articula as ideias de *frustração e de desvio*. Desenvolveu-se também dentro de perspectivas funcionalistas ou neofuncionalistas; mas, ao invés de privilegiar problemas de integração, faz referência a tensões ligadas às posições dos atores na estratificação social (como na obra de Merton: o desvio como contradição entre expectativas culturais homogêneas e estrutura social desigual). Por fim,

---

<sup>20</sup> Para uma discussão sobre as especificidades da “condição juvenil” partilhada por jovens “no crime”, ver Vieira (2009, p. 18-21).

segundo o modelo do *controle social*, a delinquência é percebida como resultado dos procedimentos de controle que a identificam, definem, tratam. Nesse modelo o objeto de análise desloca-se do delinquente para as agências de controle e estigmatização que lhe fabricam (polícia, sistema de justiça, sistema prisional). Inserem-se aí as reflexões pautadas na leitura da construção social da delinquência e da criminalidade (“labeling theory”: Becker, Goffman, Matza; Foucault).<sup>21</sup>

A despeito das diferenças entre elas, o primeiro e o segundo modelo compartilham o fato de se dedicarem a *explicar as motivações e as causas* da delinquência, do desvio, do problema. As explicações variam de acordo com as escolas, com as linhas teóricas; e, em cada uma delas, são acionadas diferentes categorias, como desorganização, subcultura, reação social e anomia. Tais teorias fornecem chaves de leitura, de compreensão e explicação para as motivações e causas das ações “delinquentes”, mas outras dimensões da questão não são investigadas, descritas e analisadas: como são essas vivências; o que produzem. Na maior parte delas, ainda, os jovens em questão são percebidos como um problema social; e, por conseguinte, estão implicados, em cada teoria, caminhos de intervenção com vistas à normatização, ao controle dos agentes e das condutas. A perspectiva desses modelos explicativos clássicos, por fim, insere-se em uma métrica em que há um único padrão pressuposto e legítimo – um modelo de sociedade pautado pela ideia de ordem e de contrato social. Aquilo que escapa a esse padrão é, então, “lido” como delinquência (infrações em relação à lei penal) ou como desvio (condutas fora da norma), daí serem teorias negativas no sentido da descrição focada na transgressão, no desvio. No capítulo 3, ver-se-á que o tipo de explicação produzida nesse corpus clássico não pode ser desconsiderado, mas a maneira como delineamos a questão abre outras dimensões e pode permitir que se

---

<sup>21</sup> Dubet (2008) faz apontamentos interessantes no que toca aos limites dos três modelos (p. 201-207). De acordo com o autor, as teorias clássicas não dão conta, por exemplo, da “raiva” que marca a situação da “galère”: expressão de um sentimento de dominação e não apenas de exclusão entre os jovens imigrantes e pobres por ele estudados nos anos 80 na França. Daí propõe uma interpretação em termos de “classe perigosa”: o crime porta uma revolta de classe perigosa, é um dos seus modos de ação, mas não toma forma de nenhuma relação social. Aqui é possível alocar a posição de Dubet em lugar teórico próximo ao de Wieviorka na medida em que as expressões de “violência” são lidas como resquícios, como excessos que escapam ao social, que nada estruturam posto que distantes do princípio de conflitualidade.



construa uma “teoria etnográfica” acerca do que a *vida no crime* produz e não somente daquilo que ela nega.

Voltando ao balanço de Mauger (2009), o autor discorre que, mais recentemente, a renovação teórica se operou em duas etapas: nos anos 60 com a teoria do “controle social” e nos anos 70 com as “teorias da ação”. Nessas últimas entra cena o “ator racional”, e a explosão da delinquência se explicaria pela multiplicação das ocasiões de delinquência. Esse novo paradigma levou ainda à renovação das políticas de segurança: inspirou técnicas de “prevenção situacional”; a teoria da “janela quebrada”, por exemplo, levou ao desenvolvimento de uma polícia de proximidade. Para Mauger, o predomínio desse paradigma se deve muito mais a mudanças no campo intelectual e político – o deslocamento para o polo subjetivista, o retorno da filosofia utilitarista individualista – do que a sua capacidade de resolver enigmas sociológicos. Vale ressaltar que aquilo que pensamos em termos da articulação entre subjetividade, processos de subjetivação e violência está mais afinado com as teorias do controle e da reação social do que com a teoria da ação nos termos em que está descrita pelo autor.<sup>22</sup>

De acordo com Mauger, ao contrário do que acontece na América do norte, na França o tema seria uma espécie de “primo pobre”. Predominam os estudos no campo da psicologia e do direito; e no campo sociológico o objeto é considerado indigno. Para o autor, o deslocamento do foco das pesquisas sobre os desviantes em direção à questão da “reação social” foi uma tentativa de enobrecê-lo. Desde os anos 70, prevalece no país o paradigma do “controle social” (um encontro entre a crítica epistemológica institucional e o movimento social), representado por autores como Foucault, Goffman, Castels. Na década de 90, houve uma renovação da sociologia da delinquência dos jovens de classes populares a partir de pesquisas de uma nova geração de pesquisadores estrangeira às polêmicas que opunham etiologia (causas) e reação, controle social. Como deslocamento recente, ainda, Mauger aponta que

---

<sup>22</sup> É preciso lembrar que o chamado “paradigma da ação” é muito heterogêneo. Nem todas as linhas trabalham com a ideia de “ator racional”. Na antropologia, por exemplo, há perspectivas centradas na discussão sobre agência que inclusive questionam concepções substancialistas, universalizantes, como em Sherry Ortner (2005). Há também as “teorias da performance” (LANGDON, 1996), centradas na ação mas pautadas pela ideia de sujeitos que emergem nas relações, em contexto.

La sociogenèse des trajectoires délinquants dans la société française contemporaine apparaît sous-tendue par une économie du “capital symbolique”, de l’ “importance sociale”, de la “reconnaissance”, ou, comme on dit dans les banlieues, du “respect”, de la “réputation”, c’est-à-dire aussi des “raisons de vivre” (MAUGER, 2009, p. 99)<sup>23</sup>.

É notável o quanto esses elementos, essa “economia” que se mostra importante para os jovens das periferias francesas, não estão distantes daqueles que aparecem entre os interlocutores da presente pesquisa, como será aprofundado no decorrer do trabalho. Também chama a atenção a questão da renovação do campo a partir das pesquisas de jovens pesquisadores, o que também se mostra presente entre nós.

Apesar dos apontamentos críticos feitos acerca das teorias sociológicas clássicas, há uma série de contribuições nesses trabalhos – e vale ressaltar aqui a chamada Escola de Chicago, pois muitas obras desenvolvidas em seu âmbito apresentam contribuições para o campo não datadas, extremamente pertinentes. A descrição que segue foi feita a partir da obra *L’interactionnisme symbolique*, de David Le Breton (2008), na qual há um capítulo dedicado aos estudos da Escola de Chicago sobre delinquência e desvio. Seguindo as considerações do autor, por muito tempo, especialmente até os anos 30, a sociologia norte-americana considerou a delinquência um fato incontestável induzido por uma ruptura da lei. Nesse contexto a pesquisa versava sobre as condições sociais que predispunham à delinquência e sobre a cultura que regia seu funcionamento. Na primeira “Escola de Chicago”, ainda, a noção de desorganização, derivada da noção durkheiminiana de anomia, predominou. Tal noção procurava traduzir a ruptura provocada pelas tentativas individuais e coletivas que ajustam mais mutuamente. Via-se essa situação como um sintoma de perda de autoridade da cultura e do controle social no interior de uma comunidade. O contexto de pesquisa eram as comunidades de imigrantes pobres vindos de outros horizontes culturais e que acumulavam uma dupla desvantagem aos olhos da sociedade americana. Apesar de todas as críticas feitas por autores de fora e da própria Escola à ideia de “desorganização”, os

---

<sup>23</sup>“A sociogenese das trajetórias delinquentes na sociedade francesa contemporânea aparece subtendida por uma economia do “capital simbólico”, da “importância social”, do “reconhecimento”, ou, como se diz nas periferias, do “respeito”, da “reputação”, quer dizer das “razões de viver” (tradução nossa).

trabalhos já da primeira “Escola de Chicago” trouxeram contribuições para o campo. Le Breton (2008) aponta, por exemplo, que o desejo de compreender como o delinquente definia as situações em que estava envolvido levou esses sociólogos a lhes darem a palavra e, sobretudo, a escutá-los. Por exemplo, ainda na década de 30, foi publicada por Clifford Shaw (1966) a primeira história de vida de um “menino delinquente”, trabalho inaugural e com o qual dialogamos no capítulo 3.

A partir de autores como Sutherland e Becker, que fazem parte de um segundo momento da Escola, o tipo de questão passou a se transformar radicalmente. Com a “sociologia do desvio”, a delinquência deixou de ser considerada um dado evidente e passou a ser objeto de interrogação: quem decide sobre o desvio, onde e como? O desvio passa a ser visto não como propriedade do comportamento, mas da interação entre a pessoa que comete o ato e os que reagem a tal ato. A obra de Howard Becker “Outsider”, dos anos 60, renova os trabalhos sobre desvio evidenciando em sua origem um processo social de designação em que “O desvio é menos a consequência mecânica da ruptura da lei sancionada pela sociedade do que um jogo de interação sutil entre uma transgressão e o olhar colocado sobre ela pelos atores sociais” (LE BRETON, 2008, p. 81, tradução nossa). Daí sua teoria ser chamada “labeling theory”, “teoria da etiquetagem”.

Cabe, ainda, mencionar a importância do trabalho de Sykes e de Matza (APUD LE BRETON, 2008) acerca das “técnicas de neutralização moral”, que serão discutidas no terceiro capítulo. Além disso, a noção de “associação diferencial” de Matza (APUD LE BRETON, 2008), a noção de “mundos sociais” utilizada por Becker (IDEM), bem como o trabalho de Edwin Sutherland “*The professional thief*” (1988), trazem muitos elementos para a reflexão sobre trânsitos entre mundos, entre domínios da realidade.

### *Trabalhos sobre “jovens em conflito com a lei” no Brasil*

A relativamente recente categoria jurídica adolescente ou jovem “em conflito com a lei” é um dos principais modos de descrição, de nominação, utilizados no Brasil para circunscrever os sujeitos interlocutores da pesquisa, adolescentes que já passaram por um processo de incriminação e de institucionalização<sup>24</sup>. Há uma série de trabalhos acerca do “adolescente em conflito com a lei” no campo do

---

<sup>24</sup> Sobre a categoria “adolescente em conflito com a lei”, ver no segundo capítulo o item 2.1.1.

direito, da educação, do serviço social, dentre outros. Centraremos nosso foco naquilo que está sendo produzido pelas ciências humanas. Serão discutidos um balanço da produção recente, uma coletânea da área da sociologia e um Dossiê composto por trabalhos etnográficos. Por fim, serão apresentados, ainda, dois trabalhos com os quais temos afinidades além do já citado Dossiê.

A revisão de literatura de Maria Cristina G. Vicentin (2005) mostra-se pertinente para o presente trabalho, pois as obras por ela analisadas são as que focalizam o sujeito e a construção de seus territórios existenciais coextensivamente às estruturas sociopolíticas, bem como a situação limite que atravessa os “adolescentes em conflito com a lei”. A autora realiza um balanço da literatura dos últimos 30 anos, período em que um pensamento crítico das instituições totais pôde exercitar-se na esteira do processo de redemocratização. Além disso, são reflexões produzidas por autores que trabalharam como dirigentes da FEBEM (SP e RS) ou que lá estiveram na condição de internos.

Um trabalho ícone dos anos 70 seria o de Maria Lúcia Violante com uma perspectiva marxista atravessada pelo modelo conceitual da revolução: os comportamentos dos marginalizados são pensados como manifestações de revolta, mas não são considerados revolucionários por se restringirem ao nível individual, desorganizado, e por não serem transformadores das condições de vida. Contudo, não são percebidos como a causa da desordem social, mas como sua denúncia. Vicentin salienta que, ainda assim, Violante sustenta uma positividade na ação desses jovens ao formular sua constituição subjetiva aos moldes de um dilema, o do “decente malandro”: uma “forma de subjetivação que coloca no jovem, como efeito identitário, uma tensão, um conflito permanente entre sentir-se ‘decente’ e ter de ser ou um ‘regenerado’ ou um ‘malandro’” (VICENTIN, 2005, p. 199). Vê-se nessa formulação a ideia de uma deriva entre polos separados e opostos. No capítulo quinto, essa questão, que não é nova na Sociologia (há trabalhos da Escola de Chicago nesses moldes), será discutida a partir da ideia de comensurabilidade entre mundos e da decência “no crime”, e não como algo fora dele.

Na década seguinte, predominaram as ideias de “rebelião da pobreza”, de “cultura da violência”, de delinquência como meio de luta pela própria vida. As obras de Emir Sader e Maria Ignês Bierrenbach colocam os delinquentes em posição similar ao do “bandido social” e os descrevem em termos de uma “dupla orfandade”: situados no espaço vazio entre a institucionalidade liberal e o classismo sindicalista – orfandade política - incapazes de se constituírem como sujeitos de suas

próprias lutas. É interessante notar que tal perspectiva se aproxima àquela de François Dubet (2008) no trabalho que este conduziu também nos anos 80.<sup>25</sup>

Acerca das pesquisas mais recentes, Vicentin aponta para a centralidade do “paradoxo moral dos adolescentes em conflito com a lei”. Cita, então, a pesquisa de Isa Guará, que toma a reiterada e atual expressão dos internos da FEBEM de que “o crime não compensa, mas não admite falhas” como expressão máxima do paradoxo que os atravessa. Na perspectiva de Guará (APUD VICENTIN, 2005) entre esses adolescentes há uma dualidade de referências de ação, presentes em duas ordens morais: a da ética do trabalho – definida pela comunidade e família pobre – e a do código e exigências do mundo da criminalidade. Na primeira afirmação – “o crime não compensa” –, pode-se ler, ainda de acordo com Guará, a compreensão dos perigos e dos riscos (punição, morte, frustração) envolvidos em sua escolha de vida, reveladora de uma consciência moral utilitária, que cogita controlar-se em função das desvantagens e consequências das transgressões. Na segunda afirmação – “o crime não admite falhas” –, a autora entende que há uma coincidência com o pensamento dos modernistas na certeza de que, se a vida é perigosa, deve ir-se até as últimas consequências, matar ou morrer. Trata-se, para Guará, de uma moral “híbrida” ou “dilacerada” em que se busca continuamente encontrar uma unidade e na qual o bem e o mal são continuamente relativizados:

Os jovens que convivem com essa dupla vinculação moral sentem-se, de certo modo, tolhidos pela perda de poder e de reconhecimento e submetidos à dominação das forças perversas que presidem as atividades e a cultura da criminalidade. Por outro lado, é a adesão a essa mesma cultura que oferece a ilusão da onipotência e a fantasia da dominação. Sua identidade é marcada por essa indefinição: são ao mesmo tempo os filhos “humildes” dos trabalhadores pobres urbanos e os corajosos ladrões que provocam o medo social (GUARÁ APUD VICENTIN, 2005, p. 204).

---

<sup>25</sup> Ver nota de rodapé sobre o autor no trecho sobre As teorias clássicas sobre a delinquência juvenil.

Para Guará (APUD VICENTIN, 2005), ainda, tais jovens produzem um discurso maniqueísta, próprio de uma moral heterônoma, linear e pouco flexível. Além disso, eles não têm vivido situações que promovam seu “desenvolvimento moral” e sua condição social; e o ambiente moral da sociedade como um todo não tem contribuído para uma mudança nos padrões morais desses jovens. O aumento da repressão – via alteração legal – apenas reforçaria a moral heterônoma, fazendo pautar sua vida não em metas de desenvolvimento, mas em estratégias de acomodação aos “códigos perversos do crime”. Nesse trabalho de Guará, aparece a ideia de deriva e, em adição, a de uma moral “híbrida” (dupla vinculação) ou “dilacerada”: “tica do trabalho” e “códigos perversos do crime”. Nossos dados, bem como os de uma série de pesquisas no campo (DASSI, 2010; FELTRAN, 2008; LYRA, 2010), têm apontado que talvez haja mais do que dois polos opostos e que aquilo que descreve cada polo não seja tão simples, tão límpido, como nas descrições habituais e exteriores a quem vive tal experiência: há muito da “tica do trabalho no crime”, bem como códigos marcados pela virtude e não pela “perversidade”. A ideia de uma “consciência moral utilitária” também não parece se sustentar, pois, se assim o fosse, por que embarcariam em um “negócio” no qual é “hospital, cadeia, caixa”?

Vamos à obra “Juventude em conflito com a lei” (PAIVA; SENTO-S, 2007). Na “Introdução: o debate sobre a juventude em conflito com a lei”, Vanilda Paiva apresenta os trabalhos que compõem o livro (muitos deles textos apresentados no Seminário de encerramento do projeto “Educação e Cultura: medidas sócio-educativas e pesquisa entre jovens em conflito com a lei, suas famílias e comunidades”). Algo interessante em seus apontamentos  que a autora coloca a questão da “juventude em conflito com a lei” não como um “problema” brasileiro, mas como algo de certo modo partilhado num cenário global e que não pode ser explicada apenas por fatores como pobreza:

Os jovens de periferias urbanas atravessadas por uma pesada exclusão na inclusão mais ampla deixam ver que a violência potencial não tem necessariamente relação com a fome ou o frio, ou seja, com carências primárias às quais ela foi por muito tempo associada. Está perto da pobreza, mas longe da miséria, deriva da necessidade de reconhecimento pessoal e social, dos apelos da sociedade de consumo, da consciência (e da eventual experiência) das menores possibilidades

de entrar e manter-se no mercado de trabalho, da expectativa da gangorra social e da desproteção social crescente e ameaçadora, dos preconceitos a serem enfrentados, e *last but not least*, de energias físicas e psíquicas não utilizadas (PAIVA, SENTO-SÊ, 2007, p. 09).

Nesse sentido, trata-se de uma visão aberta a uma série de dimensões que compõe o fenômeno. Contudo, logo no início da discussão coloca no mesmo plano as “*eméutes*” de 2006 – manifestações, queimas de carros – levadas a cabo por jovens da periferia da França e os “jovens em conflito com a lei” do Brasil sob o rótulo “violência”. Não há tematização sobre a nomenclatura, a classificação da questão como “violência”, bem como se trabalha a partir da sociologia sem nenhuma problematização da categoria jurídica jovens “em conflito com a lei”. O olhar sobre a questão mostra-se bem abrangente e permite pensar contextos e redes de interdependência, mas mostra muito pouco em termos de acesso aos sentidos dessas vivências.

Em relação aos trabalhos que fazem parte do livro, estes discorrem sobre o conhecimento prévio das punições como aspecto que faz as normas perderem força; teorias sociológicas acerca do “comportamento infracional”; importância das medidas de dissuasão – através de uma polícia que consiga “dialogar com os jovens” ou através do respeito, da honestidade e do amor em relação aos jovens; a política “socioeducativa” paulista e seu caráter violento e fechado; a relação entre juventude e tráfico de drogas e o questionamento sobre os dados estatísticos que conferem um vínculo entre o tráfico e a vitimização letal entre jovens; a “sujeição criminal” entre crianças e adolescentes. Os trabalhos versam, assim, sobre aspectos diversos, mas são permeados por uma preocupação geral baseada na ideia de que é preciso solucionar o “problema” do “jovem em conflito com a lei” a partir da *integração* desses jovens na sociedade.

Perspectiva bem diferente trazem os trabalhos etnográficos que compõem o Dossiê “Jovens em conflito com a lei” (BIONDI; MARQUES, 2011). Trata-se de reunião de artigos de jovens pesquisadores de todo o Brasil, uma deles de minha autoria e baseado na dissertação de mestrado. Na apresentação da publicação, Gabriel de Santis Fetran (2011) fala sobre a guerra de significados que encerra o enunciado “jovens em conflito com a lei”. De acordo com Feltran, nas cinco etnografias que compõem o dossiê o foco não está na pergunta de como resolver ou administrar o problema do “menor infrator”; e a

fratura que interessa compreender na vida dos jovens estudados não está fundada no desvio em relação à lei oficial. Isso porque, para os autores, a insistência na citada pergunta quase sempre oculta o fato de que tal “problema” não existe autonomamente, nem da mesma forma para os nele implicados ou nas diferentes esferas da vida em que aparece. Já a fratura não se refere a desvio frente à lei, mas às disputas que se dão em torno mesmo da definição dessa lei:

O “jovem em conflito com a lei” deste volume, portanto, deixa de ser um indivíduo cujos dramas os autores investigam, ou um sujeito social dado, para o qual deve-se encontrar um destino. Ele é, antes, um enunciado que encerra um litígio político, sobre o qual se assenta a formulação, nos termos conhecidos, da experiência vivida por inúmeros adolescentes e jovens das periferias urbanas (FELTRAN, 2011, p. 259).

Além disso, acrescenta que, ao inverterem a pergunta inicial, os autores puderam perceber que os adolescentes em “medida socioeducativa” não estão suspensos no vazio, à espera de vínculos, ou mesmo alijados do Estado ou do mundo social. Pelo contrário, suas vidas são constitutivas do centro do problema social contemporâneo e estão vinculadas por dinâmicas assistenciais, familiares, mercantis e de trabalho que, em boa parte dos casos, se inscrevem no chamado “mundo do crime”. A presença estatal até mesmo sobra nessas vidas, mas isso não quer dizer que tal presença seja garantidora de direitos. Feltran destaca ainda que essa inversão no modo de conceber o “jovem em conflito com a lei” provoca questões como o fato de emanarem desses “meninos foras da lei” incontáveis princípios, códigos de conduta, regras, normas morais e juízos capilarizados no tecido urbano. Dos lugares onde vivem, surgem ainda sistemas de “posições de poder”, “representação” e “legitimidade” social que atravessam as muralhas de cadeias e de unidades de internação. O autor vai mais além e afirma que os artigos do dossiê “descrevem novas instâncias de reivindicação do monopólio *legítimo* – porque legitimado entre os pares – do uso da força [...]” (FELTRAN, 2011, p. 262). Os textos em questão produzem também um “modo novo de conceber a política a partir dos temas que tratam, porque a atividade política é a que faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho” (idem, p. 263).



Um último ponto importante da apresentação de Feltran é a explicitação de que a postura de suspensão da pergunta “como resolver?” não implica uma postura de abstenção em relação à crítica e às tentativas de transformação social. A contribuição está justamente na desconstrução do problema como algo dado, passando a ser visto como algo que se constrói em cada situação em que se crê que ele é dado e que está em relação concreta com vários outros problemas, “incrivelmente silenciados na bibliografia dominante sobre o tema: o ‘crime’ e suas facções, a polícia, a religião, a família, o trabalho, os debates públicos, as formas concretas de gestão das políticas” (FELTRAN, 2011, p. 263).

Outra obra com a qual compartilhamos uma série de posições e que traz resultados próximos ao da presente tese é “A república dos meninos: juventude, tráfico e virtude”, de Diogo Lyra (2013). Tal livro poderia ser também descrito como afim ao conjunto de pesquisas que compõem o Dossiê acima mencionado. Lyra procura analisar os jovens interlocutores – “meninos institucionalizados” – como objeto em si e não a sua conduta inferida a partir de outros temas como a pobreza, a violência. Produz críticas concisas e corajosas a respeito da lente – presente em trabalhos importantes das ciências sociais – que retrata esses adolescentes sob a óptica da precariedade material e moral. Busca o que pensam a respeito de si mesmos e do mundo à sua volta, seus valores e dilemas. E o que descobre é que seus desejos têm a ver com invenção da autonomia, da dignidade e da liberdade numa “república de meninos”. Essa última revela como um conjunto de “garotos armados” justifica seu papel nas comunidades que controlam. O autor esclarece que tais discursos de legitimação não devem ser encarados apenas como “versão dos fatos”; mas, “ao fornecerem uma interpretação da sua própria realidade, eles nos ofertam, também, surpreendentes noções de direito público e privado, de produção da justiça, de bem comum, e, claramente, também de virtude” (LYRA, 2013, p. 148).

A já citada obra “A vida em rebelião”, de Maria Cristina G. Vicentin (2005), é também importante referência pela afinidade em relação ao problema da pesquisa – ao pensar os processos de subjetivação entre adolescentes institucionalizados –, bem como no que se refere às preocupações analíticas e éticas/políticas. O livro focaliza os modos de existência e de resistência dos adolescentes às lógicas de poder presentes no “sistema FEBEM”:

Sem respostas sociais viáveis para suas inquietudes ou reivindicações, os jovens pobres

têm sinalizado uma não aceitação dos processos de rejeição, estigmas e violência a que estão submetidos, produzindo movimentos de encurtamento da distancia entre a formalidade dos direitos de cidadania e a prática desses direitos, encurtamento que desestabiliza muitas vezes a fronteira entre violência e protesto, entre delinquência e revolta. Assim, a conflitualidade urbana contemporânea, protagonizada fortemente pela juventude, dá sinais de operar em diferentes dimensões, como protesto, como revolta, como estratégia de sobrevivência e como estratégia de subjetivação (VICENTIN, 2005, p. 19).

Uma das grandes contribuições do trabalho está nessa postura de análise que leva em conta a tensão, os dilemas, as fronteiras, sem pressupor ou estabilizar lugares, sem arranjar as coisas de modo a predefinir as experiências como violência ou como protesto.<sup>26</sup> A autora procura justamente elaborar uma cartografia das fronteiras entre conflito e criminalidade, violência e protesto, a partir das rebeliões protagonizadas por internos da FEBEM-SP nos anos 99-2000. Enquanto grande parte da história da infância e da juventude brasileira trata dos dispositivos de sua captura e tutela e mesmo de sua repressão e extermínio, é fundamental, de acordo com Vicentin, construir a história das “linhas de fuga”, da resistência empreendida por esses jovens.

Os trabalhos presentes no citado Dossiê (BIONDI; MARQUES, 2011), as obras de Vicentin (2005), de Lyra (2013), bem como tantas outras etnografias recentes (BIONDI, 2010; DAMASCENO DE SÁ, 2010; DASSI, 2012; FELTRAN, 2008; MARQUES, 2009; MALVASI, 2012), comungam a preocupação em evidenciar os sentidos que os próprios sujeitos dão às suas experiências. Muitas dessas obras também procuram pensar como tais vivências são constitutivas desses sujeitos. A presente pesquisa situa-se nesse quadro geral, e a sua contribuição específica pretende ser a articulação entre *moral, subjetivação e crime*. O problema de pesquisa pode ser sintetizado como a *experiência* de jovens *no crime*. Sempre vale lembrar que a noção de “crime” acionada no trabalho refere-se à categoria “nativa” (dos interlocutores da pesquisa), de maneira que “crime” expressa um modo de vida. Em

---

<sup>26</sup> Pressuposições que sustentam trabalhos clássicos na área, como as já mencionadas obras de Dubet (2008) e Wieviorka (2005), bem como em Zaluar (1985; 1995), como se discutirá mais adiante.

relação à categoria *experiência*, mais uma vez é fonte de inspiração a obra de Foucault. No “Uso dos prazeres” (2009), o autor define “experiência” como a “Correlação, em uma cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade (FOUCAULT, 2009, p. 10)”. É claro, que o presente trabalho não é ostensivo como o dele, não tem pretensões de fazer generalizações tão abrangentes. Mas, nos limites de uma pesquisa relativamente de curta duração sobre um objeto mais específico, o uso da categoria *experiência* nos ajuda a pensar que estão em jogo discursos de saber (produzidos nas Ciências Sociais e em outras áreas que circunscrevem o “adolescente em conflito com a lei”); normatividades (o sistema socioeducativo, as instituições, mas também as regras e normas produzidas no âmbito do “crime”) e as formas de subjetividade e os processos de subjetivação.

Antes de passar aos resultados da pesquisa, é importante conhecer o modo, as circunstâncias, o *locus* em que ela foi produzida.

## 1.2 SOBRE A PESQUISA DE CAMPO E A ESCUTA DAS NARRATIVAS

A etnografia textualiza uma experiência marcada por encontros e pontes. No trabalho de campo, há o encontro entre tudo que o antropólogo porta (seus valores, repertórios morais, formação teórica, questões de pesquisa, o seu corpo) e alguma forma de alteridade (em geral pessoas que compartilham sentidos e/ou experiências, mas nem sempre de forma homogênea). No encontro as pontes são necessárias para que se estabeleça a comunicação. No processo de textualização, novas pontes são construídas pelo pesquisador, pois agora ele passa a se comunicar com seus pares, através da linguagem da disciplina (e aí articula sua experiência etnográfica com reflexões teóricas, com outras etnografias). O texto etnográfico é informado, então, pelos encontros (proporcionados pelo trabalho de campo) e pelas pontes (exercícios de comparação e de comunicação entre diversos).

A pesquisa de campo realizada junto a adolescentes internados em uma Casa de Semiliberdade teve a duração de onze meses não consecutivos<sup>27</sup> (entre os anos de 2011 e de 2012). As duas experiências ocorreram em casas diferentes, porém da mesma instituição, já que aconteceu uma mudança de local/residência. Houve algumas modificações em relação ao corpo de funcionários, mas a coordenação

---

<sup>27</sup> A intermitência deveu-se à minha saída para a realização de estágio doutoral na Université de Strasbourg entre o fim de 2011 e o início de 2012.

era a mesma. Já os adolescentes que viviam na Casa nos dois períodos eram diferentes, com exceção de três que estavam lá nas duas ocasiões.

Além da pesquisa na Casa de Semiliberdade, fiz algumas visitas a um Serviço responsável pela aplicação das Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade.<sup>28</sup> De acordo com o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), cabe aos municípios criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto. Assim, o serviço que acompanhei fazia parte do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de uma prefeitura do estado de Santa Catarina. Tais medidas são consideradas mais “brandas” e são, geralmente, aplicadas em casos em que o ato infracional se deu sem “grave ameaça ou violência à pessoa” (casos que devem levar à internação de acordo com o ECA). A medida de Liberdade Assistida pode ser determinada como medida inicial ou depois do cumprimento de medidas de privação ou semiliberdade; e a Prestação de Serviços se dá, em geral, como medida inicial. Tratou-se de um pequeno campo em termos do tempo (cinco visitas), mas que trouxe um material importante para a tese no que toca à questão das medidas socioeducativas sob o ponto de vista das<sup>29</sup> profissionais que nela atuam. Enquanto na Casa minha atenção estava toda voltada aos adolescentes, às suas atividades, aos seus discursos, na experiência de pesquisa no serviço acompanhei as técnicas, seu trabalho, seus questionamentos, suas angústias. Esse material será discutido detalhadamente no próximo capítulo.

Voltando à Casa de semiliberdade, esse último regime é uma das modalidades de medida socioeducativa que, de acordo com o Art. 120 do ECA, pode ser determinada desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto. Na “semiliberdade” é possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial, e são obrigatórias a escolarização e a profissionalização. A Casa

---

<sup>28</sup> De acordo com o ECA (Lei 8.069/1990) em seu artigo 117, a “prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais”. No mesmo Estatuto, artigo 118: “A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente”.

<sup>29</sup> Permito-me utilizar aqui a concordância no feminino, posto que a maioria das pessoas que atuam na área é composta por mulheres.

em que se deu a pesquisa tinha uma série de peculiaridades. Em primeiro lugar, era administrada por uma entidade beneficente de Assistência Social e mantida por meio de um convênio com a Secretaria de Segurança Pública. Compete aos Estados, de acordo com o SINASE, manter programas para a execução das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação. Nesse caso, o governo estadual delegou a gestão a uma entidade que passou a coordenar, gerir, contratar funcionários, etc. Diferente de muitas das unidades de internação de SC, essa Casa de semiliberdade contava com um projeto político pedagógico que era coerente com a ideia de socioeducação indicada no Estatuto e no SINASE. A estrutura física do local também estava de acordo com o que está estabelecido nos textos legais.

Algo muito fora do comum é que a Casa era mista: recebia meninos e meninas (é possível que seja uma das poucas que existam no país, se não a única). Além de mista em relação ao gênero, na Casa viviam adolescentes vindos para a semiliberdade a partir de diferentes situações: alguns tinham passado antes dali pela medida de internação, e a “Semi” era uma progressão; outros vinham da internação provisória; alguns deveriam estar cumprindo medida de internação, mas por falta de vagas eram mandados para a “Semi”; havia ainda histórias que parecem inacreditáveis, como a que segue. Uma menina de 20 anos relatou que, na época em que foi internada (havia quase três meses), morava sozinha, estava fazendo um curso técnico e trabalhava na loja de roupas de sua mãe. Em um determinado dia, policiais entraram em sua residência, algemaram-na e colocaram-na em uma viatura com destino à cidade da Casa, que fica a mais de 200 km da cidade em que ela morava. Ela apenas teve conhecimento do motivo da internação quando chegou à Casa: foi responsabilizada com a semiliberdade por conta de uma medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade que recebeu aos 18 anos e não cumpriu. A medida de P.S.C tinha sido por conta de a menina ter levado algumas vezes sua irmã menor de idade para festas em danceterias.

Além disso, mesmo oficialmente sendo uma Casa de Semiliberdade, recebia também adolescentes sob medida de proteção, encaminhados pelo Estado. A citada medida é aplicável sempre que os direitos reconhecidos na lei 8.069 (ECA) forem ameaçados ou violados (por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável ou em razão da conduta da criança/adolescente). A medida de proteção, de acordo com os parâmetros legais, deveria ter lugar em instituições que executam programas de acolhimento institucional. Entretanto, o estado tem

encaminhado esses casos de proteção para instituições de cumprimento de medidas socioeducativas. Nos casos dos jovens que estavam sob proteção, havia também diversidade: adolescentes que, quando crianças, viviam em abrigos; outros que tinham famílias, mas consideradas “negligentes”; alguns eram usuários de entorpecentes que cometeram infrações para consumir; adolescentes ou crianças que corriam “risco de vida”; crianças com problemas psiquiátricos que foram para lá por terem cometido alguma infração no interior de instituições em que viviam.

Antes das observações sobre a pesquisa, convido a leitora ou o leitor a entrar na Casa a partir da descrição daquilo que vi e ouvi nas primeiras visitas que fiz.

### **1.2.1 Chegada ao campo: primeiras impressões, primeiras lições**

Como mencionado, o trabalho de campo foi realizado em períodos e casas diferentes da mesma instituição. Ambas as casas ficavam em bairros residenciais de classe média e tinham uma estrutura física parecida. A primeira, contudo, era mais antiga, tinha problemas em relação ao esgoto, que sempre transbordava – um dos motivos para a mudança. Ambas contavam com espaços coletivos – administração, cozinha, salas – e espaços separados, nos quais ficavam os quartos dos meninos e os quartos das meninas. Se a primeira casa tinha mais “cara” de abrigo, de instituição, a segunda tinha mais características de uma bela casa residencial. Nas duas havia um sistema de câmeras de vigilância, e na chegada era preciso identificar-se para que fosse aberto um portão eletrônico.

No primeiro período de campo, quem me mostrou a casa foi o pessoal da coordenação, que me apresentou aos jovens de modo mais formal, reunindo todos no refeitório na hora do café da tarde. Na segunda experiência, foi uma das meninas que me mostrou a casa nova – o que foi bem interessante, pois eu não só conheci os espaços, mas também algo de sua dinâmica. Júlia me recebeu muito bem nesse primeiro dia, bem como nas minhas visitas seguintes. Ela me mostrou as partes coletivas da casa e os quartos das meninas. Logo fiquei, então, sabendo sobre a interdição total de os meninos entrarem nesse espaço – o que, aparentemente, era respeitado.<sup>30</sup> Já as meninas poderiam entrar no espaço dos meninos, desde que acompanhadas por educadores. Havia

---

<sup>30</sup> Na primeira casa havia também a interdição, mas um dia presenciei a quebra da regra. Na nova casa, não presenciei e não ouvi relatos sobre a entrada de meninos nos quartos das meninas.

dois quartos de meninas, cada um com dois beliches, closet e banheiro. Tudo muito bonito e arrumado. Uma das meninas estava lá se mudando de um quarto para outro cantinho do andar no qual havia um triliche, provavelmente por algum desentendimento com a sua colega de quarto. Júlia me contou, então, que dividia o quarto com sua prima; elas se reencontraram ali por coincidência. No quarto delas, havia uma estante com muitos livros. Júlia explicou também que a educadora que ficava no turno da noite dormia em um dos quartos com elas.

Outras coisas que chamaram a atenção nesse primeiro dia nos espaços comuns: na sala uma prateleira com alguns livros diversos – poucos – e uns dez exemplares do ECA; havia um local separado para lavarem suas roupas (cada um deveria cuidar da sua roupa, de seu quarto, e havia um revezamento para a limpeza dos espaços coletivos); a cozinha com uma divisória em relação ao refeitório, em que havia duas mesas grandes; uma salinha para as atividades da oficina de cinema e outra salinha dos educadores, que estava trancada; uma piscina coberta que só podia ser usada nos finais de semana para “não virar bagunça”; uma mesa de sinuca. Júlia sugeriu que um dos meninos me mostrasse os quartos deles. Um deles se dispôs, e conheci os três quartos dos meninos a partir da porta. Não entrei para não invadir muito a sua privacidade. O quarto do Geraldo<sup>31</sup> estava bem arrumadinho; já em um segundo quarto havia meias, roupas espalhadas pelo chão, e ele foi escondendo, guardando tudo rapidamente e pedindo desculpas “pela bagunça”! Além desses três quartos, havia mais dois, que estavam trancados: um era para o educador do turno da noite, e o outro era o de um menino que morava ali por conta de medida de proteção e não de semiliberdade.<sup>32</sup>

Depois de visitar os quartos, vi no refeitório um artesanato de papel em forma de uma pata – “marreca” em Santa Catarina –, tipo de artesanato que eu tinha conhecido em minha pesquisa numa unidade de internação. Contei para o Geraldo, e isso deu abertura para um diálogo no qual ele me perguntou se eu tinha conhecido tal menino lá, um

---

<sup>31</sup> Com esse menino, só tive conversas informais, nenhuma entrevista gravada. Assim, ao contrário dos outros interlocutores, o nome fictício foi escolhido por mim e não por ele próprio.

<sup>32</sup> Vale notar que, no caso das meninas, a separação dos quartos era por afinidade e não de acordo com a medida socioeducativa. Em relação aos meninos, apenas um dos casos de proteção ficava separado, enquanto outros dividiam quartos com os que cumpriam semiliberdade. Como veremos adiante, o menino que dormia num quarto separado não tinha uma boa convivência com o restante dos meninos da casa.

menino que fugiu e foi assassinado no dia seguinte. Ele me contou, ainda, que nunca tinha ido para aquela instituição, mas tinha passado um período no Centro de Internação Provisória. Ali ele “pegou” três dias de “castigo” por ter dado um golpe na cabeça de um monitor porque esse último estava dando uma chave no pescoço de um amigo dele. Falou que não sofreu tortura, “só ficou de quarto”<sup>33</sup>. Espontaneamente, também contou que estava ali na casa há alguns meses e que “essa vida não leva a nada”. Afirmou que queria arrumar um emprego e se queixou de que ali eles prometeram, mas não tinham arrumado nada ainda, e de que não o deixavam sair para procurar sozinho. Reclamou que era muito ruim ficar o dia todo ali, sem poder sair: “o cara não pode fazer nada”. Já no primeiro dia pude constatar – a partir da observação e da escuta de queixas como essa – que, mesmo a estrutura e organização da instituição sendo as de uma casa, mesmo predominando de fato o caráter socioeducativo, tratava-se de um contexto de controle, de privação de liberdade, de tentativa de enquadramento de corpos e mentes. Saí, por exemplo, com a impressão de que o controle de tudo o que se passava na casa era mais intenso se comparado ao que se dava nas instituições de internação (nas quais havia menos funcionários em relação ao número de internos, menos câmeras de vigilância, por exemplo).

Ainda a respeito desse primeiro dia na casa nova, descrevo outras duas situações de aprendizado: uma sobre a dinâmica da casa e as diferenças de gênero; e outra que incide diretamente sobre o tema da pesquisa. Nessa tarde que passei na casa, alguns dos meninos passaram algumas horas na sala vendo um filme de surf. Durante a pesquisa, percebi que, em geral, os meninos passavam mais tempo nos espaços coletivos – especialmente na sala –, e as meninas ficavam mais tempo em seus quartos. No meu primeiro dia, assisti um pouco a um filme ali com eles e aproveitei para me apresentar e contar sobre a pesquisa. Durante o filme/documentário, eles iam comentando as manobras mais radicais, e um deles falou da sua vontade de ir para a Indonésia.

Mais tarde fui até a cozinha, onde a cozinheira preparava bolinhos de chuva com a ajuda de Isabela, a prima de Júlia. Fiquei ali conversando com elas, e a cozinheira perguntou sobre o que eu ia fazer. Expliquei um pouco sobre a o doutorado e sobre a pesquisa. Ela contou, então, que sua filha também estava fazendo pós-graduação. E pediu

---

<sup>33</sup>Perguntei se ele tinha sofrido castigos físicos, privação de comida, pois como discutirei mais adiante são inúmeros os relatos de torturas, acorrentamentos no interior de instituições de internação em SC. O só “ficar de quarto” descrito por Geraldo quer dizer que ele ficou três dias sem poder sair do quarto/cela.



mais detalhes sobre o tema que eu estudava. Respondi, então, de uma maneira bem abrangente: os adolescentes e a violência. Nesse momento eu não tinha percebido que a Isabela estava por ali, mas depois percebi que ela ouviu o que eu falei, que refletiu sobre aquilo tudo e me falou uma frase que sintetiza um dos argumentos centrais dessa tese, e, por isso, merece grifo: **“Eu sou dessa vida, mas eu não gosto de violência, não concordo”**. Contou que achava errado o que alguns conhecidos seus faziam: “rasgar a orelha, machucar uma velha”, por exemplo. Sem saber, Isabela naquele momento estava já me ajudando a construir essa tese, ajudando a dar-lhe “sustança” etnográfica, ajudando-me a compreender que nossas reflexões teóricas no âmbito do LEVIS devem estar no rumo certo. Seu relato remete a duas questões discutidas nesse capítulo: a categoria violência como uma qualificadora atribuída a determinadas ações, eventos a partir de avaliações, julgamentos sobre excessos, abusos; e a consideração de que aquilo a que chamamos externamente de “delinquência juvenil”, de “criminalidade”, de “conflito com a lei”, pode não ter nada a ver com a violência (como entidade), pode não ser compreensível se situado nesse campo. Isabela nos disse que “ser dessa vida” não implica necessariamente agir, atuar com violência, e que o “sujeito criminal” pode ser um sujeito que se pautava pela não violência. Alerta-nos, além disso, de que “crime”, “vida no crime”, não é sinônimo de “violência”. Mas, então, em que registro essas experiências poderiam ser compreendidas, explicadas, interpretadas? De novo Isabela nos abre caminhos: “Eu sou dessa vida” – registro do pertencimento, registro das possibilidades de ser e de estar nos mundos que fabricamos.

Antes de ir embora, nesse primeiro dia eu dei o livro em que está a minha monografia do TCC (VIEIRA, 2006) para a Casa. Entreguei para a coordenadora e falei para os que estavam ali que agora eles me iriam ajudar a escrever um livro bem maior. “Mas ajudar como?”. Expliquei que era aceitando a minha visita ali, conversando comigo, contando-me sobre sua vida. Eles disseram que eu poderia voltar. A Júlia, o Geraldo e a Isabela começaram, já nesse primeiro contato, a dar vida a esse trabalho.

### **1.2.2 Observação participante e escuta das histórias na “vida do crime”**

Na pesquisa de campo, optei pela articulação entre a observação participante e a escuta de narrativas pessoais. Essas últimas estavam inseridas, assim, em um contexto mais amplo de interlocução, de

convivência. Os momentos “coletivos” que passei com os adolescentes constituem parte importante da pesquisa, pois cada “situação”, “contexto” de interlocução tem características próprias, promove diferentes efeitos, evidencia determinadas posições dos sujeitos, expressa diferentes dimensões da experiência. Por exemplo, desde a minha pesquisa de dissertação, na qual realizei conversas com os meninos em grupo e diálogos particulares, foi possível comparar as diferentes posturas apresentadas por eles quando falavam diante dos pares e quando estavam somente em minha companhia. No primeiro caso, predominava o tom jocoso, os risos, a aventura no “mundo do crime”; já nas conversas individuais, o tom era mais sério, reflexivo, eles não tinham vergonha de expressar sentimentos de sofrimento, de fragilidade, bem como enfatizavam a dimensão das perdas na “vida do crime”.<sup>34</sup> Na relação construída com eles, eu não era uma “igual”, mas também era uma diferente das pessoas que estavam à sua volta (funcionários da instituição). Eu não escreveria, por exemplo, um relatório sobre eles para um juiz. Ao contrário, deixei bem claro, no início das interações, que suas identidades seriam protegidas e quais eram os meus objetivos. Para descrever o tipo de relação que estabeleci com as meninas e os meninos da Casa, é preciso falar um pouco sobre o lugar da cozinha e das cozinheiras.

Na cozinha/refeitório todos se encontravam para as refeições, lanches, mas ela era também um lugar de passagem para os quartos dos meninos e para as salinhas dos educadores. Em vários momentos do dia, os adolescentes sentavam ali para conversar, especialmente as meninas – às vezes faziam unhas ali, ouviam as músicas nos celulares das educadoras, “batiam papo”. Como um espaço de convivência da casa separado da área da coordenação, os jovens apareciam no local não só para conversar, passar o tempo: às vezes entravam revoltados, nervosos, querendo desabafar, geralmente em situações de conflito com a coordenação e equipe técnica. Esse tipo de situação acontecia quando, por exemplo, o adolescente recebia uma punição por ter desobedecido a alguma regra – a punição mais comum era não poder ir para casa no final de semana. Presenciei esse tipo de acontecimento mais de uma vez, os/as adolescentes se colocavam como vítimas e se mostravam muito chateados – eu diria “no veneno” mesmo. Nesses momentos diziam não

---

<sup>34</sup>Sobre essa questão, ver o artigo elaborado em coautoria por Rifiotis, Vieira e Dassi (2010) sobre o acionamento relacional e contextual de diferentes regimes de moralidade entre adolescentes cumprindo medidas socioeducativas.

gostar de viver ali, que iriam fugir ou que, na próxima visita, iriam e não voltariam mais.

As cozinheiras eram identificadas pelos jovens em papéis próximos aos de mãe, aos de parentes mais velhos, aos de conselheiras. Eles lhes confiavam preocupações, experiências e demandavam atenção, carinho. Foi notável que mesmo os adolescentes mais fechados, mais rebeldes e respondões com os educadores, por exemplo, eram mais dóceis e respeitosos no trato com as cozinheiras. As duas cozinheiras que conheci na segunda experiência de campo lidavam de maneiras diferentes com os adolescentes. A que estava na Casa logo que cheguei tinha uma relação muito próxima tanto com as meninas quanto com os meninos, tratava-os de modo bem familiar: dava colo e carinho, levava alguns pra passar finais de semana em sua casa, levava outros ao culto de sua igreja, trouxe seu pastor para visitar a Casa, dava opiniões sobre a vida deles... Essa cozinheira, porém, saiu dali por algum problema que aconteceu entre ela e os adolescentes. Já a segunda cozinheira, com a qual convivi por mais tempo, mantinha uma postura um pouco diferente. Ela era bem atenciosa, conversava bastante com eles, mas encarava as coisas de maneira mais profissional, não se colocava nem como um parente deles e nem como uma educadora. Era uma postura bem parecida com a minha, ficávamos numa distância média em relação aos adolescentes: não muito próximas, mas não distantes. Eles se sentiam à vontade para construir vínculos de confiança e de respeito conosco, sem, contudo, grande envolvimento afetivo, sem constituir algo perto do parentesco ou da amizade mais íntima. Eu acredito que, tanto para mim quanto para Dona Lourdes<sup>35</sup>, esse tipo de relação era a mais coerente com o trabalho que lá fazíamos e nos dava as condições de ficarmos lá por um bom tempo, como ficamos. É claro que para nós não era fácil não nos envolver, não nos preocupar com um, com outra, não opinar, não “educar”... Em algumas situações, acabamos ocupando funções que não nos cabiam ou nos envolvendo em demandas, na satisfação de vontades deles de comprar uma bala, ou de consertar um skate. A nossa postura tinha também outro aspecto positivo para ambas as partes (nós e os adolescentes). Era claro para eles que não estávamos ali nem para vigiá-los, nem para julgá-los, nem para educá-los. Assim, podíamos ocupar um lugar de “escutadoras”, pessoas que não eram pares, mas que não estavam numa posição de controle, de vigilância.

Eu passava o dia ou o período da tarde na Casa. Acompanhava os adolescentes em sua rotina e em algumas de suas saídas para passear ou

---

<sup>35</sup> Nome fictício.

para praticar esportes. Na Casa eu ficava circulando entre os espaços em que eles ficavam: ia até os quartos das meninas conversar com elas, depois ficava na sala vendo filme ou escutando música com os meninos, ia para a cozinha, etc. Minha presença tornou-se rapidamente habitual e familiar, não alterava suas conversas, suas posturas. Digo isso pois não se constrangiam em discutir na minha frente, em reclamar algo sobre algum educador, não paravam as conversas, dançavam e cantavam, um deles até mesmo “arrotava” (o que deixava os outros bem irritados, mas para mim era “bom sinal!”). Eu percebia que as coisas mudavam quando vinham pessoas “de fora” (do sistema socioeducativo; da Entidade que gerenciava a Casa; outros pesquisadores que faziam visitas rápidas) e visitas (familiares amigos). Quase sempre um educador ou educadora estava por perto, mas em muitos momentos eu ficava sozinha com eles. Nas saídas da Casa, contudo, sempre havia pelo menos um educador. Creio que a maioria dos jovens me percebia como alguém parecida com uma educadora ou com uma técnica (assistente social ou psicóloga), mas eles demonstravam bastante clareza em diferenciar os lugares; sempre lembravam que eu estava fazendo uma pesquisa, que ia escrever um livro. A figura do pesquisador já está se tornando familiar para os jovens institucionalizados. Houve uma situação curiosa, contudo, e que talvez ajude a explicar como minha presença foi rapidamente “absorvida” na Casa. Em um determinado dia, chegou um menino novo, e fui conversar com ele, contar sobre minha pesquisa. Ele me disse, então, que tinha pensado que eu era uma interna. Provavelmente ele me viu apenas de relance para pensar que eu tinha menos de 18! Mas o interessante é que minha aparência – uma mulher jovem sem muitos “apetrechos” (maquiagem, acessórios, sapatos) – destoa um pouco da das técnicas, e talvez isso o tenha feito pensar que eu era uma interna.<sup>36</sup> E, talvez, esse

---

<sup>36</sup> Na pesquisa da dissertação em um centro de internação, o Joe – menino citado já início desse trabalho e que faleceu – me falou abertamente sobre isso, que eu era mais parecida com “um pessoal da Universidade” que ele tinha conhecido, que usava roupas discretas, sem preocupação com “marcas”, e que era difícil conhecer

mulheres não tão preocupadas com “ vaidade”. Ainda acerca do fato de ser uma mulher em um contexto muito peculiar, ressalto que tomei certo cuidado para não usar roupas que chamassem a atenção demais para o corpo. Assim procedi em respeito à sua condição (adolescentes com restrição de liberdade) e para que a interação ocorresse com foco nas conversas. Entretanto, fiz questão de usar as mesmas roupas que sempre uso, de forma a não me descaracterizar como pessoa e mulher. Isso teve bons resultados, pois eles confiaram em mim e, ao mesmo tempo, em nenhum momento me senti desrespeitada, ou constrangida entre os

tipo de “perfil” também tenha facilitado a naturalização da minha presença entre eles e o acolhimento que demonstraram tanto os meninos quanto as meninas.

### *Escuta de narrativas*

O uso das narrativas mostrou-se muito profícuo para uma compreensão da “dimensão vivencial” (RIFIOTIS, 1997; 2006) das violências em pesquisas anteriores realizadas no âmbito do LEVIS (RODRIGUES, 2006; VIEIRA, 2009). As narrativas constituem um meio de falar sobre eventos anteriores em que necessariamente aparecerá a dimensão moral (percepções, valorações)<sup>37</sup>, bem como um ponto de vista ou um “sujeito em mudança”, que se constrói na narrativização. E é nesse sentido que a escuta de narrativas “casa” muito bem com o referencial teórico pelo qual se pauta este trabalho.

Uma das propriedades que definem a narrativa é que todas as narrações descrevem uma transição temporal de um estado de coisas a outro. Trata-se da “dimensão cronológica” da narrativa trabalhada por Paul Ricoeur (APUD OCHS, 2000). Nesse caso, não se trata do tempo físico, mas de um tempo existencial. Quando elaboramos narrações sobre o passado, nós as apreendemos em termos do que elas implicam para o presente e para o futuro. De acordo com Renato Rosaldo (1993), que tece seus comentários com base na concepção de Ricoeur, as narrativas modulam as experiências temporais, e estas, por sua vez, dão corpo às narrativas. Dessa forma, há um agenciamento retrospectivo da experiência, há uma seleção e uma interpretação pautadas por um ponto de vista localizado no presente. É nesse sentido que as narrativas não

---

meninos e vice-versa. Esse meu perfil também pode ter auxiliado na construção de vínculos com as meninas, pois eu não era vista como uma “mulher rival”, que disputasse esse tipo de espaço com elas. Em geral, elas eram bastante cientes em relação às pessoas “de fora”, mas comigo foram sempre bem receptivas e abertas.

<sup>37</sup>Walter Benjamin, em “O narrador”, afirma que é da natureza da verdadeira narrativa uma dimensão utilitária: “seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio, ou numa norma de vida [...]” (BENJAMIN, 1987, p. 200). Para Hayden White (1981), em qualquer consideração sobre a realidade que envolva narratividade podemos estar certos de que moralidade ou impulsos moralizantes estarão também presentes (WHITE, 1981, p. 22). De acordo com Elinor Ochs (2000), ainda, como as narrações têm pelo menos um ponto de vista, por sua própria natureza, formulam juízos.

são tanto representações da experiência, mas são constitutivas dela, modulam-na (BRUNER, 1986; ROSALDO, 1993). Nesse sentido, nas narrativas não há apenas um ordenamento do vivido, uma mera reprodução das experiências. A “narrativização”, ao implicar um processo de seleção, de interpretação e de reelaboração com base no presente, configura um espaço para a produção de experiências, eventos, sujeitos. É a partir dessas considerações que se pode falar em termos de um sujeito (ou de posições de sujeito) que emerge(m) ao narrar, que se constitui(em) nesse processo.

Assim, as narrativas podem ser um valioso meio para o acesso aos sentidos que as pessoas dão às suas experiências, bem como às suas visões de mundo e às suas avaliações morais. A partir desse tipo de relato, é possível, também, identificar *figuras de sujeito* que emergem no processo de contar uma história, de contar sua história, bem como algumas das *linhas de subjetivação* que atravessam os narradores. Não se trata de buscar a “verdade dos fatos”, ou uma versão dessa verdade, mas como os sujeitos se movem, que discursos acionam, que valores expressam. Além de serem narrativas, histórias sobre algo, são, também, em nosso caso, histórias de vida. Contudo, o material foi pensado e analisado (metodologicamente) em termos de narrativas e não de biografias, pois os relatos centraram-se na descrição de um momento determinado das histórias de vida das meninas e meninos ouvidos: o período em que passaram a viver “no crime”. São, assim, narrativas sobre a “vida no crime”.

Uma questão importante a ser discutida diz respeito ao formato das interlocuções para a escuta de narrativas ser próximo ao da entrevista individual. Alguns autores que pesquisam entre adolescentes institucionalizados (VICENTIN, 2005; FEFFERMAN, 2006) apontam para os limites das entrevistas individuais, que tendem a reproduzir a situação desigual da abordagem laudatória a que estão submetidos os adolescentes nos estudos psicossociais e dos procedimentos jurídicos de que são alvo. Afirmam também que os relatos seriam recorrentes por conta de um aprendizado de certo repertório discursivo dirigido especialmente aos interlocutores institucionais. Desde já gostaria de adiantar que o fato de haver a reprodução de certo discurso em determinado “contexto” de interlocução (BRIGSS, 1986) não nos exime de pensar os sentidos desse discurso para os sujeitos que o exprimem, por que se mantêm ao longo de tempo e espaços diversos, o que ele podem nos contar sobre os sujeitos em questão e suas experiências. Mesmo sendo discursos que alguns pesquisadores definem como “típicos” de jovens institucionalizados e “para fora” (para uma audiência

de técnicas socioeducativas, de juízes, de pesquisadores), fazem parte da constituição desses sujeitos e da maneira como eles interpretam e como desejam que sejam interpretadas suas ações. Vale salientar, ainda, que no caso da presente pesquisa, como já relatado, os adolescentes demonstravam distinguir os lugares dos técnicos e dos pesquisadores, sabiam que os objetivos das conversas eram diferentes dos atendimentos em que a série de perguntas e respostas e a escuta das trajetórias de vida visavam a embasar avaliações sobre o “perfil” do jovem, seu comportamento, sua capacidade de ser “reeducado” – nessas conversas, aliás, há intervenções no sentido da emissão de conselhos, de correções, de opiniões e julgamentos moralizantes. Aquilo que se fala nos atendimentos passa a compor também os relatórios que os técnicos produzem e que têm um peso muito grande nas decisões dos juízes e promotores em relação à manutenção ou à prorrogação das medidas socioeducativas, procedimento realizado semestralmente. Além das diferenças entre o tipo de interação, entre os objetivos, entre os papéis que ocupam pesquisador e técnico, a escuta de narrativas é também mais aberta e abrangente do que o formato tradicional de entrevista. A ideia é que haja poucas intervenções e que essas sejam sempre no sentido de abrir os caminhos para que o “entrevistado” fale o mais fluidamente possível, sem cortes, com o mínimo de interpeleções e pautas.

Como a intenção era acessar a perspectiva dos jovens, optei por conhecê-los por eles mesmos. Fui ao seu encontro sem qualquer informação prévia, não consultei as “fichas” que as instituições possuem e que são compostas por uma série de dados: família, outros episódios de internação, infrações cometidas, documentos do processo, dentre outros. Fiz essa opção por considerar que seria importante, no caso da presente pesquisa, não obter informações que estabelecem lugares para os sujeitos e “contextos”/“discursos” explicativos das suas ações. Sem dúvida, esse tipo de material pode constituir e, em geral, constituiu importante fonte de análise sobre os discursos e sobre as formas de controle, de nomeação, de tutela sobre esses jovens. Entretanto, em meu caso, entendi, já a partir de experiências anteriores, o quanto foi importante esse procedimento para a convivência com os jovens, para a construção de uma relação de confiança, para o estabelecimento de uma interação em que não houvesse um olhar e um ouvir de “julgamento” e em que se proporcionasse aos sujeitos a disponibilidade e a abertura para falar sem constrangimentos. Já nas visitas que fiz ao serviço que desenvolvia medidas de Liberdade Assistida, como o foco e o objeto era o trabalho das agentes do sistema, consultei uma dessas fichas, desses dossiês, para conhecer os elementos que o compunham, sua linguagem.

O privilégio concedido à recolha e à análise de narrativas no presente trabalho tem a ver com uma série de opções teórico-metodológicas e suas implicações éticas. Em primeiro lugar, como há pouco mencionado, o uso das narrativas “combina” bem com os objetivos do trabalho e com a forma como o problema de pesquisa foi construído. A partir delas, é possível acessar a dimensão das moralidades bem como da emergência de configurações de sujeito e linhas de subjetivação. O objetivo da pesquisa não era, por exemplo, etnografar a vida na instituição, mas ouvir as narrativas pessoais ou coletivas das experiências de adolescentes sobre a “vida no crime”. Contudo, o cumprimento de medidas socioeducativas é uma das dimensões “dessa vida”, faz parte da constituição desses sujeitos. Assim, a observação participante, a experiência de estar presente no cotidiano de uma instituição foi imprescindível para situar o lugar a partir do qual os interlocutores narravam e compartilhavam suas experiências; para acessar a série de discursos, de domínios que perpassam a vida deles: escola, trabalho, família, instituição; bem como para conhecer como as políticas ganham vida, quais as implicações e dinâmicas de processos de institucionalização/controlar junto a esses adolescentes. Assim sendo, é preciso levar em conta, desde já, que as narrativas foram construídas a partir de um ponto de vista situado no presente dos narradores – no caso, um presente marcado pela situação de cumprimento de medida de semiliberdade e seus desdobramentos.

Outro benefício do uso de narrativas no caso da presente pesquisa tem a ver com a questão de se ter como objeto de pesquisa sujeitos que se deslocam, que não permanecem em certo lugar por um tempo que seja possível determinar ou que, literalmente, fogem. É muito difícil manter um contato que se estenda com esses jovens, a não ser que os sigamos em seus caminhos (o que é também uma possibilidade de pesquisa). Mas, nos casos em que se faz campo em instituições, é necessário aproveitar cada encontro, cada visita como se realmente fosse a última. A escuta das narrativas permite que um único encontro possa resultar em uma conversa “em profundidade”. Possibilita também um tipo de interação que se faz sem a necessidade de impor a presença ostensiva do pesquisador, o que é muito importante em um ambiente já marcado pela vigilância e pelo controle incessantemente. Estão esses jovens sendo observados o tempo todo, e a inserção de mais dois “olhos” e dois “ouvidos” curiosos e insistentes pode ser mais incômoda e danosa nesse contexto do que em outros.

A formalização das conversas, a sua realização em um espaço separado, o registro das narrativas em gravador têm limites no que toca



à fluidez dos discursos, à criação de um evento que de certo modo rompe com o cotidiano, etc. Mas considero que esses mesmos limites constituem ganhos no que se refere à dimensão da ética na pesquisa, especialmente à questão da clareza em torno do que será textualizado, tornado público. Não há mais ou menos verdade, veracidade de acordo com as situações de interação. Não creio que as práticas e os discursos possam ser separados de forma rígida e que em algum desses lugares está “a realidade”. Há contextos de comunicação e tipos de eventos diversos, há situações diferenciadas de fala e de atuação; e o mais importante em qualquer pesquisa é situar esses contextos, ter em conta quais os lugares a partir dos quais os dados foram produzidos.

Vale sublinhar, por fim, a descrição, a análise de narrativas como produção de memória, de história, de certo modo uma dimensão ligada à politicidade. Ao narrar “etnograficamente” as histórias que ouvimos, ao registrá-las em forma escrita e ao publicizá-las, damos continuidade e movimento às coisas narradas, ajudamos a compor a história. De múltiplas formas, a marca da coisa narrada aflora na escritura antropológica, se não de quem a vivenciou, pelo menos de quem a narrou, deslocando a figura do antropólogo para o lugar de narrador de histórias, de vidas vividas, matéria de onde surgem todas as histórias, a história (ECKERT; ROCHA, 2004, p. 16). No caso da presente tese, passam a ser registradas histórias de sujeitos geralmente situados à margem da sociedade e, às vezes, “fora” da sociedade. Histórias que dificilmente fariam parte das leituras oficiais, hegemônicas, sobre uma época e sobre os indivíduos que nela viveram. De acordo com Cornélia Eckert e Ana Luiza Rocha (2004), a indiferença do antropólogo para com as coisas que lhe são narradas pode “gerar a morte da figura do narrador na sua própria pessoa e, conseqüentemente, a morte das vidas vividas do Outro” (p. 18). Se a indiferença pode gerar a morte das vidas vividas, o “recontar” as histórias pode gerar a perpetuação dessas vidas – em nosso caso, vidas que, no geral, duram pouquíssimo tempo.

### **1.2.3 Contexto das interlocuções**

De acordo com Charles L. Briggs (1986), o contexto de uma entrevista, de uma interlocução, é uma construção fenomenológica criada conjuntamente pelos participantes. Os contextos não são simplesmente dados situacionais; eles são continuamente renegociados. Cada declaração dos participantes da interlocução, portanto, reflete esse processo em andamento, assim como contribui para ele. Há uma constante troca de mensagens implícitas e, por vezes, explícitas, de

como eles percebem o evento comunicativo e como desejam que sejam interpretadas suas falas. Em relação ao contexto, nesse sentido mais específico, ênfase que os interlocutores tinham posturas diferentes, o que exigiu de mim posições diferenciadas na interação. Por exemplo, a ideia era a de que eu fizesse poucas intervenções. Entretanto, alguns meninos só falavam a partir de questionamentos meus, não bastou que eu pedisse para que me contassem sua história. Nesse sentido, em alguns casos é possível trabalhar com a escuta da narrativa de forma que o narrador a conduza e fale livremente; e, em outros, isso não é possível: quando há dificuldade de falar autonomamente, seja por timidez, seja por não ter facilidade para dar continuidade às ideias, seja por algum constrangimento ou por outros motivos. Como já tinha trabalhado com jovens institucionalizados, eu já conhecia elementos por eles comumente narrados, algumas de suas categorias “nativas”, alguns “pontos de vista” narrativos. Isso facilitava a interlocução, mas por vezes atrapalhava no sentido de que eu acabava inserindo pautas. No decorrer do trabalho, na medida em que as interlocuções forem sendo apresentadas, procurarei explicitar essas limitações, bem como os detalhes de cada conversa.

Todos os adolescentes da Casa sabiam sobre minha pesquisa, sobre seus objetivos, etc. Logo de minha chegada, apresentei-me a todos, expliquei que eu fazia antropologia e que, para concluir o doutorado, eu precisava escrever uma tese, a qual poderia transformar-se em livro. Contei que já tinha feito um trabalho com os jovens a respeito de histórias sobre homicídios e que agora eu queria conhecer a vida deles em geral, a “vida no crime”, a vida agora. Demandeí também a sua permissão para que eu os visitasse e os acompanhasse em seu dia-a-dia. Quando chegava uma menina ou um menino novo, eu conversava com ela ou ele como tinha feito com o grupo. Para a realização da escuta das narrativas pessoais, eu perguntava para um ou para outra se gostaria de conversar comigo naquele dia, realizar uma entrevista. Em caso de aceite, nós íamos para uma sala reservada ou para um ambiente em que não havia outras pessoas. Eu explicava novamente os objetivos da pesquisa, falava sobre a questão da preservação de suas identidades<sup>38</sup> e

---

<sup>38</sup>Como mencionei na Introdução não, aparecerão no trabalho nem os nomes dos interlocutores nem das instituições, de forma a proteger as identidades por conta do conteúdo da pesquisa e da situação em que se encontram: menores de idade, institucionalizados, sujeitos a formas diversas de discriminação, tortura, etc. Eu mesma não sei o sobrenome das e dos interlocutores; procedi dessa forma para que não haja qualquer registro dos nomes completos ou de dados que remetam

que as vozes nas gravações não seriam nunca publicizadas, apenas eu as utilizaria para passar a entrevista “para o papel”. Cada um escolhia seu próprio nome fictício, e, em seguida, dávamos início à gravação. No final, alguns adolescentes pediam para ouvir a gravação; dois deles quiseram ouvir na íntegra, mesmo sendo a duração de mais de trinta minutos. Eles ficavam ouvindo calados, sérios e pensativos, inscrevendo um momento que pode ser sintetizado como reflexividade: um escutar a própria história contada por si mesmo e pensar sobre ela.

Vários jovens não quiseram gravar entrevistas, mas não deixaram de conversar, de “trocar ideias” comigo. Os dados relativos a conversas informais compõem o conjunto das observações da pesquisa de campo e, em alguns momentos, serão acionados. Porém, sua utilização deve ser sempre mais cuidadosa, pois, como mencionei na discussão sobre a escuta de narrativas, o aval para a publicização desse tipo de material é sempre menos certo do que os registros gravados. Algo que notei entre os jovens da Casa é que aqueles que não se identificavam como sendo “do crime” tinham mais dificuldade e restrições de falar sobre suas vidas do que aqueles que se diziam da “vida loka”, do “crime”. Pode ter influenciado o fato de quando cheguei ter colocado que o objetivo da pesquisa era conhecer a “vida no crime” e a vida deles nas instituições. Depois de algum tempo que eu estava na Casa, eles mesmos me diziam para falar com este ou com aquela: “Esse aí é dessa vida, tem histórias pra te contar”; e também incentivavam os pares a participar: “Vai lá, ela quer saber sobre o CIP”, ou: “Ô, você não quer gravar uma entrevista pra botar num livro?”, “Vai filmar?”, “Não vai gravar nisso daqui” (apontando para o gravador).

Falando em gravador, uma das maneiras de tornar essa ferramenta mais familiar para os jovens bem como de desenvolver a minha relação com eles e promover já no campo alguma maneira de retorno, de retribuição da “dádiva”, foi seu uso pelos jovens para gravar *raps* e *funks*. O uso do gravador pelos interlocutores para brincarem, cantarem tem sido uma estratégia de aproximação com os meninos desde meu

---

às identidades, de forma a proteger a integridade física/moral dos sujeitos, bem como para garantir a não utilização de tais narrativas para outros fins (jurídicos, por exemplo) que não os estritamente ligados aos objetivos da pesquisa. Para isso, optei também por não apresentar e fazer com que os jovens assinassem um Termo de Consentimento Informado para a pesquisa e fiz os esclarecimentos e negociações oralmente. Contudo, apresentei um Termo (nos Anexos) para as instituições que mediarão a pesquisa, esclarecendo os procedimentos éticos norteadores.

T.C.C. Como não jogo vídeo game, nem futebol, por exemplo, aproximo-me através da música (que é uma das formas prediletas deles de passar o tempo). Eram momentos bem divertidos para todos, quando eles cantavam sozinhos ou alternando várias vozes. Em geral, cantavam músicas que conheciam, mas em uma das ocasiões eles mesmos fizeram um interessante improviso.<sup>39</sup> Depois juntei todas as músicas por eles gravadas e registrei em CDs para eles. Todos gostaram muito.

Na Casa de Semiliberdade, quinze entrevistas/narrativas foram registradas em gravador; e, como dito, houve outros momentos menos formais com os mesmos ou outros interlocutores que não foram gravados. Desses quinze registros, dois foram com dois educadores da Casa (com experiências anteriores de cumprimento de medida socioeducativa), seis com relatos de meninas (duas delas cumpriam medidas protetivas e o restante medidas socioeducativas de semiliberdade) e sete interlocuções com meninos (que estavam todos sob medida de semiliberdade). São cerca de 130 páginas de transcrição, e cada uma dessas histórias mereceria ser contada integralmente. Contudo, para fins de análise e de construção da tese, foi necessário editar as narrativas, e optou-se por não inseri-las na íntegra nos anexos, pois se trata de conteúdo produzido em certo contexto, numa dada relação. Desse modo, gostaria de evitar que o material fosse utilizado por terceiros sem o devido cuidado para situar as falas, discursos.

No que segue, há de certa forma uma continuidade da reflexão em torno do contexto institucional em que se produziu a pesquisa. Trata-se de pensar as chamadas medidas socioeducativas como um dos elementos dos modos de subjetivação dos interlocutores e o enquadramento que tal sistema produz situando-os ora como “infratores”, ora como “bandidos”, em outros momentos como “adolescentes em conflito com a lei”, ou ainda como pessoas “vulneráveis”, em “situação de risco” e as resistências, as ressignificações, os efeitos de tal processo.

---

<sup>39</sup>Sobre as músicas que eles gostavam de ouvir, ver no segundo capítulo o item 2.3.4. As letras de algumas das músicas estão nos Anexos.

## CAPÍTULO 2 CUMPRINDO MEDIDA “SOCIOEDUCATIVA”

Desde muito cedo, os processos de constituição desses adolescentes são marcados, dentre outras coisas, pela gerência de um Estado que de um lado não garante os direitos básicos de cidadania e que de outro se mostra fortemente presente através de seu braço armado (força policial) e de outros dispositivos de disciplina e de controle (instituições de punição, de tutela, de assistência, de educação).

O Estado participa dos processos de subjetivação nas sociedades modernas e contemporâneas. Como nos ensinou Foucault (1995), o Estado moderno ocidental integrou em uma nova forma a antiga tecnologia de poder pastoral do cristianismo. O autor coloca, então, o “Estado como a matriz moderna da individualização” (FOUCAULT, 1995, p. 237). Nesse sentido, o poder não pode ser considerado exterior aos indivíduos, mas faz parte do processo de constituição de “individualidades totalizadas”. O Estado e suas instituições são constituintes também quando se trata de pensar a criminalidade. Em *Vigiar e Punir* (2009a), o autor traz considerações-chave sobre a produção social da criminalidade. Essa última, de acordo com Foucault, “não nasce nas margens e por efeito de exílios sucessivos, mas graças a inserções cada vez mais rigorosas, debaixo de vigilâncias cada vez mais insistentes, por uma acumulação de coerções disciplinares” (FOUCAULT, 2009a, p. 285). O autor demonstra que, nas práticas divisórias em relação ao “criminoso”, os mecanismos punitivos não produzem apenas efeitos repressivos e de sanção, mas efeitos positivos, no sentido de produção. O poder “produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção” (IDEM, p. 185). A produção do “criminoso” se dá via um sistema penal “concebido como instrumento para gerir diferencialmente as ilegalidades, não para suprimi-las a todas” (IDEM, p. 86).

Esse longo processo de produção social da criminalidade, que tem estreita relação com o de criminalização da pobreza (pelo menos desde o século XVIII)<sup>40</sup>, tem tido como um dos seus alvos as crianças e os jovens pobres. Em uma das primeiras histórias de vida (SHAW, 1966) analisadas no âmbito das ciências sociais, na década de 1930, esse processo fica bem claro quando o jovem narrador afirma que se tornou

---

<sup>40</sup> Ver em *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 2009a) o primeiro capítulo da segunda parte, “A punição generalizada” (p. 71-86), e o segundo capítulo da quarta parte, “Ilegalidade e delinquência” (p. 243- 277).

criminoso a partir de sua prisão. Stanley conta que passou cinco anos preso antes de completar dezesseis anos; e para ele justamente essa instituição e todas as suas marcas é que o tornaram um criminoso. Antes de ser encarcerado, estava sem gosto pela vida, vivendo na rua após sair de uma instituição de correção. Encontrou um velho amigo que conheceu na última instituição pela qual tinha passado e começaram a roubar juntos e a colocar em prática estratégias que aprenderam com outros colegas quando internados. Certa vez foi pego por um policial e foi mandado a um reformatório/prisão em que “você se torna um verdadeiro criminoso quando sai de lá” (SHAW, 1966, p. 204). Relata, então, todos os procedimentos de entrada no local – identificação, retirada das roupas pessoais, raspagem do cabelo – e, por conseguinte, de entrada efetiva na criminalidade:

When I got my head shaved, put on the skull cap and blue suit, and was assigned to a cell, I knew I was a criminal. [...] Before I was just a professional runaway; now I was a criminal. [...] I really became a criminal there. I cannot get away from this idea. When I ask for work, it seems that people think I am a criminal (SHAW, 1966, p. 204-205)<sup>41</sup>.

Voltarei à história de Stanley no próximo capítulo. Sua fala foi aqui destacada pela clareza e pela clareza da sua descrição do processo de incorporação da criminalidade via institucionalização. No presente capítulo, é apresentada justamente essa que é uma das dimensões da experiência *no crime*: a institucionalização, a privação de liberdade, o “enquadramento”, a sujeição aos aparelhos de controle. A relação com as instituições de punição e de “socioeducação” é parte constituinte “dessa vida” e desses sujeitos. O aparato do sistema educativo será discutido com foco nas medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e de Semiliberdade, dado que o trabalho de campo se deu em instituições voltadas ao cumprimento dessas medidas. Enquanto na Semiliberdade a pesquisa foi junto aos adolescentes, na LA as

---

<sup>41</sup> “Quando tive minha cabeça raspada, o gorro colocado e o traje azul, e fui levado para uma cela, eu soube que eu era um criminoso. Antes eu era apenas um fugitivo profissional, agora eu era eu criminoso. Eu realmente tornei-me um criminoso lá. Eu não consigo me desvencilhar dessa ideia. Quando eu procuro por trabalho, parece que as pessoas pensam que eu sou um criminoso” (tradução nossa).

observações foram em torno do trabalho das técnicas. Também a experiência de pesquisa do mestrado em CIPs e CERs (instituições de internamento) é acionada para tratar a questão do “veneno” e do sofrimento. Uma série de situações, de emoções e de práticas punitivas e educativas permeiam as vivências nessas diferentes medidas: castigos, suplícios, tortura; construção de laços de afeto e de caminhos outros para a vida; esquadrinhamentos, formatações, ortopedias morais.

## 2.1 O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO BRASIL E EM SC

No que segue, algumas considerações acerca do ordenamento jurídico relativo a crianças e adolescentes no Brasil, bem como sobre o Sistema Socioeducativo no país e no estado de Santa Catarina.

### **2.1.1 Ordenamento Jurídico relativo à Infância e à Adolescência no Brasil**

A história das crianças e jovens pobres no Brasil é marcada por dispositivos de controle e de tutela, de repressão, de vigilância e até mesmo de extermínio (DEL PRIORE, 1999; VICENTIN, 2005; VERONESE, VIEIRA, 2006; LYRA, 2013). A regulação normativa das condições de vida da população infanto-juvenil é relativamente recente no país. Até meados do século XIX, o atendimento a essa faixa geracional era de cunho filantrópico-caritativo. No ano de 1830, foi instituída a *Doutrina do Direito Penal do Menor*, que tratava das situações de delinquências praticadas por menores de idade. Os assim chamados “menores” só eram lembrados pelo Direito quando infringiam as leis, sendo necessária a regulação de suas punições. Data de 1927 o *Código de Menores*, marcado por uma perspectiva menos punitiva. Entretanto, ainda era centrado nos efeitos (delinquência) e não nas causas da exploração infantil (ligadas aos processos de industrialização). Na época da ditadura militar, uma regressão: a *Doutrina do Menor em situação irregular*, que, como nas outras legislações, regulava apenas as exceções, com o agravante do seu caráter essencialmente punitivo (VERONESE; VIEIRA, 2006).

Assim, não apenas no âmbito da construção de saberes a noção de “juventude pobre” foi construída com associações à ideia de transgressão e delinquência. No campo jurídico-legal, as primeiras doutrinas e códigos, ao menos no Brasil, dirigidos aos “não adultos” regulavam apenas as situações de transgressão e “irregulares”.

Mais recentemente, nos anos 90, a *Doutrina da Proteção Integral*, presente tanto na normativa internacional – Convenção dos direitos da Criança, ONU/1989 – quanto na nacional – Constituição Federal de 88 e ECA –, dirige-se a todas as crianças e adolescentes e perspectiva essa população como “sujeitos de direito” (RIFIOTIS, 2012). De acordo com esta Doutrina, as crianças e os adolescentes, pelo *estado peculiar de desenvolvimento*, devem ter prioridade absoluta na garantia e efetivação de seus direitos.<sup>42</sup> É perceptível a diferença desta última em relação às anteriores: ela abre espaços para políticas públicas que visam a toda a população em questão, bem como pretende ultrapassar concepções restritivas, punitivas e de tutela a partir da universalização das políticas de garantias; e, no que toca às infrações, propõe medidas de responsabilização de caráter “socioeducativo”.

Em relação especificamente às medidas socioeducativas nos documentos, legais cabem algumas considerações. No Brasil, as pessoas com menos de 18 anos são penalmente imputáveis e, quando se verifica a prática de “ato infracional”, estão sujeitas às medidas socioeducativas previstas pelo ECA. Segundo o artigo 112 do mesmo Estatuto, as diferentes medidas são aplicadas de acordo com a capacidade de cumpri-las, as circunstâncias e a gravidade da infração. São elas: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; internação em estabelecimento educacional; medidas específicas de proteção (para atos infracionais cometidos por crianças). O Estatuto não define explicitamente o que seria o caráter “socioeducativo” das medidas, mas estabelece, por exemplo, que a medida de internação deve dar-se em estabelecimento “educacional” e que, durante o cumprimento de tal medida – mesmo se provisória –, serão obrigatórias atividades pedagógicas. O artigo 123 do ECA traz, ainda, que a internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração. Outro ponto a ser salientado é que tal medida, segundo o Estatuto, só poderá ser aplicada nos seguintes casos: ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa; por reiteração no cometimento de outras infrações graves e por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

---

<sup>42</sup> Mais detalhes sobre a passagem da Doutrina da Situação irregular para a da Proteção integral, ver Veronese; Vieira, 2006 e Cleverton E. Vieira, 2011.



Na prática, mesmo após o Estatuto da Criança e do Adolescente, a estrutura dos Centros de Internação permaneceu sob os moldes prisionais, bem como predominam as práticas punitivas. Além disso, a medida de internação, que deveria ser exceção, prevalece na maior parte do país. Diante desse quadro, o próprio Estado brasileiro vem tentando, ao longo dos últimos anos, regular tal situação de forma a fazer cumprir os parâmetros legais. Em 11 de dezembro de 2006, por exemplo, o Conselho Nacional da Criança e do Adolescente editou a Resolução nº 119, que traçou as bases para o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Após vinte e dois anos de ECA, em 18 de janeiro de 2012, foi sancionada a Lei nº 12.594, que instituiu o SINASE. De acordo com documento oficial da Presidência da República:

[...] a referida Lei busca a unificação dos procedimentos de execução das medidas socioeducativas pelo judiciário, bem como atribui a este poder um novo papel: o de acompanhamento do cumprimento da medida socioeducativa, mediante homologação e análise de relatórios do Plano de Atendimento Individual do Adolescente (PIA). O Sistema inova também nos mecanismos de gestão, na medida em que amplia fontes de financiamento; explicita competências das esferas de governo; cria um sistema de avaliação, entre outras previsões, com o intuito de melhoria do padrão da gestão; e, por fim, introduz e explicita uma série de direitos dos adolescentes inseridos em medidas socioeducativas (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2012, p. 13).

Outro marco a partir do ECA é a mudança na categoria de nomeação dos adolescentes que praticam atos infracionais. A nomenclatura “adolescente em conflito com a lei” começou a ser acionada no campo jurídico a partir do advento do Estatuto e depois passou a ser utilizada nas mais diversas áreas acadêmicas. Vale notar que, no texto do ECA, não aparece a noção, mas nele os menores de 18 anos estão sempre referidos como crianças ou adolescentes e como “pessoas em fase de desenvolvimento”, enquanto as legislações anteriores utilizavam termos como “menores infratores” e/ou “delinquentes”, “menores abandonados”, etc. A mudança na nomenclatura relaciona-se também à mudança de Doutrina, da “situação

irregular” para a “proteção integral” (Art.1) de todos esses “sujeitos de direitos” (Art.15) que, por sua “condição peculiar”, devem ter assegurados seus direitos com absoluta prioridade (Art.4). No documento legal que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE/ Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012), aparece, já no primeiro artigo, o termo “adolescente em conflito com a lei”.<sup>43</sup>

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) consiste na tradução em termos legais dos princípios presentes na Doutrina da Proteção Integral. Foi constituído com uma importante participação popular e representa uma grande conquista no processo de redemocratização do Brasil. Contudo, enquanto cientistas sociais, cabemos sempre questionar, situar, suspender esses textos, esses marcos legais, para compreender quais relações, ideias, valores, políticas estão neles presentes implícita ou explicitamente. Como argumenta Claudia Fonseca (2004), sem nunca negar os importantes avanços do ECA:

Ao pensar esse documento, antes, como produto de certas pessoas em certa época, abrimos o caminho para uma avaliação honesta de seus resultados – (o que implica em) uma análise aguda da realidade brasileira – e a possibilidade de reformulações que propiciam a realização dos princípios básicos de justiça no contexto específico em que vivemos (FONSECA, 2004, p. 8).

Nesse sentido a autora traz a importante lembrança de que muitas coisas que aparecem no ECA fazem parte, sim, de movimentos da sociedade civil, mas que, ao mesmo tempo, o documento é também fruto de uma forte influência do exterior e dos fóruns de debates internacionais. Fonseca ilustra a questão da ausência de tradução local dos princípios universalistas que regem o documento atentando para o fato de que, na seção sobre guarda e tutela, não há nenhuma referência a uma modalidade de “família substituta” muito corrente nas classes populares: a “circulação de crianças” – entre mães, avós, vizinhas. Outra contribuição de Fonseca, muito pertinente, para as discussões a respeito das medidas socioeducativas trata da atenção às filosofias políticas que

---

<sup>43</sup> Essa questão da nomeação será novamente acionada no capítulo 3 na discussão sobre as “economias morais” (FASSIN, 2009; 2010) que perpassam tais categorias.

permeiam o Estatuto, por exemplo, no que toca à responsabilidade pela garantia dos direitos. Fonseca descreve que, durante um determinado período – nos anos 1920 –, o debate internacional parecia manter certo equilíbrio entre a responsabilidade do Estado em promover uma política social que visasse ao bem-estar da criança e de sua família e à ênfase na moralização e higienização da família. Já, depois da Segunda Guerra Mundial, as políticas progressistas perderam terreno apagando a memória desse compromisso do Estado com o bem-estar das crianças. O artigo que trata da garantia dos direitos no ECA parece indicar uma divisão de responsabilidades, mas não deixa de ser curiosa a hierarquia da redação:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (ECA, 1990).

Além disso, como discutirei mais adiante, há uma série de elementos no ECA, no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, bem como nas práticas dos que atuam nesse último, que diminuem a responsabilidade do Estado e a deslocam, especialmente, para a família e para os próprios sujeitos (crianças/adolescentes).<sup>44</sup>

Ainda no que toca à problematização do ECA, cabe lembrar que ele está situado no campo jurídico-legal e faz parte de processos mais gerais de judicialização das relações e dos movimentos sociais. Theophilos Rifiotis (2012) aponta para um duplo movimento que decorre de tais processos: a ampliação do acesso ao sistema judiciário e a desvalorização de outras formas de resolução de conflito e de resposta às demandas e reivindicações sociais. O autor propõe a necessidade de se produzir um deslocamento do centro de gravidade do debate atual dos direitos do sujeito para os sujeitos de direitos, ou seja, pensando os sujeitos contextualmente, na sua dimensão vivencial: seus dilemas e modalidades de enfrentamento e as reapropriações que fazem dos discursos e práticas judicializantes.

---

<sup>44</sup> Ver, especialmente a seção 4.4 sobre a Liberdade Assistida.

### **2.1.2 Dados estatísticos sobre os “adolescentes em conflito com a lei” no Brasil**

De acordo com dados do *Levantamento nacional do atendimento socioeducativo aos adolescentes em conflito com a lei* (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS; SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE; SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, 2011), no Brasil, em média, para cada 10.000 adolescentes entre 12 e 17 anos, 8,8 encontram-se privados ou restritos de liberdade. A proporção entre medidas em meio aberto e fechado se apresenta na média brasileira de 1 interno para 2 em meio aberto. Em novembro de 2010, havia 17.703 adolescentes em privação e restrição de liberdade, sendo 12.041 em internação; 3.934 em internação provisória e 1.728 em semiliberdade. Tais dados revelam, de acordo com Secretaria de Direitos Humanos, a necessidade de se manter ações de reversão da “cultura prisional” para a “cultura socioeducativa” no país.

No documento com a proposta do SINASE elaborada pela Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (2006), são citados alguns levantamentos estatísticos a respeito do perfil dos adolescentes que cumpriam medidas de internação, internação provisória e semiliberdade. De acordo com tais dados, cerca de 90% dos adolescentes eram do sexo masculino; mais da metade se declarava como não branca e não frequentava a escola; e cerca de 90% deles não concluíram o Ensino Fundamental. A grande maioria também se declarou usuária de drogas. Em relação à renda, mais da metade provinha de famílias com renda mensal de até dois salários mínimos.

Dados mais recentes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2012) apresentam outros elementos, bem como apontam para um panorama parecido no tocante aos elementos mencionados anteriormente. Em estudo no qual foram entrevistados 1.898 adolescentes em cumprimento de medida de privação de liberdade em todas as regiões do país, encontrou-se, em síntese, os dados que seguem. A idade média do total de adolescentes entrevistados foi de 16,7 anos. Os atos infracionais correspondentes a crimes contra o patrimônio foram os mais praticados pelos respondentes, sendo o roubo aquele que obteve os mais altos percentuais. O crime de homicídio apresentou-se bastante expressivo em todas as regiões do país, com exceção da Sudeste, sendo que, nas regiões Sul, Centro-Oeste, Nordeste e Norte, o percentual varia de 20% a 28%. O tráfico de drogas se destaca nas regiões Sudeste e Sul,

sendo o segundo ato infracional, sob a representação de 32% e 24%, respectivamente. Quanto à reincidência, 43,3% já haviam sido internados ao menos outra vez. Escolaridade: 8% foi o percentual dos adolescentes entrevistados não alfabetizados, 57% dos jovens declararam que não frequentavam a escola antes de ingressar na unidade, 86% não concluíram o Ensino Fundamental. Relações familiares: 14% dos jovens tinham filhos; a respeito da criação: 43% foram criados apenas pela mãe, 4% pelo pai sem a presença da mãe, 38% criados por ambos e 17% pelos avós. Observa-se que um mesmo adolescente pode ter sido criado por mais de um ente familiar, como pelos pais e avós simultaneamente. Por fim, dados sobre o uso de substâncias psicoativas: aproximadamente 75% faziam uso de drogas ilícitas, sendo que a maconha foi a mais citada, seguida da cocaína, com exceção da Região Nordeste, em que o *crack* ocupou o segundo lugar.

Em relação ao documento do CNJ, chama ainda atenção a “análise”, a inferência que segue:

O perfil dos adolescentes aqui descortinado revelou uma série de questões que perpassam o problema do adolescente em conflito com a lei: famílias desestruturadas, defasagem escolar e relação estreita com substâncias psicoativas. A partir do melhor conhecimento do perfil dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas torna-se especialmente oportuna a definição de estratégias compatíveis com as necessidades dos jovens em situação de risco no Brasil (CNJ, 2012, p. 20).

Nesse comentário sobre os dados, as coisas estão colocadas de maneira a situar a questão em um determinado “contexto sociológico” que explicaria o “problema do adolescente em conflito com a lei”. Um “contexto” marcado por desestrutura e defasagem relativas à trajetória desses indivíduos. Há uma série de saltos nesse tipo de explicação, além, é claro, de assertivas morais que obscurecem a análise. Tomemos a ideia de família “desestruturada”. Por que, aqui, o fato de ser criado somente pela mãe ou circulando entre parentes com marcada presença da avó é interpretado em termos de desestrutura? Com base em que, no caso dos “adolescentes em conflito com a lei”, suas famílias são consideradas “desestruturadas” enquanto, nas classes médias e altas, diante do fato corriqueiro de os pais se divorciarem e a guarda ficar, em geral, com a mãe, esse tipo de família ser denominada “recomposta”? Se

uma família na qual apenas um dos genitores cria os filhos é considerada desestruturada, por que nossa avançada legislação sobre adoção permite que pessoas solteiras adotem? Além disso, a composição familiar não dá conta de explicar o envolvimento com o crime, já que grande parte das famílias dos jovens pobres apresenta tal composição, mas é a minoria deles que tem experiências de infração e de vida “no crime”. No terceiro capítulo, ver-se-á que alguns jovens lançam mão do discurso da “falta do pai”, de “problemas na família”, para explicar a “entrada no crime”, mas trata-se de um discurso situado, relacional, contingente e que representa apenas um dos componentes de seu repertório de explicações.

Os dados estatísticos, os perfis são fontes importantíssimas de informação. Mas é preciso atentar não apenas para questões relativas às fontes, às formas de captação, mas para aquilo que se constrói a partir desse material. Uma questão muito importante que salta aos olhos nos perfis dos “adolescentes em conflito com a lei” no sistema socioeducativo é a expressiva presença de jovens não brancos e de famílias de baixa renda. A partir daí, por exemplo, o que se pode afirmar não é que os jovens pobres e negros cometem mais atos infracionais e sim que eles compõem a maioria dos jovens “penalizados”, de forma especial, com a privação de liberdade. Nesse sentido, o que vem à tona são os processos de “criminalização da pobreza” e de “seletividade penal”, nos quais apenas certas ações ilegais (como furtos e tráfico) efetuadas por certos agentes (jovens, pobres, negros) tendem a ser preferencialmente criminalizadas. O Brasil possui uma longa tradição de institucionalização de crianças e jovens das camadas populares. Mesmo com o advento do ECA e do cunho educativo das medidas por ele estabelecidas, o furto, por exemplo, que deveria ser penalizado com outras medidas, representa cerca de 15% das internações no país. Como há pouco apresentado, a maior parte das internações dos adolescentes se dá por conta de infrações correspondentes a crimes contra o patrimônio e ao tráfico de drogas.

Outra questão em relação aos dados estatísticos que pode ser problematizada é a de gênero. O fato de haver mais meninos cumprindo medidas restritivas de liberdade não pode levar à associação direta entre criminalidade e masculinidade – associação que, inclusive, é marca de análises clássicas nas Ciências Sociais (ZALUAR, 1985, 1995). A experiência de campo em uma instituição mista permitiu o acesso às meninas e a informações muito interessantes, como os relatos de que, em alguns lugares, há até mais meninas do que meninos trabalhando no

tráfico, há mulheres em posição de liderança, dentre outras.<sup>45</sup> A “seletividade penal” opera também com o marcador de gênero e não apenas com o de classe. É um campo que merece mais atenção e pesquisas. A seletividade deve ocorrer nas mais diversas instâncias, desde a abordagem policial – em que o poder discricionário, em algumas circunstâncias, pode ser lido na prática como margem de liberdade, que é ocupada pela representação “do criminoso/infrator típico” – até as decisões dos operadores do direito e das técnicas da socioeducação, que podem ser mais ou menos brandas de acordo com as concepções/avaliações a respeito dos comportamentos e do que se pode esperar de um menino ou de uma menina. Por exemplo: as meninas são mais escolarizadas; a mudança de vida e a construção de projetos parecem mais afeitas às suas características e possibilidades; nos casos de internação os padrões de comportamento exigidos – respeito, organização, obediência, “modos” – são correspondentes aos padrões de gênero ligados à feminilidade em nossa sociedade.

### **2.1.3 Sistema Socioeducativo em Santa Catarina**

Em termos de perfis dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, Santa Catarina apresenta dados semelhantes aos nacionais. Mas cabe destacar algumas especificidades. De acordo com o “Diagnóstico dos programas de execução de medidas socioeducativas no estado de Santa Catarina”<sup>46</sup>, a porcentagem dos que se disseram negros e mulatos é de 23%. Entretanto, se levarmos em conta o percentual da população negra (soma das populações preta e parda) no Estado de SC, que é de apenas 9,6 % (Censo 2000 do IBGE), é relevante a primeira porcentagem. Durante minhas pesquisas de campo em instituições de internação e de semiliberdade, ficou patente que a maior parte dos jovens era composta por pardos e negros. No Diagnóstico citado, chama ainda atenção o fato de 53% dos entrevistados afirmarem que não estavam sendo acompanhados por advogado (direito garantido por lei). Vale lembrar: somente em 2012 foi sancionada lei (nº 575) que criou a Defensoria Pública no Estado. Outro dado relevante em Santa Catarina é o cumprimento de medida por conta da prática de homicídio.

---

<sup>45</sup> Mais considerações sobre a questão de gênero, ver capítulo 4, item 4.2.

<sup>46</sup> O documento “Execução de Medidas Sócio-Educativas - Dados Parciais” pode ser acessado em: <[http://portal.mp.sc.gov.br/portal/webforms/Interna.aspx?campo=4559&secao\\_id=420](http://portal.mp.sc.gov.br/portal/webforms/Interna.aspx?campo=4559&secao_id=420)>.

No ano de 2010, por exemplo, o homicídio figurou como a segunda maior infração pela qual os internos do sistema cumpriam medida.<sup>47</sup>

Segundo o Conselho Nacional de Justiça, no tocante ao funcionamento do sistema socioeducativo, o Estado é hoje o quarto pior, entre as 27 unidades da federação (DIÁRIO CATARINENSE, 2012). No ano de 2010, o *Programa Justiça ao Jovem* (CNJ, 2012) passou pelo Estado e constatou uma série de problemas no sistema, dentre eles: má estruturação e distribuição geográfica das unidades de internação; a maioria das unidades destinava-se à internação provisória, mas recebia adolescentes para cumprimento da medida em caráter definitivo; transferência de adolescentes pelo Poder Executivo, sem qualquer comunicação ao Judiciário, muitas vezes para locais distantes e sem proporcionar às famílias ajuda de custo para garantir a convivência com o adolescente; péssimas condições nas unidades da Capital e região metropolitana; em cada um dos alojamentos do Plantão Interinstitucional de Atendimento (PLIAT, internação “provisória”), foi identificado um conjunto de ganchos presos à parede, utilizados, segundo os adolescentes ouvidos pela Comissão, para algemá-los/acorrentá-los nus, para sessões de espancamento pelos monitores; também não havia banheiro nos alojamentos, obrigando os adolescentes a urinar em garrafas PET e evacuar em sacos plásticos; constatou-se, ainda, que os adolescentes permaneciam o dia inteiro nos alojamentos (celas), somente sendo permitida a saída para que lavassem suas próprias roupas; a unidade São Lucas (internação) era objeto de apuração na Vara municipal diante de diversos problemas, desde a estrutura física até denúncias de tortura, tratamento degradante e intimidação; nenhuma unidade apresentava registro de seu projeto pedagógico.

Uma das principais medidas tomadas pelo poder Executivo diante desse quadro e das denúncias levadas a público pelo CNJ foi a desativação e posterior demolição da principal unidade de internação do estado no ano de 2011. Em 2012 uma comissão do CNJ (2012) volta a SC e relata, dentre outras coisas, que, decorrido mais de um ano da desativação do São Lucas, não houve sequer o início das obras da nova unidade; de forma geral, faltam recursos e investimentos em pessoal, capacitação, mobiliário, equipamentos; no Plantão de Atendimento

---

<sup>47</sup> Fonte sobre dados de 2010, ver Anexos: “Perfil do adolescente a ser atendido” (Diário Catarinense, 2012). A respeito dos homicídios entre jovens em SC, ver a dissertação Vieira, 2009 ou artigo com a síntese das discussões presentes na dissertação: Vieira, 2012.



Inicial (PAI), foram constatadas algumas reformas, mas não se mostram adequadas, sendo perceptível a má qualidade dos materiais/serviços realizados; a permanência da arquitetura prisional nas unidades visitadas; inadequação da 6ª Delegacia Policial de Florianópolis.

Em meio a esse processo de demolição da unidade de internação, o governo do estado promoveu um curso de Formação para Socioeducadores. Tive a oportunidade de participar como palestrante e mediadora do *Diálogo Reflexivo: O ser humano e suas potencialidades*.<sup>48</sup> Estavam presentes técnicas – como assistentes sociais, psicólogas –, bem como os agora denominados “socioeducadores”, os quais, em geral, se reconhecem e são reconhecidos como “monitores” (função equivalente, na prática, à do “agente penitenciário”). Após uma fala em que articulei os resultados de minha dissertação de mestrado e as possibilidades de “mudança de vida” dos “jovens em conflito com a lei”, houve um profícuo debate, um momento também de “desabafo” por parte dessas pessoas cujo trabalho é altamente desgastante e pouquíssimo valorizado. Sobre os conflitos e divergências entre funcionários no cotidiano da instituição, eles relataram as dificuldades de formar uma equipe que trabalhasse em conjunto, com objetivos e visões semelhantes. A fissura se daria, especialmente, entre os “socioeducadores” e a equipe técnica. Esta última defendia a necessidade de uma unificação de perspectiva: uma visão das medidas socioeducativas como responsabilização e não como punição e dos adolescentes não como “infratores”, mas como sujeitos em desenvolvimento que podem transformar-se. Em contrapartida, alguns dos socioeducadores defendiam a penalização e o castigo como forma de “disciplinar” os jovens e de fazê-los cumprir as medidas. Relataram também as dificuldades de estar 24 horas com os internos, por vezes correndo riscos, e enfatizaram a diferença de postura dos adolescentes diante da equipe técnica – respeitosos, calmos, vítimas – e diante deles – provocadores, desobedientes –, o que exigiria deles uma postura mais rígida.

Em relação à construção da nova unidade, a maior parte dos funcionários disse não estar a par do projeto. Afirmaram que gostariam de ser ouvidos a esse respeito, de participar ativamente dessa

---

<sup>48</sup> No campo de estudos das violências, parecem ser inescapáveis as situações de interperação em relação à intervenção social. Trata-se também de parte de nossa atuação profissional. Precisamos, contudo, abrir mais espaços de discussão sobre esse aspecto. Algumas reflexões importantes para tal debate podem ser encontradas em Rifiotis (2011; 2013).

reconstrução. Foram convocados para fazer o curso de “formação” e esperavam que nele tivessem a oportunidade de dialogar com representantes do estado, com gestores do Sistema socioeducativo, para que as suas demandas e opiniões pudessem ser colocadas. Contudo, nenhum espaço do curso foi destinado a tal fim. Apontamentos importantes foram feitos por eles: a defesa de que o mais interessante seriam unidades pequenas no lugar de grandes estruturas (o que encontra eco nas proposições do SINASE), mas que independentemente do tamanho das unidades, se não houvesse investimento de políticas públicas no interior da instituição, as coisas não melhorariam; o terreno da antiga instituição estaria sobre um lençol freático contaminado, inviabilizando nova construção no local (informação desconsiderada pelo estado, que está realizando a obra da nova unidade no mesmo local). Todo o conteúdo desse debate, as demandas e sugestões foram encaminhados à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e ao Departamento de Administração Socioeducativa.

A previsão de inauguração do novo Centro de Atendimento Socioeducativo da Grande Florianópolis (CASE) é julho de 2014. O projeto arquitetônico busca contemplar as diretrizes estabelecidas pelo SINASE; e a juíza responsável pela interdição da antiga estrutura está acompanhando o processo e auxiliando na busca de modelos de gestão aplicados em outros locais do país: “um sistema socioeducativo diferenciado, como em Belo Horizonte, onde o jovem não passa por um sistema punitivo e sim um atendimento humanizado, que visa a ressocialização e integração no mercado de trabalho”<sup>49</sup>. A aparente incongruência em relação à ideia de buscar um sistema socioeducativo “diferenciado”, já que esse já pressupõe um atendimento não punitivo, tem a ver com o que foi apontado no item 2.1.1 sobre a realidade do sistema no Brasil.

---

<sup>49</sup> Fala da juíza extraída de: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/156315-centro-para-adolescentes-infratores-sera-inaugurado-em-julho-em-sao-jose.html>>. Sobre o novo Centro, ver nos anexos o projeto arquitetônico e outras informações em: <[http://www.sjc.sc.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=914:secretaria-visita-obras-do-case-grande-florianopolis&catid=19&Itemid=260](http://www.sjc.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=914:secretaria-visita-obras-do-case-grande-florianopolis&catid=19&Itemid=260)>.

## 2.1 INTERNAÇÃO: A VIDA “NO VENENO”, CASTIGOS E TORTURA

Para a presente tese, a pesquisa de campo deu-se em locais nos quais eram aplicadas medidas socioeducativas de semiliberdade e de liberdade assistida. Como mencionado no primeiro capítulo, a pesquisa para a dissertação (VIEIRA, 2009, 2012) foi realizada em instituições de internação – locais em que viviam longos períodos de isolamento e privados de liberdade. Nesse contexto de interlocução, o que mais chamou a atenção sobre a experiência de internação narrada pelos jovens foi a questão de uma acentuação da dimensão de “estar no veneno” e da narração como possibilidade de “desabafar”, de colocar para fora o que eles chamam de “veneno”. Tal categoria apareceu quando os jovens descreviam sua condição atual (estar “preso”<sup>50</sup>) e também nas referências aos aspectos de sofrimento, de dificuldades na vida que levavam “no crime”. Em conversa com Joe, perguntei diretamente o que significava “veneno”, e ele respondeu que “veneno” é “tudo que é ruim”, que é acumulado dentro da pessoa e pode fazê-la sofrer. Em contrapartida, eles ressaltavam que o “veneno fortalece”. Sobre as instituições de internação e a experiência nelas diziam, por exemplo, que era “só veneno esse lugar” (VIEIRA, 2009, p. 100-102).<sup>51</sup>

Na ocasião daquela pesquisa os interlocutores frsaram a condição de sofrimento que prevalecia quando internados. Contudo, não

---

<sup>50</sup>Os Centros de internação do estado de SC, como dito no item anterior, apresentavam a estrutura, a forma de organização, corpo de funcionários similares ao tradicional modelo prisional. Isso explica o acionamento por parte dos interlocutores das expressões “cadeia”, bem como “estar preso”, quando se referiam a essas instituições.

<sup>51</sup>Dessa forma, violências sofridas podem ser a causa de acúmulo de “veneno”, de “sofrimento” e, ao mesmo tempo, podem ser efeito do “veneno”, quando utilizadas para expurgá-lo. Rifiotis, em orientação, lembrou-me que “pharmakos” em grego significa tanto remédio quanto veneno e que, entre os makonde (tribo moçambicana junto à qual fez campo), a categoria “ntela” é que traz esse duplo sentido. No sistema xamânico Siona (índios que fazem parte do grupo dos Tucanos ocidentais que ocuparam a bacia Amazônica ao noroeste da Colômbia, do Equador e do Peru), analisado por Esther Jean Langdon (1988), o conceito de “dau” é elemento essencial tanto na cura quanto na causa das doenças. Além disso, consiste na fonte de poder do xamã. Assim como o “veneno”, o “dau” pode causar sofrimento, infortúnio, mas, por ser fonte de “poder”, de “fortalecimento”, pode viabilizar a cura através da mediação do xamã (VIEIRA, 2009, p. 100).

relataram diretamente situações de torturas, castigos extremos sofridos no interior das instituições. Somente durante o campo para tese, na Casa de Semiliberdade, é que despontou uma série de relatos sobre torturas, violações, castigos vivenciados no interior das instituições de internação e na rua. Aqui é importante lembrar que na pesquisa de campo da dissertação, realizada no interior das instituições de internação, foram raros os momentos em que pude conversar com os adolescentes longe dos monitores. Tal vigilância bem como a desconfiança – como uma atitude de defesa e de prevenção por parte de internados – podem ajudar a entender por que esses relatos não apareceram naquela ocasião. Já na Casa, sentiram-se à vontade para compartilhar essas experiências. Primeiramente, foram relatos espontâneos que apareciam quando perguntados “como era na internação”; depois, dada a recorrência das descrições, passei a perguntar diretamente se haviam sofrido castigos, se tinham apanhado nas instituições.

Seguem relatos das meninas e meninos sobre humilhações, torturas, espancamentos, castigos que, de acordo com eles, ocorreram dentro de unidades de internação (provisória ou definitiva) para cumprimento de medida socioeducativa (CIPs; CERs) e na rua, levados a cabo por “monitores” e monitoras ou por agentes policiais. Trata-se de uma dimensão da experiência de estar “no crime”, de ser “criminalizado”, de ser institucionalizado, que foi trazida pelos sujeitos da pesquisa. São relatos que falam de uma presença estatal que deixa marcas visíveis no corpo e com efeitos mais difíceis de descrever no que toca aos aspectos da “alma” – psicológicos, psíquicos, subjetivos. Nos trechos de narrativas que serão apresentados abaixo, não aparecerá nenhuma informação que possa de algum modo caracterizar o narrador, nem mesmo os nomes fictícios, de forma a evitar qualquer identificação dos adolescentes e possíveis constrangimentos por conta do teor dessas falas. Os subitens referem-se ao local em que se deram as agressões segundo os interlocutores.

#### *Instituições de internação de meninas*<sup>52</sup>

Passei veneno naquele lugar, foi horrível, acho que foi a pior parte da minha vida. Ficar presa. [...] Algumas (*monitoras*), sabe, elas humilhavam

---

<sup>52</sup>As instituições para o cumprimento de medida socioeducativa de internação separam os meninos das meninas, seja em alas de um mesmo conjunto de prédios ou em locais distintos.

a gente, sabe? Elas pisavam na gente (*choro*), elas faziam o que queriam com nós. Eu chamava alguém e pedia para me ajudar. O seu (*gerente da instituição*), coitado, tentava, não podia. A gente fazia B.O contra elas, não adiantava, não adiantava. Elas ficavam ali debochando da nossa cara, achando que a gente era tola, sabe?

Essa menina, de acordo com seu relato, entrou depois num estado de depressão, machucava o próprio corpo<sup>53</sup> e continuava a ser agredida pelas monitoras. Começaram a medicá-la de modo que ficava, em suas palavras, “praticamente anestesiada”:

Elas diziam que eu era louca, aqui (*mostra as mãos*) elas apertavam na mesa com a unha, sabe? E deixaram tudo marcado.... ô, cara... Eu tava com as pernas todas rochas, sabe? Eu tenho marcas, assim, até hoje. Não sei de dá de ver. Tem uma aqui, ô (*mostra marca na perna*), até hoje.

*Elas te deixavam com as pernas presas?*

Eu ficava, olha só como eu ficava, vou mostrar (*pernas e mãos atadas*).

*Mas o dia inteiro?*

É, uma vez eu fiquei das oito horas até as dez da noite. Elas diziam que era pra eu não me machucar. Mas não era pra eu não me machucar, era pra eu não chutar a porta e pro gerente não vir, sabe? Pra ele não ver eu toda machucada. Quando o gerente chegou e me viu toda machucada... Lá não podia ter unha grande, sabe? Foi por isso que o gerente se ligou. [...] Daí, ele viu eu toda machucada. E eu tava com um lençol na boca. Elas botaram um lençol na minha boca pra eu não berrar e chamar ele [...].

---

<sup>53</sup> Acerca das escarificações e cortes autoinfligidos, ver as reflexões de Le Breton sobre o infligir-se dor para lidar com um sofrimento indescritível; a dor como exorcismo de um trauma, como resistência, as escarificações como “cortes que cessam a o sofrimento” (2010, p. 221-241). Numa outra obra na qual trata as especificidades das “condutas risco” na adolescência, o autor trabalha também a centralidade da pele nesse período da vida e os cortes como atos de passagem numa lógica do sacrifício (LE BRETON, 2007, p. 99-132).

Cabe ressaltar aqui a questão da medicalização como forma de controle e mesmo de punição, bem como a acusação de “loucura” para a legitimação daquele tipo de tratamento em relação à menina. Voltarei e esse tópico no item 2.3.5. Vamos ao relato de outra menina que também esteve internada em uma instituição de privação de liberdade:

Era muito ruim, não é que era ruim. As monitoras, elas são muito chatas. As monitoras, elas acham que todo mundo é animal, que não é ser humano, elas são injustas. Ai não sei uma palavra pra explicar, elas fazem o que querem dentro daquele (...), ninguém faz nada. Iche, saí mais revoltada ainda. [...]

*O que elas faziam? Ofendiam? Batiam?*

Elas não davam comida, elas não davam, preferiam dar comida pro cachorro do que pra nós. E, quando a gente ficava ‘de quarto’, elas colocavam bem pouquinho e deixavam nós passando fome. [...] não deixavam eu ir no banheiro, eu mijeí nas calças por causa delas. Muitas acontece isso, porque elas não abrem a porta, pode ficar lá morrendo, elas não abrem. Que mais? Ah, elas forjam, colocam maconha só pra falar que é tua.[...]

Eu fiquei dezoito dias trancada no quarto. Só saía pra ir pra escola, às vezes. Banho, cinco minutos. E comer, comia no quarto mesmo.

*E o quarto sem nada...*

Só com o colchão. Mas eu gostava de ficar no quarto, que eu não tinha que olhar pra cara delas, sabe? É muito desconfortável olhar pra cara delas, desanima o dia. Só que eu ficava mais deitada, e dormia, e conversava com as minhas amigas, não tava nem aí, e lia livro e costurava... Eu já tinha até me acostumado, pra mim tava muito bom![...] Eles não podem tratar adolescente assim, porque é crime, né? Mas eu não entendo... Tanta gente sabe disso, tanta gente pra mudar e por que não conseguem?! Eu não entendo o porquê. O [...] deve ser muito grande, deve ter muitos aliados fortes pra isso não acontecer, né? Muita gente sabe, muita gente apoia que mude, mas não consegue e luta, luta, luta por aquilo, só que não vai... Eu não sei por quê... [...] Como que a justiça

faz isso? Fica julgando e, além de julgar, ainda faz coisas erradas. Eu acho que é por isso que a pessoa sai mais revoltada. Policial não podia bater, não podia agredir: é o que eles mais fazem. Como? Eles são a justiça, eles têm que mostrar o exemplo.

Vale ressaltar que nessa narrativa o castigo é ressignificado: o isolamento no quarto tinha como um dos efeitos não ter contato também com as monitoras. Além disso, chamam a atenção a indignação da menina diante da situação e a consciência de que aquele tratamento dado pela “justiça” nada tinha de justo.

*“Quando cai, apanha”*: dia de detenção é dia de surra/tortura

Seguem os relatos de quatro meninos acerca de uma situação que parece ser corriqueira, de acordo com vários interlocutores. No momento em que são apreendidos por policiais, antes de serem levados às Delegacias, levam surras, choques:

Os policial da BOPE, quando me pegaram, quase me mataram. Deram um monte de choque, quase me mataram. Tive que fingir que tava quase morrendo pra eles parar de bater.

*Antes de chegar na DP...Eles levam pra algum lugar?*

Me levaram lá no (...) desativado. Me levaram lá, quase me mataram.

*E, quando chega na DP nesse estado, o delegado não pergunta nada?*

Pergunta, mas nem adiantava nada. O delegado lá perguntou, né, se tinham me batido, pá. Daí o policial pegou assim no meu pescoço, que era pra falar que não tinha acontecido nada.

*Mas não fica marca? Eles batem no corpo?*

Aqui, ó, foi do dia que eles me pegaram (*mostra cicatrizes*). Esse machucado aqui foi do dia que a polícia me pegou.

Cada vez que prendia, eles me batiam. Ou me catavam na rua. Quando eu tava foragido daí eu nunca, não tinha deixado eles me catar.

*Mas quando eles pegam é feio? Até guri pequeno eles surram?*

É feio. Ô, tinha um moleque – um irmão de um amigo meu –, o moleque tinha treze anos e quebraram a costela, tem um buraco aqui na barriga que quebraram as costelas dele. Treze anos de idade, tem um buraco aqui na barriga.

Uma vez, também, nós fizemos outro assalto. Aí nós corremos pra nossa casa [...] aí, nós dentro de casa... Cataram um outro amigo nosso, [...]. Daí o outro amigo nosso foi pra casa dele, e reconheceram ele pelo capacete. Daí foram e cataram ele dentro da casa dele. Daí ele foi e entregou tudo nós. Daí, nós dentro da casa, chegou umas duas viaturas da Tática e duas da Civil, mandaram todo mundo deitar no chão. Daí eles pediam arma, dinheiro. Daí nós falava que não tinha. Daí eles acharam as armas embaixo da casa. Daí eles vieram pedir o dinheiro. E nós não tinha, não tinha dinheiro a mais junto com nós, né? Nós falava que não tinha dinheiro e que não foi nós. Daí os policiais chegaram, me cataram e jogaram... Nós tinha bebida de álcool dentro da casa... Tacaram a bebida de álcool em mim e queimaram a minha perna aqui.

*Tacaram fogo aí?*

Não, com a maquininha de choque. Foi maquininha de choque.

*Deve doer pra caramba...*

Nossa, derreteu meu pé [...].

*E, quando você tava machucado, você foi pra um hospital?*

Não.

*O machucado ficou...*

Ficou em carne viva. Só a minha mãe que trazia as coisas pra mim sarar. Inflamou tudo lá dentro, que antes de eu vir aqui pra cá eu fiquei um tempão ali na (*delegacia*). Acho que uns 10 dias, por aí.

Como é que foi o dia que te pegaram...te bateram muito?

Bateram... que já tinha, daí me pegaram...

Na primeira ou na segunda?

Nas duas. Daí eu apanhei na primeira, daí fui pra casa com o papel. Daí eu nem falei nada pra



minha mãe. Eu peguei, botei o papel e saí de novo. Eu saí, assaltei, daí me pegaram. Daí não me pegaram com nada, com a arma, com dinheiro, nada. Daí a vítima reconheceu. Daí pegaram, me levaram, daí a vítima me reconheceu. Quando reconheceu, já me botaram dentro da viatura e me levaram....E queriam saber os outros que tavam comigo. Daí eu peguei, não falei nada, falei nada, apanha, apanhava, apanhava...Não falei nada, fiquei quieto. Daí eles pegaram, queriam colocar, daí foram num terreno, queriam colocar uma moto, pra mim também. Uma moto roubada – já tava no terreno –, eles queriam colocar aquela moto como eu que tinha roubado. Eu peguei: “Não é querer botar bota, eu sei que não fui eu que roubei isso daí”. Daí pegaram, me amarraram, me amarraram não, me algemaram e me levaram pro CIP.

Mas essa vez você tava sozinho...

Não, tinha mais alguém comigo. Só que eu não falei. Daí eles pegaram, foram... eu assumi tudo.

Mas, às vezes, mesmo que o cara tá sozinho, eles batem do mesmo jeito, né..?.

É verdade. Eles querem saber quem tava com ele, de qualquer maneira.

Nos Centros de internação provisória e de internação de meninos

Os trechos a seguir referem-se a situações que ocorreram, segundo os interlocutores, no interior de instituições para o cumprimento de medidas socioeducativas de internação.

No (...) a gente também apanhava: os polícia conspirava, os agente<sup>54</sup> batia.

Mas tinha às vezes algum policial ou agente que era diferente ou não?

Tinha, tinha. Em dez é um, né?

---

<sup>54</sup> Os “agentes” nesse caso eram os “socioeducadores”, os antigos monitores. Mas, como suas funções e posturas se assemelham àquelas dos agentes penitenciários, o narrador os identifica dessa forma.

Paguei castigo, fiquei um mês de castigo.

*Como é que era esse mês? Ficava trancado..?.*

Trancado. Só dentro do quarto, só dentro do quarto, dentro da jega – um quartinho pequenininho. Um mês, sem pegar sol, sem nada.

*E visita?*

Uma vez por mês. Bem no finalzinho de ano ainda, Natal...

*Foi porque você tinha fugido?*

Foi. Eu peguei um mês.

Tem até uma queimadura, ganhei uma queimadura, da polícia... Eles queriam arrancar uma vista minha.

*O pessoal do CIP deixava a polícia entrar?*

Não, eles tinham me pegado na fuga. Daí eles queriam saber onde é que tava o paradeiro dos outros guris que fugiram comigo também. Eu não falei nada também, daí eles queriam avacalhar comigo.<sup>55</sup>

*Queriam queimar o olho com o quê?*

Cigarro....Daí pegaram aquela máquina de choque, descarregaram em mim e abriu umas queimaduras em mim.

*Nas costas, assim...?*

Não, foi perto da virilha.

*Mas aí, depois que volta pro CIP, não tem como fazer uma ocorrência, um corpo delito?*

Não, não.

*Mas o pessoal do CIP viu que você chegou machucado?*

Viu, aham. Daí, depois de uma semana, eles começaram a fazer curativo, passar...e fazer curativo.

*Depois de uma semana, só?*

Sim... Dormi uma semana, também, de algema e marca-passo, sem colchão.

*Sem tomar banho, sem nada?*

Sem nada.

*Uma semana de algema... na perna também? No chão?*

No chão.

---

<sup>55</sup> Essa narrativa apresenta inicialmente uma situação que ocorreu na rua, fora da instituição.

*E nessa semana o que você ficava pensando?*

Eu ficava só sentado. E pensando nas coisas...

*Mas e comida?*

Daí a comida eles só passavam na ruelinha, daí eu pegava e comia de algema. Pra ir no banheiro...

*E você acha que isso acontece muito, com os de maior também?*

Eu não sei. Com de menor eu já vi acontecer, meu Deus... cada coisa... Tipo amarrar uma corrente aqui na pessoa e amarrar num concreto. Pra pessoa não fugir. Dentro de um quartinho já, todo fechado, a porta de aço, e, dentro daquela porta de aço, o cara com algema e marca-passo e um negocinho no pescoço e numa barra de concreto.

*Tipo castigo mesmo...*

Ééé. Castigo mesmo.

### *Entrada de policiais nos Centros de internação*

Há, também, os casos em que agentes policiais são chamados pela direção das instituições a entrar nessas últimas.

Aí eu botei na cabeça que eu ia mudar. Eu já botava na cabeça que ia mudar... mas cabeça fraca, né? Daí a polícia entrava, batia em nós: “Ah, não vou mudar, pá”. Não tem como mudar, porque vai crescendo uma revolta. Eu botei na cabeça que vou mudar e vou mudar, né?

*Então foi um período ruim, né?*

É, bem dizer, pra melhorar e tirar fora da sociedade, né? Mas daí a polícia entrava lá e batia em nós, daí...

*O cara fica mais “no veneno”...*

É, fica mais tudo, né? Isso era só no começo, né? Mas... cabeça fraca não consegue mudar, e quem quiser mudar muda.

[...]. Aí eles entravam no CIP lá, e só eu apanhava. E a dona deixava eu apanhar. Ela ligava pra fazer revista, eles já entravam lá dando tiro, bala de borracha, na parede, não tem? Só pra assustar nós. A gente ficava pelado, botavam spray de pimenta no nosso rosto, nas nossas partes, não tem? Daí ali uma vez eu pensei em

fugir, né? Daí eu vi, “Vou aguentar, né? Se eu fugir, vão me matar, a mesma coisa; eles querem me pegar”. Eu pensei na minha mãe, aí fiquei. Fazer o quê?

### *O “paredão” na rua*

O “paredão” é uma referência à situação das revistas nas abordagens policiais que se dão na rua.

E teve alguma situação que a tua vida correu risco?

Ah, uma vez a polícia tentou me matar. Daí eu tava correndo, e eles deram tiro, não tem? Não sei se eles deram tiro pro alto ou na minha direção. Daí, uma vez eu tava na rua, a polícia deu um monte de porrada. Daí eu tinha saído do tráfico já, daí me pegaram, deram “paredão”, daí eu apanhei, porque já era marcado, não tem? Já era conhecido.[...]

E esse “paredão”? Eles chegam e começam... surram?

Ah, eles surram, xingam... a humilhação, né?

Humilhação e batem também?

Uhum.

E na rua, nas abordagem, como é que é? Tipo a polícia bate muito?

Bate. Até... na rua... dinheiro, sei lá, eles levam tudo.

O que o pessoal consegue com o tráfico?

Não, normal mesmo.

O que tem no bolso...

É. Pegar de noite, já era.

Mas até gente que não é do crime?

Não, só pra quem tipo assim, pá.

E como que eles sabem?

Ah, se tiver uma passagem por aí já, meu Deus... perigoso.

Mas como que eles veem esse negócio que tem a passagem...

No COPOM, né? Pá. Fica marcado lá.

Aí eles chegam, perguntam o nome e já...

É, eles pegam, perguntam o nome, idade. Se bater ali, é porque alguma coisa fez. Aí já é roubada, já é isso e aquilo, se não tem nota já... até com nota já não deu.

### *Seria preferível...*

Em uma conversa com um dos meninos após a palestra que fiz para os “socioeducadores” e técnicas de instituições de internação (mencionada no item 2.1.3), ele me perguntou se eu tinha falado que seria melhor se eles não batessem mais nos internos. Conteí o que discuti com os servidores naquela ocasião. O menino relatou, então, que nem todos os monitores os espancavam e que os mais velhos é que eram mais legais, que trocavam ideia com eles. Fiquei surpresa, pois, em geral, são justamente os mais velhos que não têm uma formação específica em relação à ideia de socioeducação. Outra coisa surpreendente que ele falou é que ele achava que deveriam colocar câmeras internas em toda a instituição: “assim ia dá pra ver se a gente fez pra merecer ou não”. Eu disse que assim eles seriam vigiados o tempo todo, e ele disse que não fazia mal: o ruim era apanhar injustamente. Entre os castigos arbitrários e a vigilância, ele preferia esta última. O “ser visto” a todo tempo parece melhor do que o “ser pego e castigado” a qualquer tempo.

### *O que dizer dos relatos*

Os relatos apresentados nas páginas anteriores podem ser “lidos” de diversas maneiras. Constituem por eles próprios a denúncia de um sistema que se pretende socioeducativo. Essas narrativas falam da prevalência de práticas punitivas pautadas pelo suplício, pelo castigo e pela tortura em tempos de regime democrático e aplicadas justamente ao público ao qual foi preconizada uma condição diferenciada no que tange ao sistema penal.

Os relatos apresentados acerca dessas “vidas nuas” (AGAMBEN, 2007), violáveis, matáveis, convergem com as descrições presentes nos já citados relatórios do Conselho Nacional de Justiça (2012), bem como com outros documentos acerca de execuções sumárias de adolescentes em confrontos com a polícia (BISPO, 2013) no estado de Santa Catarina. É sem dúvida notável haver situações como essa em Florianópolis, capital que ocupa a quarta posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios brasileiros. Porém, o

paradoxo se desfaz quando lembramos que boa parte da “desenvolvida” população demanda “direitos humanos para humanos direitos”. Aqueles que reverberam tal discurso, os que afirmam que “menores não pagam por seus atos nesse país”, sustentam e legitimam a reprodução de situações nas quais o monitor e o policial entendem que devem fazer algo para lutar contra a impunidade, contra a indisciplina. E esse algo, em geral, pode ser descrito pela cena que parece ter sido corriqueira no extinto “Centro Educacional São Lucas” – narrada por pessoas que lá trabalharam e por adolescentes que lá estiveram internados – na qual alguns monitores promoviam “disciplina” com cassetetes de madeira com a inscrição “ECA” e, enquanto batiam, gritavam: “É ECA que você quer? Então toma ECA”.

Mas aqui é lugar de procurarmos ir além da denúncia e da indignação, do mal estar e da tristeza que sentimos ao ler cada relato; de fortalecermo-nos com o “veneno” assim como esses meninos e meninas se fortalecem e procurar compreender o que tais situações produzem além de abuso e de vitimização.

Uma leitura mais analítica dessas situações poderia estar na elucidação de como a tortura, as violências em relação ao corpo e à mente são significadas por esses sujeitos e como atuam em suas constituições subjetivas. Acerca desse aspecto, remeto ao belo trabalho de David Le Breton (2010) no qual ele analisa, dentre outras “experiências da dor”, a tortura como “fratura de si”. Na análise de Le Breton sobre pessoas que sofreram torturas – no contexto de situações de guerra e de governos ditatoriais –, predomina a ideia de “implosão do sentimento de identidade”, de “fratura da personalidade”. Não creio ser esse o caso nas experiências dos adolescentes contatados. Eles relatavam as situações de tortura e dos castigos recebidos sem bloqueios. As marcas, as cicatrizes entre eles não são escondidas, não são motivo de vergonha – ao menos em nossa interação e entre eles –, mas são apresentadas como um sinal de força, de sobrevivência, de caráter/ética, como no caso de resistir e não delatar os companheiros. Como aprendi com eles, na constituição de seus corpos e mentes o “veneno fortalece”. A passagem por essas situações compõe a “vida no crime”, é uma de suas faces de sofrimento, mas é encarada como uma parte mais ou menos esperada, assim como “hospital, cadeia, caixão”. Contudo, há uma característica apontada por Le Breton e que atinge de maneira muito forte os adolescentes: a quebra da confiança em relação ao mundo ordinário por conta da introdução do imprevisível nessas experiências. Acredito, contudo, que em nosso caso isso se dá não apenas por conta das situações de tortura, mas de uma série de situações

de imprevisibilidade: a qualquer momento pode haver um conflito com a polícia, com grupos rivais, com desafetos; em uma hora tem-se tudo – dinheiro, mulheres, amigos – e logo em seguida pode-se perder tudo.

Essa questão da normalidade, da não interpretação das situações em termos de “trauma” e de sua ressignificação em termos de “fortalecimento” nos leva a pensar sobre quais são os intoleráveis, os abusos para esses jovens; o que para eles extrapola, o que para eles é violência. Vale lembrar aqui a fala do menino que preferia câmeras à arbitrariedade dos castigos: ele não colocou em questão os castigos em si, mas o fato de serem gratuitos, “sem a gente merecer”. O abuso, para esse adolescente, não era o uso da força física, mas sua arbitrariedade. Por outro lado, uma das meninas afirma que bater, surrar adolescentes é ilegal. Ela questiona e critica não apenas a arbitrariedade, mas os castigos, a violência física por eles próprios. Entretanto, como apontado, ela faz uma operação de ressignificação, de agenciamento diante de uma situação de castigo: “Mas eu gostava de ficar no quarto, que eu não tinha que olhar pra cara delas [...]”.

No caso dos meninos e meninas que passam por diversas situações de violência nesse contexto, dos que vivem um profundo “envolvimento com o crime” e que afirmam ter consciência das consequências, inclusive uma possível morte violenta – “caixão”, tenho a impressão de que vão constituindo um corpo e uma “mente” resistentes a toda forma de violência dirigida a eles próprios. Para a maioria desses, a “vida longa, segura” não é um valor central, e a dignidade de uma pessoa parece concentrar-se no “respeito” e na “consideração” que ela atribui a outrem e que a ela são atribuídos. O sacro, o intocável podem ser, por exemplo, figuras como as mães, as avós e mesmo os objetos que remetem a elas. Vale mais morrer como “sujeito homem” do que viver o resto dos dias como delator, “traíra”, “verme”. Um tapa na “cara” pode ser pior do que um espancamento. Recentemente, na última “Reunião de Antropologia do Mercosul”, debatemos o trabalho de Claudia Briones y Marcela Tomás (2013) sobre *Sentidos y territorios vivenciales de violencias y violentamientos en situaciones de encierro*. Ali também me chamou muito a atenção o fato de que, em relação às violações descritas pelas autoras, o que internos consideravam abuso se relacionava à ideia de desrespeito, especialmente no que toca a situações que repercutiam de alguma forma em pessoas pelas quais eles tinham afeto.

É importante lembrar que a consciência da possibilidade de morte violenta – seja em confrontos, seja por “pisadas” – e o foco na intensidade das experiências e não em sua extensão não devem ser

tomados como desleixo com a vida. Há uma vontade de vida nessas vidas que se sabem breves. Essa vontade se manifesta nos agenciamentos, nas contra-sujeições que estão presentes em momentos tão limítrofes. Uma das maneiras encontradas pelos adolescentes para resistir e para fazer algo diante das violações no interior das instituições é a rebelião. Alinho-me aos argumentos de Maria Cristina Vicentin (2005), que perspectiva as rebeliões como “acontecimentos-resistência”, como “linhas de fuga” ante os aparatos de repressão, vigilância e extermínio. Na reiteração do “Não nasci para semente”, menos um empreendimento niilista e mortífero do que uma “paradoxal combinação de vida e morte, de utopia e limite, de projeto e finitude. Lançados na impossibilidade acentuam a provisoriedade e acentuam a vida: evidenciam uma vitalidade que se nega a ser destruída, constroem uma vida hiper-realista...” (VICENTIN, 2005, p. 219).

Durante um dos dias da pesquisa de campo na Casa, chegaram alguns adolescentes “novos” após uma rebelião em um Centro de internação. Eles me perguntaram se eu sabia do acontecido: “Quebramo tudo”. Relataram que estavam apanhando frequentemente dos monitores. De acordo com os jovens, eles – dois, três ou mais –, entravam nas celas, batiam, davam chutes e choques. O diretor da instituição teria mesmo demonstrado pena em certa ocasião diante do estado em que estava um dos internos, contudo fez “vista grossa”. Segundo os adolescentes, a gota d’água foi um tapa no rosto de um dos internos. Aí vale lembrar o que discuti acima sobre o limite do tolerável, que, nesse caso, parece ser mais moral do que físico – a “humilhação” é o que não se admitiu. Contaram, ainda, que, no dia em que se rebelaram, foram destruindo tudo com chutes e que, com as pedras de concreto das coisas quebradas, acertavam o resto. A Polícia Militar foi chamada. Antes de ser algemado, um deles ainda bateu em um dos monitores. Foram para o pátio com as mãos para cima e deviam também tirar a roupa, ficando apenas com a roupa de baixo. Quem estava sem cueca ficou sem nada mesmo. Ainda, segundo o relato, ficaram de joelhos em frente aos policiais e começaram a cantar uma música cuja letra dizia: “Matar os polícia é a nossa meta” (*Apologia*, MC DALESTE, letra na íntegra nos anexos). Perguntei se eles não tinham medo, e eles disseram que não: “os caras” não podiam matar eles ali; e, se matassem, “fazer o quê? Essa vida é isso mesmo. O cara sabe que vai morrer”. Resistir, mesmo ou principalmente diante da possibilidade da morte, é uma maneira de tornar-se sujeito, de não ser apagado, subsumido, violado.

Nos próximos itens, passar-se-á à descrição e à discussão das experiências vividas na Casa de Semiliberdade e no Serviço que



aplicava a medida de Liberdade Assistida. Nesses dois contextos, não observei e nem ouvi relatos de práticas de espancamentos, torturas, castigos corporais, etc. Eram locais em que predominava não apenas a ideia de socioeducação; as práticas iam no sentido não da punição, mas da “responsabilização”, da “ressocialização” via procedimentos de formação, de educação formal e informal, de atendimentos com as técnicas, de convívio com educadores. Contudo, os dados etnográficos nos fazem concordar com Foucault quando ele aponta que, nas revoltas nas prisões à época em que escreveu *Vigiar e Punir* (2009a), o que estava em questão não era o quadro rude demais ou ascético demais. Tratava-se de protestos contra o próprio corpo da prisão, questionava-se sua materialidade enquanto instrumento e vetor de poder: “era toda essa tecnologia do poder sobre o corpo, que a tecnologia da “alma” – a dos educadores, dos psicólogos e dos psiquiatras – não consegue mascarar nem compensar, pela boa razão de que não passa de um de seus instrumentos” (FOUCAULT, 2009a, p. 33).

## 2.3 A CASA DE SEMILIBERDADE

O lócus da pesquisa foi uma Casa de Semiliberdade. Vale lembrar novamente que a instituição não foi o foco, nem o tema da pesquisa. Contudo, foi o contexto no qual os dados foram produzidos, era o presente a partir do qual os interlocutores situavam e davam sentido às histórias que viveram fora dali, e constitui parte significativa da trajetória de quem está “no crime”, faz parte do “mundo do crime”.

### 2.3.1 A Proposta da Casa

O projeto político pedagógico segue, em linhas gerais, os princípios e a metodologia de trabalho da entidade beneficente que geria a Casa. Tal entidade atua há mais de uma década em diversos projetos sociais com foco em crianças e jovens de camadas populares. A Casa pode ser considerada uma exceção em muitos sentidos – em primeiro lugar no que toca ao desenvolvimento das medidas em uma estrutura e com metodologias afins ao caráter socioeducativo e não punitivo. O que deveria ser regra no país é raridade, sobretudo no caso catarinense, no qual não são poucos os relatos sobre as condições precárias das instituições, bem como acerca da prática de tortura, castigos físicos e humilhações, como mostram os já citados relatórios da CNJ e as narrativas dos adolescentes.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição,

A Casa de Semiliberdade destina-se ao atendimento de adolescentes e jovens, de ambos os sexos, na faixa etária de quatorze a dezoito anos [...]. A casa possui capacidade para receber 23 adolescentes e jovens [...]. Esses/as jovens serão encaminhados/as mediante determinação oficial formal e fundamentada pela autoridade judiciária competente.

Em relação às especificidades da proposta, podem ser destacados alguns elementos. Em primeiro lugar, o “compromisso de oferecer a esses jovens uma possibilidade concreta de ruptura com o universo da criminalidade, através da convivência solidária e da capacitação para a produção cooperativa e a inserção transformadora na sociedade”. No que toca à metodologia e aos valores norteadores do trabalho desenvolvido e das relações cotidianas, são enfatizados “o cuidado com a vida, a opção pela desconstrução de subalternidades e por pensar e agir a partir das margens. [...] abrir para a pluralidade ou pluri-versalidade epistêmica, isto é, possibilitar a emergência e o acolhimento de outras lógicas, outros jeitos de ser-sentir-pensar-agir”.

O PPP traz ainda que:

Para alcançar os objetivos propostos será primeiramente elaborado o Plano Individual de Atendimento para o adolescente. Concomitantemente, serão trabalhados quatro eixos fundamentais: cidadania, saúde, educação/profissionalização, família/comunidade, através da articulação com a rede pública do município e os órgãos privados.

Havia esforço e comprometimento diário por parte da maioria dos que atuavam na instituição em torno da efetivação dos objetivos descritos no PPP. Entretanto, o trabalho na socioeducação depende de uma rede de atores: Estado, políticas públicas, sociedade civil, empresas, etc. Quando um ou vários pontos dessa rede não respondem às demandas de uma unidade de semiliberdade ou de internação, gera-se uma situação em que, a despeito da boa estrutura, da boa vontade, das metodologias de trabalho, tal unidade pode limitar-se a ser um bom

“depósito”, um espaço que não vá muito além da manutenção da reprodução da seletividade penal e da criminalidade. Todos os eixos fundamentais na última citação descritos dependem muito mais da rede do que da instituição em si. Os problemas para a concretização da proposta iam desde a negligência por parte do governo estadual, que, por diversos meses, deixava de repassar a verba para a manutenção da casa – ocasionando cortes na alimentação; restringindo o acesso dos jovens a cursos, estágios, trabalho; deixando os funcionários sem pagamento –, até as dificuldades encontradas para a inserção dos adolescentes no mercado de trabalho, bem como para seu reconhecimento social fora de rótulos e estigmas.

### **2.3.2 O “Público” Atendido**

Como dito no primeiro capítulo, a Casa recebia meninos e meninas para o cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade ou que estavam sob medida de proteção. O que esses meninos e meninas de 12 a 18 anos de idade, que cometeram infrações que iam desde levar uma irmã a uma danceteria, passando pelo roubo para sustentar o vício no crack, por tráfico de drogas, assaltos, homicídios ou que foram abandonados ou violentados por algum membro da família, tinham em comum?

É frequente ouvir definições acerca desse “perfil de jovens” pautadas nas lacunas existentes em suas curtas trajetórias: falta de estrutura familiar, falta de condições socioeconômicas, falta de limites, e assim por diante. Mas o que se mostra com muita força nessas histórias de vida, nesses jovens corpos, de longe é ausência de Estado. Esse último se fez e se faz presente de forma intensa na vida dessas meninas e meninos. Não é por acaso que esse conjunto de jovens “vulneráveis”, “em risco”, “em conflito com a lei” esteja encerrado, circunscrito. Vale aqui sublinhar novamente que a delinquência é produzida a partir dos processos de “seletividade penal” e das instituições de punição (BARATTA, 2011; FOUCAULT, 2009a). Nesses processos atuam práticas divisórias, que constituem uma das maneiras de objetivação dos sujeitos. Os “vulneráveis”, os “em risco”, os “abandonados”, os “pobres” são construídos como “problemas sociais” e como potencialmente “criminosos”, infratores. Daí não surpreender a “mistura” de públicos na instituição. Tal situação não parece constituir

uma particularidade: na história da Febem de SP, por exemplo, também há relatos sobre a internação de crianças abandonadas.<sup>56</sup>

Segundo Fonseca e Cardarello (1999), há mais de um século reformadores procuram distinguir “crianças perigosas” de “crianças em perigo”; contudo, a partir da contribuição dos historiadores, aprende-se que, desde a aceção das instituições públicas para “menores”, afloram ambiguidades em relação à categorização dos internos: “delinquentes”, “órfãos” ou “abandonados”? As autoras ainda apontam que, no Brasil, apenas a partir dos anos 90 houve um esforço de “racionalizar” o atendimento ao jovem considerado infrator, separando os casos mais graves dos demais: “Antes do ECA, não era incomum achar na mesma casa ‘infratores’ misturados com ‘abandonados’ e ‘carentes’” (FONSECA; CARDARELLO, 1999, p. 11).

No nosso caso, a “mistura” se dá depois de mais de duas décadas desde o advento do Estatuto. É importante pensarmos nos efeitos dessa situação para além da óbvia irregularidade. Em primeiro lugar, como já mencionado, havia uma classificação nativa que tinha por referência a questão de ser ou não “do crime”. Tal classificação não se organizava pelos critérios de distinção do Estatuto: cometimento de infrações (“adolescente em conflito com a lei”; medidas socioeducativas) e ter sofrido ameaças, violências ou ter sido abandonado (“adolescentes em situação de risco ou de vulnerabilidade social”; medidas de proteção). Havia, por exemplo, meninos que estavam sob proteção, mas com experiências e modos de ser próximos ou mesmo considerados “do crime” por eles mesmos e pelos pares. Por outro lado, havia um caso em que o menino cumpria medida de semiliberdade, mas não era reconhecido como alguém “do crime”. Tais dados nos ajudam a visualizar os efeitos dos processos de produção da delinquência mencionados mais acima. Como bem analisou Foucault (2009a), nesses processos há linhas de objetivação do crime e do criminoso, nas quais o “criminoso” é colocado como indivíduo a conhecer segundo critérios específicos que vão além da questão do cometimento de infração.

---

<sup>56</sup>Ver Silva Apud Vicentin, 2005. Roberto da Silva, ex-interno, pesquisou os destinos e as trajetórias de institucionalização de crianças internadas na Febem por abandono desde a primeira geração – anos 60 – até o final da década de 90. O autor apresenta sua pesquisa como uma estratégia política que visa a “caracterizar a responsabilidade do Estado no processo de criminalização da criança e do adolescente sob tutela” (SANTOS Apud VINCENTIN, 2005, p. 205).

Outro efeito da convivência entre os adolescentes com histórias parecidas mas com caminhos diversos é a troca de sociabilidades, de valores de ambos os “lados”. A ideia de que misturar “vulneráveis” com “infratores” leva a uma situação em que os primeiros passam a ser “influenciados” pelos últimos na prática não se dá necessariamente desse modo. Algo que percebi é que, a partir das classificações nativas “ser do crime” e “não ser do crime”, havia uma constante manutenção do contraste (com mais ou menos intensidade, dependendo das pessoas em questão e das relações entre elas); e, mesmo todos convivendo relativamente bem com todos, eles atribuíam a si e aos outros lugares bem definidos (lembrando que nem sempre esses lugares têm a ver com o tipo de medida a que se está submetido). Outro fato interessante é que algumas vezes a “influência” pode dar-se no sentido contrário ao comumente esperado, quando, por exemplo, uma menina que “não é do crime” passava a namorar um “menino do crime”, e esse último repensava o seu caminho por conta da relação.

### **2.3.3 Relações, Convivência**

Em termos gerais, na Casa de Semiliberdade, todos e todas conviviam bem. Como decidi não acessar as “fichas” deles, eu não sabia ao certo, especialmente no início, quem era “proteção”, quem era “semi”. A menina de 20 cuja cena de internação foi relatada acima contou que a convivência com o pessoal “do crime” era boa, “que cada um tem uma história de vida difícil, e isso ajuda a não julgar”. Falou ainda que quase não entendia o que eles falavam – suas gírias, seu jeito, era tudo muito diferente do que ela estava acostumada.

De todos os meninos e meninas com os quais convivi durante o campo, apenas um menino se distanciava bastante dos outros, conflitava com eles e sempre enfatizava não “ser do crime”. Ele conversava mais com as meninas, passava quase todo o tempo fora da Casa e tinha um quarto exclusivo para ele, que permanecia sempre trancado. Os outros meninos pareciam se dar muito bem, passavam a maior parte do tempo na sala, no pátio ou na frente da casa. Já as meninas, como mencionei, gostavam bastante de ficar em seus quartos conversando, ouvindo música. Elas estabeleciam laços mais fortes de amizade, em geral, com uma outra menina, e não raro passavam o dia todo em par! Era mais comum haver conflitos e brigas entre meninas – que se davam extremamente bem com uma ou duas e não tão bem com as outras – do que entre os garotos. Uma fonte de conflito que independia do gênero era a delação. Se algum ou alguma adolescente delatasse outro/s ou

outra/s, era briga na certa. Nunca presenciei nenhuma briga com agressões físicas ou verbais, mas ouvi relatos sobre algumas delas.

No caso dos namoros, que eram permitidos, dependendo do casal o fato de estarem namorando afetava mais ou menos a relação com o coletivo. Os namoros serem permitidos bem como o fato de a privação de liberdade não ser total (iam para a escola, onde conviviam com outros pares), provavelmente, eram elementos que contribuíam para que dentro da Casa a convivência entre meninos e meninas fosse bem tranquila, de modo que fossem estabelecidos afetos e conflitos dos mais diversos tipos: fraternais, de amizade, amorosos. Não tive notícias de relações homoafetivas, que parecem ser mais comuns em instituições de internação – e mesmo aí não reconhecidas, legitimadas como tal.

A relação dos adolescentes com os educadores variava muito de acordo com as posturas desses últimos, com questões de gênero, entre outras coisas. Sempre havia na Casa um educador e uma educadora. Quase todos trabalhavam no regime de 24 (horas de trabalho) por 48 horas (de descanso). Durante a noite, a educadora dormia em um dos quartos das meninas; e para o educador havia um quarto separado no andar em que se encontravam os quartos dos meninos. Era perceptível que alguns educadores estabeleciam com os jovens relações de respeito, confiança e afeto mútuos. Havia ali amizade, carinho, mas também autoridade, reconhecimento – relações próximas à que se estabelece com familiares, às vezes tão ou mais fortes quanto. Outros educadores lançavam mão de posturas marcadas por autoritarismo e por agressões verbais. Essas posturas contradiziam a Proposta Pedagógica da instituição e o trabalho realizado pela coordenação. Tais “educadores” se colocavam em uma posição de poder que impedia o diálogo com os adolescentes. Ouvi relatos de humilhações verbais, do tipo “Acorda, pilantra, hoje seu dia vai ser ruim”. Numa conversa com dois adolescentes, um deles relatou que gostava mais de educadores como o Fulano: “que não humilha, que troca ideias, que deixa a gente brincar com ele”. Logo após dizer isso, gritou em direção ao educador: “Fulano, te amo!”. Havia também “autoridade” construída na base da troca de favores: a educadora conseguia disciplina e obediência emprestando seu celular, dando doces, etc. Acompanhei ainda uma jovem educadora que tinha uma boa relação com os adolescentes, mas que era desafiada e recebia respostas não agradáveis por parte de alguns.

O tipo de relação dos educadores com os adolescentes denotava também maneiras dos primeiros de pensar e atuar no processo de “socioeducação”. Aqueles que criavam uma relação pautada pelo diálogo e pelo respeito aos meninos e às meninas demonstravam

também mais compreensão e consideração no que toca à “bagagem” que eles traziam – seus gostos musicais, suas maneiras de ser, de se vestir. Os que construíam relações mais formais ou pautadas em trocas e ou em autoritarismo tinham posturas marcadas pela ideia de que, para “ressocializar”, para “reeducar”, era preciso transformar os corpos, comportamentos e almas dos educandos; era preciso tolher tudo o que lembrava “cultura do crime”. Sobre esse tipo de postura na Casa, nunca esqueço uma cena, logo no início de meu trabalho de campo, em que a educadora se dirigiu a um menino: “Você tem que parar de usar esses óculos e esse boné estilo *vida loka*”. Trata-se de uma postura condizente com o que tratarei mais adiante como “ortopedia moral”.

Os conflitos entre os adolescentes e educadores também variavam de acordo com o tipo de relações entre eles construídas. O desentendimento mais recorrente se dava quando um educador delatava os adolescentes à coordenação por conta do uso ou da posse de maconha ou pelo descumprimento de outras regras internas. Nessas situações eles comentavam que tal educador estava “pisão” – deu uma “pisada”. Achei curioso que, mesmo os adolescentes passando períodos fora da Casa e da vigilância que ela comporta, eles insistiam em trazer e usar maconha dentro da casa. O que eu consegui pensar em um primeiro momento é que isso se relaciona com um desejo de transgressão, de quebra de monotonia. A coordenadora me disse que achava também que havia a questão da emoção da transgressão, e, além disso, o fato de se sentirem seguros ali dentro.

No que concerne à relação dos educadores com a coordenação, há pouco a descrever, já que eu passava o tempo todo junto aos adolescentes e não participei de nenhuma reunião da equipe técnica e coordenação com os educadores. Algo que foi possível perceber foi que, mesmo havendo uma abertura grande por parte da coordenação e da equipe técnica (composta por uma pedagoga e, em alguns períodos, por uma psicóloga e um/a assistente), em alguns momentos ficava nítida uma distância entre esses dois conjuntos de profissionais. A coordenação e a equipe técnica passavam quase todo o tempo em uma sala/escritório resolvendo todas as questões do gerenciamento da Casa, como, por exemplo, a vinda de adolescentes, a viabilização de cursos para uns, de trabalho para outros. Os educadores, por sua vez, ficavam todo o tempo com os adolescentes: realizando alguma atividade, conversando, mediando conflitos, etc. Trata-se de uma situação semelhante à que descrevi no item 2.1.3 como uma das queixas dos “socioeducadores” que trabalhavam na unidade de internação. Uma coisa que chama a atenção é que são os educadores que acompanham passo a passo os

jovens, mas os relatórios – encaminhados semestralmente aos juízes e nos quais é sugerida a manutenção ou o fim da medida – são elaborados pela equipe técnica/coordenação. Acredito que a Casa, que já é modelo em relação a vários aspectos, teria muito a ganhar se ampliasse a participação dos educadores nos processos de gestão, de decisão e, de outro lado, fortificasse a participação da coordenação e da equipe no cotidiano dos adolescentes e educadores.

### **2.3.4 Cotidiano, Rotinas, Atividades**

A maioria dos adolescentes estudava no período da noite em uma escola próxima à Casa. Alguns faziam cursos e/ou estudavam durante o dia, poucos trabalhavam ou faziam estágios. Na medida de Semiliberdade, a ideia é que a instituição seja um espaço de convivência, de moradia e de agenciamento de vagas em estágios, empregos, escola. Assim como havia uma rotatividade de adolescentes que entravam e saíam (liberados ou evadidos) da instituição, havia uma rotatividade cotidiana no interior da casa. Os que trabalhavam podiam visitar suas famílias todos os finais de semana; os outros, quinzenalmente. Os familiares podiam visitá-los sempre que quisessem desde que agendassem previamente. A restrição da visita à família era umas das principais formas de punição diante de descumprimento de regras, de “mau comportamento”.

A arrumação e a limpeza da casa eram feitas pelos adolescentes, com exceção do pátio e da cozinha, espaços limpos pela cozinheira e por uma ajudante. Cada um era também responsável pelo cuidado de suas roupas. Alguns conflitos que se limitavam a reclamações aconteciam quando algum adolescente não fazia sua parte nos serviços.

Duas oficinas regulares eram oferecidas no âmbito da Casa: aulas de surf (quase todos os dias da semana) e cinema. Em geral, eram os meninos que participavam das aulas de surf. Para a maioria deles, a oficina tinha sido o primeiro contato com o esporte. A oficina contava com um instrutor, que era considerado também educador, bem como com dois meninos estagiários que faziam parte da entidade que gerenciava a Casa. Esses meninos se relacionavam muito bem com todos na Casa e junto com os colegas de escola faziam parte dos pares com os quais os adolescentes conviviam quase diariamente. Quase todos os meninos demonstravam vontade de aprender a surfar, e a atividade sempre contava com a participação da maioria dos meninos que estavam em Casa. Frequentemente havia saídas para diferentes praias, e eles ficavam bem animados nessas ocasiões. Soube que algumas meninas



surfavam; mas, em minhas idas a campo, nunca vi nenhuma delas surfar. Algumas até iam à praia junto, mas ficavam na areia conversando, observando. Elas se queixavam da falta de atividades, entretanto eram resistentes em relação ao surf. Além disso, eram convidadas a fazer a atividade, mas não havia forma alguma de incentivo. Não é possível dizer ao certo o impacto desse esporte na vida desses jovens. Não traz os tão esperados resultados em termos de profissionalização, mas com certeza há uma série de ganhos no campo da subjetividade e da saúde física e psíquica. Já representava muito para eles poder conhecer e praticar um esporte novo – pouco acessível, que envolve custos relativamente altos com equipamentos, roupa, deslocamento. Trata-se de um esporte no qual o prazer e a adrenalina estão presentes, mas em que “cadeia e caixão” não se mostram como consequências prováveis, como no “mundo do crime”. O próprio encontro com o mar já parecia uma coisa tão impactante, tão forte para pessoas que pouco o conheciam e que pouco dele desfrutavam e que passaram longos períodos de suas vidas em instituições fechadas ou sem sair do bairro em que moravam. A cena que segue não aconteceu apenas uma vez: um menino recém-chegado na Casa, vindo de uma unidade de internação, vai à praia. Ali chegando, ele caminha sozinho, distancia-se do grupo, para na beira do mar, e fica ali por um bom tempo, olhar no horizonte, silêncio... Um momento de suspensão, de contemplação, de respiro... Depois disso, a despeito de ser inverno, da água gelada e de estar com roupas normais, ele entra no mar e brinca.

As oficinas de cinema eram intermitentes. Era Rubens, um dos educadores cuja história é contada no capítulo 4, que a ministrava. Ele explicou que as oficinas e os projetos se desenvolviam quando havia interesse por parte dos adolescentes que estavam na Casa. Já foram realizados três filmes curta-metragem, um deles participou de Festivais em São Paulo e até mesmo no Japão. Nas oficinas os adolescentes aprendiam noções de cinema – roteiro, câmera direção, edição – trabalhando na construção de curtas. Nos períodos em que estive na Casa, era mais forte a presença das meninas nas oficinas. Os filmes eram exibidos, geralmente, fora do Estado, e não havia neles nenhuma indicação da Casa de Semiliberdade, de forma a proteger os jovens, que, além de produzir, também atuavam. Rubens falou que não gostaria de produzir documentários sobre a Casa em si, nos quais, por exemplo, os adolescentes aparecessem com vendas nos olhos. A ideia não era fazer divulgação dos êxitos da Casa, mas produzir curtas construídos com os adolescentes sobre temas diversos, como meio ambiente, nazismo, escravidão, com estilos variados: comédia, drama, suspense. Em meu

último período de campo, a oficina estava bem parada, pois alguns dos que seriam protagonistas do curta desistiram ou saíram da Casa, e o resto do grupo não demonstrou interesse em participar.

Essa falta de interesse, de vontade de participar das atividades contrastava com a recorrente queixa dos adolescentes da falta do que fazer na Casa e fora dela. A maioria desejava trabalhar, estagiar ou fazer algum curso fora dali. Um dos meninos me contou que estudava à noite e durante o dia fazia cursos e um estágio. Disse que gostava desse cotidiano cheio de atividades porque assim: “Passo a maior parte do tempo fora da Casa e ocupo a cabeça”. Mayara Patrícia era da mesma opinião. Ao ser questionada se passava o dia todo em um Projeto educativo municipal, respondeu: “Graças a Deus! Porque aqui, olha, o que é que tem pra fazer? Olhar pras paredes. Ah, lembrei, sabe por que eu fugi da primeira vez? Porque era bem, sabe, começo de Natal, Ano Novo, então, e não tinha ninguém, só eu tinha aqui. E eu ficava aqui sozinha olhando pras paredes [...]”<sup>57</sup>.

A grande maioria dos jovens com os quais conversei disse que não teriam “nada para falar da Casa”, que “era o melhor lugar” por que tinham passado. As queixas que apareceram eram como as descritas, referiam-se à falta de atividades. Ainda no que toca a esse assunto, foi possível perceber que não havia nenhum tempo específico de acompanhamento dos estudos, de reforço escolar, o que seria interessante, já que muitos jovens tinham dificuldades para ler, e a maioria – mesmo falando que considerava importante estudar – não tinha muito interesse e iniciativa. Em algumas tardes, eu percebia as meninas estudando, fazendo um trabalho escolar, já os meninos nunca vi. Essa falta de incentivo e de acompanhamento só fazia reproduzir as diferenças de gênero – os meninos com menos “sucesso” escolar – e as situações defasagem.

---

<sup>57</sup> No que toca à falta de atividades, em conversa com uma das cozinheiras ela reforçou bastante a ideia de que os jovens precisavam de mais atividades na Casa, como esportes, leitura, e fora dali: “Senão só ficam pensando e falando de crime, crime, que fizeram isso, aquilo...”. Essa questão apareceu também no campo em instituições de internação, nas quais o possível “problema” da falta de atividades é acrescido pelas já citadas condições precárias e insalubres das estruturas, da restrição de banhos de sol e de atividades físicas e de lazer, do isolamento, etc. Acredito que é preciso levar a sério essa questão da importância das atividades, não só em seu aspecto criticável referente à normalização, à disciplinarização dos corpos e mentes, mas no aspecto das atividades – sejam elas lúdicas, educativas, esportivas – como fontes de espaços de socialidade, de troca e de promoção de bem-estar físico e mental.

Em relação à inserção em estágios e trabalho, as coisas se mostraram bem complexas. Havia um esforço grande por parte da equipe para conseguir essas vagas, bem como uma pressão constante por parte dos adolescentes demandando ajuda para colocação no mercado de trabalho. Muitas vezes eles começavam a procurar por conta própria, em jornais, através de contatos nas comunidades em que moravam, etc. É notável esse interesse pelo emprego formal. Quando alguém conseguia algo no qual receberia um salário mínimo ou menos, ficava muito contente. Eles consideravam muito bom poder receber tais quantias. Acredito que um fator que aumentava o desejo por encontrar trabalho era que os jovens que trabalhavam tinham muitas chances de ganhar a liberdade antes, de voltar para suas casas, desde que se mantivessem estudando e trabalhando. O fato de eles serem menores de idade era um complicador, pois só podiam trabalhar na condição de aprendizes. Alguns estágios que eram de interesse dos meninos, como o de mecânica, são também proibidos aos menores. Na busca por empregos, os jovens não se identificavam como internos de uma semiliberdade; diziam, em geral, que moravam em uma república. De acordo com a coordenadora, essa omissão era uma condição, uma necessidade para que a inserção fosse alcançada. Ela relatou que algumas empresas que contam com o Programa Jovem Aprendiz promovem a inserção de adolescentes em medida socioeducativa, mas trata-se de uma exceção que conta com pouquíssimas empresas.

Era comum durante as tardes algum menino ou menina passar todo o período dormindo enquanto os outros quase sempre assistiam a filmes, a DVDs musicais e/ou escutavam música. Como relatei, a maioria dos que ficavam na sala era composta por meninos. Eles gostavam bastante de filmes de ação como, por exemplo, o “22 balas”, que tinham visto diversas vezes e no qual o personagem principal leva 22 tiros e sobrevive! Viam bastante também documentários de surf e um DVD com um show de hip-hop norte-americano.

Na primeira etapa da pesquisa, em 2011, os meninos ouviam rap nacional (como Racionais MC's; Facção Central, MV Bill) e funk, especialmente do estilo “proibidão”. Um ano depois, os meninos que lá estavam diziam que gostavam de rap nacional, no entanto no coletivo só me lembro de tê-los visto escutando rap/hip-hop norte-americano e funk, agora predominantemente do estilo “ostentação” (MC Daleste, Menor do Chapa, MC Kelvino, Nego Blue). Há relações importantes entre as músicas que os jovens ouvem e seu estilo de vida. No caso desses meninos, isso se mostra fortemente; muitos raps e funks referem-se diretamente à “vida loka”, à vida nas comunidades, etc. É interessante

perceber que as diferentes maneiras pelas quais a “vida loka” é descrita nas músicas encontram eco nos meninos. Por exemplo, a “vida loka cabulosa”, do “guerreiro de fê”, “programado pra morrer” em *Vida Loka parte 2*, dos Racionais MC’s; a “vida loka” da ostentação em *Como é bom ser vida loka*, do MC Rodolfinho; e o “vida loka” que ama no funk *Vida loka também ama*, de MC Pekeno (letras nos Anexos). Isso reforça o argumento acerca da importância de perspectivarmos as diversas dimensões que compõem a vida no crime, os processos de subjetivação de jovens com esse tipo de experiência e suas vidas para além da “criminalidade”. Ainda sobre a relação com a música, não tenho dados suficientes para muitas outras considerações consistentes a respeito. Algo que posso pontuar, a partir das pesquisas que fiz junto a crianças e adolescentes (em comunidades e em instituições socioeducativas) desde 2005, é a impressão de que nos últimos anos o rap nacional perdeu um pouco de força entre eles, ao menos quando estão em grupo. Quando reunidos, a preferência é o funk. É possível que isso se deva ao caráter mais lúdico, mais leve, mais divertido do funk, enquanto o rap nacional tematiza questões mais densas, mais tristes, como a privação de liberdade, as dificuldades e sofrimentos. O rap serviria mais para “pensar”, e o funk mais para se distrair, para “curtir”.<sup>58</sup> No último campo, eles demonstravam conhecer as letras e os grupos de rap – quer dizer que em algum momento ouviam –, mas no dia-a-dia, quando estavam reunidos, preferiam o funk. Por exemplo, em uma das ocasiões em que Luiz Paulo quis cantar um rap no gravador, primeiro ele preparou a vestimenta: colocou um moletom com capuz grande. Mostrou-me, então, o que estava ouvindo e eu disse:

*Mas isso é funk!*

Não, é rap.

*Mas com batida de funk?*

Isso é mais tipo proibidão. É Mc da Leste.<sup>59</sup>

---

<sup>58</sup> Isso parece ter algum sentido, pois Tatiana Dassi, também pesquisadora do LEVIS, que está fazendo pesquisa de campo com crianças em comunidades em Florianópolis percebeu que elas ouvem apenas funk e que entre elas o rap é visto como “música lenta”, “música de velho”. O curioso é que, quando eu fiz o campo para o TCC (Vieira, 2006), os meninos gostavam muito de rap nacional, e o funk não fazia parte do repertório musical das crianças em questão.

<sup>59</sup> Lembrando que nessa época (2011) ainda não havia explodido o estilo “ostentação”, e o MC da Leste – que foi assassinado durante um show em 2013 –, antes de cantar “ostentação”, fazia parte do que era considerado rap/funk “proibidão”.

Foi curioso que depois, na hora de gravar uma música, ele escolheu um rap clássico” do grupo Facção Central: “Desculpa, mãe”. Talvez não tão curioso, já que de certa forma o interpelei a cantar um rap... E ele deve ter pensado: “se é rap que ela quer, vou mandar esse”.

Nenhuma situação alterava muito a rotina da Casa. Era comum receberem visita de pessoas de outras instituições, bem como a visita de familiares dos adolescentes. Nessas circunstâncias tudo transcorria como habitualmente. O que modificava consideravelmente o “ânimo” da Casa era a chegada de um novo morador ou moradora. Os recém-chegados eram sempre recebidos na Coordenação, e enquanto isso os outros adolescentes passavam por lá, davam uma espiada, ficavam falando sobre ele/ela, sobre sua “fama” nos casos em que o/a conheciam. Acompanhei, por exemplo, a chegada de um menino que era relativamente conhecido pelos outros. Depois de mais de uma hora na sala da coordenação, levaram-no para conhecer seu quarto. Não houve nenhuma apresentação formal dele para a Casa. No entanto, logo depois, na hora do café da tarde, ele já estava rodeado pelos outros meninos; devia ser “considerado” entre eles. As “fugas”, evasões também causavam algum movimento, eram comentadas como uma “novidade”: “Você sabe que Fulano fugiu?”. Havia vários tipos de evasão: adolescentes que chegavam e iam embora na mesma noite pulando o muro; outros que saíam pela porta da frente depois de algum tempo na instituição; alguns iam e voltavam; outros iam embora em massa, vários ao mesmo tempo. Uma dessas situações aconteceu depois que eu saí do campo, essa “fuga coletiva” chamou atenção, pois se evadiram uns quatro meninos que estavam há muito tempo na Casa – e entre eles um estava sob medida protetiva.

### **2.3.5 Medicalização**

Já fiz referência à questão da medicalização nos relatos acerca das situações de castigos, torturas no âmbito das instituições de cumprimento de medida socioeducativa de internação. Na Casa de Semiliberdade, não pude deixar de notar a prática da medicalização intensiva dos adolescentes. Em um mural na sala dos educadores, estava uma lista de jovens que tomavam medicação contínua como Ritalina, antidepressivos, estabilizantes do humor. O número de nomes na lista nunca era pequeno. Houve o caso de duas crianças (entre 11 e 12 anos) que passaram um tempo ali e aparentavam ter sérios problemas psiquiátricos; por esse motivo, não poderiam estar numa instituição que

não estava destinada a cuidar e a tratar desses casos e que, por sua vez, não tinha estrutura e pessoal preparado para isso. Essas crianças acabavam demandando atenção quase exclusiva dos educadores que não podiam exercer suas atividades junto aos outros adolescentes.

Quanto aos outros adolescentes “medicados”, era difícil entender se precisavam de tratamentos tão agressivos. É muito provável que não. Não se trata aqui de culpabilizar a instituição pela maneira como conduzia as coisas. A Casa reproduzia e aderiu a uma configuração contemporânea das biopolíticas, públicas ou não, nas quais acesso à saúde é sinônimo de acesso a medicamentos (FASSIN, 2010; MALUF, 2012). A Ritalina, por exemplo, vem sendo prescrita indiscriminadamente para crianças e adolescentes das diversas classes sociais como um antídoto para o transtorno de *déficit* de atenção e hiperatividade (TDAH). Porém, muitos médicos e pesquisadores alertam que ela pode causar dependência química, pois tem o mesmo mecanismo de ação da cocaína, sendo inclusive classificada pela *Drug Enforcement Administration* como um narcótico. As reações adversas, especialmente no sistema nervoso central, são inúmeras<sup>60</sup>. No que concerne aos jovens da Casa, alguns “efeitos adversos” eram perceptíveis: sonolência, dificuldades na fala, na articulação de ideias. No caso de alguns adolescentes, acumulam-se em seus corpos efeitos das drogas ilícitas e lícitas. A vida na instituição os tinha, juntamente com a determinação no caso de alguns, feito deixar de usar cocaína e crack, por exemplo, mas os tinha aproximado de drogas fortíssimas que nossa sociedade propaga, legitima e dissemina, uma vez que contam com a assinatura de uma parte significativa da ciência e da medicina. Fernanda Bittencourt Ribeiro (2013), em seu trabalho sobre a “lei da palmada”, chama a atenção para a seguinte incongruência: de um lado a ampliação da noção de violência para toda prática que provoque dor e de outro a disseminação de drogas “de obediência” que anestesiavam as crianças.

Outra entrada da medicalização e do controle dos corpos que me causou muito impacto foi a obrigatoriedade de as meninas da instituição tomarem injeções de anticoncepcional. Entendo que, por ser a Casa mista, a atenção com a anticoncepção devesse ser redobrada, pois não seria nada interessante para a instituição que as meninas engravidassem e os meninos se tornassem pais ali dentro. Contudo, novamente,

---

<sup>60</sup>Ver: “A ritalina e os riscos de um ‘genocídio do futuro’”. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2013/08/05/ritalina-e-os-riscos-de-um-genocidio-do-futuro>>. Acesso em: 15/08/2013.

questiono a maneira como isso se dava. Trata-se de uma instituição com um projeto pedagógico e com práticas pautadas por um olhar diferenciado em relação a esses jovens, que apregoa e que, no geral, pratica o “acolhimento de outras lógicas, outros jeitos de ser-sentir-pensar-agir”. Nesse sentido a imposição do uso de anticoncepcional e de um determinado método – em geral, não recomendado às adolescentes<sup>61</sup> – não parece ser coerente.

Para concluir esse item, segue um trecho da conversa com Mayara Patrícia, 15 anos. Trata-se de uma narrativa de resistência à normalização e à medicalização de seu corpo/mente. Vale lembrar que as críticas de Mayara se referem a acontecimentos que se deram em uma unidade de internação e não na Semiliberdade.

[...] Eu, eu era uma que tinha trauma de psicólogo por causa do (*lugar da internação*). Por causa que a psicóloga falava que eu não era normal, a..., ela é muito chata, insuportável.

*Mas ela falava que você...*

Falava (*ri*). Porque ela perguntava bem assim: “O que que tu acha, Mayara, de estar aqui?”. “Normal, mas é normal, o que que eu posso fazer? Eu já tô aqui mesmo, vou fazer o quê? Vou falar que é bom? Que é ruim? Não vai adiantar”. E ela falava: “Ai, Mayara, não adianta, você não pensa mesmo. Como você vai falar que é normal isso?”. Aaai, eu tinha um ódio, um dia eu saí chutando a cadeira. [...] Ela queria complicar. Incompetente. Cada vez que eu ia lá, eu voltava mais revoltada ainda pro meu quartinho. [...] Porque acho que psicólogo tá ali pra te entender, pra te compreender, não pra te dizer que tu não é normal. [...] Eu já nunca gostei de psicóloga; quando falavam de psicólogo pra mim, já vinha negócio de louco na minha cabeça... sério. Aí depois eu peguei uma dessa, aí eu endoidei! E foi uma briga, uma briga, só que agora eu gosto de

---

<sup>61</sup>As injeções de anticoncepcional apresentam alta dose hormonal. Especialmente as trimensais não parecem ser aconselhadas às meninas com menos 16 anos por conta dos efeitos colaterais mais intensos e da demora da reversibilidade em relação à ovulação. Ver, por exemplo:

<[http://adolescenciaesaude.com/imagebank/PDF/v6n4a03.pdf?aid2=4&nome\\_e n=v6n4a03.pdf](http://adolescenciaesaude.com/imagebank/PDF/v6n4a03.pdf?aid2=4&nome_e n=v6n4a03.pdf)> Acesso em 16 agosto 2013.

psicólogo. [...]Mas eu não precisei tomar remédio, não, pra me acalmar. Tem uns que vão na psicóloga, ela já manda direto pro psiquiatra (*fala rindo*) pra tomar remédio, né? Eu não precisei, não. A primeira vez que eu fui no CAPS me consultar com a moça, ela falou que não ia me encomendar pro psiquiatra, que ela achou que eu não precisava. Ninguém nunca me encomendou, né? Mas também, se me encomendar, eu não tomo mesmo! [...] Vai tirar uma droga pra colocar outra. Lá (*na internação*) todo mundo queria que eu tomasse remédio, era uma briga por causa disso: “não vou tomar e deu”. Eu queria ver quem ia me colocar. Ainda se eu falo “não vou” e falam “tu vai”, agora que eu não vou mesmo! É bem assim! (MAYARA PATRÍCIA).

### 2.3.6 O Problema da (In)visibilidade: O Olhar Carregado do Outro

Das diversas vivências que pude experimentar durante o trabalho de campo – conversas, observação das oficinas de cinema e surf, assistir filmes, escutar músicas, pintar unhas –, chamaram minha atenção algumas saídas que fiz com os jovens para passear. Na rua não passaram a mim despercebidos os olhares desconfiados e de desaprovação por parte de pessoas da vizinhança em relação aos adolescentes. Lembro-me de uma ocasião em que duas mulheres, logo que viram o “nosso” grupo, atravessaram a rua encarando-nos desgostosamente.

Em uma tarde de sol, decidimos ir passear perto de uma lagoa. Para animar mais jovens a sair e para dar um pouco de retorno à sempre boa recepção deles na Casa, propus-me a comprar refrigerante e batatas fritas em um restaurante que havia no caminho. Uma educadora disse que eu não deveria “acostumá-los mal” e que eles ficariam pedindo isso sempre. Achei por bem manter a ideia; e eles, ao contrário do que pensava a educadora, nunca me ficaram pedindo nada do tipo. Saímos, então, eu, a educadora e um grupo de uns cinco meninos e três meninas. A cena de nossa entrada no restaurante ficou em minha memória: entramos todos, e, durante um tempo que parecia não ter fim, a única coisa que o atendente (não sei se gerente, se funcionário) fez foi olhar para aquele grupo em silêncio, sem saber o que esperar, sem reação, sem nos perguntar o que desejávamos... Quebrei, então, o silêncio e me dirigi até ele e perguntei se eles poderiam preparar uma porção de batatas fritas... Ele, aparentemente aliviado, disse que sim. Compramos nosso



lanche e decidimos comer em um deck público que ficava ali pertinho. Era claro para todos que nos sentiríamos mais à vontade lá fora do que no estabelecimento. Nenhum dos jovens comentou nada sobre a cena. É possível que estejam tão acostumados a tais reações e olhares por parte dos outros que não perceberam o que eu percebi com uma sensação de desconforto. No deck ficamos conversando, rindo; dois meninos tiveram “coragem” de entrar na água fria... Alguns agradeceram o lanche com o agradecimento “nativo” que considero mais bonito e sincero: “sem palavras”. Eu sabia que a gratidão não era por conta das batatinhas e do refrigerante, mas era por eu fazer isso *com* eles, por uma demonstração de carinho e de respeito.

Seguindo as teorias da “rotulagem”, os rótulos e os preconceitos em relação à criminalidade fazem parte da produção da criminalidade. É preciso considerar, contudo, que os pré-conceitos, os rótulos e estigmas não são atribuições empiricamente infundadas. São aspectos da construção social do crime a seletividade penal – quais ações são consideradas delituosas e a gestão diferencial das ilegalidades – e a seletividade criminal – quem é considerado criminoso. Há determinados crimes que são cometidos mais comumente por pessoas pobres, tais como roubos, assaltos e tráfico de drogas (nas pontas das redes, é claro). Esses crimes são os mais noticiados, os mais visíveis, os mais penalizados, bem como os que mais se relacionam às sensações de medo e de insegurança e os mais atrelados à ideia de “violência urbana”. Atuam nessa configuração processos de grande e de pequena escala, questões de estrutura social como desigualdade, cidadania “negada” ou excludente, de restrição “campo de possibilidades” (VELHO, 1994) e questões de interação social, de identificação e diferenciação, de relações de desrespeito e reconhecimento. Esses processos macro e microscópicos, “molares e moleculares” (DELEUZE; GUATTARI, 1996) produzem efeitos que se retroalimentam, geram círculos viciosos.

Em *Cabeça de Porco*, Luiz Eduardo Soares (ATHAYDE; BILL; SOARES, 2005) traz contribuições importantes para pensarmos a questão no plano das interações cotidianas. Ao falar sobre invisibilidade e reconhecimento, argumenta que

Uma das formas mais eficientes de tornar alguém invisível é projetar sobre ele ou ela um estigma, um preconceito. Quando o fazemos, anulamos a pessoa e só vemos o reflexo de nossa intolerância. Tudo aquilo que distingue a pessoa, tornando-a um indivíduo; tudo o que nela é singular,

desaparece (ATHAYDE; BILL; SOARES, 2005, p. 175).

Como fica claro na exposição de Soares, a invisibilidade social não pode ser entendida literalmente. Nesse mecanismo de invisibilização de certos sujeitos, apenas o rótulo e o estigma são visíveis. E os rótulos não permitem que se reconheça esse Outro, que se estabeleça relação com ele. Para o autor, um “menino invisível que se arma” ao praticar um assalto passa a se tornar visível através desse evento:

O sujeito que não era visto, impõe-se a nós. Exige que o tratemos como sujeito. Recupera visibilidade, impõe-se como sujeito, se reafirma e reconstrói. Põe-se em marcha um movimento de formação de si, de autocriação. Se havia dívida (fala-se tanto na grande dívida social), eis a fatura (Idem, p. 215).

Acredito que em ambas as situações, seja quando um jovem negro anda pela rua ou quando há uma interpelação numa situação de assalto, o que permanece visível é o rótulo que em um caso é mera expectativa e no outro se confirma naquela situação. Na situação da “profecia que se cumpre”, há um processo de subjetivação/sujeição, mas não acredito que haja “recuperação” de visibilidade, pois apenas o rótulo se confirma, e o rótulo não permite uma relação de reconhecimento. O contrário da invisibilidade, aqui, não é a visibilidade, mas o reconhecimento social<sup>62</sup>. Tenho a impressão de que, nas interações face a face, esses jovens não se tornam invisíveis como pode ocorrer no caso de moradores de rua. Eles não passam a se tornar “visíveis” apenas quando cometem alguma infração. Eles são percebidos, e o olhar que se tem sobre eles é de medo, desconfiança, por vezes com ares de superioridade, desprezo e mesmo raiva. Em algumas situações, quando sobressai a atribuição de “vulnerabilidade social”, os olhares são carregados de compaixão ou pena.

No caso dos “adolescentes em conflito com a lei”, é preciso levar em conta, então, que a invisibilidade social, o não reconhecimento dessas pessoas como sujeitos –fora da “sujeição criminal” – atua por

---

<sup>62</sup>No capítulo 4, a questão da importância de sentir-se acolhido e reconhecido e a potência disso para uma mudança de rumos na vida será discutida a partir da história de vida de Rubens – um dos educadores da Casa.

meio da hipervisibilidade do estigma da delinquência, da criminalidade, como já discutido. Nesse sentido, Mione Apolinario Sales (APUD SOARES, 2010) trabalha como adolescentes autores de atos infracionais são alçados à condição de metáfora da violência urbana, especialmente via meios de comunicação de massa na lógica do espetáculo. Para a autora, a esfera pública, compreendida como espaço por excelência de encontro com o Outro, seria constituída, no Brasil, essencialmente pelos meios de comunicação, sendo a condição de existência na esfera pública a visibilidade “massificada”. Em tempos em que estão mais acalorados os debates – se podemos chamar de debates a superexposição de uma das posições – acerca da redução da maioria penal, essa dimensão se mostra importantíssima. Podemos pensar em alguns programas televisivos de noticiário policial, por exemplo, como parte de um “empreendedorismo moral” que visa a reforçar fronteiras morais hegemônicas que delimitam bem e mal, “cidadãos de bem” e “bandidos”<sup>63</sup>.

Na vida dos adolescentes com os quais convivi, as experiências de preconceito, de olhares sobre eles “carregados” de desconfiança, de julgamentos não eram fatos isolados e exteriores, mas constituíam seus corpos e modos de ser. Eles tinham, por exemplo, uma preocupação muito grande com sua aparência: em colocar um tênis bonito quando fossem sair de casa, de estarem muito bem vestidos e asseados para entrevistas de emprego, passeios, audiências e para receber visitas. Não gostavam, além disso, que pessoas de fora soubessem que moravam em uma semiliberdade, não queriam ser “vistos” como delinquentes. Certa vez, por exemplo, em uma das saídas para a oficina de surf, ao ser perguntado onde morava pelo motorista da van Luiz Paulo respondeu: “Eu moro com a minha mãe no bairro...”.

Para finalizar esse tópico, é importante frisar que um dos objetivos do presente trabalho é o de apresentar outras linhas de subjetivação dessas meninas e meninos, outras modalidades de tornar-se

---

<sup>63</sup> A respeito das notícias que envolvem menores de idade, chama a atenção a veiculação e repercussão quase exclusiva de situações limite, com desfechos em que os adolescentes cometem homicídios, abusos. Vale lembrar que, de acordo com as estatísticas, as infrações mais comumente praticadas por adolescentes são o furto e o tráfico de drogas. Os programas citados repercutem também situações em que predomina a não penalização, reforçando a sensação de impunidade, de pânico moral. Enquanto isso, não raro adolescentes passam mais tempo privados de liberdade do que adultos que cometeram o mesmo tipo de crime/infração.

sujeito que não a partir das experiências ditas violentas, fora, mas também dentro “do crime”. A partir do momento que “chegamos perto” dessas pessoas, isso se torna possível. As pré-noções, os preconceitos se dão, em geral, por conta das distâncias, dos desconhecimentos, quando a única coisa que se conhece desse Outro e a única coisa que se vê nele é o rótulo. E não é preciso ser cientista social para efetuar esse movimento... Depois de uma tarde passada na Casa, a filha da dona Lourdes – cozinheira – nos perguntou: “Eles realmente cometeram crimes?”.

## 2.4 LIBERDADE ASSISTIDA

Como explicitado no capítulo anterior, além da pesquisa de campo na Casa de Semiliberdade, acompanhei, por um curto período, o trabalho das técnicas (assistentes sociais, psicólogas, pedagogas) de um Serviço de Assistência Social responsável pela aplicação das Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade. Fui muito bem recebida por essa equipe multidisciplinar com cerca de nove servidoras. Participei de duas reuniões de “Estudo de Caso”, uma delas com a presença do Promotor de Justiça. Também presenciei o atendimento de uma adolescente, bem como as demais atividades das profissionais em seu dia de trabalho.

Nos subitens que seguem, os dados aparecem em um formato mais descritivo, pois a análise das situações narradas está concentrada e desenvolvida no item 2.5. A ideia é fazer com que se possa “entrar” comigo no cotidiano do Serviço, assim como se fez no primeiro capítulo em relação à Casa de Semiliberdade. Essa descrição tem foco diferente e conta com interlocutoras diversas se comparada ao restante do trabalho. Trata-se, nesses tópicos, da perspectiva não dos adolescentes, mas das técnicas, dos seus discursos, do seu cotidiano, do seu trabalho na “socioeducação”.

### 2.4.1 Acompanhando um “Estudo de Caso”

Após o contato com a coordenadora do grupo, que permitiu que eu fizesse a pesquisa de campo no Serviço, ela me convidou a participar de uma reunião de “Estudo de caso”, na qual estaria presente toda a equipe. Essas reuniões acontecem uma ou duas vezes ao mês e consistem na avaliação do trabalho, na análise em equipe de “casos” nos quais haja algum problema, na tomada de algumas decisões de maneira coletiva. A pauta do dia era a discussão de orientações comuns para o

atendimento a serem repassadas aos adolescentes (verbalmente e por escrito) e do projeto político-pedagógico que estava em fase de elaboração. A coordenadora me apresentou ao grupo; eu falei sobre meu trabalho e perguntei às participantes se eu poderia acompanhar aquela reunião e posteriormente outras atividades por elas desenvolvidas, e elas consentiram.

Já nesse primeiro contato, ficaram patentes controvérsias, dilemas em relação a algumas categorias e ao impacto delas sobre a intervenção social. Os dilemas e debates são tanto internos ao grupo de profissionais em questão – provavelmente ao coletivo mais abrangente dos que trabalham na socioeducação – quanto presentes entre o grupo e as visões das ciências sociais de que comungo. É importante, deixar claro que a discussão a seguir desenvolvida só foi possível por serem as profissionais contatadas extremamente competentes, reflexivas e sensíveis em relação ao seu trabalho. Aquilo que pode soar como crítica não se dirige a uma ou a outra profissional, nem a uma ou a outra categoria profissional, mas aos discursos e aos efeitos desses discursos – muitos deles originados e enraizados nas próprias ciências sociais e não na pedagogia, no serviço social e na psicologia.

A partir do debate sobre diretrizes comuns para o atendimento dos adolescentes, podemos conhecer um pouco do caráter e das dificuldades do trabalho na LA. Dentre as diretrizes discutidas na reunião, estavam: o esclarecimento e a descrição aos adolescentes das garantias e direitos previstos no ECA; o fornecimento de explicações acerca do Plano Individual de Atendimento (elaborado pela equipe junto com o adolescente e sua família e que deve ser finalizado até 15 dias após o início do atendimento); os deveres dos adolescentes em relação aos atendimentos (respeitar os horários marcados, assiduidade, comparecer sem estar sob efeito de drogas, manter celulares desligados).

Um ponto discutido foi o oferecimento do vale-transporte aos jovens atendidos que dele precisarem. A dúvida era em que termos escrever sobre esse tópico em um documento destinado aos adolescentes/às famílias: vale-transporte para adolescentes em “situação de risco”? Em “situação de vulnerabilidade social”? Que tiverem “necessidade”? O consenso foi de que as primeiras não seriam adequadas por fazerem parte de uma linguagem teórica, técnica. Decidiu-se pelo impessoal “se necessário” de forma a não constranger os jovens e ou suas famílias com “ter necessidade.” O problema aqui é que o debate em torno de tais categorias não se reduz à inadequação da linguagem, mas pode ser também questionada sua pertinência teórica e prática. Mesmo as ideias de “vulnerabilidade” e de “situação de risco”

não são neutras – elas integram visões, “modelos de sociedade” (Sociedade da ordem, Sociedade do risco), como será aprofundado no item 4.5.

No “estudo de caso”, outro tópico debatido pelas técnicas foi a efetivação dos “Planos Individuais de Atendimento”. O PIA foi incorporado no sistema socioeducativo a partir da promulgação do SINASE em 2012. No texto da lei, ele é definido como “instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente”. Deve “contemplar a participação dos pais ou responsáveis, os quais têm o dever de contribuir com o processo ressocializador do adolescente, sendo esses passíveis de responsabilização administrativa, [...] civil e criminal” (BRASIL, 2012). Consta ainda na lei do SINASE que, para “o cumprimento das medidas de prestação de serviços à comunidade e de liberdade assistida, o PIA será elaborado no prazo de até 15 (quinze) dias do ingresso do adolescente no programa de atendimento” (BRASIL, 2012). De acordo com as servidoras, as principais dificuldades estavam em viabilizar a elaboração do Plano em prazo tão restrito, ainda mais com a obrigatoriedade da presença da família. O comparecimento do adolescente ao Serviço era difícil de ser garantido; mais complicado ainda era efetivar o contato com a família. Além disso, elas apontaram a dificuldade de se fechar o PIA com o adolescente em seus dois primeiros contatos com a medida, com as técnicas. Para elas a questão da criação do “vínculo” é fundamental para dar início a qualquer trabalho, intervenção, e esse vínculo não se estabeleceria de forma imediata.

Em relação ao conteúdo do PIA, de acordo com o SINASE, devem constar no Plano, no mínimo: “os resultados da avaliação interdisciplinar; os objetivos declarados pelo adolescente; a previsão de suas atividades de integração social e/ou capacitação profissional; atividades de integração e apoio à família; formas de participação da família para efetivo cumprimento do plano individual; e as medidas específicas de atenção à sua saúde”. Nota-se aí a ênfase na responsabilização da família, bem como uma dimensão de tutela e de controle do Estado em relação a esta. Chama também atenção o foco na saúde, o que nos lembra que vivemos em tempos de biopolítica, de “governo da vida” (FASSIN, 2004).

As interlocutoras falaram sobre a dificuldade em delimitar objetivos com os adolescentes, em fazê-los compreender a própria ideia de objetivos. Isso se manifestava também nas outras atividades que realizavam com eles, quase todas com um caráter de planejamento da vida, das ações. Diziam elas que os adolescentes falavam e escreviam

pouco, diziam que não sabiam, respondiam a partir dos exemplos que elas davam, como no diálogo que segue: “Tem alguma atividade, algum curso que você gostaria de fazer, como surfe, por exemplo?”. “Eu posso fazer um curso de surfe?”. Uma delas relatou que, em uma das atividades sobre o que ele gostava e o que não gostava, um adolescente respondeu “cocaína e maconha” em tudo. Outras mencionaram a baixa autoestima, a ideia de “não ser capaz de algo” como fator que dificultava o entendimento de construção de objetivos. Algumas das servidoras estavam interpretando essas respostas como falta de compreensão, de entendimento dos adolescentes sobre as atividades, como dificuldades em pensar e em desenvolver projetos, etc. Entretanto, é possível que essas respostas sejam manifestações de ruptura e sinais de que há um problema de comunicação que não tem a ver com capacidade de compreensão, mas com o conteúdo das atividades – totalmente alheio à experiência deles, ao campo do possível para eles – e com a maneira (o meio) em que se dá a interlocução (modelo escolar, de exame, que privilegia a linguagem escrita).

Ainda sobre essa questão da queixa das técnicas sobre as limitações dos adolescentes em elaborar objetivos, chamaram atenção duas outras falas. Uma dessas falas trouxe um discurso recorrente em meios de comunicação, mas também no campo de atuação e de reflexão sobre jovens e criminalidade. Trata-se da ideia da carência de regras e de limites em suas experiências (LE BRETON, 2007; ZALUAR, 1985; 1995). O desafio e a quebra de determinadas leis, regras, normas se daria por conta de ausência de outros limites – especialmente morais – na constituição desses jovens. Como será aprofundado no último capítulo, um dos elementos essenciais que as meninas e os meninos com os quais interagi elencaram como fundamental, como constituinte da “vida no crime” é o “correr pelo certo”, elemento predominantemente do domínio da moral e da ética e que acarreta uma série de regras e de limites em seus comportamentos. Na ocasião do “Estudo de caso”, apenas coloquei como uma pequena provocação, problematização: “Mas sabem que o que eles mais têm no mundo do crime são regras?”. A outra fala ajuda a dar corpo empírico ao argumento que será desenvolvido mais adiante acerca das “ortopedias morais”. Uma das psicólogas relatou um caso que ela chamou de exceção: tratava-se de um menino da classe média que dirigiu sem habilitação. Ela disse que ele já tinha objetivos bem amarrados, que era responsável, que estudava. Outra psicóloga sugeriu, então, que ele poderia receber orientação no que se refere às relações interpessoais, já que não precisava de um direcionamento de ação, de construção de outro caminho de vida.

Aquele adolescente era descrito como “um menino responsável” a despeito de ter cometido uma infração grave, que poderia colocar a vida dele e as de outras pessoas em risco. Nesse contexto, os que precisam de orientação em relação aos seus “projetos de vida” são aqueles tipicamente “delinquentes”, “marginais”, que deixaram a escola, que têm problemas na família e que se inserem em uma determinada origem e meio social. A eles cabem ortopedias morais e ressocialização. O “menino” da classe média pode ser considerado um “infrator”, numa condição esporádica, de exceção, mas ele não é tratado, descrito, atendido como um “delinquente” – “sujeito criminal” cuja biografia é reconstituída de modo a descrevê-lo e, por conseguinte, instituí-lo como tal. Fica muito claro aqui que o ato de infração não é o que está em questão, mas quem o cometeu e se esse agente se enquadra ou não na figura do criminoso, do desviante. Impossível aqui não lembrar o seguinte trecho de *Vigiar e Punir*:

O delinquente se distingue do infrator pelo fato de não ser tanto seu ato quanto sua vida o que mais o caracteriza. A operação penitenciária, para ser uma verdadeira reeducação, deve totalizar a existência do delinquente, tornar a prisão uma espécie de teatro artificial e coercitivo onde é preciso refazê-la totalmente. O castigo legal se refere a um ato; a técnica punitiva a uma vida; [...]. Conhecimento da biografia, e técnica da existência retreinada (FOUCAULT, 2009a, p. 238).

Voltando ao “Estudo de caso”, até aí eu pouco tinha me manifestado. Mas o planejamento de outra atividade a ser inserida no Projeto Político Pedagógico suscitou minha participação. Eu estava ali a dialogar e não apenas a observar. Se aquelas pessoas me receberam ali, o mínimo que eu poderia fazer era debater com elas algumas de minhas posturas e não apenas escrever sobre isso depois, sem deixar espaço para seus contra-argumentos. A atividade consistia na construção de um “Projeto de Vida”. A psicóloga proponente leu trechos da proposta: “capacidade de imaginar-se como realizador de seus objetivos”; “explicar ao indivíduo que é possível planejar o futuro, que as mudanças são inerentes ao ser humano e que podemos alcançar nossas metas se focarmos nos objetivos”. A partir dessas colocações sobre possibilidade de mudança dependendo somente do “indivíduo” e de tudo o que eu havia ouvido até aquele momento, achei que deveria colocar alguns



questionamentos. Falei que eu não acreditava que isso era possível, pois dependemos também de tudo o que está “fora” de nós. Disse que, para aqueles jovens, era ainda mais difícil, que eles não fazem projetos para o futuro não por falta de imaginação, de capacidade, mas porque, em geral, se conseguirem manter-se vivos até a vida adulta, já é um ganho. Falei que eles têm noção desde muito cedo de como as coisas funcionam ou não funcionam na vida deles: sabem que a escola não é boa, os trabalhos precários, etc. A mudança, assim, dependeria de transformações que vão muito além do “indivíduo”.

Minhas colocações geraram um debate que pareceu produtivo para todas. Algumas das técnicas falaram que tinham consciência das coisas que eu tinha apontado, mas o que poderiam fazer nesse caso? Se elas demonstrassem isso a eles, não poderiam frustrar ainda mais esses jovens? Como deveriam fazer o trabalho de construção de metas, objetivos? Eu deixei claro que não estava dizendo que não deveriam fazer o seu trabalho da maneira como o fazem. Há uma demanda de intervenção social imediata em relação ao trabalho dessas técnicas; elas atendem a um número enorme de adolescentes e precisam cumprir determinados procedimentos, modelos de atendimento previstos em lei, como o PIA. Falei que a perspectiva de um pesquisador, de um cientista social pode ser mais abrangente, pode apontar dilemas, problemas, justamente porque ele não está dentro das situações cotidianamente e não se encontra sujeito a pressões, a demandas imediatas de intervenção. É preciso ter em mente que essas profissionais, assim como os professores, por exemplo, vivenciam desafios cotidianos e que a demanda e a cobrança por parte da sociedade e do Estado em relação aos resultados do trabalho dessas categorias não encontram contrapartida equivalente no que toca ao reconhecimento, à valorização social e econômica, à estrutura e às redes de apoio.

Se algo parecido com sugestão poderia ser dado, aponte que seria importante uma atenção ao que vem a partir do próprio adolescente e também uma postura de solidariedade e franqueza, deixando claro para os atendidos que elas sabem que as mudanças não são fáceis, que não dependem apenas deles. Discorri também sobre uma lógica de redução de danos: o que pode ser feito de efetivo para tornar a vida melhor no presente, como reduzir as mortes, como “amenizar as guerras”.

Ainda no contexto do debate em torno desse ponto, uma das técnicas argumentou que não poderíamos pensar que todo jovem pobre é potencialmente infrator; que todo jovem de tal comunidade cujo entorno é marcado pelo crime seria infrator. A questão é que provavelmente sua argumentação foi uma reação à minha fala sobre o que está “fora” do

jovem, que ela entendeu como entorno, como meio. E o que eu estava querendo colocar era mais uma ideia de estrutura social desigual, de relações de controle/poder que configuram os campos de ação dos sujeitos, bem como seus limites. Novamente esse campo de pesquisa e intervenção se mostrou escorregadio. As implicações ou a falta de entendimento acerca de um determinado argumento podem levar a ideias totalmente opostas àquelas desejadas pelo emissor. As práticas também nem sempre convergem de maneira coerente com as convicções. Acredito que a maioria das educadoras ali presentes discordava da associação automática entre juventude pobre e infração. Contudo, na discussão daquele “caso de exceção” do jovem da classe média, a explícita diferença de descrição dos sujeitos e de seu acompanhamento – diferença que reforça a rotulagem e o estigma em relação aos jovens pobres – não era aparente para elas, mas soava como algo dado.

#### **2.4.2 Atividade “Roda da Vida”**

A dificuldade de comunicação com os adolescentes mencionada no item anterior e interpretada pelas técnicas como falta de entendimento por parte deles ficou patente em um dos atendimentos que pude acompanhar. Joana, de 17 anos, permitiu que eu participasse como observadora do atendimento. Em uma salinha, sentamo-nos ao redor de uma mesa redonda a adolescente, ao seu lado eu e as duas técnicas em frente. Elas conversaram um pouco com a menina e, logo em seguida, explicaram a atividade e lhe entregaram um papel para que ela fosse escrevendo na “Roda da Vida” uma avaliação de 0 a 100% para as seguintes áreas de sua vida: lazer, espiritualidade, saúde, estudos, convivência familiar, desenvolvimento pessoal, amizade e relações afetivas. Depois, para as áreas que não estivessem 100%, ela deveria elaborar objetivos que ela considerasse que a auxiliariam a chegar ao máximo.

A primeira coisa que chamou a atenção foi a forma da atividade, tipicamente escolar. Parecia uma espécie de prova escrita. E, pelo que entendi a partir da descrição das outras atividades realizadas nos atendimentos, essa parece ser a forma privilegiada, senão a única. Boa parte do atendimento é gasta com o adolescente escrevendo, e a outra parte assemelha-se muito a um processo de correção. Nesse sentido, parece haver um entendimento implícito de que a socioeducação deve ter como modelo a educação escolar formal.

No caso do atendimento da Joana, logo no início apareceu um problema de comunicação, por falta do compartilhamento de linguagem, de sentidos comuns. A menina perguntou o que significavam as palavras lazer e espiritualidade. As duas palavras fazem parte de um vocabulário mais comum entre as classes médias e entre adultos. Nesse caso, seriam conceitos de *experiência* mais *próxima* (GEERTZ, 1999) aos adolescentes os de diversão e de religião, por exemplo. A repetição de atividades escritas, com modelos pré-estabelecidos e distantes da realidade dos “usuários do Serviço”, faz, provavelmente, com que situações como essa sejam recorrentes. Poucos encontros com esses jovens nos quais prevalecesse a sua escuta permitiriam às educadoras pensar em atividades que fizessem mais sentido para eles e que, provavelmente, trariam também resultados mais efetivos no que toca à intervenção.

Em um segundo momento do atendimento, as técnicas “checavam” e comentavam as respostas da menina em tom professoral. Emitiam avaliações: “está bom, mas precisa sempre melhorar”; conselhos: “você não pode deixar de fazer o preventivo”, “precisa sempre evoluir, fazer cursos, voltar a estudar”. Direcionavam os objetivos a serem alcançados a partir de seus padrões e valores e não daqueles da menina. Por exemplo, no item “espiritualidade”, Joana disse que lhe faltava fé. A técnica questionou, então, como se consegue mais fé. A menina respondeu: “indo para a igreja”. A técnica concluiu o diálogo: “A fé pode ser encontrada às vezes dentro de você mesma”. Uma frase da menina que abriria espaço para uma conversa que levasse a conhecê-la melhor, sabendo, por exemplo, que igreja ele frequentava, como era, porque deixou de ir, é interrompida com uma “palavra-moral final”. O desenvolvimento das atividades, como apontado no início do tópico, apresentava um caráter escolar; e o modelo pedagógico era o tradicional: há um sujeito adulto que detém a verdade a ser transmitida a um objeto criança/jovem passivo a receber conteúdos. A diferença é que na escola esses últimos são saberes acumulados no campo científico, e na socioeducação são padrões e valores relativos ao campo de determinada moral e de determinada “cultura”.

### **2.4.3 Cotidiano do Serviço: “o Corre” das Técnicas e o Problema que Não Está nas Práticas**

O cotidiano de trabalho das técnicas é bem atribulado. Realizam atendimentos aos adolescentes que devem ser logo na sequência evoluídos, ou seja, registrados em uma espécie de relatório, balanço.

Algumas vezes por semana, fazem visitas às casas. Precisam literalmente “correr atrás” dos adolescentes e de suas famílias para que participem dos atendimentos, de modo que as medidas sejam cumpridas. Há uma demanda de produtividade que faz com que cada equipe técnica – uma pedagoga, uma assistente social e uma psicóloga – seja responsável por cerca de 40 casos/adolescentes. Além disso, gastam um tempo considerável fazendo encaminhamentos para providenciar: documentos em geral – desde certidões de nascimento até carteiras de trabalho; matrículas ou rematrículas escolares; inserções no Programa “Emprego e Renda” e em cursos profissionalizantes; acesso a tratamentos públicos de saúde; espaços para o cumprimento da medida de prestação de serviço à comunidade.

Todos esses encaminhamentos fazem parte da medida de acordo com o que está previsto no artigo 119 do ECA e no SINASE. Os citados documentos legais estabelecem, portanto, uma relação entre medidas socioeducativas e promoção e inserção social com foco na frequência escolar, na profissionalização e no atendimento integral à saúde. Fica implícito aí o direcionamento das medidas socioeducativas aos adolescentes mais pobres. A ênfase do texto legal e das políticas na profissionalização, por exemplo, e não na preparação para a entrada no Ensino Superior só deixa mais patente a reprodução de uma educação diferenciadora no país.<sup>64</sup> Fala-se em “doutrina de proteção integral” e de cunho universalista; entretanto, já no texto da lei estão pressupostos quais são os adolescentes que cumprirão medida socioeducativa por ato infracional e o que lhes cabe como socioeducação e projeto de vida.

Além disso, o Plano Individual de Atendimento, de acordo com o que estabelece o SINASE, deve ser concluído até 15 dias após o ingresso do adolescente no programa de atendimento, sendo obrigatória a participação dos pais ou responsáveis em sua elaboração. Nesse curto período, no caso das medidas de LA, é quase impossível encontrar pessoalmente alguém da família do adolescente. Já nas situações de medidas de restrição de liberdade, o quadro é ainda mais complexo, pois não raro o próprio Poder executivo aloca ou transfere adolescentes para unidades distantes de suas residências, infringindo, desse modo, as normativas legais e impossibilitando também que essas famílias – passíveis de responsabilização criminal – cumpram o que está estabelecido no ECA e no SINASE.

---

<sup>64</sup>A esse respeito, ver as contribuições de Baratta (2011) no que toca à associação entre seletividade escolar e seletividade penal.

Esses apontamentos podem nos ajudar a perceber que nem sempre os problemas em relação a ordenamentos legais como o ECA são relativos à sua não aplicação na prática. No que toca ao sistema socioeducativo, é importante frisar que o que tenho chamado de ortopedias morais nem sempre consistem em leituras enviesadas dos documentos legais, em práticas não reflexivas; mas, ao contrário, podem ter suas raízes e fundamentos nas diretivas legais, bem como em discursos informados teoricamente.<sup>65</sup>

#### **2.4.4 Na Promotoria de Justiça**

Alguns dos encontros de “Estudo de caso” da equipe são realizados junto ao promotor de justiça – Ministério Público – da região. Vale lembrar que cabe à promotoria, após a análise dos inquéritos policiais, a função de oferecer denúncia e dar início aos processos nos casos de ação penal. Na denúncia, em geral, o promotor sugere ao juiz a medida socioeducativa que considera cabível. Ao mesmo tempo, os promotores trabalham como “fiscais” no que toca à garantia dos direitos constitucionais. Por exemplo, no campo da infância e da adolescência, atuam no sentido da efetivação da rede de proteção.

Particpei de um desses encontros com o promotor. Estavam presentes também quatro técnicas do Serviço, bem como a assistente social do MP. O encontro aconteceu na sede do Ministério Público. Discutiu-se uma série de “casos”, além de problemas gerais do Serviço, como a falta de acesso a informações indispensáveis, tais quais os endereços e os contatos dos adolescentes.

Uma das falas interessantes do promotor diante das queixas das técnicas no que se refere aos diversos encaminhamentos por elas realizados e não atendidos foi a de “provocar a rede de proteção” para garantir vagas em creches, escolas e atendimentos nos serviços de saúde. Ele se mostrava indignado com o fato de as escolas estaduais não aceitarem que adolescentes cumprissem a medida de Prestação de Serviços à Comunidade nas instituições escolares – e o pior: por ordem da própria Secretaria da Educação. O promotor disse que convocaria uma reunião com a Secretaria o mais breve possível. Ainda no que toca ao tema educação, em suas falas a educação escolar ocupava sempre um

---

<sup>65</sup> A respeito das críticas ao texto legal do ECA, já foi mencionada a contribuição de Fonseca (2004). Vale ver também Sandrini (2009) acerca dos resquícios menoristas e de uma lógica de tutela no ECA, bem como a existência de preceitos dicotômicos de proteção e de punição no mesmo Estatuto.

lugar central. Enfatizou mais de uma vez que os adolescentes em cumprimento de medida que estavam fora da escola precisavam ter suas vagas garantidas e que, a partir daí, era preciso “cobrar dos pais” a frequência, sendo que, nos casos em que houvesse algum tipo de *negligência*, se mostrava necessário “entrar com medida judicial contra os pais”. Em relação à postura do promotor, é notável que profissionais que trabalham cotidianamente com esses jovens ou em seus “casos” demonstrem indiferença ou desconheçam a maneira como eles vivem, como podem viver, por quais motivos saíram da escola, por que essa última não se apresenta como um espaço desejável para eles, etc. Transfere-se a responsabilidade para a família enquanto, por exemplo, muitos desses meninos e meninas há muito não moram mais com os pais, já constituíram suas próprias famílias, e o tempo que a escola lhes toma é tempo de “correr atrás” de dinheiro, de maneira lícita ou ilícita. O problema é encarado em termos de “família negligente”<sup>66</sup> e não de instituição escolar em crise. Muitos desses jovens, especialmente os do sexo masculino, têm trajetórias marcadas pelo “fracasso escolar”<sup>67</sup>, que culmina na evasão – esta última, nas narrativas sobre a entrada no crime, como vimos, coincide com o momento da inserção. Para o promotor, a garantia do direito à educação e o dever da família, da sociedade e do poder público em efetivá-lo (artigo 4º do ECA) mostrava-se tão forte que, ao comentar um caso no qual a família de um adolescente – cuja vida estava ameaçada – mudava constantemente de domicílio/cidade, disse o seguinte: “Que se definam, o adolescente está sem estudar!”. É muito provável que ele falou isso sem se dar conta de que seu discurso privilegiava o direito à educação ao direito à vida...

Falando em direito à vida, novamente a questão da saúde apareceu. No “caso” a seguir descrito, a impressão que se tem ao ouvir as preocupações das técnicas e o discurso do promotor é a de que, mais uma vez, o dever de garantir a efetivação de determinado direito – educação, saúde – parece sobrepor-se à garantia de outros direitos, como

---

<sup>66</sup>Ver no item 3.2.2 (Capítulo 3) as observações de Cláudia Fonseca e Andrea Cardarello (1999) acerca dessa questão.

<sup>67</sup>Sobre o processo de constituição do “fracasso escolar” não como fracasso do aluno, mas de todo o sistema educacional, ver Aquino (1997). A respeito da produção da “ignorância na escola”, ver a obra de Lia Freitas (1998). Vale lembrar também as contribuições de Baratta (2011) acerca da relação entre seletividade escolar e penal.

dignidade e respeito e às condições sob quais ele se exerce.<sup>68</sup> As técnicas relataram o caso de uma avó e netos que estavam com tuberculose. Essa senhora demandou ao serviço ajuda para acesso a tratamento; mas, quando oficiais de justiça apareceram em sua casa para levar os netos para internação em um hospital, ela recusou e não deixou. As técnicas perguntaram que medida seria cabível, e o promotor falou sobre o uso de força policial com “mandado de condução”.

Concluo com o debate que se deu em torno do caso de um jovem de 18 anos que relatou com alegria em seu atendimento que ele e sua namorada de 13 (quase 14) anos estavam pensando em morar juntos. Já no atendimento a questão mostrou-se complexa, pois uma das técnicas surpreendeu-se com o fato de ele querer se casar “tão cedo” e também o repreendeu por conta da idade da menina, alertando-o de que aquilo era contra a lei. A outra técnica mostrou-se mais moderada; contou, por exemplo, que os jovens tinham anuência de suas famílias, bem como levou o assunto à equipe. Decidiram conversar sobre o caso com o promotor. Esse último explicou o funcionamento da lei que proíbe o relacionamento de maiores com menores de 14 anos e indicou que o jovem fosse orientado sobre a questão e que o caso fosse encaminhado ao CRAS. Aqui, o promotor aconselhou medidas de cunho menos judiciarizante ou punitivo do que as sugeridas nas questões de saúde e educação. Em contrapartida, a assistente social que trabalha no MP desferiu um discurso inflamado e indignado em relação à família do jovem: “A família também é responsável, estão fazendo algo errado e deveriam ir para a cadeia”. Completou ainda que o problema “desses” jovens, sua precocidade, era por conta de “problemas na família”: pais alcoolizados, falta de privacidade nas casas (relações sexuais na frente filhos), uso de drogas, mães com vários parceiros (“promiscuidade”). Disse que esse era o modelo de família que os jovens assimilavam. A assistente reuniu, assim, uma série de assertivas e julgamentos morais que para ela formavam uma espécie de contexto explicativo que extrapolava a questão em pauta e dava sentido também ao cometimento de infrações por parte dos jovens – de famílias pobres. Naquele momento a única coisa que coloquei de modo a menos problematizar essas assertivas era que minha avó tinha se casado com 14 anos e que esse era o modelo de família da época, era o costumeiro, ninguém achava errado ou imoral...

Esse último “caso” nos leva mais uma vez às ortopedias morais.

---

<sup>68</sup>Vale aqui remeter novamente ao trabalho de Rifiotis (2012) sobre a equação desigual entre sujeito de direitos e direitos do sujeito.

## 2.5 DA SOCIOEDUCAÇÃO COMO ORTOPEDIA MORAL

Não apenas nesse encontro com o Promotor de Justiça, mas em vários discursos e práticas que acompanhei nas pesquisas na Casa de Semiliberdade e no Serviço da Liberdade Assistida apareceram avaliações, julgamentos, inferências sobre a falta ou a precariedade moral desses jovens, de suas famílias, de sua classe social, de seu mundo. Junto com os julgamentos repreensivos e depreciativos, vinham sempre os conselhos, as proposições, os ensinamentos acerca da boa “fôrma”, do processo de socialização bem realizado, das maneiras apropriadas de pensar e de se estar no mundo, da “cultura” ideal.

Esse tipo de atitude não é exclusiva do sistema socioeducativo catarinense. Maria Cristina G. Vicentin (2005), por exemplo, fala do aparato institucional brasileiro destinado ao controle e gestão da infância marcado de um lado por práticas violentas e de outro por modalidades de sujeição – para a autora, igualmente violentas. Dentre essas últimas, estariam as “modelagens psicossociais”: “[...] a imposição de regras e normas que contrastam com os modos de ser e de estar de seus tutelados” (VICENTIN, 2005, p. 28). Não se trata também de uma particularidade das políticas contemporâneas de controle e institucionalização da juventude pobre. Veja-se, por exemplo, a descrição que Foucault (2009a) faz acerca da prisão para crianças e jovens aberta em 1840. É tal prisão, para Foucault, que marca o período em que se completa a formação do sistema carcerário. Ela é “a forma disciplinar no estado mais intenso, o modelo em que concentram todas as tecnologias coercitivas do comportamento” (FOUCAULT, 2009a, p. 278). Nela há uma superposição de modelos (da família, do exército, da oficina, da escola e do judiciário) que permite determinar a função de “adestramento” em sua especificidade:

Os chefes e subchefes em Mettray não devem ser exatamente nem juizes, nem professores, nem contramestres, nem suboficiais, nem “pais”, mas um pouco de tudo isso e num modo de intervenção que é específico. São de certo modo *técnicos do comportamento: engenheiros da conduta, ortopedistas da individualidade* (Foucault, 2009a, p. 279, grifos nossos).



Foi justamente a partir dessa descrição que pensei que a noção de “ortopedia moral” seria a que melhor daria conta do conjunto de admoestações, repreensões e conselhos proferidos por agentes (educadores, técnicas, promotores) do sistema socioeducativo.

### **2.5.1. Disciplinarização, Controle e Resistência**

Em *Vigiar e Punir* (2009a), é possível encontrar outro trecho muito instigante no que toca às relações de tutela e de penalização dos pequenos. Trata-se do momento em que Foucault discorre sobre a função dos noticiários policiais na produção da delinquência. Cita também alguns “contranoticiários” que, por sua vez, questionavam a justiça penal, como o *La Phalange*. Um dos personagens desse último foi Béasse, menino de 13 anos, sem domicílio nem família, acusado de vadiagem e condenado a dois anos de correção. Segundo Foucault, essa criança teria passado despercebida caso “não tivesse oposto ao discurso da lei que a tornava delinquente (mais em nome das disciplinas que em termos do código) o discurso de uma ilegalidade que permanecia rebelde a essas coerções” (FOUCAULT, 2009a, p. 275). De um lado, consta a ironia com que o juiz tenta envolver a indisciplina na majestade da lei, e de outro a insolência com que Béasse reinscreve a indisciplina nos direitos fundamentais:

Todas as ilegalidades que o tribunal codifica como infrações, o acusado reformulou como afirmação de uma força viva: a ausência de habitat em vadiagem, a ausência de patrão em autonomia, ausência de trabalho em liberdade, a ausência de horário em plenitude dos dias e das noites (FOUCAULT, 2009a, p. 275).

Vale reproduzir também o diálogo que o autor extraiu da *Gazette des tribunaux* de 1840:

- Deve-se dormir em casa. - E eu tenho um em casa? - O senhor vive em perpétua vagabundagem. - Eu trabalho para ganhar a vida. - Qual é a sua profissão? - Minha profissão? Em primeiro lugar, tenho trinta e seis; mas não trabalho para ninguém. [...] Assim, por exemplo, de dia distribuo impressos grátis a todos os passantes; corro atrás das diligências que chegam

para carregar os pacotes; [...] de noite, são os espetáculos, vou abrir as portas; vendo senhas de saída; sou muito ocupado. - Seria melhor para o senhor estar colocado numa boa casa e lá fazer seu aprendizado. - Ah, é sim, uma casa, um aprendizado, é chato. Mas esses burgueses resmungam sempre e eu fico sem a minha liberdade. - Seu pai não o chama. - Não tenho mais pai. - E sua mãe? - Também não, nem parentes, nem amigos, livre e independente.

Ouvindo sua condenação a dois anos de correção Béasse faz uma careta feia, depois, recobrando o bom humor: “Dois anos nunca duram mais que vinte e quatro meses. Vamos embora, vamos indo”. (FOUCAULT, 2009a, p. 276)

Aqui, novamente, a ideia de que a técnica punitiva não incide sobre os crimes, sobre as infrações cometidas, mas sobre as vidas dos “infratores”, sobre seus corpos, seus gostos, seus valores. Ao ler o diálogo entre o juiz e Béasse, é impossível não lembrar da fala do promotor (item 2.4.4) sobre a necessidade da família de um adolescente se estabelecer em um domicílio, pois “ele deve estudar”. Impossível esquecer também alguns educadores da Semi e algumas técnicas da LA e suas assertivas sobre trabalho, estudos, comportamento. Cerca de 170 anos depois do embate entre Béasse e o juiz francês, os “nossos” jovens “delinquentes” escutam o seguinte discurso de juizes, promotores, “socioeducadores”:

Você deve parar de se vestir assim, de falar desse modo. Você deve cuidar da sua saúde, precisa tomar esses medicamentos, e não pode esquecer de tomar a injeção de anticoncepcional. Você é muito novo para se casar e ter filhos, você deve voltar a estudar e deve fazer cursos. Você deve conhecer outro tipo de música, deve aprender a gostar de ler e deve ver outros tipos de filmes. Você tem que arrumar um emprego decente, precisa mudar de vida (DISCURSOS SOCIEDUCATIVOS, século XXI).

Deve-se atentar para a questão de que o modelo de referência para a “integração” é o modelo que vigora como “dever ser” entre os

que estão incluídos, entre os cidadãos bem sucedidos das classes sociais mais abastadas. Família: deve ser composta por um par heterossexual de adultos e seus um ou dois filhos. Religião: indispensável, de preferência cristã. Saúde: biomedicina. Educação: escolar/acadêmica, com a dupla função de integração – garantia de coesão social e diferenciação – e de garantia da manutenção da divisão social do trabalho. Comportamento: polidez, civilidade, higiene. Cultura: acúmulo da linguagem, dos saberes e gostos eruditos. Trabalho: ocupação formal. Como assinalado no capítulo primeiro, no processo de produção da delinquência, da criminalidade, produzem-se, ao mesmo tempo, a pobreza e os tipos de infração mais comumente realizados por pessoas dessa camada como criminalizáveis, penalizáveis (FOUCAULT, 2009a; BARATTA, 2011). E, por extensão, há a produção de processos de cunho moralizante que também acionam critérios ligados à estratificação social para criar normas e desvios, para separar, distinguir e controlar.

Contudo, onde há relações de poder, há também resistência (FOUCAULT, 1995). Assim como Béasse, os meninos e meninas de hoje resistem às fôrmas, às ortopedias morais – como na situação citada no item 2.3.5, em que Mayara Patrícia disse à psicóloga que para ela era normal estar “presa”, pois não havia o que fazer, deixando a profissional, dessa forma, perplexa e incomodada. Os vários interlocutores, em sua afirmação de que cadeia é “veneno” mas “fortalece”, lembram-nos a ideia do menino do século XIX de que “dois anos nunca serão mais do que 24 meses”. Quando na LA, em uma atividade, foi demandado a um menino que ele escrevesse quais as coisas que ele mais curtia e que menos curtia na vida e a resposta a todos os itens foi: maconha e cocaína. Quando, no mesmo local, vários jovens se calaram no momento em que foram perguntados sobre seus projetos e objetivos. Nos discursos dos interlocutores de que não são mais “do crime”, mas o respeitam. Nos casos em que constituem família – com alegria e orgulho – aos 16 anos. Nos momentos em que se orgulham de suas tatuagens e cicatrizes. Quando “pagam direitinho” para poder sair logo e, também, quando, prostrados, sem roupas, algemados e levando coices de policiais, cantam na cara deles: “matar os polícia é a nossa meta”. Nas evasões, nas fugas. Nas vezes em que não se apresentam aos atendimentos marcados. Resistem aos moldes e expectativas sociais inclusive quando brincam, quando são simplesmente “meninos”. Por um determinado ângulo, também escapam aos enquadramentos ao viverem, paradoxalmente, sob o domínio de diversas regras e limites enquanto se diz que é justamente isso que lhes falta.

Vale refletir que a resistência não é tanto à disciplina em si, mas às disciplinas e coerções que impõem certo padrão, uma determinada moral, um modo de vida. No caso de Béasse, por exemplo, ele não se mostra avesso ao trabalho e à rotina. O menino não contrapõe a acusação de vadiagem com a ausência de trabalho, mas com a afirmação de que tinha 36 profissões, apenas era “autônomo”, não tinha sua “força de trabalho” explorada por ninguém; ele diria hoje, talvez, que faz suas “correrias” para ele mesmo. Assim como o é no mundo do crime, há trabalho, há produção de valor e de capital, há rotinas. Há também, como se discutiu no capítulo anterior, limites, regras, normas e, em certo sentido, uma série de disciplinas (que ajustam, coordenam modos adequados em relação aos corpos e mentes).

### **2.5.2 Ortopedias Morais no Contemporâneo: *Governamentabilidade e Razão humanitária***

Se existem especificidades em relação às ortopedias no mundo contemporâneo, creio que os trabalhos de Didier Fassin podem ser um dos caminhos para pensá-las. O autor tem trabalhado as noções foucaultianas de *governo* e *governamentabilidade* (2004) e mais recentemente tem discutido o que denomina “economias morais” (2009; 2010). No texto de abertura a um livro sobre o “governo dos corpos”, Fassin e Memmi (2004) – os organizadores –, além da apresentação da obra, fazem uma introdução à análise acerca das múltiplas e cambiantes modalidades de uma relação consigo e com os outros que se inserem em um quadro definido por códigos e regulamentos, normas e valores, relações de autoridade e de legitimidade, interações com o Estado e com a lei (IDEM, p. 10). Desde questões com repercussão midiática – como sangue contaminado, amianto - até situações menos visíveis da vida cotidiana – regulação do acesso a contraceptivos e às técnicas de procriação, determinação dos limites da vida, extensão das noções de dependência e de vício, etc. – compõem uma série de intervenções da sociedade e do Estado sobre os corpos. Esses últimos dispositivos, difusos e cotidianos, são os menos facilmente percebidos ou explicitados em termos de políticas, contudo estão no centro do que faz hoje a política. Em suma, para Fassin e Memmi, o termo “governo” ajuda a escapar das leituras enviesadas por interpretações administrativas ou por debates ideológicos a fim de deixar aberto:

[...] tout le spectre des interventions publiques possibles sur le vivant et les populations:

l'encadrement juridique, le formatage institutionnel, la surveillance, la moralisation, mais aussi les opérations de reconnaissance et de qualification, de classement et de catégorisation (2004, p. 20)<sup>69</sup>.

Para os autores, tal orientação parece propícia a uma melhor compreensão coletiva das “transformações contemporâneas das biopolíticas”. Penso que essa definição de governo abrange as ortopedias e nos ajuda a compreender seu funcionamento.

Eles explicitam, também, que sua inspiração se concentra na obra tardia de Foucault (muito mais do que naquela geralmente invocada na literatura sobre o *biopoder*) no sentido da preocupação com a multiplicidade de formas do exercício do poder e dos lugares de sua aplicação, bem como com a diversidade de modos de produção de sujeitos via múltiplos procedimentos de regulação das populações (FASSIN; MEMMI, 2004, p. 22). Nesse sentido, as modalidades adotadas em cada dispositivo de regulação das populações são suscetíveis de influenciar a constituição da subjetividade. Não se trata apenas de imposição de regras e de normas, mas de um processo que envolve formas múltiplas de resistência, de negociação, de identificação. Isso tem a ver com a noção de “governamentabilidade” de Foucault. Os autores comentam aquilo que este último escreveu no resumo do seu curso de 1980 no *Collège de France*: o estudo da governamentabilidade teria o duplo objetivo de fazer a crítica às concepções correntes do “poder” (sistema unitário, organizado a partir de um centro) e analisá-lo, ao contrário, como um domínio de relações estratégicas entre indivíduos ou grupos – relações que têm por objeto a conduta do outro ou dos outros (FASSIN; MEMMI, 2004, p. 21). Trata-se do momento da virada das análises de Foucault no sentido da subjetividade, renovando também aí a questão tradicional do exercício de poder sobre os sujeitos – lógica do “assujeitamento”, da sujeição – para uma interrogação ética sobre a formação do sujeito em busca da verdade e que coloca em obra um processo de subjetivação.<sup>70</sup> A subjetividade como produto da governamentabilidade.

---

<sup>69</sup> “[...] todo o espectro de intervenções públicas possíveis sobre o vivente e sobre as populações: o enquadramento jurídico, a formatação institucional, a vigilância, a moralização, mas também as operações de reconhecimento e de qualificação, de classificação e de categorização” (tradução nossa).

<sup>70</sup> A partir dessas afirmações, vê-se que esses autores também acreditam que a análise de Foucault vai além da sujeição.

Fassin e Memmi (2004) identificam, além disso, dois grandes processos em obra nas tecnologias governamentais e que também interessam à nossa análise. O primeiro concerne às formas de vigilância em torno do corpo (doença, sofrimento, ameaça) e das condutas corporais (em questão de sexualidade, vício, risco). Muito mais do que em uma relação de autoridade, é através de suaves jogos de normalização que se operam as transformações das representações e dos comportamentos, pautados sobre a ideia de interiorização da norma, de que cada um governe a si mesmo. O segundo processo se refere à gestão das situações com as quais são confrontados aqueles que intervêm sobre os corpos em nome dos poderes públicos. Ao lado da regulação das populações via programas de educação para a saúde e de prevenção de riscos, desenvolve-se um tratamento dos indivíduos que se pretende adaptar às particularidades de cada um, de cada história, de cada problemática: “o caso a caso torna-se um modo de gestão tanto dos pobres ou dos estrangeiros como dos doentes ou dos desviantes” (FASSIN; MEMMI, 2004, p. 26, tradução nossa). O conhecimento das situações pessoais que autoriza essa abordagem individual tem por corolário uma atenção maior ao sofrimento e à angústia.

Esse tipo de abordagem é muito presente no sistema socioeducativo, basta atentar para a centralidade dos “estudos de caso”, nos quais cada “caso” é pensado pela equipe, especialmente os casos “problema”, bem como para a centralidade dos verdadeiros “dossiês” – chamados de prontuários –, que, mais do que fichas, são um conjunto de documentos que reúne desde os ofícios, despachos legais (Boletins de Ocorrência, representações), até as avaliações, descrições e relatórios das técnicas sobre a biografia dos adolescentes, suas trajetórias no que concerne às práticas infracionais, o andamento do cumprimento das medidas, o PIA, as evoluções dos atendimentos, os encaminhamentos, entre outros. De acordo com Fassin e Memmi, então, a individualização e a psicologização passam a complementar as formas tradicionais de ação que envolvem racionalidades burocráticas. Acredito que esse quadro geral nos ajuda a entender também o direcionamento da responsabilização pelas condutas dos jovens para suas famílias e para eles próprios, como se tudo pudesse ser reduzido a escolhas individuais, a opções de vida.<sup>71</sup> Além disso, todo o foco do “trabalho

---

<sup>71</sup> Sobre a importância dos “casos” no sistema socioeducativo, ver Patrice Schuch (2013). A autora pensa os “estudos de caso” como narrativas morais e como tecnologias morais de governo; além disso, analisa o PIA em termos de institucionalização do “caso”.

socioeducativo”, da “ressocialização” volta-se ao indivíduo, à construção de projetos de vida individuais. Prevalece a ideia de que “ressocializar” é produzir transformações no indivíduo, em seu modo de ser e de pensar, em seu querer. É um governo dos corpos e das almas, das condutas e das convicções.

Como dito acima, nas considerações sobre as tecnologias governamentais Fassin (2004) menciona a presença cada vez mais forte de uma atenção ao sofrimento e à angústia. Ele desenvolve essa questão em obras mais recentes acerca da “economia moral da compaixão” (2009), da “razão humanitária” (2010). Nessa última ele descreve “uma história moral do tempo presente” (2010) a partir do “governo humanitário”, do desenvolvimento dos sentimentos morais nas políticas contemporâneas. Utiliza novamente a noção de “governo” em seu sentido mais abrangente, como conjunto de dispositivos estabelecidos e de ações no sentido de administrar, regular, favorecer a existência dos seres humanos. Já a categoria de “humanitário” é acionada a partir da dupla dimensão que recobre a noção de humanidade: conjunto de seres humanos que partilham uma mesma condição e movimento afetivo dirigido aos semelhantes. Fassin (2009, 2010) descreve como nos anos 90 o vocabulário do sofrimento, da compaixão, do humanitário passou a se mostrar mais apto a produzir a adesão dos eleitores, do público em geral, do que discursos sobre justiça, por exemplo.

Para as reflexões sobre ortopedias morais, considero importante reter duas questões trazidas pelo autor. Uma delas diz respeito à “economia moral” compassional. Fassin (2009) discorre que o momento compassional, em que predomina a “razão humanitária”, se fez fortemente presente na história ocidental contemporânea, especialmente na década de 90. Já os anos 2000 (pós 11 de setembro 2001) aparecem como um momento “securitário” tanto no plano internacional – denúncia de um “eixo do Mal”, luta contra o terrorismo – como no plano nacional – estigmatização dos “jovens de periferia” da França. O interessante é que esse último não anula a configuração precedente, mas a assimila (por exemplo, nas intervenções militares em nome da “razão humanitária”). No que se refere ao nosso “caso”, entendo que, no sistema socioeducativo e especificamente nas ortopedias morais, há sempre uma oscilação entre discursos e práticas de caráter mais securitário (mais punitivo, mais estigmatizante) e de caráter mais compassional (ideias de vitimização, de vulnerabilidade, de compaixão e de necessidade de “ajudar” esses jovens).

Essas últimas ideias que compõem a “razão humanitária” nos levam à segunda questão que gostaria de tratar aqui. Fassin (2010)

aponta um paradoxo acerca do humanitarismo: de um lado os sentimentos morais visam, especialmente, aos indivíduos mais pobres, mais frágeis (a política de compaixão é uma política da desigualdade); de outro tais sentimentos têm geralmente como condição de possibilidade o reconhecimento dos outros como semelhantes (o que configura uma política de solidariedade). Essa tensão entre desigualdade e solidariedade, entre relação de dominação e de ajuda mútua, é constitutiva do “governo humanitário” e explica a ambivalência observada quando os governantes, os benfeitores sentem “fadiga compassional”, indiferença, e, reciprocamente, explica o embaraço dos governados, o ressentimento e mesmo a hostilidade. Esse tipo de razão, de governo, então, supõe sempre assimetria, desigualdade, pois governa as “vidas precárias”.

As políticas da “razão humanitária” se dirigem aos pobres, aos doentes, às mulheres, a todos os “vulneráveis”. Em recente trabalho acerca das políticas públicas no campo da saúde mental e das políticas para a saúde das mulheres no Brasil, Sônia W. Maluf (2012), autora que muito tem dialogado com Fassin, produz sua análise pensando as relações entre políticas públicas, biopolítica e processos de subjetivação. Um trecho que se relaciona muito à nossa discussão é o que segue:

Un exemple de relation entre politique publique, biopolitique et régime de subjectivation qui apparaît à la lecture des plans et des politiques nationales de santé mentale et de santé de la femme, concerne la façon dont les femmes sont mentionnées et décrites dans ces documents, à partir de ce qui serait leurs situations de « vulnérabilité » (MALUF, 2012, p. 5).<sup>72</sup>

A ideia de vulnerabilidade é central nas políticas humanitárias, nas biopolíticas contemporâneas, nas ortopedias morais. O próximo subitem traz reflexões sobre essa noção, especialmente uma dupla extensão que a permeia: do campo teórico para o da intervenção e do campo semântico para o da moral.

---

<sup>72</sup>“Um exemplo de relação entre política pública, biopolítica e regime de subjetivação que aparece na leitura dos Planos e das políticas nacionais de saúde mental e de saúde da mulher se refere à maneira como as mulheres são mencionadas e descritas nesses documentos, a partir daquilo que seriam suas situações de ‘vulnerabilidade’” (tradução nossa).



### **2.5.3 Vulnerabilidade Social como Vulnerabilidade Moral: a Parte que Nos Cabe**

É muito comum que as teorias sobre “Sociedade do risco”<sup>73</sup>, por exemplo, quando transferidas para o campo da intervenção social, levem a discursos e atitudes que defendem a “salvação”, o “resgate” das populações que estariam em risco. Esse tom, mesmo que não acionado de modo consciente e reflexivo, está presente de maneira muito forte nos discursos dos que trabalham nas medidas socioeducativas, nas medidas em prol da “ressocialização”. Essa defesa de que os vulneráveis devem ser tirados do risco e trazidos para uma situação de segurança, de que os excluídos devem ser postos para “dentro”, em geral não se restringe à luta por inserções no campo da redistribuição material e das garantias no campo dos direitos. Estão por ali também ideias de inserção, de normalização, de “ortopedia moral”, pois as avaliações ultrapassam os atos (infracionais), versam sobre toda a vida dos sujeitos em questão. Um processo semelhante parece acontecer com o conceito de “vulnerabilidade social”. Tal conceito ganhou força nas ciências humanas ao ultrapassar alguns dos limites da categoria de “exclusão social” nos estudos dos países em desenvolvimento por sua capacidade de

[...] captar situações intermediárias de risco localizadas entre situações extremas de inclusão e exclusão, dando um sentido dinâmico para o estudo das desigualdades, a partir da identificação de zonas de vulnerabilidades que envolvem desde os setores que buscam uma melhor posição social, até os setores médios que lutam para manter seu padrão de inserção e bem estar, ameaçados pela tendência a precarização do mercado de trabalho (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2007).

---

<sup>73</sup>A Sociologia do risco a que me refiro aqui é aquela dos trabalhos de autores como Beck e Giddens, com foco na identificação das imbricações políticas e sociais do risco, nos conflitos entre grupos, nos pontos de vulnerabilidade social, bem como nas condições sociais da emergência dos riscos tecnológicos ou ecológicos. Trata-se, de acordo com Le Breton (2012), do domínio privilegiado da abordagem sociológica sobre risco nos últimos anos. Este último trabalha com uma outra sociologia do risco.

Entretanto, como já mencionado no capítulo anterior, é perceptível que, em alguns lugares no campo teórico e no da intervenção, há uma espécie de extensão de sentido da ideia de vulnerabilidade social, econômica, para uma ideia de fragilidade, vulnerabilidade, precariedade moral (ZALUAR, 1985; 1995; SOUZA, 2006). No domínio teórico, há uma série de categorias, discursos, argumentos e mesmo teorias que, de algum modo, dão base a essa extensão: anomia; desorganização; desestrutura; patologia; socialização falha; processo civilizatório; *habitus* precário; subcidadania; afrouxamento, esgarçamento, rompimento dos laços sociais; dentre outros. No cotidiano da intervenção social, por sua vez, ouve-se falar em: família desestruturada, problemática; promiscuidade; falta de limites; imoralidade/amoralidade; ignorância; falta de “cultura”, de educação.

Nesse cenário estão pressupostos como fundamentos da vida social o contrato, a coesão, a solidariedade. Predominam os modelos de sociedade da ordem e do risco, nos quais as maneiras de ser e de viver dos “vulneráveis”, dos “excluídos” são avaliadas como não adequadas, como atrasadas, incivilizadas, desestruturadas, precárias. A “violência” aparece aí também como resultado da falta de estrutura social, da ruptura do “tecido social” e dos laços (vínculos) sociais, como algo, então, estrangeiro, perturbador da ordem, da harmonia social. Creio que é preciso reconhecer a parte de responsabilidade que nos cabe enquanto cientistas sociais na produção dos discursos que desembocam na ideia de precariedade moral. É muito fácil criticar as práticas do Serviço Social ou as ideias “limitadas” dos discursos psicologizantes. É preciso atentar, contudo, para o fato de que muitos dos fundamentos dessas ideias foram e têm sido constituídos no âmbito das Ciências Sociais – não somente por pensadores funcionalistas como Durkheim, mas por contemporâneos nossos que colocam suas obras como muito distantes ou mesmo opostas a do “pai/pensador” francês.

Na Sociologia o modo predominante de conceber o conceito de sociedade como um domínio específico bem como a ideia de “problemas sociais” advém da perspectiva de Émile Durkheim. É importante aqui lembrar que, para o fundador da sociologia como disciplina, a noção de “solidariedade social” – seja ela pautada pelo compartilhamento de crenças e sentimentos ou pela divisão do trabalho – está atrelada à de vínculo moral (no sentido de laços involuntários e inevitáveis que unem os indivíduos em sociedade, DURKHEIM, 1977). A “sociedade” para ele tem por fundamento a comunhão de representações, valores e sentimentos, de formas de pensar, agir e sentir.

Seu “diagnóstico” e sua crítica às sociedades modernas concentra-se justamente na redução do homem à função econômica, o que levaria à anomia – ausência ou crise em relação a regras e normas morais que sustentam os laços sociais, que constituem a “cola” social. Márnio Teixeira-Pinto (2006), em artigo sobre sociabilidade e moral na realidade ameríndia, traz pertinentes considerações acerca da Moral na Sociologia e da Sociologia na Moral, especialmente no “projeto durkheiminiano”. Ele argumenta, por exemplo, que

[...] ao acabar supondo a “solidariedade social” como uma espécie de atributo intrínseco aos sistemas sociais (como uma condição prévia da sociabilidade [...]), Durkheim parece ao mesmo tempo desfazer, esgarçar ou mesmo anular o problema inicial de saber, afinal de contas, qual a natureza, o fundamento e o estatuto da vida coletiva. (TEIXEIRA-PINTO, 2006, p. 11).

Para Teixeira-Pinto, paulatinamente Durkheim amarra a questão da moral a seus próprios dilemas sobre a oposição entre *indivíduo* e *sociedade*, tendendo a associá-la aos mecanismos gerais de “solidariedade” e fundando no “indivíduo” sua esfera mais geral. O ápice dessa construção seria *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, obra em que Durkheim acaba por postular como fundamento primordial “de toda vida coletiva o altruísmo e a simpatia pelo ‘outro’, justamente como condições daquela ‘efervescência coletiva’ que cimenta o ‘todo social’ como um ideal nas consciências individuais” (TEIXEIRA-PINTO, 2006, p. 15). Durkheim completa seu programa, então, afirmando que o elementar na vida social seria também o elemento fundador da moralidade: o altruísmo. Assim, para Teixeira-Pinto, a ideia de sociedade como um “sistema moral” seria o produto final da teoria durkheimiana.

Penso que as concepções de Durkheim bem como o seu programa para a Sociologia influenciaram a construção de concepções posteriores, como a de desorganização e a de vulnerabilidade, tão presentes nas teorias sociológicas sobre a delinquência juvenil. No Brasil, como bem sublinha Diogo Lyra (2013), a literatura antropológica e sociológica sobre “jovens e crime” tem insistido na tese da precariedade material e moral. Na literatura produzida na França a que tive acesso (DUBET, 2008; GOGUEL D'ALLONDANS, 2008; LE BRETON, 2004, 2007), também são fortes as ideias de “esgarçamento dos laços sociais”, de

falta de referências, de “crise” das instituições mesmo se em uma perspectiva interacionista. Assim, concepções que podem ser consideradas “de fundo durkheiminiano” permeiam trabalhos de autores situados em outras linhas, em tradições sociológicas que se pretendem opostas ao funcionalismo francês. Creio que outro exemplo disso são os argumentos de Michel Wieviorka (2005) – autor que, junto com Alain Touraine, é um dos expoentes da sociologia weberiana na França – a respeito da violência como algo que tem lugar nas “lacunas do social”.

Trata-se de uma perspectiva do social como um domínio da realidade (separado da natureza e de outros domínios das relações humanas) que teria como fundamento a ordem (pautada em um contrato), que instituiria relações harmônicas, de reciprocidade positiva entre seus integrantes. Os “problemas sociais” agiriam de “fora para dentro”, de modo a atingir o “tecido social”, de criar rupturas ou desgastes nos “laços sociais”. O “natural do social” seria, então, o consenso (moral, cultural, político); tudo e todos os que estivessem fora desse consenso estariam nas bordas (marginalidade) ou fora do domínio do social (muitas vezes fora do domínio da “humanidade”). A ideia de “ressocialização” dialoga muito com essa visão: seria necessário socializar novamente aqueles que tiveram uma “socialização falha”, aqueles que não conseguiram manter-se dentro do social, dentro de suas normas e valores, como se existisse um único processo de aprendizagem social com um determinado tipo de conteúdo a ser aprendido. Em breve, no item 2.6, a questão da ressocialização será discutida e, na medida do possível, desconstruída.

As concepções de social, de sociedade, inauguradas por Auguste Comte e por Émile Durkheim e que seguiram dominantes nas Ciências Sociais, já tinham sido questionadas por contemporâneos dos primeiros – como Gabriel Tarde (2007). Tais críticas, contudo, têm encontrado eco somente recentemente a partir das chamadas teorias “pós-sociais”. De forma muito sintética, tais teorias – desenvolvidas por autores diversos como Wagner (1981); Viveiros de Castro (2002a, 2002b); Strathern (2006); Latour (2008) – comungam a crítica da noção de social como província ontológica distinta; discorrem acerca da artificialidade da separação do par natureza/cultura e propõem que se pense em termos de diversidade de modos de “criar o mundo” (nas análises sobre outros povos) e de socialidades – de relações, de associações, de conexões que “fazem fazer”. Esses recentes debates podem ajudar-nos a não predeterminar os fundamentos e os elementos que compõem nossos modos de estar no mundo. Eles privilegiam uma visão do *socius* não como um dado, mas como algo sempre em movimento, em construção:

o “dever ser”, os modelos e moldes não estão antes, mas podem ser pensados como devir. Em relação à discussão sobre as ortopedias, penso que essas ideias em torno do “pós-social” levam à crítica não apenas do conceito de sociedade, mas dos modelos de sociedade que decorrem do primeiro, bem como da imposição do pensamento e dos modos de agir únicos.

Contudo, é preciso sempre ter claro que “o social” – da tradição durkheiminiana e as categorias que daí derivam – estão aí mais fortes do que nunca em lugares teóricos e práticos. E, enquanto ideias-valor, enquanto discursos ainda muito presentes, produzem efeitos reais, encarnados. Efeitos que se materializam em práticas divisórias, em corpos, em processos de subjetivação. Na experiência desses jovens, a seletividade penal, o preconceito, a desigualdade social, a criminalização da pobreza, a marginalidade não são conceitos, mas processos inscritos em seus corpos/almas e vivenciados em termos de *veneno*, de *hospital*, *cadeia*, *caixão*. Manifestam-se via marcas de balas e de cicatrizes de torturas; mas também como uma vida intensa, curta e louca que valha ser vivida; como agenciamento (*se virar*); como forma de pensar, de se relacionar, de estar e de “proceder” no mundo. Não é simples determinar o que desses itens é *assujeitamento* e o que é *resistência* (FOUCAULT, 1995). A questão é que há aí produção de corpos, de subjetividades, de modos de vida. O que se gostaria de “fazer pensar” nesse item é que categorias, conceitos, discursos produzidos no âmbito das Ciências Sociais fazem parte e são constitutivos de certos “regimes de verdade” (e ortopedias afins), que, por sua vez, constituem mundos e sujeitos.

No item que segue, são apresentadas reflexões acerca dos limites da ideia de ressocialização – de colocação dos sujeitos nas fôrmulas adequadas.

## 2.6 DA RESSOCIALIZAÇÃO (OU DO TRAZER DE VOLTA AO SOCIAL) AO SOCIAL POR CONSTRUIR

Já trabalhamos bastante a questão das ortopedias morais. No presente item, cabem, ainda, algumas considerações a respeito especificamente da ideia de ressocialização, bem como de outras maneiras de pensar as possíveis transformações nas vidas desses jovens.

### 2.6.1 Socialização e Ressocialização

Qual a relação entre ressocialização e socialização? Há um processo unívoco de socialização? Existe socialização malograda? Que laços se rompem e precisam ser costurados?

A ideia corrente de ressocialização como reinserção, reintegração social pressupõe outra ideia, a de socialização como um processo de aprendizado com um determinado objetivo, com pontos de partida e de chegada determinados, com agentes específicos. Tal aprendizado se daria na infância através das instituições sociais, como família, escola e igreja. A sociedade aparece aí como um domínio exterior e precedente aos indivíduos; a socialização é também vista como um processo único, pré-determinado, com conteúdos dados e objetivos definidos. Por conseguinte a “ressocialização” teria por fim “transformar” um indivíduo cuja socialização foi problemática, desvirtuada, incompleta, malograda, através de um novo processo de transmissão dos valores, das condutas, dos modos de ser considerados devidos.

Não se pretende aqui negar a existência de processos de aprendizado social, de transmissão de valores compartilhados, mas apontar que há outras maneiras de pensar tais processos. Assim o faz, por exemplo, em um contemporâneo de Émile Durkheim (que, assim como Gabriel Tarde, teve sua obra devidamente reconhecida muito tempo depois de sua morte), Georg Simmel. Para esse último, qualquer forma de interação deve ser considerada uma forma de socialização. Em Simmel, o ser humano é visto como um complexo de conteúdos, forças e possibilidades amorfas; a partir das interações é que modela a si mesmo como uma forma diferenciada e com fronteiras definidas e, ao mesmo tempo, socializa-se. Suas ideias levam a pensar em processos e instâncias diversas de socialização, bem como não a delimitam: a dinamicidade e a mobilidade das interações permeiam toda a vida não só infância (GRIGOROWITSCHS, 2008). Assim, não haveria a socialização como um processo único e acabado em nossas vidas, mas diversos processos de socialização no decorrer delas, pois, quando interagimos, construímo-nos e construímos a sociedade. É preciso lembrar também que, para Simmel (1983), o conflito é uma das possíveis formas de sociação, não é estrangeiro ao social, pelo contrário: “o conflito está assim destinado a resolver dualismos divergentes; é um modo de conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes do conflito” (SIMMEL, 1983, p. 122). Nesse sentido, todas as experiências de interação, inclusive as que chamamos violência, compõem, constituem os sujeitos e a vida em

sociedade. Cada um de nós, cada adolescente inserido em uma instituição socioeducativa, é atravessado por diversos processos de socialização e de subjetivação. A partir dessa perspectiva, não há socialização malograda, a ser refeita em determinado molde. Isso não exclui, de modo algum, que possamos resistir a determinados processos e construir caminhos outros, alternativos aos que existem.

Autores no campo da Antropologia da Criança também têm contribuído para a revisão do conceito tradicional de socialização. Clarice Cohn (2005), por exemplo, afirma que, a partir dos anos 60, a cultura passou a ser vista não mais como algo empiricamente observável e delimitado, mas como um sistema simbólico acionado pelos sujeitos para dar sentido às suas experiências. O contexto social deixou de ser encarado como totalidade a ser reproduzida para ser pensado como um conjunto estruturado em constante produção de relações e interações. Nessas novas perspectivas, os indivíduos deixam de ser considerados receptáculos de papéis sociais para serem vislumbrados como atores sociais, capazes de atuar na sociedade recriando-a constantemente. Tais revisões conceituais, de acordo com a autora, permitiram que as crianças passassem a ser vistas não mais como seres incompletos, em treinamento para a vida adulta, mas como seres sociais plenos.

Quando se fala em “ressocialização”, em “reeducação social” (medidas socioeducativas) em relação aos adolescentes, pressupõe-se que suas experiências “no crime” estavam à margem do social, da sociedade. Acredito, ao contrário, que a “vida loka”, a “vida no crime” só é possível na medida em que está ligada a uma série de relações, de valores, de instituições que não estão nem um pouco “fora” dos “modos de produção” contemporâneos, sejam eles produção de mercadorias, de sujeitos, de visões de mundo. Nessa perspectiva, não há “o” laço social e o “fora” do laço social. Quase todos os jovens que conheci – todos com menos de 18 anos – experimentaram tudo o que há de mais perverso que a “nossa sociedade” pode oferecer: desigualdade social, humilhação, preconceito, tortura, dependência, abandono... Nenhum dos itens listados é produzido fora de relações sociais. Muitos desses jovens também produziram dor, sofrimento, aniquilação. Mas eles também estabeleceram e estabelecem laços de afeto; eles constituem projetos; eles transitam por valores, referências e sentimentos plurais, inclusive os que são considerados legítimos: amor, humildade, respeito, autonomia, coragem, capacidade de crítica. O que temos a oferecer? O que a “sociedade da norma”, o que os mundos considerados legítimos têm a oferecer a esses jovens? O que significa e quais as implicações de “integrá-los”? Temos proposto a eles em termos

de “ressocialização” e de modelo de sociedade: consumo; meritocracia; competitividade; inserção “pouco qualificada” no mundo do trabalho reproduzindo a estratificação existente; família patriarcal/heteronormativa; higienização do corpo e mente; processo civilizatório (comportamento ideal, “bons modos”, “boa” música, erudição); medicalização/drogadição.

## 2.6.2 Social por Construir

Se, ao contrário, não partirmos de um social pressuposto, com contornos definidos e acabados, como podemos pensar nossas relações, nossos valores compartilhados, nossas interações? Como entender o que nos constitui e o que podemos constituir juntos? Como pensar a questão da agência e da transformação de sujeitos e de estruturas?

Nas recentes teorias pós-sociais, por exemplo, tem-se o questionamento da concepção tradicional de “sociedade”. Seguem algumas contribuições de autores que têm participação reconhecida nesse debate. Para Viveiros de Castro (2002a; 2002b), o objeto da antropologia deve ser a variação das relações sociais, de todos os fenômenos possíveis enquanto relações sociais, de todas as relações como sociais, e não “o social” como província ontológica distinta. Também Bruno Latour (2008) questiona o uso mais disseminado nas ciências sociais acerca do termo “social” como uma entidade distinta e preestabelecida e da “explicação social” no sentido de que fatos sociais são explicados pelo social e de que haveria uma dimensão social capaz de explicar “aspectos sociais” de fenômenos não sociais. A essa “Sociologia do Social” (tradição durkheiminiana), Latour contrapõe uma “Sociologia das associações” (Gabriel Tarde como ancestral). Ele resgata o sentido etimológico latino do termo social (*socius*): seguir associações. Nessa proposta, social não designa um tipo particular de coisas, mas um estado comum de coisas cuja vinculação é o ponto crucial, um princípio de conexões, um fluido circulante apenas visível quando se estão criando novas associações. Já a antropóloga melanesista Marilyn Strathern (2006), argumenta que há uma visão de sociedade vinculada com o próprio impulso para o estudo antropológico, impulso que deriva de maneiras ocidentais de criar o mundo. Não se pode esperar encontrar justificção para isso nos mundos criados por todos os outros, cujos interesses são diversos. No tocante à noção de sociedade, a autora fala em termos de “socialidades” para referir-se à criação e à manutenção de relações. As pessoas melanésias, longe de serem vistas como entidades singulares, são concebidas tanto “dividual” quanto



individualmente e contêm, dentro de si, uma socialidade generalizada (STRATHERN et al, 1996; STRATHERN, 2006).

Creio que, muito antes dos autores citados, a discussão já estava posta com a monadologia de Gabriel Tarde (2007); com as formas de socialização propostas por Simmel, um dos precursores do “interacionismo simbólico” (LE BRETON, 2008) – corrente da sociologia norte-americana que também pensava a sociedade em construção via negociações intersubjetivas –; com a produtividade e a capilaridade do poder em Foucault e mais recentemente com o modelo rizomático de Deleuze e Guatarri (1996). É claro que são contribuições diversas, produzidas em contextos históricos, acadêmicos diferentes, mas elas muito se assemelham quando as contrapomos aos modelos/conceitos de sociedade de linhas funcionalistas e macrosociológicas no geral.

Mas o que podemos extrair daí? Quais as implicações dessas outras perspectivas sobre a questão da mudança (de estruturas, de indivíduos)? Nessas visões o social não está posto, mas sempre em construção e sempre por construir. Isso não quer dizer que não haja nada constituído, nada estruturante. Há lugares, pontos de rigidez, nós extremamente duros, mas Foucault diria aqui que onde se produz sujeição se produz resistência. Gabriel Tarde, talvez, completaria: não se pode conceber diferenças sem repetições; há uma série de possíveis inúteis que podem vir a ser possíveis utilizados. Além disso, nessa dessubstancialização do social, há também uma dessubstancialização do sujeito. Não há *uma* socialização, não existe *a* pessoa com *uma* única identidade, com uma única socialização que possam ser transformadas em outra única determinada coisa. Não se trocam sinais como se tudo se resumisse a uma inversão de polos opostos; multiplicam-se os possíveis. Há muitos mundos pelos quais circulamos e tantos outros mundos possíveis, bem como há diversos processos de subjetivação por aí e em devir.

### 2.6.3 Caminhos

A perspectiva do social como processo sempre em construção e em devir transforma e complexifica a reflexão sobre as possibilidades e as modalidades de intervenção social. Se há caminhos, se há “possíveis” que respeitem esses adolescentes, suas famílias e suas comunidades, seriam aqueles que não impõem um “mundo/modelo” que uma parcela da sociedade acredita ser “o melhor” (um modelo que produz ordem, mas também desigualdade, e democracia de direito, mas não de fato). Trata-se de encontrar caminhos em que se construa, junto como o

exercício de direitos, o reconhecimento da diversidade de maneiras de viver, de se portar, de se divertir, de crer, de trabalhar, de se relacionar. Seria preciso uma abertura para as diferenças, mas também para as semelhanças (muitas vezes é mais difícil aceitar o que nos une com aqueles que consideramos “outros” do que o que nos diferencia/separa). No caso dos adolescentes em questão, é preciso atentar para suas especificidades geracionais, de classe, de pertença étnica/racial e comunitária, etc., bem como conhecer aquilo que os aproxima a outros mundos que não o do crime, por exemplo: seus valores (ideias do respeito/humildade), sua religiosidade, sua busca por sentido e por prazer/diversão.

Vale lembrar que os autores da Escola de Chicago trouxeram considerações parecidas nos 40, 50. Thrasher e outros apontaram que a intervenção social sobre os “menores” considerava apenas mecanismos individuais, biológicos e predeterminados. Defendiam, então, que era preciso perspectivar-los como pessoas não apenas para compreendê-los, mas prolongando essa postura nunca os tratando como se existissem em uma espécie de vácuo social, e sim considerando-os membros de diferentes grupos: pares, família, escola, comunidade (LE BRETON, 2008). Alguns dos estudiosos da Escola de Chicago, como Shaw, além de sugerirem formas de intervenção, também atuaram nesse sentido. No caso de Stanley, o jack-roller, o encontro com o sociólogo foi decisivo para o rompimento com as atividades delituosas. Ao contrário da prática comum dos serviços sociais que encontravam para os jovens famílias ricas, tradicionais, sem levar em conta a distância entre essas e os primeiros, Shaw encontrou para Stanley (cujo pai faleceu enquanto ele estava preso) uma família calorosa e pouco formal. Além disso, levando em consideração a independência e a autonomia do rapaz, propôs-lhe um trabalho de vendedor que logo o fez apaixonar-se. Também lhe apresentou jovens de sua idade e que moravam perto dele, bem como o visitava com frequência. Stanley casou-se, teve um filho e comentou que, pela primeira vez em sua vida, trabalhava por algo que valia a pena e que desejava que seu filho tivesse todos os benefícios de que foi privado<sup>74</sup> (LE BRETON, 2008, p. 204).

---

<sup>74</sup> Interessante notar que esse sentimento de autorrealização de Stanley bem como o desejo de que o filho pudesse ter tudo o que ele não teve (afeto, bens) eram muito comuns entre os adolescentes sujeitos do presente trabalho: formar uma família era um projeto caro a eles e que vinha com o desejo de que fosse em um momento de rompimento com o crime; e desejar que os filhos não

Outro aspecto fundamental para a efetivação de qualquer mudança na vida desses jovens é a dimensão da redistribuição: fornecer as condições, a estrutura, a base material – via educação de qualidade, via acesso a uma vida digna, a caminhos profissionais não degradantes – para que eles tenham horizontes concretos, para acreditarem que vale a pena viver uma “outra vida”. Sendo bem realista, não creio que as mudanças materiais, que as garantias de acesso à vida digna e de equidade social se estabeleçam logo no Brasil. Mesmo as desigualdades tendo diminuído, a discriminação, as diferenças de tratamento, a baixa qualidade da educação pública permanecem. Então, como disse o antropólogo Luiz Eduardo Soares no livro *Cabeça de Porco* (2005), precisamos “disputar menino a menino”. Mas penso que essa disputa, não é apenas com o tráfico: é, muito mais, com a sociedade em geral, que coloca um estigma sobre esses jovens e lhes fecha as portas; é com o Estado, que não oferece as condições mínimas para que haja concretamente possibilidades de vida digna e não apenas de subsistência; é uma luta com os próprios adolescentes que não acreditam que valha a pena mudar. Fácil não é, estão aí “batendo à nossa tela” todos os dias os tristes desfechos das vidas desses adolescentes por eles mesmos profetizados. Conheci muitas histórias de meninos que foram presos, que mataram, que morreram. Mas conheci também algumas histórias de mudança efetiva de vida – histórias de vida, de vida que se transforma, de jovens que estiveram no “mundo do crime” e que hoje são educadores, além de tantas outras coisas.

A questão não é simplesmente “tirar do crime”, mas o que colocamos no lugar do “crime”? O “crime” como meio de ganhar a vida cumpre sua função, como meio de dar sentido e gosto à vida cumpre sua função, como meio de produzir reconhecimento cumpre sua função... O que temos a oferecer? O “mundo do crime” tem suas condições de geração e manutenção em outros mundos, considerados legais e legítimos – o da política, o do “modo de produção”, entre outros. A questão é muito menos por que esses meninos entram para o “crime” e mais por que continuamos a produzir o “mundo do crime” como a melhor possibilidade de vida para esses jovens. No balanço geral do que é gerado em termos de sofrimento, de insegurança e do que chamamos de “violência urbana”, são eles mesmos os maiores perdedores. Eles mesmos falam em alto e bom som o que lhes aguarda no “caminho do

---

passassem pelo que passaram, como explicitado, por exemplo, na narrativa de Luiz Paulo, apresentada no terceiro capítulo.

crime”, mas preferem o *bem-pouco-viver* no “crime” ao *muito-mal-sobreviver* fora dele.

### **CAPÍTULO 3 “EU ENTREI NESSA VIDA PORQUE...”**

Se nos capítulos anteriores a ênfase estava nos discursos acadêmicos e institucionais acerca dos adolescentes interlocutores da pesquisa – lembrando que tais discursos também fazem parte da constituição desses sujeitos –, a partir de agora serão as narrativas das meninas e meninos sobre suas vidas que nortearão a reflexão.

No presente capítulo, trata-se de pensar um dos elementos que permeou quase a totalidade das narrativas e que, em geral, dava início, introduzia as histórias. Se estivéssemos fazendo uma análise das narrativas a partir da ideia de “drama social” (TURNER, 1996), esse “momento” das narrativas seria o da ruptura. Ele é descrito em termos nativos como “a entrada no mundo do crime”. O discurso sobre “a entrada” é mais explicativo do que descritivo, pois é sempre formulado como uma resposta à questão: “Por que você entrou no mundo do crime”, mesmo quando essa questão não é feita.

O foco da análise são as explicações e os sentidos fornecidos pelos interlocutores. Ver-se-á como tais explicações podem ser entendidas como conversações que têm por referência valores, configurações de sujeito, “economias morais” compartilhadas amplamente no mundo contemporâneo, mas significadas “localmente”.

#### **3.1 AS NARRATIVAS SOBRE A “ENTRADA NO CRIME”**

Esse item é dedicado às narrativas das e dos interlocutores sobre o momento de “entrada no crime”. Em cada interlocução, foi-lhes demandado que falassem livremente sobre sua vida, especialmente “no crime”. Quase todos davam início às suas histórias contando como tinham entrado “nessa vida”, por que (causas, motivações, justificações) e pelo que (sentidos, atrativos, objetivos) entraram. Isso se deu também durante a pesquisa de mestrado, que versava sobre um tema ainda mais específico, os homicídios.

Como dito no primeiro capítulo, há um padrão recorrente nas narrativas de jovens institucionalizados, especialmente no momento das interlocuções em que falam sobre a “entrada no crime”. Estão tão acostumados a dar explicações e justificativas acerca de sua “escolha” que, mesmo nas situações em que não são demandados a dar explicações, a elencar porquês, eles insistem em fazê-lo. Foi o que aconteceu na conversa individual que tive com Henrique:

*Você decide por onde você quer começar, se quiser contar tua vida inteira...  
Vamo ficar aqui até amanhã!  
Ou se quiser contar por que você tá aqui, e a gente vai...  
Como é que eu entrei nessa vida?  
É... poder ser. Aham.*

Henrique esperava que o que eu esperava ouvir era como ele tinha “entrado nessa vida”. A fala sobre a própria *história no crime* para alguém de fora dele parece gerar sempre uma interpelação na qual estão pressupostos um mundo da ordem/legítimo e um mundo do crime/ilegítimo. Se há essa entrada, essa passagem, elas devem ser justificadas, pois a referência de sentido, de verdade, de legitimidade nesse momento é o mundo hegemônico, do “estado de direito”, da “sociedade de bem”. Esse tipo de interlocução se coloca, então, como uma tentativa de comunicação entre mundos, na qual um deles é o dominante, é o ponto de referência, enquanto o outro é um desvio.

Nos itens que seguem, a discussão de alguns trechos das narrativas referentes a essas explicações para a entrada demonstrará que, mesmo havendo um certo padrão, marcado por um determinado repertório de discursos, especialmente quando falam da “entrada no crime” (o porquê e os para quê), o modo como o crime é encarado depois que se entra e os sentidos dados a essa experiência são mais nuançados.

### **3.1.1 As motivações, as causas, as explicações**

Luiz Paulo foi um de meus primeiros entrevistados. O trecho que segue faz parte de uma interlocução mais formal, registrada em gravador. No entanto, ele foi um dos meninos com quem continuei sempre a conversar durante o campo. Ele era de início tímido, mas depois se mostrou descontraído, gostava bastante de conversar, bem como de cantar *raps* no gravador. O pessoal da coordenação me disse que ele era “rebelde”, que resistia a mudanças. Contudo, em nossas conversas, sempre me pareceu muito calmo, reflexivo. Durante essa entrevista formal, ele estava bem “pensativo”, não parecia muito à vontade em falar sobre si e sua vida no crime. Ficou o tempo todo rabiscando um papel, fazendo desenhos. A impressão era que não era um processo fácil esse de voltar-se sobre si e, ao mesmo tempo, expor, colocar para fora suas vivências. Vale lembrar que eu os deixei bem

livres para essas entrevistas individuais, sendo que só participaram os que demonstraram interesse diante do convite. Segue o trecho inicial do citado registro:

Eu entrei no crime por causa da necessidade, né? Ver as coisas que eu queria ter e não ter condição pra ter... Como que eu vou te explicar... Igual, ver as outras pessoas que tinha... E eu perdi meu pai quando eu tinha um ano de idade... Nem conheci, nem tive o apoio dele. Talvez, se eu tivesse o apoio do meu pai, eu não tinha me envolvido nessa vida, não ia ter... Com ele ia ser as coisas melhor, né? Tu sabe...

*E você tinha quantos anos quando você...*

Quando eu entrei no crime?

É.

12 anos.

*Bem novo, né?*

Novo. Ai... Entrei junto com um amigo meu, do lado da minha casa. Antes eu trabalhava, passava de bicicleta todo dia na frente da casa dele. Daí um dia ele me chamou, me chamou ainda pra mim ajudar ele a mexer num carro lá que ele tinha. Daí eu vi, né? Porque ele também, né? Ele veio lá do (outro estado), a família dele, o pai dele matou os dois irmãos dele, aí... Ele também não teve a mesma coisa que eu, como é que se diz, o apoio da família dele. Daí aos doze anos eu comecei a fazer corre pra um amigo meu, lá da minhas área.[...]

*Já casou então?*

É... Amigado, né?

*E ela vem aqui te visitar?*

Vem, domingo ela veio aí.

*E filhos, vocês já tiveram?*

Ainda não, por isso que eu quero parar com essa vida antes que eu tenha um filho. E eu não quero que ele seja a mesma vida que eu, né? Quero coisas melhores pra ele não ter a mesma coisa que eu, né? Ficar sem o pai. Trabalhar e quero ficar sossegado. Igual.... *(ia falar algo, mas desiste. Insisto pra ele falar o que ele quiser, e ele me diz que faça outra pergunta).*

*Quando tava no dia-a-dia do crime, você parava pra pensar ou nem dava tempo?*

Pensava sempre. Sempre pensava em um dia sair dessa vida, né? Porque essa vida não dá futuro pra ninguém, tudo o que nós ganha nós perde.[...]

*E tinha um lado bom, assim?*

O lado bom, na real, é que no crime nós não passa necessidade, né? Nunca falta, né? Sempre tem noção que tem alguém que vai vir comprar, e daí sempre vai ter um dinheiro, né? Sempre.

*Ajudava sua mãe também?*

Ajudava. Família em primeiro lugar.

*Mas não é todos que pensam assim, né?*

Não é todos, não. Muita gente também não tem família. A maioria das pessoas que entram no crime é que não tem família.

Luiz Paulo apontou, assim, uma série de elementos de ordens diversas que motivaram sua entrada: “necessidade” – não tanto como pobreza, miséria, mas como a disparidade entre o que desejava e o que podia ter; a perda prematura do pai; o grupo de pares. Para ele “essa vida” era circunstancial, sair era um projeto dele. Mas, mesmo que “no crime” não se tivesse sossego, ali nunca se “passava necessidade”.

Maria Eduarda também ressaltou a questão do grupo de pares e mencionou o acesso a “dinheiro fácil”: “Por causa que eu via o ajuntamento, né? Eu via eles fazendo, pá, dava dinheiro, e aí comecei a fazer. Aí tava dando dinheiro fácil, né? Vai ficar ali, né? Dinheiro fácil”. Mayara Patrícia falou sobre o grupo em termos de influências e, como Luiz Paulo, apontou para “problemas” no âmbito familiar:

Eu entrei por causa de influências, más influências. Daí começava a fazer coisa errada, coisa errada. Também porque minha família, né? Minha mãe morreu. Aí meu pai, meu pai bebia muito, ele era muito chato... E sair de casa pra mim era a coisa mais boa do mundo, que daí eu não tinha que ficar aguentando ele.

A recorrência de problemas na família nos relatos não pode passar despercebida. Na Antropologia compartilha-se a postura de criticar e desconstruir a ideia de “família desestruturada” e propõe-se pensar nos variados modelos de família possíveis. Isso é muito importante no que se refere à não imposição de padrões únicos de



existência e à não hierarquização desses últimos, como discutido no item sobre as “ortopedias morais” na socioeducação. Além disso, como argumentam Fonseca e Cardarelo (1999), as famílias mais pobres têm sido cobradas e penalizadas por não garantir aos filhos cuidados adequados, contudo não se discute que a elas não são garantidas as condições para tal. No entanto, é preciso lembrar que, como vivemos sob um regime (de verdade, de normatividade) em que há um modelo ideal (pai, mãe e filhos), as situações de ausência de um ou de ambos os genitores ou de recomposição familiar podem gerar sofrimento efetivo para os sujeitos, conflitos, problemas financeiros. Nas famílias pobres, ainda, como trabalha Luiz Eduardo Soares (ATHAYDE; BILL E SOARES, 2005), é muito maior a possibilidade de que, diante de um quadro de problemas e de escassos meios de resolução, as implicações sejam diversas e complexas.

No caso das e dos adolescentes com os quais convivi e que estavam cumprindo medida socioeducativa, a maioria contava com a presença e o apoio de familiares, especialmente das figuras femininas: mães, irmãs, avós e namoradas. Nas narrativas, para alguns a “falta de apoio” da família resultava na “opção” pelo crime, e esse passava a ser encarado como um trabalho, como uma ocupação. Outros, como se verá adiante, também apontaram como causas problemas no âmbito familiar, mas sinalizaram sentimentos de revolta, de raiva que passaram a sentir, bem como a necessidade de expurgá-los.

Numa tarde da pesquisa de campo, um dos educadores – Guilherme, de 22 anos – me perguntou sobre o que era mesmo a minha pesquisa. Respondi, e ele disse, então, que poderia ajudar-me se eu quisesse, pois ele antes tinha passado pela Casa. Perguntei se poderia gravar, expliquei tudo para que ele pudesse decidir se queria contar toda a sua história ou só as coisas que tinha feito depois que entrou “no crime”. Disse que ia contar sua história, mas antes fez a ressalva de que não era “pra se fazer de coitadinho, de vítima”. Vê-se, a partir dessa fala dele, que é comum a utilização, a ênfase na “história triste”, na explicação para a entrada através da colocação do narrador como *vítima* das circunstâncias (por ele mesmo e/ou pela audiência – nesse caso: técnicos socioeducativos, pesquisadores). Ele disse que tudo o que aconteceu em sua vida ajudou a levá-lo ao crime, mas ele não queria ser considerado *vítima*. No trato geral, ele parecia sempre bem sério, às vezes desconfiado. Durante toda a entrevista, ele ficou bem concentrado, calmo, em alguns momentos parecia emocionado, mas sem demonstrar muito; nada de frieza, mas de dureza sim. Ele quis passar essa força desde o começo em seu pedido para que o sofrimento vivido

não fosse interpretado como explicação ou justificação para o que tinha feito. O jovem educador também se disponibilizou a conversar mais, já que a entrevista de quase meia hora precisou terminar, pois ele tinha de ir para o curso pré-vestibular que estava fazendo. Segue a primeira parte da conversa, na qual ele começou dizendo que para ele se cometem crimes por “necessidade” ou por “má índole”:

*Isso da índole ruim você acha que nasce com a pessoa?*

Acho que talvez nasça com a pessoa, porque tem aquela questão da pessoa de alta sociedade, né, que tu vê que, mata pai, mãe, por causa de herança, mesmo tendo tudo o que tem. Então eu acho que tem essa questão da índole ruim ou boa, né? Ainda mais quando tu vive num ambiente propício, né, que é questão que tipo... tu tá lá onde mora, tu só vê miséria; cresce, começa a viver mais ou menos em sociedade... tu começa a frequentar espaços sociais e tu vê a desigualdade social e, porra, daí... E daí tu vai lá na tua comunidade e vê que a pessoa mais bem de vida é um cara que comete coisas erradas, né, ruins... e tá bem. Tá bem vestido, tá com carro, tá com tudo. E o fato de eu ter entrado assim no crime foi isso... Por eu tá lá com roupa rasgada, todo feio, ir pro colégio e... no colégio ainda ser tirado. Tinha alguns garotos que andavam bem vestidos.. Sempre rodeados de garotas e ainda tiravam sarro da minha cara, me abusavam, me xingavam... E aquilo, ali, porra, sabe...? Eu quis me igualar a eles, ser o bonzão, tal... E acabei roubando... e entrei na vida do crime. Um dos fatos que me levaram pra vida do crime foi isso aí.

*Quantos anos?*

Eu tinha 13, 14 anos. Tu quer que eu conte desde o início quando eu...?

*Pode ser...*

Só pra deixar aquela ressalva lá... Então, quando eu tinha... O meu pai, o meu pai que é o meu autor, foi ele que me fez, ele sempre foi viciado em cocaína, fez uso de heroína e álcool, muito álcool e maconha. Então... E isso prejudicou a minha família desde que eu tava no ventre da minha mãe, [...] Então, quando eu tinha 9 meses,

ele e o pai dele, meu falecido vô, eles tavam limpando uma arma de fogo enquanto a minha mãe me dava de mamar. Daí, acidentalmente – eu tava lá, mas eu não tava ciente –, a arma disparou e pegou na boca da minha mãe. Ela veio a falecer, eu tinha nove meses. E daí com isso... o meu padrinho, o irmão dele me pegou pra criar, e a minha irmã foi morar com a minha avó materna. Meu pai e meu vô não foram presos, eu acredito que só meu vô, daí mesmo assim depois foi liberado.

Contou que depois foi criado pelos padrinhos até os 8, 9 anos. Quando a madrinha – que ele considerava mãe – teve problemas psiquiátricos, a família se dispersou, e ele foi morar com a avó materna. Ficou cerca de dois anos com a avó até que essa faleceu. O pai, então, convidou-o para morar com ele. Ele aceitou. O pai bebia, quebrava coisas em casa, pedia a ele para buscar a bicicleta no meio da madrugada na entrada do morro em que moravam...

[...] E nesse meio tempo, tipo, meu pai não tinha condições nenhuma, né, cara? Pouco dinheiro que ele ganhava – que era ensino fundamental, ele era pedreiro, e realmente quem bebe não consegue trabalhar no dia seguinte. Ele vivia bêbado... Tinha minha madrasta, tinha mais dois irmãos por parte de pai com ela, com essa esposa. Ela tinha um salário mínimo; então, miséria pura, né? Miséria, miséria... Ele não tinha condições de manter uma família... Eu ia pro colégio todo rasgado, roupa tudo velha, e era chacota pra guri. E, pô, nessa de meu pai chegar bêbado em casa, encher o saco, chegar bêbado... Aí eu já tinha começado a trabalhar num carrinho de cachorro quente, ganhava dez reais por dia, e, pô, ele ainda queria tanto do meu dinheiro, pra ajudar, tá ligado? Porra, um guri de 14 anos e tu, tu não banca e eu ter que bancar. E o bicho queria botar razão, e eu não aceitava isso, né? E eu peguei e o que que eu fiz? Chegou um dia, eu não aguentei: eu peguei e saí de casa.

Foi morar com uma tia. No trabalho com o carrinho de cachorro quente, começou a conhecer umas pessoas. Passou, então, a cometer

pequenos roubos até que recebeu uma proposta para matar alguém. Esse seu “ritual de entrada” será trabalhado no próximo capítulo. Nesse momento o que desejo pontuar é que, também em sua narrativa, aparecem os problemas na família; os problemas financeiros; a questão da relação com os pares e o desejo de ser reconhecido como o “bonzão”. Mas ele quis deixar bem claro, desde o início da interlocução, que o fato de ter uma “história triste”, de haver uma sucessão de tragédias em sua vida, não deveria ser interpretado como uma tentativa de se colocar como vítima das situações. Tudo aquilo ajudava a dar sentido, a entender como as coisas foram se desenrolando, mas não o redimia de ter feito coisas das quais no presente se arrependia, nem o tornava um “coitadinho”, alguém que inspirasse pena. O fato de Guilherme ter feito a ressalva sinaliza que essas histórias tristes, essas explicações são acionadas em certos contextos no sentido de promover esse tipo de interpretação. É possível que, nos ambientes institucionais de socioeducação, haja uma espécie de reforço mútuo entre aquilo que os adolescentes sabem que é importante dizer às técnicas não só para criar empatia, para passar uma “melhor impressão”, mas para falar, de certo modo, na “língua” delas, já que esse repertório de explicações é muito próprio a áreas da pedagogia, da psicologia e do serviço social, mesmo se passa a também constituir o mundo de sentido dos adolescentes.

A grande maioria dos adolescentes com os quais conversei apontou como causas da entrada: problemas no âmbito da família (morte de um dos genitores; falta de atenção; relação difícil com os pais e/ou com novos companheiros dos pais; envolvimento de membros da família com álcool, drogas ou tráfico); “necessidade” (pobreza ou restrição ao acesso de certos bens) e/ou “influência” de amigos, do grupo de pares. Algo que chama muito a atenção é que tais explicações são homólogas às explicações das teorias sociológicas clássicas discutidas no primeiro capítulo: “os problemas na família” (nos termos dos adolescentes) e as “famílias desestruturadas” (na linguagem das técnicas) remetem aos modelos pautados pelas ideias de *desorganização* e *anomia*; a questão da “necessidade” e da “vulnerabilidade social” geralmente aparecem no quadro teórico que articula *frustração* e *desvio* (contradição entre expectativas culturais homogêneas e estrutura social); e a “influência dos amigos”, as “más influências”, o “ambiente propício” são explicações mais afinadas com as teorias culturalistas que enfatizam o desenvolvimento de *subculturas criminais*. Essa homologia pode ser interpretada não tanto como uma confirmação da “veracidade”, da pertinência das teorias sociológicas, mas como uma reprodução de determinados tipos de resposta para determinados tipos de pergunta em

contextos em que há uma interpelação, uma demanda para que se explique o “desvio de rota”, a tomada de um “caminho errado”. Como dito no capítulo 1, são momentos de conversação regidos por uma métrica na qual um único “mundo” é pressuposto como legítimo, como referência. Dá-se também a repetição das condições de produção das situações de desigualdade social, dos “problemas” nessas famílias, etc., bem como da seletividade penal que se tem mantido ao longo da história. Além disso, existe um processo de extensão dos modelos teóricos, das explicações acadêmicas para o domínio da intervenção social: os agentes institucionais acionam esse repertório, que passa a fazer parte de suas maneiras de significar as experiências dos “educandos”, bem como das maneiras dos próprios adolescentes de dar sentido às suas histórias de vida.

Gabriel de Santis Feltran (2008) analisa as “fronteiras” que circunscrevem o “mundo do crime” nas periferias de São Paulo através da narrativa de um jovem que as atravessa nos dois sentidos. O autor verifica que, em um primeiro momento, a narrativa é marcada por um quadro padrão de justificação para a entrada no crime; e, depois, à medida que o narrador passa a falar sobre o mundo do crime, a narrativa passa a expressar uma descrição detalhada da ação criminal e fica mais nuançada e complexa. Essa variação na narração foi apontada também nos anos 40 no estudo de Sutherland (1988) sobre o “ladrão profissional”. O sociólogo afirma que, dependendo das questões dos tópicos em consideração, havia uma diferença de tom: o interlocutor discutia as técnicas e as relações internas à profissão de um modo, e a relação da profissão com a sociedade abrangente de outro. Como já mencionado, em minhas pesquisas foi possível perceber uma diferença de tom em relação ao tipo de interlocução: quando os adolescentes estavam em grupo, enfatizavam certas questões; e, quando sozinhos, outras (VIEIRA, 2009, p. 65). De fato, devemos ter consciência desses distintos momentos de enunciação, de suas implicações e características. E, mesmo esses momentos narrativos de cunho mais explicativo ou justificativo tendo elementos padronizados, eles se referem a uma dimensão importante da experiência desses jovens e de sua maneira de se relacionar com as pessoas de fora do “mundo do crime”. Além das ponderações feitas no parágrafo anterior, é possível, ainda, pensar essas “explicações” não tanto como descrições lineares das causas do “envolvimento”, mas como dispositivos de construção de sentido a partir de uma perspectiva situada no presente (de vida institucional). Trata-se de um trabalho de produção de sentido, de construção de

biografia, de constituição desses sujeitos.<sup>75</sup> Tal perspectiva, também, além de situada no presente e em contexto, é – como já dito – expressão de uma relação, de uma comunicação entre “mundos” aparentemente diversos. Parece ser o caso de um movimento semelhante ao da tradução: esses jovens, quando em contato com educadores, psicólogos e antropólogos, buscam situar suas experiências “no crime” nos termos que consideram acessíveis a esses “outros”. Assim, talvez seja mais interessante pensar que se trata de tentativas de construir bases comuns para que conversações aconteçam do que considerá-los simplesmente discursos padronizados, repetitivos.

Esse tipo de discurso explicativo não é característico apenas dos adolescentes brasileiros internados em instituições para o cumprimento de medidas socioeducativas nos dias de hoje. Vejamos o que nos conta Stanley.

### **3.1.2 Histórias de vida de “meninos delinquentes”: diálogo com *jack-roller***

Depois que a minha mãe morreu, nossa casa não era um lugar decente pra ser humano viver. Quando minha mãe morreu, eu tinha quatro anos. Daí meu pai casou de novo depois de um ano. Minha madrasta começou com o inferno. Ela só tratava bem os filhos dela e batia em mim, batia nos meus irmãos, não dava comida pra gente... Eu ficava com raiva porque o meu pai ficava sempre do lado dela. Quando eu ia pra rua com o meu irmão, eu via os outros meninos com roupa boa, gastando dinheiro. Eu não entendia por que eu não podia ter roupa, por que eu não podia ser bem tratado. Eu odiava minha madrasta. A pior coisa era que ela e os filhos dela entraram na nossa casa e tomaram conta de tudo como se fosse deles e ainda acabou que a gente é que foi pra fora. Ninguém nunca os levou pro tribunal, ninguém os acusou de criminosos, mas do jeito que eu vejo eles eram pior do que a gente. Foi assim que a semente da criminalidade começou a crescer em

---

<sup>75</sup>Esse tipo de leitura faz parte de um argumento da professora Sônia W. Maluf (PPGAS/UFSC) no âmbito da qualificação de meu projeto de tese. Agradeço à professora Sônia a sugestão.

mim, fui ficando com nojo deles e fui querendo fugir (STANLEY).

Esse trecho de narrativa poderia ter sido contado por algum de meus interlocutores. O narrador em questão compartilha com eles a ênfase nos problemas na família como impulsionadores para a entrada no crime, bem como o desejo de ter o que os outros meninos tinham: roupas boas, dinheiro e afeto. O curioso é que esse relato não é de um “adolescente em conflito com a lei” do século XXI, mas de um jovem que se tornou “criminoso” nos anos 30 do século passado e que morava em um dos bairros pobres de Chicago / EUA.

A história de vida de Stanley é apresentada pelo sociólogo da “Escola de Chicago” Clifford Shaw (1966) em uma das primeiras histórias de vida sociológicas: *The Jack-roller: a delinquent boy's own story*<sup>76</sup>. De acordo com o próprio compilador/autor, trata-se de um estudo de caso da “carreira de um jovem delinquente”, mas que é parte de uma série de 200 estudos similares feitos em instituições correcionais. A obra foi resultado de seis anos de contato entre o pesquisador e o jovem em um “estudo intensivo de seu comportamento e contexto social”, bem como de um “programa intensivo de tratamento social”.<sup>77</sup>

A parte final do livro é especialmente interessante para o debate que norteia o presente capítulo e consiste numa discussão dos dados realizada por Ernest W. Burgess (também da “Escola de Chicago”). Burgess (APUD SHAW, 1966, p. 186-189) argumenta, por exemplo, que o caso Stanley não é particular, mas típico, pois o jovem cresceu em uma *área delinquente*, vivia em um *lar despedaçado*, teve sua *iniciação na delinquência* ainda criança, passou por experiências de institucionalização. Até esse momento, o comentador reproduz uma

---

<sup>76</sup> O trecho citado é uma tradução nossa, não literal, de algumas passagens da obra presentes no “Appendix II: Why and how i became a criminal” (SHAW, 1966, p. 200-201).

<sup>77</sup> A obra, em sua 66ª edição, conta, ainda com uma introdução de autoria de Howard S. Becker, em que ele discorre, dentre outras coisas, sobre o uso da “história de vida” nas ciências sociais. Lembra que tal perspectiva concede maior importância às interpretações que as pessoas dão às suas experiências do que a uma explanação para o comportamento. Trata-se da busca por olhar a partir do ponto de vista do ator. A obra de Shaw e de Stanley nos é, assim, referência tanto no que toca à preocupação com a dimensão vivencial, tanto em relação ao trabalho – inaugural – com a narrativa, com a história de vida de um menino “delinquente”.

série de categorias generalizantes que se relacionam aos modelos explicativos da “Escola de Chicago”. Mas, depois, a partir dos elementos da narrativa de Stanley, ele vai complexificando as inferências que fez no início de sua explanação e afirma que a história de vida desse menino:

[...] introduz ao leitor um entendimento íntimo dos fatores sociais que condicionam o começo e a continuidade da carreira criminal. “Lares quebrados”, “pobreza”, “habitação ruim”, “maus companheiros”; “influências destrutivas da vizinhança” e outros termos de senso comum são bastante inadequados para definir a dinâmica relação entre a personalidade de Stanley e suas variadas e estimulantes experiências. Sua carreira é uma série de atos em resposta a situações de mudança social: discriminação por parte da madrastra; liberdade e desprendimento numa área de imigração desorganizada; padrões de roubo apresentados pela tradição da vizinhança; a sedução da Rua West Madison; a repressão do tratamento nas instituições; a camaradagem e o código de um grupo opressor e a educação no crime oferecida gratuitamente nas instituições pelos associados; a emoção das aventuras no crime; o dinheiro fácil rapidamente obtido e gasto; a aridez e a monotonia das chances de reforma a ele oferecidas (BURGESS APUD SHAW, 1966, p. 189-190, tradução nossa).

Burgess desloca a ideia de *desorganização* para a de *crise* e ainda permanece em uma perspectiva bem diferente da nossa, pois seu foco é a elucidação das causas da entrada e da permanência em uma *carreira criminal*. Contudo, ele discorre sobre uma série de dimensões, como a “aventura”, as relações com os pares, o compartilhamento de códigos e aprendizados, os efeitos da institucionalização e a questão dos limites da intervenção. Tal abertura do leque de “explicações” se deve a uma atenção à pluralidade presente na própria narrativa do menino.

Se analisarmos apenas o primeiro trecho da narrativa de Stanley apresentado no começo desse subitem, predominam as explicações “clássicas”: problemas em casa, necessidade. Assim, como discutido no item 3.1.1, por conta de vários elementos – interpelação, comunicação entre “mundos”, discurso biográfico, reprodução da seletividade penal e



das estruturas sociais desiguais –, há uma repetição desse tipo de discurso em determinados contextos e, como se viu agora, em uma longa escala temporal. As outras dimensões que apareceram ao longo do relato de Stanley e mencionadas por Burguess no fim de sua discussão são, também, de alguma forma recorrentes. Contudo os sentidos dados a elas, o conteúdo dos valores e códigos compartilhados, as mudanças nas instituições, os modos de subjetivação variam de acordo com o tempo e com os espaços em que se dão. Como se viu no capítulo anterior, a socioeducação e a ortopedia moral criam efeitos de sujeição e de resistência diversos.

### 3.1.3 Sentidos para “o crime”

Os sujeitos da pesquisa acionaram mais de um “modelo explicativo” para a entrada. Por vezes um mesmo adolescente, como Luiz Paulo, elencou uma série deles: família, necessidade, grupo de pares. Além disso, mesmo vários deles pontuando os problemas no âmbito familiar, sentidos diferentes foram dados a essas vivências e à função que passou a ter “o crime” na vida deles: para alguns “o crime” passa a ser encarado como um trabalho para ajudar em casa, para ajudar a mãe; para outros, como Fernanda e Robson, a vida no crime permite expurgar, modular a raiva e a revolta que sentiam; há ainda a situação de Felipe, para quem o “crime” passa a ser encarado como um destino, um caminho sem volta; por fim, existe a questão do crime como possibilidade de “curtir”, de aventurar-se, de sentir adrenalina.

Fernanda foi um dos casos em que houve a sugestão, por parte dos adolescentes, de que seria uma boa entrevista para mim, pois ela teria histórias para contar... Ela sempre foi muito receptiva e gentil comigo. Na Casa houve situações em que ela se desentendeu com outras meninas, partindo para a “briga”. Diziam que ela tinha uma “personalidade forte”. Vejamos uma parte de sua narrativa:

Na verdade eu entrei na vida do crime com 9 anos, sabe? Eu me revoltei mesmo, mesmo, mesmo quando eu fui estuprada, que foi pra mim uma humilhação, sabe? Eu tive que... pra mim mostrar que... pra me defender, sabe? Ter que andar com uma coisa, ter que andar com pessoas diferentes, que podem te mostrar que tu pode se defender, sabe? Porque eu era sozinha, praticamente. Na minha família, ninguém era dessa vida. Eu não tinha coragem de contar que

tinha sido estuprada, sabe? Era difícil... eu não conseguia. E, tipo, eu entrei mesmo foi por causa disso. Eu podia ter superado, sabe? Eu fui fraca. Eu podia ter superado isso. Mas não consegui. Eu fui mais pra revolta, sabe? Eu, na verdade, o meu ato infracional foi... eu fiz um homicídio, sabe? Na verdade eu não sentia raiva da guria, sabe? Eu pensava no cara que me estuprou, só nele.... Só nele, assim, eu descontei a minha raiva, assim. Por mais que ela tenha feito, entre aspas, uma coisa mau pra mim, sabe? Ela, pra mim, não deveria ter morrido. Hoje em dia, assim, eu me arrependo de ter entrado no crime, sabe? Me arrependo porque não valeu a pena. Minha família sofreu bastante. Mas até hoje eu guardo muitas, bastante mágoa, assim, sabe? Do estupro, desses negócio, assim. E também meu ex-namorado, sabe? Eu entrei na vida do crime com ele também. A gente era bem louco, bem lokão ele, eu e ele, a gente traficava, a gente cheirava, fumava maconha, a gente era muito louco [...]. Teve um tempo que ele disse assim: “eu vou mudar”. Nunca aconteceu nada na vida dele pra ele ter entrado nessa vida, porque ele tinha tudo, ele tinha tudo que ele queria, sabe? A mãe dele dava tudo pra ele. Ele só saiu de casa porque ele não quis trabalhar, ganhar um dinheiro... suado. Mas eu acho que eu tive, sabe? Não que eu não tive tudo da minha família, sabe? Eu só não tive atenção. Porque, depois que a minha mãe separou do meu padrasto, ela meio que deixou nós. Ela tinha que batalhar, eu entendo ela, ela tinha que sustentar nós. Eu fiquei meio solta, uma menina de 9 anos, cuidando de um menininho de 4 anos e um bebezinho de seis meses – pensa, assim. E a minha irmã nessa vida, tava muito louca, sabe? A minha irmã hoje em dia é o orgulho da minha mãe, sabe? É secretária, é o orgulho, tudo, assim. Mas ela tava nessa vida, e eu... eu tava sozinha, sabe? E tinha vezes, assim, que... aí dá vontade de chorar, sabe...? *(fala o que segue chorando)* Tinha vezes que eu sentava, assim, na frente do espelho e daí eu pensava: “nossa, que lixo que eu sou, que eu deixei alguém fazer isso comigo”, sabe? *(Paramos a gravação para que ela se recuperasse)*.

[...] Tipo, quando minha mãe saía, eu fazia a minha irmãzinha dormir, o meu irmão dormir e ia pra esquina e ficava lá com os guri conversando, ficava na madrugada, assim, conversando com eles. Porque, eu confesso, assim, eu tinha medo, sabe? Eu tinha medo do (...) – que é o ex-namorado da minha mãe, não o meu padrasto – que ele chegasse de novo e fizesse a mesma coisa comigo de novo. Então, eu não dormia, eu ficava dia e noite, sábado e domingo, só acordada. [...] Daí foi aí que eu comecei a usar droga. Pra eu não dormir, eu tinha que cheirar pó. Daí os guri me davam, né? Daí eu cheirava tudo, tudo, tudo, eu cheirava demais, sabe, pra ficar acordada.[...]Fugi de casa, passei por muitas coisas, assim [...]. Já passei fome, já tive que fazer assalto, muitas coisas, assim [...]. Eu já fiz muita coisa, sabe? Já vi a pessoa morrendo, assim, na tua frente, sabe? Na tua frente, assim... e tu não tem o que fazer... Eu já passei muita coisa na minha vida, assim, que pra mim... Por isso que eu digo, assim... as pessoas dizem assim, tipo: “tá no crime porque quer”. Não é porque nós queremos, sabe? Eu não quero mais isso pra mim. Mas foi porque.... Eu acho que foi oportunidades que vinham, sabe? Não foi oportunidades boas, só ruins. Porque lá nunca ofereceram um curso pra nós, no nosso colégio, porque, nossa, se tivesse eu ia aproveitar, porque eu gosto dessas coisas, sabe? Mas lá não.

Ela colocou a situação de abuso que sofreu e seus efeitos como a principal causa de seu posterior “envolvimento”, mas discorreu também sobre o fato de namorar alguém “do crime”, sobre a falta de atenção e de abertura para que ela tivesse pedido ajuda em casa e sobre a “falta de oportunidades” no local em que morava. O uso de cocaína, a entrada “no crime” e o próprio homicídio são significados por ela como maneiras de lidar com o medo e de pôr para fora o sofrimento, a revolta e a raiva que sentia por conta do abuso. Ela enfatizou, ainda, que o fato de alguém “estar no crime” não pode ser reduzido a uma simples questão de opção, de escolha.

Robson, um dos meninos mais jovens da Casa, 14 anos, também contou uma história em que “o crime” foi o caminho encontrado para lidar com a revolta e, além disso, para sobreviver autonomamente.

[...] Mas daí por que eu entrei no crime foi porque primeiro meu pai morreu... Foram assaltar lá onde que meu pai trabalhava, meu pai não deixou, era uns guri lá da onde o meu pai morava. Daí depois eles pegaram meu pai lá num beco, daí chamaram meu pai, daí saiu um cara de trás do que chamou meu pai, chegou e deu um monte de tiro no meu pai. Daí eu já cheguei já, já fiquei com ódio no coração, né? Daí depois a minha mãe foi vendendo tudo que tinha dentro de casa, vendendo... daí começou a fumar crack. Daí começou a fumar crack, não cuidava de nós direito. Daí meu irmão foi lá, começou a roubar, a vender droga, daí roubava, roubava, roubava, pra ajudar nós em casa. Daí depois ele foi lá, foi roubar uma joalheria, roubou; daí depois, ele voltando, os *home* mandaram ele parar, ele não parou. Aí começaram a dar um monte de tiro no carro. Daí tinha um gurizão que falava: “ah, vou morrer, vou morrer” – que tinha levado tiro no pescoço o outro gurizão. Daí meu irmão falava: “não vai morrer, não vai morrer, cara”. Daí meu irmão foi levantar pra olhar, olhou pra trás, levou um tiro aqui, ó... um tiro só na fonte. Atravessou aqui atrás. Daí ele ficou deitado quieto. Aí depois pararam: “ah, que que deu, que que deu”. Aí foram lá, saiu todo mundo menos o irmão. Daí os policial foram lá ver, o meu irmão tava deitado. Daí ainda tava vivo ainda, daí meu irmão não sobreviveu. Daí eles foram tudo preso. Daí eu já fiquei com mais ódio ainda. Daí foi lá, daí minha mãe ficou usando droga dentro de casa, dentro de casa comigo. Daí eu falei: “eu não vou ficar aqui não”. Fui lá e falei com os caras lá da onde que o meu irmão fazia corre, comecei a fazer corre lá.

Diante de um quadro em que seu pai e seu irmão estavam mortos e a mãe passou a usar crack e a “não cuidar” mais deles, Robson, cheio de “ódio no coração”, decidiu sair de casa – aos 12 anos – e passou a se “virar” sozinho, fazendo “corres”.<sup>78</sup> Antes de ir para a Semiliberdade, estava internado em um Centro de Internação Provisória e participou de

---

<sup>78</sup> Nesse contexto, “fazer corre” refere-se a trabalhar no tráfico de drogas.

uma fuga em massa. Ele mesmo se apresentou à polícia. Questionei o porquê de ele ter se entregado, e ele explicou: “se eles pegassem, iam surrar, bater muito.” Sua irmã mais velha, que ia sempre visitá-lo, também o havia aconselhado a se apresentar.

Em uma tarde de pesquisa de campo, eu estava anotando o e-mail de uma das meninas que ia embora da casa, pois tinha sido liberada. Felipe, adolescente que tinha chegado há poucos dias, aproximou-se e disse: “eu também estou indo embora, e hoje”. Depois, as meninas contaram que ele estava querendo fugir. Ainda nesse mesmo dia, perguntei se ele aceitava ser entrevistado, e ele consentiu:

Vida loka pra mim significa vida do crime, né? A vida loka, uma vida diferente. Eu entrei nessa vida porque eu perdi a minha vó... Ela que me criava. Aí meu pai começou no crime, eu comecei junto com ele. Daí ele abandonou meu irmão, daí eu não gostei, daí eu comecei sozinho. Daí, quando eu vi, eu já tava preso...

*Começou com quantos anos?*

Com 10 anos. Eu fiquei até os 12 morando com o meu pai. Com 13 anos eu já fui pra rua sozinho. E daquele jeito, né...? E tem várias coisas que ocorrem... Que nem eu falei lá: ou mata, ou morre, ou vai preso, né? É três opção, ou senão mudar de vida.

*Quando você entrou, você sabia que era pra matar ou morrer...?*

Eu sabia de tudo já.[...]

*E o que é que faz valer a pena, continuar...?*

Bem dizer, não tem nada que faz valer a pena não, porque quem nasceu pra essa vida vai morrer nessa vida. Como é que se diz? Quem tá destinado a seguir esse caminho segue até o fim. [...]

*E o pior de ficar “preso” é o quê?*

É tudo, né? Ficar longe dos parceiros, longe da família. Um ano e oito meses que eu perdi da minha vida. Mas só fortalece.

*O que você pensava, assim...?*

(silêncio) Pensava nada. Pensava que eu devia sair.

*E agora por que você acha que não dá mais pra tentar uma outra vida?*

Porque não... (silêncio). O crime é um vício ...Sabia? O crime é um vício... Que nem o crack:

só para de usar quando morrer. Eu só paro com o crime quando eu morrer. *(Silêncio)*

*Mas, tipo, o cara que queira sair consegue sair?*

Consegue, só basta querer.

*Mas não vai estar livre das guerras, né?*

Mas daí é só ele mudar de lugar. Se ele quer mudar de vida, ele tem que mudar de lugar.

[...] *E, se tu pudesse voltar lá no começo, tu achava que dava pra...?*

Talvez.

*Mas ia precisar do quê?*

Da minha vó. [...]

*Você acha que a maioria dos que entram no crime, não é assim porque quer, assim...?*

Uhum. Cada um tem uma história triste e diferente uma da outra. E tem gente que diz, né, que passado não vulga nada pra entrar pro crime. Vulga sim.

*Quem que diz isso?*

Várias pessoas já vieram me falar.

*Tipo dizendo que tem outras pessoas que já tiveram problema, essas coisas assim...?*

Que tem outras pessoas que tiveram problema e nunca entraram pro crime. Mas cada um é cada um, né?

*Das histórias que já escutei, é que não é um problema só, mas um monte que junta, né? E as coisas vão levando...*

Verdade. [...]

*Tem mais alguma coisa que algum dia você quis que as pessoas soubessem, assim, como que é a vida do crime, mas não entendem, que você queria dizer ou desabaçar, algum veneno...?*

Que a vida do crime não é como eles pensam, né, cara? Como eles pensam que é... Sabe por que que muitas pessoas, a maioria, entram pro crime? Porque elas são discriminadas... Sabia disso? E, se um rico entrar pro crime, tem salvação. Agora, vai um pobre entrar pro crime... não tem. O pobre é muito discriminado.

*Quando você diz discriminado, em toda situação, assim, por não ter as coisas ou o jeito das pessoas ou o quê?*

O mal falar, né, cara? As pessoas que têm mais condições falam mal.

*Às vezes o cara nem é do crime, né, também...?*

Que nem diz o ditado: “quem tem mais poder de fogo fica em pé; quem não tem, tomba”.

[...]É isso aí minha vida... Não dá pra escutar agora?

*(Ele escutou a entrevista na íntegra, em silêncio e muito pensativo).*

Nesse trecho da narrativa de Felipe, há a ideia do crime como um destino – “quem tá destinado a seguir esse caminho segue até o fim” – e como um vício do qual é impossível desvencilhar-se. Mas, ao mesmo tempo, também aciona explicações para a sua entrada no crime e a de outros: morte da avó que o criava; pai que “começou no crime” e ele junto, relação difícil com o pai; discriminação sofrida pelos pobres. Há aí uma ideia mais complexa de destino: “o crime” como um destino, mas um destino inescapável apenas em alguns casos, pois há essas histórias tristes, de pessoas discriminadas com um passado que conta, que “vulga”, uma vez que se um rico “entrar pro crime” tem salvação, mas um pobre que “nasceu pra essa vida vai morrer nessa vida”. Felipe estava agoniado para fugir, para voltar para a rua. Antes de nossa entrevista, ele contou que “já estava preso há quase dois anos e não aguentava mais”, sua “mente” estava “a milhão”, queria ir “pra baladinha” e “não aguentava mais não poder fazer o que desejava”. Eu questionei se não era melhor pensar com mais calma sobre essa decisão, e ele: “eu não vou sair dessa vida, tenho muita coisa pra fazer, pra resolver, ainda”. Tinha muitas pendências fora dali, e esse caminho, de acordo com ele, era sem volta. O caso de Felipe foi uma exceção dentre meus interlocutores, já que a maioria deles permaneceu por longos períodos na instituição, bem como apresentava um discurso no sentido de desejo de mudança de vida. É claro que há outros casos como o de Felipe, mas é mais difícil acessar esses adolescentes fazendo pesquisa em uma semiliberdade, pois eles não permanecem muito tempo na instituição. Lá mesmo ouvi relatos de jovens que evadiram no mesmo dia em que chegaram. Felipe “seguiu seu caminho” dois dias depois que o entrevistei.

“O crime”, “essa vida”, “o mundão” se apresentava, ainda, para muitas meninas e meninos como uma maneira de “curtir a vida”, de se “divertir”, de sentir “adrenalina”. Erick, 17 anos, que parecia um menino grande e que ficou “pagando direitinho” por mais de um ano na Semiliberdade, contou:

Tô aqui por causa de assalto. Fiz quatro assaltos no mesmo dia. Roubei um posto, um mercado, uma panificadora e uma casa. Daí, no último assalto, eu fui preso. [...]

*Mas você fez tudo no mesmo dia por quê?*

Por curtição só.

*Ah é?*

Mais por adrenalina mesmo. Nem era muito por causa do dinheiro, mais pela adrenalina mesmo.[...]

*Qual que dava mais adrenalina?*

No posto.

*É mais difícil?*

Mais difícil. Tem mais possibilidade de encarar, de encontrar um P2,<sup>79</sup> pá, ter troca de tiro. Só por isso. [...]

*Mas você preferia assaltar?*

Uhum.

*Pela adrenalina ou?*

Só por causa que tinha mais ação. Tráfico não, não gostava muito. Eu gostava mais de roubar mesmo.

*Mas o que dava mais dinheiro?*

O tráfico dá um dinheiro; mas, quando o cara rouba, é mais massa.

*O que você sentia na hora, assim?*

Dá um frio na barriga, pá... Mas agora tô de boa.

Essa dimensão da aventura, do prazer do risco, da adrenalina estava presente também em outros relatos – se não como motivação para a “vida no crime”, como consequência, como efeito das atividades. No capítulo seguinte, ela será aprofundada na discussão sobre a intensidade na “vida loka”. No que toca à questão da obtenção de adrenalina, de curtição, muitos adolescentes diziam que isso poderia ser uma motivação no caso de “playboys” que cometem crimes não “porque precisam” e sim por “diversão”, “curtição” e “fama”. “Entrar no crime” por “curtição” não parece ser, para a maioria dos jovens contatados, uma explicação legítima, moralmente aceitável, não se justifica. Como podemos pensar essa questão da construção de explicações e justificações?

---

<sup>79</sup> Policial à paisana.



### 3.1.4 “Justificações” e “técnicas de neutralização moral”

Na obra de David Le Breton (2008) acerca do interacionismo simbólico, todo um capítulo é dedicado aos trabalhos dos autores da Escola de Chicago acerca da delinquência e, posteriormente, do desvio. Dentre as diversas contribuições dos interacionistas de tal Escola, estão as concepções de *justificação* e de *neutralização moral*. David Matza (nos anos 50, 60) complexifica a ideia de “*deriva*” entre comportamentos delinquentes e respeito às normas legais que tinha sido trabalhada por White. Para Matza, o espírito do jovem não é moldado de maneira única pela delinquência, mas ele alterna comportamentos conformes e de ruptura. Há uma oscilação entre a aceitação das regras morais da sociedade – que reinam mais ou menos em sua família – e aquelas de seu grupo de pares no seio da “cultura de rua”: uma deriva entre polos opostos da moral social. Nesse sentido, a noção de subcultura delincente é, para o autor, uma ilusão partilhada pelos sociólogos que acreditam poder descrevê-la como uma estrutura estável e pelos próprios jovens que precisam, aos olhos dos pares, demonstrar adesão, engajamento na “cultura de rua”. Matza aponta que, se existisse de fato uma subcultura homogênea e distinta, os delitos não suscitariam culpabilidade, seriam reivindicados com orgulho. Mas a experiência junto aos jovens apreendidos mostra ao contrário: eles procuram sempre se justificar e demandar desculpas. Não legitimam os delitos: condenam-nos. E, desse modo, não se colocam em ruptura moral. (LE BRETON, 2008, p. 222-224).

Há alguns apontamentos a serem feitos sobre esses argumentos de Matza. Estou de acordo com a ideia dos limites da noção de subcultura criminal como algo estável e homogêneo. Já em relação à suposta “*deriva entre polos opostos da moral social*”, não creio que a ideia de deriva entre polos, entre mundos opostos e homogêneos, é a que melhor dá conta da pluralidade e da contingência de valores, de “economias morais”, de linhas de subjetivação que perpassam os sujeitos em questão. A ideia de deriva produz, em certo sentido, a mesma “ilusão” que a de subcultura: cristaliza e pressupõe mundos. Voltarei a esse debate no último capítulo.

Voltando às justificações, para Matza, ainda, o “jovem delincente” reconhece a legitimidade das regras sociais, mas as redefine em seu favor de acordo com as circunstâncias para poder transgredi-las sem prejuízo moral para a ideia que faz de si mesmo. É aí que entram as *justificações* que são legitimadas entre os delinquentes, mas não para o sistema legal ou para a sociedade. Elas podem ser vistas

como uma extensão da conduta desviante e como uma proteção do indivíduo para que nem ele nem os outros sintam vergonha diante de seu ato; mas também podem preceder a conduta desviante e torná-la possível (SYKES; MATZA, Apud LE BRETON, p. 224). A submissão às regras é neutralizada por uma justificação provisória – que vale para determinado momento. A aprendizagem dessas “técnicas de neutralização moral” é tão crucial quanto a aquisição de competências. Sykes e Matza definem cinco formas delas. Numa aproximação geral, a primeira é a mais comum entre os adolescentes contatados para a pesquisa da tese. Trata-se da negação da responsabilidade a partir da atribuição da ação a uma causa exterior a si, como viver em *local desfavorecido, más influências, problemas na família*. Como já discutido, é notável a repetição dessas mesmas “causas” em contextos e momentos históricos tão distantes (Chicago dos anos 30 e 60, Brasil dos anos 2000). As outras quatro técnicas descritas por Matza e Sykes são: a negação do sofrimento provocado; a negação da vítima (escolha entre vítimas potenciais); a acusação dos acusadores (corrupção da justiça, da polícia); alegação de lealdades superiores (grupo de pares, família).

É preciso salientar que as observações de Matza e Sykes se referem às justificações para os delitos cometidos e não às explicações para a “entrada no crime”, como em nosso caso. Mas é possível observar que tanto no terreno das justificações quanto no das explicações, quando se fala das “causas” exteriores a si, aparece um mesmo repertório: família, “desfavorecimento social” e influências. Creio que as considerações feitas acerca da constituição de certo discurso padronizado de explicações podem ser estendidas, pelo menos, à primeira forma de técnica de “neutralização moral”. Sendo assim, o acionamento desse tipo de discurso poderia ser lido não apenas como redefinição da situação para poder transgredir e como forma de “neutralização”, mas também como efeito de situações de interpelação acionadas em determinados contextos em que “mundos” entram em contato. Além disso, é preciso lembrar que o acionamento das justificações é contingente e relacional, mas não por isso tais explicações e justificações são objetos exteriores aos sujeitos. Elas passam a fazer parte deles, a constituí-los. Discordo dos autores, por exemplo, quando eles dizem que as justificações não são legitimadas pela sociedade. Creio que são acionadas exatamente explicações que encontrem eco nos “receptores” do discurso (juizes, técnicos, educadores). Há um reforço mútuo, um conjunto de expectativas, de demanda e respostas quando estão em contato os jovens e o sistema legal, o sistema socioeducativo. Matza, mesmo ao discorrer sobre a

questão de as “histórias de injustiça” serem abundantes na justificação de uma “carreira delinvente”, argumenta que o senso de injustiça do delinvente se desenvolve sob a influência da justiça juvenil da época (no caso deles, a ideologia do *Child Welfare*). O contexto não causa tal senso, mas ajuda a sustentá-lo. Dessa forma, o delinvente possui frequentemente uma visão legalista do crime.

No próximo item, será discutido justamente esse aspecto: a relação entre o repertório explicativo dos sujeitos e as “economias morais”, as configurações de sujeito que permeiam o “nosso tempo”, especialmente os discursos dos agentes da socioeducação.

### 3.2 “LUTAS POR RECONHECIMENTO”, “ECONOMIA MORAL COMPASSIONAL”

Há uma série de valores, de discursos, de avaliações que atravessam não apenas o sistema de justiça juvenil, mas as políticas públicas, as tecnologias governamentais em sentido amplo e contribuem para a sustentação do senso de injustiça apresentado pelos adolescentes em suas explicações. A ênfase nas faltas, nos problemas de família, na questão da necessidade e nas influências remete a ideias e a configurações de sujeito: de “vulnerabilidade social” (de um sujeito vulnerável, em situação de risco), de vitimização (um sujeito vítima, que foi desrespeitado e encontrou no crime um caminho, mas que precisa de outros lugares de reconhecimento), de sofrimento (um sujeito que sofreu, que passou por uma série de problemas e que precisa ser ouvido, precisa de atenção, afeto). Por que predomina uma leitura das experiências de desigualdade social marcada por questões da ordem da moral, da afetividade, da intersubjetividade? Trataremos dessas questões a partir da contribuição de dois autores: o primeiro trabalha em termos de uma teoria do reconhecimento e da gramática moral dos conflitos, e o segundo analisa o que denomina de “razão humanitária” como uma “economia moral”.

#### 3.2.1 Honneth: sujeito desrespeitado e lutas por reconhecimento

Axel Honneth (2003), um dos autores contemporâneos da chamada Escola de Frankfurt, analisa a gramática moral dos conflitos sociais que visam ao reconhecimento. Para o autor, os conflitos sociais têm origem no âmbito de uma experiência moral de desrespeito ou de negação do reconhecimento. Ele parte das considerações do jovem Hegel que se referem à questão de que a possibilidade das violações

morais resulta da intersubjetividade da forma humana de vida: os humanos são vulneráveis “moralmente” porque sua identidade se deve à construção de uma relação prática consigo mesmos que, desde o primeiro momento, depende da ajuda e da aprovação por parte de outras pessoas (HONNETH, 2009, p. 323). Honneth também segue a proposta hegeliana de distinção entre três diferentes padrões, níveis de reconhecimento, classificados de acordo com o tipo de relação consigo mesmo que eles podem proporcionar a um indivíduo. O modelo de “luta por reconhecimento” de Hegel contém a ideia de que o progresso moral se realiza ao longo de uma sucessão de níveis que consiste em três padrões de reconhecimento cada vez mais exigentes, entre os quais há sempre a mediação de uma luta intersubjetiva que os sujeitos exercem para a confirmação de suas demandas de identidade. Trata-se, assim, de uma relação dinâmica recíproca que existe entre a aquisição intersubjetiva de autoconsciência e a evolução moral de sociedades inteiras (HONNETH, 2009, p. 315).

De acordo com o filósofo frankfurtiano, nas últimas décadas surgiu uma série de debates políticos e de movimentos sociais que, por sua própria existência, enfatizam a necessidade de que se dê mais importância à ideia de reconhecimento. Daí foi um passo curto para a compreensão generalizada de que a qualidade moral das relações sociais não devem medir-se somente pela distribuição equitativa ou justa dos bens materiais; pelo contrário, nossa representação do agir moralmente correto também deve estar relacionada com ideias sobre como os sujeitos se reconhecem mutuamente e de que forma se reconhecem (HONNETH, 2009, p. 311). Na obra “A luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais” (2003), o autor defende que a base da interação social é o conflito, e que sua gramática é o reconhecimento. Honneth discorre sobre três padrões de reconhecimento recusado ou desrespeito que podem converter-se, nos dois últimos casos, em conflitos sociais que se manifestam, especialmente, via movimentos sociais. Ele relaciona tais padrões de reconhecimento a determinados estratos da relação prática consigo mesmo (ou seja, da consciência ou do sentimento que uma pessoa possui de si mesma acerca das capacidades e dos direitos que lhe correspondem). O primeiro estrato refere-se às necessidades e desejos físicos mais elementares que se estabelecem através das relações de amor e amizade e que constituem a “confiança em si mesmo” (relações primárias). As formas de desrespeito, de violação moral relativas a esse primeiro nível são, no limite, os assassinatos e, tipicamente, os maus tratos, as torturas, as violações. O segundo nível está ligado à consciência de ser um sujeito moralmente

responsável por suas ações, à formação de juízos próprios fundamentados na ideia de igualdade jurídica e que desembocam na “estima por si mesmo”. Os casos de desrespeito a esse nível abarcam desde situações de engano e fraude até a colocação de grupos inteiros em desvantagem jurídica – privação de direitos e exclusão social (esfera das relações jurídicas). Por fim, na terceira forma de relação consigo mesmo, faz-se valer a consciência de possuir boas ou valiosas capacidades, o sentimento de “valer por si mesmo” no interior de uma comunidade de valores (relações de solidariedade em uma comunidade de valores). A degradação e a ofensa são aí as formas de desrespeito, uma vez que afetam a honra e a dignidade, degradam algumas crenças ou formas de vida através de uma hierarquia de valores e tiram dos sujeitos a possibilidade de atribuir valor social às suas capacidades, resultando na perda da autoestima (HONNETH, 2009, p. 321-322). Se observarmos as características dessas três esferas que implicam formas de reconhecimento e de desrespeito (ou reconhecimento negado) e nos lembrarmos do repertório típico de explicações para a “entrada no crime”, as coincidências surpreendem.

No quadro abaixo, são apresentadas as esferas descritas por Honneth, bem como as explicações típicas dos agentes do sistema socioeducativo e dos adolescentes. Tais explicações coincidem, de uma maneira geral, com as explicações das teorias sociológicas, tal como discutido no item 3.1.1.

Quadro I - Formas de reconhecimento e explicações para a “entrada no crime”<sup>80</sup>

<b>Formas de reconhecimento</b>	<b>Relações primárias (amor, amizade)</b>	<b>Relações jurídicas (direitos)</b>	<b>Comunidade de valores (solidariedade)</b>
<b>Formas de desrespeito</b>	<b>Maus tratos e violação</b>	<b>Privação de direitos e exclusão</b>	<b>Degradação e ofensa</b>
<b>Explicações para a “entrada”: agentes do sistema</b>	Família “negligente” e/ou “desestruturada”	“Vulnerabilidade social”; “pobreza e exclusão”; “situação de risco”; “ambiente propício”; “contexto socioeconômico e cultural”	Discriminação, preconceito e humilhações: “baixa autoestima”
<b>Explicações para a “entrada”: adolescentes</b>	“Problemas” na família: morte de genitores, “falta de cuidado” e/ou de “atenção”, “brigas”, “surras”	“Necessidade”; “falta de oportunidades”; “pobreza”; “morar na favela” ou “morro” ou “comunidade pobre”	Preconceito, ofensas, humilhações. Ser “tirado” por andar mal vestido, não ter tênis de marca. Não ser aceito pelos pares.

Não se pretende, com essa comparação, afirmar a pertinência do modelo de Honneth e nem inferir que a “vida no crime” seria uma maneira de luta por reconhecimento (apesar de considerarmos esse último aspecto algo a ser pensado). No modelo de Honneth, diferente daquele de Hegel, não estão contempladas ações “criminosas”, delituosas. Ele apresenta uma leitura restrita das demandas por reconhecimento articuladas como “conflitos sociais”, mais especificamente como movimentos sociais. O autor afirma, ainda, que um dos grandes desafios da teoria crítica é centrar seus esforços na solução do problema: “como deveria ser uma cultura moral que fornece aos interessados – desprezados e excluídos – a força individual de articular suas experiências no âmbito público democrático no lugar de vivê-las nas contraculturas da violência” (HONNETH, 2009, p. 272,

<sup>80</sup>Primeira parte do Quadro reproduzida parcialmente de Honneth (2003, p. 211).

tradução nossa). Nesse sentido ele faz uma distinção âmbito *público/democrático* versus *contracultura da violência* que acredito ser normalizadora, problemática, que acaba por partilhar certas ideias de uma “sociedade da ordem” (na qual se acredita que haja algo como um âmbito público democrático e que o problema seja fazer funcionar as instituições, etc), bem como coloca as coisas em termos de “força individual”. É curioso que essa visão idealizada, distante da práxis, é justamente o que Honneth critica em Habermas. Eu redefiniria o problema no sentido de pensar de que formas o “âmbito público democrático” contribui para a produção de experiências de não reconhecimento, já que as “contraculturas da violência” têm suas condições de produção dentro dele. É curioso que o próprio Honneth argumenta algo semelhante em um texto sobre o lugar da Teoria Crítica. Ele discorre que, para se analisarem as relações sociais sob o aspecto das formas estruturais de desprezo que elas produzem, no diagnóstico de nossa época é preciso focar nas causas sociais responsáveis pela violação sistemática das condições de reconhecimento (HONNETH, 2009, p. 264).

O que se deseja com a comparação apresentada no Quadro I é ressaltar que há um determinado “vocabulário”, uma “gramática” compartilhada amplamente no mundo contemporâneo – inclusive pelos interlocutores da pesquisa –, um quadro de interpretação dos conflitos e demandas atuais em torno do reconhecimento atrelado a uma configuração de sujeito desrespeitado, ou seja, que evidencia uma violação no campo da moral. Na verdade, parece tratar-se de um processo em que a subjetivação, o tornar-se sujeito passa justamente pelo reconhecimento da condição de vítima, de alguém que “sofreu” violações físicas e/ou privação de direitos, e/ou ofensas e humilhações. E trata-se, em nosso caso, de pessoas “incriminas”, enquadradas como agressoras, criminosas, infratoras, e de suas explicações sobre por que “saíram da linha”. Mesmo nessas situações, em que tais pessoas são chamadas a essa linha, são chamadas a tornarem-se “sujeitos sociais”, são “interpeladas” e ouvidas, isso parece viabilizar-se apenas através da chave da vitimização. Na ordem das configurações de sujeito possíveis e legítimas no mundo contemporâneo, a centralidade da figura da vítima mostra-se fortemente. Aqui vale lembrar que há uma série de autores que tratam o tema como mencionado no primeiro capítulo: Brucker (1997) e sua análise sobre a “tentação da inocência”; Bauman (2003) na obra sobre a busca da maximização da liberdade e da segurança no mundo contemporâneo sem a implicação da responsabilidade; as reflexões sobre a “judicialização” das relações sociais e a proeminência

das categorias jurídicas “vítima” e “agressor” (RIFIOTIS, 2011; 2012; 2013); e a emergência da figura da vítima no espaço público como modalidade de expressão do sujeito (FASSIN; RECHTMAN, 2007; WIEVIORKA, 2005<sup>81</sup>).

Quando os jovens lançam mão de explicações que de certa forma participam de uma gramática mais geral de vitimização, eles demandam que se reconheçam as violações morais por eles sofridas como algo que dá sentido aos seus “desvios”. Nesse contexto eles conseguem ser “lidos”, reconhecidos como sujeitos, mesmo que seja como sujeitos que se afirmam pela negação, pelo acionamento daquilo que lhes foi negado (falta de afeto, falta de pai, falta de dinheiro, falta de boa moradia). Além disso, em relação à questão da teoria do reconhecimento, chama a atenção algo que apontamos no capítulo 1 e que será desenvolvido no quinto capítulo: há, entre os jovens, uma economia simbólica em que são centrais os valores *respeito* e *consideração*. Se tais valores são tão fortes para eles, é porque também compartilham uma gramática moral em que são definidas situações de desrespeito e de promoção de respeito e de reconhecimento. Eles formam uma “comunidade de valores” (terceira esfera de Honneth) “no crime” que lhes oferece algo daquilo que lhes é negado fora dele.

Essas explicações, ainda, não são acionadas apenas pelos jovens, mas também por educadores, assistentes sociais, psicólogas, cientistas sociais, que atuam junto a esse “público” tanto no sistema socioeducativo quanto em Organizações Não Governamentais. Além de

---

<sup>81</sup> Michel Wieviorka (2005) dedica um capítulo da obra “La violence” à afirmação da figura da vítima no espaço público. De acordo com o autor, o processo, que culminou nos anos 70, começou a tomar forma durante o século XIX a partir da visibilidade das “vítimas da guerra” e das violências sofridas por mulheres e crianças. E é dentro dessa perspectiva sobre a criança ou sobre a mulher como vítima que se passa a falar sobre a violência “moral” que estende, acompanha ou precede a violência física. Ainda nesse século vários países adotam leis para assegurar a proteção das crianças maltratadas. Já no fim do século XIX, dá-se a emergência da vítima como objeto de políticas públicas no contexto do Estado-Providência (*Welfare State* nos anos 30) sob a forma de uma garantia, de uma “cobertura” crescente do risco. Trata-se do reconhecimento por parte do Estado de que os danos devem ser previstos socialmente e reparados eventualmente – introduz-se aí uma lógica de reconhecimento da vítima. Na década de 70 do século posterior, a centralidade da figura da vítima se estabelece. Para Wieviorka, o interesse pelas vítimas se dá em um contexto em que se desenvolve um sentimento de fracasso em relação às soluções para tratar “o delinquente”.



utilizarem o modelo da falta de reconhecimento para falar da entrada dos jovens “no mundo do crime”, esses profissionais falam recorrentemente sobre a necessidade de resgatar ou de fomentar a autoestima desses jovens que “não tiveram afeto”, que foram “excluídos socialmente”, que “passaram por situações de discriminação”. Tiago N. H. C. Rodrigues (2011) analisou em sua tese discursos e práticas de educadores de duas ONGS de Florianópolis cujas ações sociopolíticas e pedagógicas tinham como objetivo "retirar as crianças das ruas", da "criminalidade", da "violência", e "dar oportunidades". Em seu trabalho (RODRIGUES, 2011, p. 174-185), ele analisa com acuidade os discursos dos educadores em relação a cada uma das três esferas de reconhecimento apontadas no modelo de Honneth (2003). O autor aponta a existência de uma homologia entre o discurso desses educadores e a teoria do reconhecimento de Honneth, no sentido da interpretação das experiências de não reconhecimento e de desrespeito como motivadoras da entrada dos adolescentes no “mundo do crime”. Os educadores também enfatizavam que esses jovens precisariam de aceitação, de visibilidade social, e que o papel dessas ONGS seria o de investir em ações e atividades que buscassem torná-los reconhecidos por outros caminhos, como as artes e os esportes (RODRIGUES, 2011, p. 182-183). Algo muito interessante nos argumentos de Rodrigues é que ele discorre que de um lado essas organizações e seus agentes se empenham em recuperar os princípios do reconhecimento de Honneth (resgatar a autoestima, o autorrespeito e a autoconfiança) através do trabalho de cunho educativo e que, além disso, através da educação que propagam e da assistência que prestam às crianças e aos jovens, às suas famílias e comunidades, contribuem para a redistribuição material e de oportunidades de vida. Contudo, o autor afirma que também é possível pensar que se esse tipo de intervenção se relaciona àquilo que no campo pedagógico se costuma chamar de profecia autocumprida:

[...] exatamente por afirmarem que os jovens de classes populares precisam de educação, que precisam ser incluídos, que precisam ser transformados em cidadãos, automaticamente estão sendo considerando desiguais, está-se legitimando sua exclusão, sua falta de igualdade, sua cidadania malograda [...]. Trata-se de uma inclusão excludente: pretende-se inseri-los nos projetos sociais para incluí-los na sociedade (pacífica?), mas no mesmo processo estão sendo excluídos dos caminhos convencionais,

demonstrando-se que sem a ajuda das ONGs, não seriam capazes de serem incluídos ou saírem de sua situação sozinhos (RODRIGUES, 2011, p. 190).

Trata-se de algo semelhante ao que discutimos no tópico sobre as “ortopedias morais”. A inclusão dos “vulneráveis” parte de uma definição desses sujeitos por suas faltas, por suas supostas precariedades materiais e extensivamente morais. Eles precisam passar a habitar a sociedade da ordem e dos “bons costumes”. É como se eles não trouxessem nada de afirmativo, de positivo, e tudo teria de ser construído, oferecido a eles através da educação, do esporte, do desenvolvimento da autoestima, da “formação para valores”, etc.

### **3.2.2 Fassin e a “economia moral compassional”**

No capítulo segundo, já foi feita referência ao trabalho de Didier Fassin (2009; 2010) acerca do que ele definiu como “economia moral compassional”. Naquele momento, falou-se sobre as questões do humanitarismo e sua intervenção sobre a vulnerabilidade, bem como da oscilação entre momentos compassionais e securitários na socioeducação. No presente item, a ideia é recuperar os argumentos do autor que estabelecem a “economia moral” como uma linguagem, como uma representação do mundo compartilhada no âmbito político, no das organizações não governamentais e no das ciências sociais.

De acordo com Fassin (2009; 2010), “economia moral” é um conceito proposto nos anos 70 pelo historiador Edward P. Thompson e retomado por James Scott para interpretar as revoltas populares. O autor retoma e redefine a noção de modo mais abrangente como: “a produção, a partilha, a circulação e a utilização de emoções e de valores, de normas e de obrigações no espaço social” (2009, p. 1257, tradução nossa). Em sua obra sobre a “razão humanitária”, ele trabalha, como mencionado no capítulo anterior, com o que denominou de economia moral compassional, que, na década de 90, predominou no espaço social, especialmente no que toca às tecnologias governamentais (no sentido foucaultiano da governamentalidade).

Os estudos de Fassin focam os valores mobilizados em uma categoria administrativa chamada de “razão humanitária”, que, a partir do incentivo de organizações não governamentais na década de 90, levou o Estado a reconhecer a possibilidade de permanecer no país a estrangeiros que sofrem de alguma doença grave e que não podem ser

cuidados em seus países de origem. O autor observa que tal “economia moral” – caracterizada pela atenção ao sofrimento e à angústia – revela um processo mais geral no qual podem ser encontrados sinais convergentes em outros planos e em outros domínios, como na intervenção sobre os jovens nas periferias no sentido da promoção de espaços de escuta (FASSIN, 2009). Outro exemplo seria o próprio engajamento das ciências sociais em tal economia no sentido da interpretação das situações de miséria e de desigualdade social em termos de “exclusão”, “sofrimento”, “traumas”. Para o autor, desenvolve-se uma espécie de dinâmica especular na qual os poderes públicos e grupos privados produzem uma representação do mundo para a qual as ciências sociais fornecem a autoridade de sua reflexão teórica e a densidade de suas pesquisas empíricas. Dessa forma, tal representação, legitimada pelo campo do saber e da política, impõe-se pouco a pouco como uma evidência. Esse novo vocabulário dos sentimentos morais tende a recobrir o antigo léxico da crítica social através de um processo de sedimentação semântica com consequências nas políticas públicas e nas ações privadas. Essa tradução da realidade social na linguagem da compaixão se desdobra ainda, segundo o autor, em uma forma de conversão epistemológica, bem como emocional, dos pesquisadores a essa abordagem mais sensível à subjetividade dos agentes e à experiência da dor e da aflição (FASSIN, 2010, p. 14-15).<sup>82</sup> Talvez seja possível situar, por exemplo, a teoria do reconhecimento de Honneth (2003; 2009) nesse quadro: mesmo fazendo parte de uma escola da linha crítica, a ênfase é na gramática moral dos conflitos, é na atenção à experiência intersubjetiva de desrespeito <sup>83</sup>.

---

<sup>82</sup> Creio que algo desse movimento do vocabulário da crítica social em direção aos sentimentos morais e a uma atenção à subjetividade dos agentes tem também a ver com o que Foucault (1995) apontou em sua afirmação de que as lutas contra as formas de sujeição – contra a submissão da subjetividade – estão se tornando cada vez mais importantes, a despeito de as lutas contra formas de dominação e exploração não terem desaparecido. Para o autor, a razão pela qual este tipo de luta tende a prevalecer se relaciona a especificidades do Estado como matriz de individualização.

<sup>83</sup> Contudo, vale lembrar que a teoria de Honneth (2003) é inspirada no modelo de Hegel, desenvolvido no começo do século XIX. O debate sobre a importância da intersubjetividade e do reconhecimento nas relações humanas não tem nada de recente. Talvez o que seja mesmo peculiar dos “nossos dias” seja a centralidade do lugar da vítima. Interessante nesse sentido é que, no modelo de Hegel, aparecia a figura do “criminoso”, e já no de Honneth não.

Trata-se, em suma, para Fassin, de uma nova configuração que designa um espaço particular aos sentimentos morais no espaço público, em que o *pathos* se torna uma instância do discurso e da ação política. Essa economia moral se implanta do local ao global, tomando em cada lugar formas históricas singulares, bem como mobiliza emoções e valores, normas e obrigações que podem ser consideradas características de um momento da história ocidental contemporânea o qual pode ser descrito como compassional (FASSIN, 2009, p. 1260).

Podemos extrair dessas considerações que tal economia pressupõe de um lado um *sujeito que sofre*, um *sujeito vulnerável*, um sujeito em desvantagem; e de outro um sujeito compassional que vai atuar sobre o sofrimento e as angústias do primeiro. Creio que esse sujeito que sofre (doentes, pobres, mulheres), esse sujeito “vulnerável” é também uma das faces da configuração mais geral de vitimização. Além disso, é preciso pensar que esse momento compassional, essa economia moral da compaixão, da razão humanitária está presente não apenas na França dos anos 90, mas em outros locais, como aponta Fassin. Pensemos, por exemplo, em nosso Estatuto da Criança e do Adolescente e nos princípios da Doutrina da Proteção Integral. O ECA data dos anos 90 e, além disso, segue a perspectiva da *Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas*, realizada em 1989. Como discorre Claudia Fonseca (2004), o Estatuto não foi simplesmente o resultado do particular clima político do Brasil, mas está inserido em um movimento mundial que levou muitos países a rever e a alterar sua legislação sobre o bem-estar da criança a partir dos anos 80. Na Doutrina de Proteção Integral e no Estatuto, as crianças e os adolescentes são descritos como “pessoas em fase de desenvolvimento” e que, por sua “condição peculiar”, devem ter seus direitos garantidos com “absoluta prioridade”. São entendidos, então, como “sujeitos de direitos”. Mas está pressuposta também uma ideia de vulnerabilidade, de pessoas que precisam ser tuteladas. Além disso, é preciso lembrar que na socioeducação há sempre uma oscilação entre discursos e práticas humanitárias e securitárias. No próprio Estatuto, há uma clara distinção entre as medidas de proteção e as medidas socioeducativas (ainda regidas em alguns momentos pela lógica da punição).

Ainda sobre os anos 90 e o predomínio da “economia moral compassional” no período, chamam a atenção as observações de Fonseca e Cardarelo (1999) sobre a mudança nas categorias sobre os motivos de ingresso de crianças na FEBEM de Porto Alegre, que passaram a sublinhar a “falta moral” dos pais e tutores: em 1985 o motivo mais frequente eram “problemas socioeconômicos”; já em 1994

os motivos da maioria das internações eram descritos em termos “negligência”, “maus tratos”, “abusos”. Os antes denominados casos “assistenciais” ou de “problema socioeconômico” continuaram a ser um problema, mas “pós-Estatuto” o nome das coisas mudou. Tal transformação, de acordo com as autoras, revela uma mudança de enfoque na visão da infância pobre e da sua família no Brasil:

Se em 1985 considerava-se que motivos como “mendicância”, “maus tratos”, “desintegração familiar” e “doenças do menor” eram decorrência direta de “problemas sócio-econômicos”, hoje, mais do que nunca, a família pobre, e não uma questão estrutural, é culpada pela situação em que se encontram seus filhos. É ela que é “negligente”, maltrata as crianças, as faz mendigar, não lhes proporciona boas condições de saúde, enfim, “não se organiza”. Em suma, parece que a família pobre – e não o “Poder Público” ou “a sociedade em geral” – é o alvo mais fácil de represálias. Cria-se então uma situação particular em que a noção de “criança cidadã” leva como complemento quase inevitável a de “pais negligentes” (FONSECA; CARDARELLO, 1999, p. 23-24).<sup>84</sup>

Creio que o que as autoras apontam é pertinente; mas, além disso, o que se tem a partir de Fassin (2009; 2010) nos ajuda a entender que há uma espécie de mudança geral no que refere ao vocabulário da crítica social que passa a interpretar situações de desigualdade em termos de sofrimentos, traumas.

Patrice Schuch (2012) analisa etnograficamente os processos de reforma legal no campo da infância e da juventude no Brasil e a introdução da justiça restaurativa como elementos dos modos de governo desses sujeitos. Para a autora, em tais dispositivos de intervenção há dois processos correlatos: a ênfase na retórica dos direitos como instrumentos para a “modernização” social e a tentativa de criação de “sensibilidades modernas”, de novos tipos de pessoa. Contudo, esses dispositivos intersectam com moralidades diversas e

---

<sup>84</sup> Ver-se-á mais adiante que tal transformação também pode ser compreendida como parte de um processo mais geral em que vigora uma economia moral compassional.

outros tipos de intervenção de uma “cultura tradicional” de gestão de crianças e adolescentes, pautados, por exemplo, em valores que privilegiam o “engajamento humanitário” e o salvacionismo. A partir das contribuições de Fassin (2009; 2010), podemos interpretar os dados trazidos por Patrice como expressivos de um momento marcado pelo “governo humanitário”, que justamente coloca a atenção ao sofrimento e à angústia no centro das políticas, dos dispositivos de governamentalidade.

Indo um pouco além do que propõe Fassin (2009; 2010), é possível pensar que a “moral da compaixão” e a “razão humanitária” não apareceram apenas na década de 90, mas conformam uma economia moral disponível em diferentes épocas da história. Lembremos, por exemplo, da referência de Matza à política de “Child Welfare” que predominava nos E.U.A na década de 60. Como discutido no item 3.1.4, Matza relaciona a abundância das “histórias de injustiça” por parte dos “delinquentes” com a ideologia que vigorava no sistema de justiça juvenil da época. Fonseca (2004) trabalha que a preocupação com a promoção do bem-estar da criança data das primeiras décadas do século XX. Assim, pelo menos, no que toca à construção da ideia das crianças como seres vulneráveis, sujeitos a serem “cuidados”, a “moral da compaixão” parece ser mais antiga. A afirmação da figura da vítima no espaço público começou a emergir durante o século XIX (vítimas de guerra; denúncia de violência contra mulheres e crianças). Indo ainda mais além, mas apenas como uma sugestão para a reflexão, sugiro que esse tipo de economia moral ligada à compaixão apresenta algumas características da “moral escrava”, da “moral do ressentimento” descrita por Nietzsche (1998) em sua *Genealogia da Moral*. Trata-se de uma moral negativa, que se volta para fora, para um “não eu”. Mas é uma moral que brota do ressentimento: “A rebelião escrava na moral começa quando o próprio ressentimento se torna criador e gera valores: o ressentimento dos seres aos quais é negada a verdadeira reação, a dos atos, e que apenas por uma vingança imaginária obtêm reparação” (NIETZSCHE, 1998, p. 28-29). Nela, os bons são os pobres, os miseráveis os doentes. Uma possível diferença seria que, na economia moral compassional contemporânea, os bons são o outro polo, são os não pobres, os não doentes que se compadecem e que ajudam os vulneráveis.

O mais importante a reter nessa discussão é que:

Là où la philosophie et la sociologie morales  
tendent souvent à penser en termes de faits ou de

dilemmes moraux, individualisant les positions et formalisant des oppositions, l'anthropologie des économies morales privilégie plutôt les enjeux et les conflits moraux, leur inscription historique et leur dimension politique: elle s'intéresse moins à la morale en tant que telle qu'à ce que les confrontations qu'elle suscite nous disent des sociétés que nous étudions (FASSIN, 2009, p. 1265).<sup>85</sup>

As economias morais nos falam, assim, sobre as sociedades e sobre os grupos que estudamos. Ajudam-nos também a compreender os valores que movem os sujeitos e que os produzem, na medida em que, em cada época e de acordo com diversos contextos, se formulam os possíveis, as verdades, as evidências em relação ao estar *no* e ao interpretar *o* mundo.

### 3.3 VÍTIMAS OU INFRADORES?

Em suas explicações sobre a “entrada no crime”, os adolescentes demonstraram, então, compartilhar, acionar elementos que remetem à ideia de desrespeito nas três esferas delineadas por Honneth (2003) e, por conseguinte, a um sujeito violado, vítima de alguma ou de várias formas de desrespeito. São explicações que também fazem parte de um vocabulário que interpreta as desigualdades em termos de injustiça, de sofrimento, de um cenário de faltas que não se restringem ao domínio material da vida, mas se estendem ao emocional e ao afetivo. Dessa forma, podem também ser entendidas como parte de uma economia moral compassional, que estabelece um diálogo entre sujeitos que sofreram e/ou sofrem – que apelam e que são interpelados via razão humanitária – e sujeitos que vão escutá-los, reconhecer suas angústias e sofrimentos e atuar no sentido de abrandá-los.

É preciso ressaltar que o fato de ser acionada uma *chave de leitura* do mundo, de configuração de sujeitos, não significa que a experiência de sofrimento e de angústia esteja apenas no nível do

---

<sup>85</sup>“No ponto em que a filosofia e a sociologia morais tendem frequentemente a pensar em termos de fatos ou dilemas morais, individualizando as posições e formalizando as oposições, a antropologia das economias morais privilegia as tramas e os conflitos morais, sua inscrição histórica e sua dimensão política: ela se interessa menos pela moral em si do que por aquilo que as confrontações que ela suscita nos dizem das sociedades que estudamos” (tradução nossa).

“discurso” e que por isso não expresse “a realidade”. As experiências de violações diversas que geraram sofrimento marcam *efetivamente* os corpos, as vidas desses jovens. Os fatos descritos em suas “histórias tristes” provavelmente aconteceram. O que não é dado, contudo, e que por isso não pode ser pressuposto é o sentido que os sujeitos dão a essas experiências. Também aqui são pertinentes as observações feitas no primeiro capítulo acerca das descrições sobre a “sujeição criminal” (MISSE, 2007; 2010), sobre o “ethos guerreiro” (ZALUAR, 1985; 1995). O que parece mais problemático são as interpretações, os sentimentos dados de fora para dentro e que acabam encapsulando os sujeitos em determinados lugares: seja o de criminosos impiedosos ou o de vítimas, de pessoas com “carência” disso ou daquilo e que precisam ser ouvidas e integradas.

A descrição que tenho chamado de “fora para dentro” do “ethos guerreiro” tem colaborado para congelar os sujeitos no polo de agressores, de pessoas belicosas, violentas, sem limites, beirando à monstrosidade. Mas, caso mais atenção fosse dada aos sentidos de “guerreiro” entre as classes populares e entre os jovens “no crime” que dela fazem parte, seria possível encontrar outras ideias como a da resistência, da força em relação às adversidades da vida, bem como o entendimento do conflito e da luta como estruturantes das relações<sup>86</sup>. É preciso também pensar nos limites dos enquadramentos dos sujeitos no polo oposto. Em meu trabalho de dissertação (VIEIRA, 2009), o foco recaiu na situação de sofrimento na “vida do crime”, pois os sujeitos enfatizaram essa dimensão. É possível que, em alguns momentos do trabalho, meus discursos também tenham reproduzido uma adesão a uma economia moral da compaixão, quando discorri, por exemplo, acerca da importância da escuta desses jovens e da função terapêutica da narração (VIEIRA, 2009, p.99; p. 122). Mas, como afirma Fassin (2008), é inevitável a incrustação da atividade antropológica nas morais

---

<sup>86</sup> Sobre essa questão ver, por exemplo, no trabalho de Hirata (2010, p. 332-356), o tópico “Sobre a Guerra e os Guerreiros”, em que ele apresenta alguns elementos das músicas dos Racionais Mc’s como expressão de uma referência nova nas condutas presentes nas periferias paulistanas. Um desses elementos é a percepção da vida como guerra, não apenas em relação às dificuldades que precisam ser enfrentadas, mas como uma maneira de conferir inteligibilidade às relações sociais a partir da ideia do conflito e do enfrentamento. Em relação à figura dos guerreiros, voltaremos às contribuições de Hirata no capítulo que segue, pois o autor também apresenta uma crítica às descrições habituais de “ethos guerreiro”.



do antropólogo. Daí ser indispensável também que faça parte da análise o questionamento de nossas próprias bases morais. Naquela oportunidade creio que essa problematização se deu quando busquei deixar claro que a “função terapêutica” da narração não era um objetivo, mas um efeito das interlocuções e a atenção para a questão de que o sofrimento nem sempre remetia à vitimização.

Por que nossa atenção, nossos ouvidos, nossa interpelação voltam-se a esses jovens apenas nas chaves da vitimização ou da criminalização? Por que nosso reconhecimento se dá e um diálogo se estabelece apenas na medida em que os situamos e em que eles se situam na figura de vítimas? Por que suas experiências apenas alcançam legitimidade e inteligibilidade nesses termos? Por que os tomamos como sujeitos apenas enquanto vítimas/vulneráveis/sofredores/desrespeitados ou enquanto infratores/em conflito com a lei/sujeitos criminais? Como se viu, essas categorias de sujeito fazem parte de configurações e de “economias morais” que predominam no mundo contemporâneo e que, de certa forma, compõem regimes de verdade, de subjetivação, etc. Os interlocutores compartilham e reproduzem esses quadros, mas a complexidade de suas experiências não se reduz a eles. Muitas coisas que não tomamos como legítimas ou como significativas são de extrema importância para eles.

Esses adolescentes vão-se constituindo a partir de lugares opostos e de “entre-lugares”: nas relações com o Estado e seus agentes (policiais, juízes, técnicas do sistema socioeducativo, educadores) são percebidos e tratados ora como sujeitos de direitos e como adolescentes em situação de risco e de vulnerabilidade social, ora como infratores, como criminosos, como bandidos que devem ser punidos (e mesmo torturados, supliciados). O próprio texto legal (ECA) os coloca nesses diferentes polos: são adolescentes, pessoas em “fase peculiar de desenvolvimento”; porém, enquanto “em conflito com a lei”, devem ser responsabilizados de forma “socioeducativa”, mas equiparada aos adultos. Como se disse, na socioeducação há uma oscilação constante entre as lógicas securitárias e as humanitárias.

Nesse processo tais adolescentes vão constituindo corpos e mentes resistentes em que o “veneno” e “o sofrimento” fortalecem, bem como um caminho que seguem a despeito de o ponto de chegada ser “hospital, cadeia, caixão”. Aderem a discursos explicativos para a sua entrada nesse “caminho torto”. Mas falam sobre dimensões que não parecem encaixar-se nessas explicações, como, por exemplo, a diversão, a adrenalina, a aventura que marca suas experiências no crime. Falam também, como veremos no último capítulo, sobre as virtudes necessárias

para percorrer tal caminho e para ser considerado um *sujeito-homem*. Mesmo procurando explicar sua entrada, a grande maioria não se colocou como vítima e evidenciou que ninguém “vai lá e mete uma máquina (arma) na tua cabeça pra você entrar”. Além disso, se ficarmos atentos à maneira como as narrativas se desenrolam, há a descrição de um cenário de perdas, de faltas, de sofrimento, mas quase sempre a “entrada no crime” é uma maneira de sair dessa situação, de transformá-la. Trata-se de um agenciamento, de uma não sujeição a esse quadro. E é significativo que haja uma ideia de movimento; o “se virar” é começar “a fazer as correrias”: seja para ajudar a mãe e para ter as suas coisas; seja para sobreviver sozinho depois de sair de casa; seja para ter experiências divertidas e que dão “adrenalina”; seja para se integrar ao grupo de pares (essas coisas separadas ou várias delas ao mesmo tempo).

Em suma, economias morais humanitárias e securitárias, configurações de sujeito polarizadas entre a figura da vítima e do transgressor fazem parte dos sentidos compartilhados pelos interlocutores, bem como os constituem. Tem-se aí um dos elementos do que denomino de “comensurabilidade entre mundos” (VIEIRA, 2009; 2011), no sentido de que o universo de valores, as economias morais, as configurações de sujeito de uma dada época, de uma dada sociedade são referências também para aqueles dos quais se diz que fazem parte de outro mundo (no caso, do “mundo do crime”). Porém, a maneira como tais configurações são acionadas, as relações entre elas e outros componentes da experiência dos sujeitos produzem sentidos que se repetem e outros que se diferenciam.

Pode-se ser “guerreiro” e ser “sofredor”, pode-se ser “bandido” e ser “decente”. Essas características que parecem incompatíveis por vezes aparecem articuladas de uma maneira que não pode ser expressa em termos de deriva, de oscilação entre polos. Esses polos remetem a posições de sujeito disponíveis, mas há outras posições que escapam desses enquadramentos mais rígidos e coerentes. Nos dois capítulos que seguem, aparecerão nuances bem como outras modalidades de subjetivação e outras figuras e posições de sujeito – elementos que não se enquadram nos polos vítima ou criminoso nem em ideias simples que separam rigidamente o “mundo do crime” como uma subcultura, como um mundo à parte.

## CAPÍTULO 4 NA *VIDA LOKA*: NARRATIVAS SOBRE A “VIDA NO CRIME”

O presente capítulo consiste na continuidade da descrição e análise daquilo que compõe a vida no “mundão”, a “vida loka”, de acordo com a “teoria etnográfica” (GOLDMAN, 2006) proposta na tese. O foco agora são as experiências de estar “no crime” e de “ser do crime” desde os elementos ligados às narrativas sobre “essa vida”, passando pelas configurações de gênero até as dimensões da intensidade que permeiam essas experiências e os processos de subjetivação nelas implicados.

### 4.1 “TRAJETÓRIAS” NA *VIDA LOKA*

Nesse item serão apresentados os momentos que apareceram nas narrativas que eram organizados pelos interlocutores de modo a perfazer algo que se assemelha à ideia de “trajetória” na “vida do crime”. Tais momentos refletem tanto algo que parece ser da estrutura de qualquer narrativa – a introdução (a entrada), o desenrolar com os eventos marcantes e um fechamento (o tema da mudança de vida) – como algo característico da enunciação de “dramas sociais” (ruptura, crise/separação, desfecho).

Preferiu-se a categoria *trajetória* à *carreira* por entender-se que a primeira é mais pertinente à maneira como o “mundo do crime” e as formas de subjetivação nele implicadas são perspectivadas na presente tese – um mundo com “janelas”, composto por sujeitos também perpassados por vários vetores que não os reduzem à *sujeição* ou à *carreira criminal* nas formas em que essas são tradicionalmente descritas.<sup>87</sup>

---

<sup>87</sup>Em sua obra acerca do interacionismo simbólico, David Le Breton (2008) coloca que a pesquisa acerca da morte e das doenças crônicas e a busca pelas relações entre as interpretações dos profissionais e do caminho dos doentes (a “ordem negociada” das relações no hospital) levaram Aselm Strauss à noção de trajetória. Nesse contexto a “trajetória de doença” sugere um esquema de compreensão e de orientação acerca de uma doença e de um paciente. O interessante nas análises de Strauss e na noção de trajetória é que há espaço para que se pensem as variações de trajetória dentro de um campo de possibilidades que não para de se transformar. Há uma série de arranjos provisórios que se criam a partir da progressão ou do controle da doença, da chegada de novas tecnologias, de diretivas administrativas, de exigências da família ou do doente, etc. (LE BRETON, 2008, p. 90-92).

### 4.1.1 Entrada

[...] Nesse trabalho de cachorro quente, eu comecei a conhecer umas pessoas aqui, tal, ali. .... eu conheci um cara, e ele fez uma proposta, “ah, não sei o que lá”, uma proposta de chegar e matar alguém. Daí eu peguei e fui, pra mostrar que eu tinha coragem, tal... E foi um dos primeiros crimes, assim, de grande porte que eu fiz, tentar matar alguém [...] E, a partir disso aí, eu conheci outro cara e comecei. Essa questão de matar a pessoa era pra ganhar ponto com os caras, entendeu? Pra mim ter um grupo [...] E daí quando eu... com o envolvimento pra ganhar moral com o pessoal... eu fui lá e cometi esse crime e disso aí eu comecei a fazer assalto. Daí começou a vir mais dinheiro, eu comecei a andar melhor e melhor, e... Tu andando nesse meio, tu quer impor respeito, tu quer ser respeitado. Então, quando veio a proposta de eu matar outra pessoa, tentar matar pelo menos, tu quer “ah... não sei o quê”... por ser menor, tu é um cabeça fraca, pô. Daí eu fui lá, e fizeram outra proposta. Eu fui lá eee... matei um cara, matei uma pessoa. Matei uma pessoa pra ganhar respeito, tal. E também foi respeito e ajuda aos meus amigos, sabe? Tipo. Daí, nisso eu comecei a me envolver com o tráfico de drogas. Soldado, né? Era pra proteger a comunidade ali. Aí nisso eu cometi um assalto de grande porte e fui preso por esse assalto e eu fui liberado no mesmo dia. E daí fui pra rua, daí voltei pro morro, fiquei lá trabalhando de soldado, tal, até que um dia a polícia me pegou com outra arma. Daí eu voltei, fiquei 5 dias, fui liberado novamente. E, quando eu voltei, acho que eu fiquei uma semana, duas semanas na rua – tava indo pro colégio me matricular, né, por causa que eles tinham mandado, senão eu ia ser preso – e daí veio um mandado de busca e apreensão da primeira vez que eu tinha sido preso, por causa daquele assalto. Daí eu fui pra um Centro de Internação Provisória, um CIP, e fiquei lá dois meses e daí vim pro (*centro de internação*). Daí no (*internação*) eu descobri que eu tinha sido

condenado a 6 meses... 6 meses a três anos. Quando eu descobri, eu fiquei no máximo duas semanas. Eu fugi, voltei pra rua e continuei como soldado, né? (GUILHERME).

A narrativa do então educador Guilherme (22 anos) traz elementos que nos remetem a “ritual de iniciação”, de “entrada na vida do crime”: realizar determinado ato – matar uma pessoa – para ganhar confiança, “respeito” no grupo. Esse tipo de narrativa de uma entrada bem “marcada” – que é muito comum nos discursos midiáticos e cotidianos e com características semelhantes às descritas nos estudos sobre gangues – não foi a forma mais recorrente em minhas pesquisas. Das cerca de 30 histórias de vida que ouvi entre a dissertação e a tese, esse tipo de “entrada” a partir da prática de homicídio foi relatada apenas por Guilherme e por um menino de 15 anos – nome fictício Bob –, este último durante a pesquisa de dissertação. Ambos falam da questão de serem bem novos e “cabeças fracas” à época, dando uma ideia de que foram manipulados, levados a cometerem esses primeiros homicídios como “laranjas”. Na trajetória de Bob,<sup>88</sup> chama a atenção o fato de que ele era usuário de drogas (especialmente “cola”), e o “envolvimento com o crime” se deu num contexto de troca de favores com um traficante. Quanto à narrativa de Guilherme, algo que se destaca é que ele não vinha do lugar, da comunidade em que começou “nessa vida”: ele precisava provar algo aos outros para ser incluído naquele grupo.

As narrativas possuem marcações. Entretanto, o momento da “entrada”, como se viu nos trechos apresentados no capítulo 3, parece ser, na maioria dos casos, mais fluido do que nos casos acima citados. Era mais comum ouvir: “conheci tais pessoas e comecei a fazer corre”<sup>89</sup>. Além disso, esse momento inicial era caracterizado pela execução de atividades, delitos de menor gravidade, que, no decorrer do tempo, iam somando-se aos de maior porte. Segue uma parte da interlocução com Jéferson:

---

<sup>88</sup> Para mais detalhes, ver Vieira (2009, p. 56).

<sup>89</sup> Nessas falas, “fazer corre” se refere às atividades com o tráfico de drogas. Mas “fazer meus correes” pode ser mais abrangente, ter um sentido mais próximo ao de “se virar pra conseguir dinheiro” – e aí a expressão passa a incluir também pequenos trabalhos não ilegais. Na pesquisa para a tese, contudo, os jovens usaram a expressão na maioria das vezes da forma mais restritiva, apontada no início da nota.

Tinha os meus amigos e daí eu ficava no meio... Eles ganhavam dinheiro e saíam pra curtir, assim. Eu era pequeno... tinha serviço pra mim, aí eu comecei a vender droga. Convidaram também, peguei e fui. Dali eu às vezes virava as madrugadas.

*Você fazia mais o quê? Olhava, fazia a segurança ou...?*

Só vendia. No começo eu vendia pros outros; depois de um tempo, eu comecei a vender pra mim mesmo. Com o dinheiro, eu comprava roupa, fazia lanche.

#### 4.1.2 Rupturas: Família, Escola

Após o primeiro momento das histórias sobre a “vida no crime” – descrito no capítulo anterior –, no qual os interlocutores forneciam explicações, justificações e motivações para a entrada, um elemento recorrente e que funcionava como um ponto de passagem da vida fora do crime para a vida no crime foi a descrição de rupturas – parciais ou totais; definitivas ou temporárias – com duas instituições-chave em nossas sociedades: a família e a escola.

Como já assinalado, em sua pesquisa Gabriel de Santis Feltran (2008) identificou também um primeiro momento das narrativas e o apresentou em termos de “depoimento padrão de um menino da favela” para pessoas que o jovem identifica com os educadores, com os técnicos que conhece nas instituições. A história monta um quadro inicial de *justificação* para a entrada com ênfase nos problemas na família. O autor discorre:

A cena, até aqui clássica, tem como fundamento a oposição bipolar entre a casa e a criminalidade, dois mundos divididos de modo estanque. Em suma, “quando a família se desagrega, o crime abraça”, fórmula muito repetida e conhecida, quase um jargão nas entidades de ação social das periferias de São Paulo. Frases que, como todo jargão, merecem ser lidas em sua sabedoria e em seus limites (FELTRAN, 2008, p. 82).

Feltran assinala que depois, no decorrer das narrativas, a oposição entre casa e criminalidade vai-se mostrando mais nuançada quando, por exemplo, as relações entre parentes e amigos alimentam as redes de

sustento e circulação de objetos roubados ou quando o jovem narra o “envolvimento” de um irmão mais velho.

No caso da presente tese, a respeito dos conflitos no âmbito da família há uma variedade de situações descritas pelos interlocutores: em alguns casos, como vimos, os problemas na família eram acionados como motivadores para a entrada, e em outros não. Robson foi um dos que saíram de casa cedo, com cerca de doze anos. Contou que começou a “fazer corre” depois das mortes do pai e do irmão e da adição da mãe:

Daí fiquei fazendo, fazendo um monte de corre. Daí não fui mais morar com a minha mãe, fui morar sozinho. Daí fui preso, daí saía de novo, daí ia preso, daí foi onde eu comecei a roubar, roubar um monte. Daí tava roubando, roubando, não tava nem mais fazendo corre, só roubando. Daí depois eu fui preso. Daí saí de novo, daí fui preso de novo e saí, fui preso um monte de vezes e saí. Umás 10 vezes eu fui preso e saí (*ficou na DP*). Daí a última vez eu fui preso e fiquei agora. Daí fiquei 40 dias e fugi. Daí fugi, daí depois eu peguei e liguei pro advogado, pra juíza, aí falei com ela, aí ela falou... eu não, a minha irmã: “se ele se entregar hoje ou amanhã 13h, tem como ele ganhar a semiliberdade dele, que nós não fizemos o B.O, ainda”. Daí a minha irmã chegou e falou: “agora tá tudo na tua mão, né?”. Daí eu cheguei e falei: “então vamo lá, então”. Daí fomo no Fórum, eu me entreguei.

*Daí você preferiu se entregar pra...*

Daí ela foi lá e falou pra mim vir aqui pra semi. [...] Daí agora tô pretendendo parar, né? Porque não quero parar onde o meu irmão parou, né?

Muitos dos interlocutores saíram de casa nesse período e passaram a morar com namoradas/os, companheiras/os, parentes, amigas/os. Outros, como Jonas, permaneceram em casa, mas contaram que passavam a maior parte do tempo fora:

*E você chegou a sair de casa?*

Não. Não. Daí eu arrumava namorada e dormia na casa delas, nem dormia em casa. Nem parava em casa. Nem dava muito valor pra minha família.

No que concerne ao rompimento com a instituição escolar, a saída da escola acontece nas trajetórias descritas um pouco antes da entrada ou um pouco depois. A grande maioria deixava a escola com cerca de 13 anos de idade. Alguns disseram ter saído e, depois de um tempo, ter voltado a estudar; outros voltaram aos estudos apenas quando internados. Vejamos o que contou Henrique:

*E você parou de estudar nessa época?*

Parei. Acho que eu parei com uns 14, parece.

*Mas você parou por quê?*

Porque eu não gostava mais de estudar... não é porque não gostava: porque não tinha mais tempo pra isso. Já nem ligava mais pra isso. Se tava naquela vida ali, pra que que ia adiantar os estudos?

*A cabeça já tava...*

A cabeça já tava em outro lugar, né? Aquilo ali nem passava pela minha cabeça... estudo.

Como refletiu Henrique, a evasão não era apenas fruto de desinteresse pelos estudos, mas não havia mais tempo e sentido para eles no cotidiano de trabalho no crime.

#### 4.1.3 “Cair”: Rua, “Prisão”, Rua

Quando nas histórias os jovens passavam a descrever a “vida no crime”, um ponto de marcação recorrente era o “cair”, o “ser preso”, “ser internado”. Esse ponto apareceu em quase todas as narrativas e está presente, por exemplo, nos trechos já mencionados das falas de Robson e de Guilherme (frases em negrito). As apreensões nas quais os jovens são levados a delegacias e as internações fazem parte de um itinerário que se vai repetindo. Tudo começa com o “envolvimento” no crime, seguem as apreensões e/ou internações, as fugas ou saídas das instituições, até o momento da chegada à instituição em que se encontravam:

[...] Daí aos doze anos eu comecei a fazer corre pra um amigo meu, lá da minhas área. [...]Daí agora comecei a me envolver bem mais, fazer assalto, essas coisas. Fui preso, fui pro (*instituição de internamento*). Daí fugi, daí fui pra (*outra instituição em outra cidade*), fugi. E... Daí fui pra



minhas área, aí um fiz um assalto num mercado, fui preso. Daí voltei, daí fui preso. Daí fui pra audiência, daí eu vim preso pra semiliberdade (LUIZ PAULO).

Note-se que, de acordo com o ECA, os menores de 18 anos não podem ser “presos”, mas “apreendidos”, pois estão em uma condição de inimputabilidade penal, respondem por “infrações” que estão relacionadas a determinados crimes previstos no código penal. Para nós é muito importante atentar para a maneira como os sujeitos da pesquisa acionam as categorias. Eles conhecem o Estatuto e aquilo que está previsto no caso de medidas socioeducativas. Mas vivenciam o que se dá nas práticas policiais, institucionais, judiciárias. E, nas práticas efetivas, o que acontece é que ser apreendido e mandado para um “Centro de Internação” é como ser preso, quando não pior.

O “cair”, as “prisões”, a privação de liberdade inserem uma espécie de corte no cotidiano da vida no “mundão”. Passa-se a viver sob uma condição bem específica, na qual prevalece o aspecto das possíveis perdas que se têm “nessa vida”, da parte dos “baixos” dos “altos e baixos”, da exacerbação da experiência de que “é só veneno”, como descrito no segundo capítulo. Mesmo representando certa ruptura com o cotidiano e estabelecendo uma condição diferenciada da experiência, essas “quedas”, que colocam os adolescentes mais fortemente dentro do Estado (penal), compõem a experiência mais geral da “vida no crime”. Eles saem das ruas, mas não “saem do crime” ao entrar em uma instituição... Como já discutido, a institucionalização é ela mesma instituinte da condição de “criminoso”, faz parte dos processos de “etiquetagem”, bem como dos de subjetivação dos “envolvidos”.

#### **4.1.4 As Atividades: Assalto ou Tráfico**

Algo que chamou a atenção nas histórias foi uma diferenciação interna no que toca ao “ramo de atividade” de preferência e ou de especialidade. Alguns meninos afirmaram somente assaltar e não traficar, outros disseram que apenas traficavam, alguns exerciam as duas atividades. Alguns pesquisadores (DASSI, 2007; LYRA, 2013) relatam que muitas vezes os seus interlocutores se identificavam a partir do número do artigo do código penal relativo às infrações que cometiam com mais frequência, como, por exemplo, “sou 12” para tráfico e o “57” para roubo. É notável que, mesmo que tenham cometido um ou mais

homicídios, não é comum identificar-se por essa infração, mas pelas duas acima citadas.

Em minha pesquisa, foi possível perceber que essas diferentes atividades marcam itinerários diversos nas trajetórias, bem como se relacionam a maneiras de subjetivação com algumas características distintas. Como se verá nas falas que seguem, o assalto está mais para a aventura, para a adrenalina, para a fruição, enquanto o tráfico está muito mais próximo dos elementos de um trabalho formal cujo objetivo principal é garantir a existência material (e simbólica, nesses casos). No que toca ao domínio da moralidade, alguns discursos dos jovens davam a entender que o tráfico é uma atividade menos próxima a um mundo do crime mais radical, já que “não se tira nada de ninguém” bem como há menor probabilidade de matar alguém “inocente”.

### *Um bom ladrão profissional*

Erick, o adolescente que contou ter feito quatro assaltos no mesmo dia “mais por adrenalina mesmo, possui uma trajetória interessante para pensarmos uma carreira mais ligada à atividade do roubo.<sup>90</sup> Com oito, nove anos de idade, Erick já conduzia carros e começou a atuar como “piloto” – aquele que dirige o carro – nos assaltos a relojoarias, a restaurantes. Sua trajetória no crime teve início, de acordo com ele, com roubos na escola vizinha à sua: celulares, mp4s, bonés, “só coisinha pequena”. Aí passou para lotéricas, etc. “Foi como uma sequência: roubava bicicleta, daí comecei a roubar moto, carro”. Depois que foi conhecendo os “caras mais velhos que roubavam”, foi indo pra “coisas maiores”, como mansões. “Eu pegava no 157”, mas nunca reagiram. Completou ainda: “já dei tiro, mas nunca matei ninguém”. Enfatizou que, antes de ir assaltar, avisava aos companheiros que só ia se não agredissem ninguém. É provável que, com esse discurso, sua intenção fosse a de aparecer para ele mesmo e para mim

---

<sup>90</sup> É importante notar que “assalto” é uma categoria corrente, mas não existe como tipificação penal. O que existe nesse sentido são o furto e o roubo. De acordo com o Código Penal brasileiro, na seção sobre os crimes contra o patrimônio, o artigo 155 estabelece como furto: “subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel”; e o artigo 157 se refere ao crime de roubo como: “subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência contra a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência”. Veremos que os meninos se referem à tipificação roubo como assalto, e o furto é muitas vezes chamado por eles de roubo.

como um “bom ladrão”, como um “sujeito-homem”<sup>91</sup>, alguém com uma postura ética que o levava a evitar o uso de “violência” em suas atividades. Nesse mesmo sentido ainda, o jovem contou que, embora gostasse muito de assaltar e sentisse muito prazer e adrenalina nesses eventos, nunca sentiu uma sensação de poder por conta de uma “arma na mão”. Narrou que havia realizado vários assaltos sem arma ou com arma sem munição. Em uma dessas ocasiões, ele e alguns companheiros assaltaram pessoas que estavam em uma quadra esportiva alugada jogando futebol:

*Esse dia vocês tavam sem bala?*

Sem bala, sem nada, assim, só com arma mesmo, mas tava sem bala.

*Aí tem que ir no carão pra...*

Só meter um psicológico mesmo.

O fato de assaltar apenas “metendo um psicológico” denota a construção de uma postura, de uma *performance* corporal acionada em determinados contextos nos quais há expectativas, reações mais ou menos esperadas entre os atores em questão: quem assalta sabe que pode e deve provocar medo; quem é assaltado teme por sua integridade física e acredita que é provável que o assaltante faça uso de sua arma se contrariado.

A partir da história de Erick, temos alguns elementos para pensarmos sobre a construção de um “ladrão profissional” – trajetória, carreira, postura/performance – e de um “bom ladrão”, que, em sua avaliação, é alguém que é respeitado pelos pares como bom profissional e que procura manter uma conduta dentro de certos limites morais/éticos.

#### *Assalto: adrenalina e autonomia*

Além do gosto pela adrenalina, alguns meninos que disseram preferir assaltar/roubar a traficar remeteram, em seu discurso, à valorização de uma atividade mais autônoma, com mais liberdade, como contou Robson:

*Mas você preferia roubar do que traficar ou era igual?*

---

<sup>91</sup> Essa “categoria nativa” será discutida no próximo capítulo.

Não, porque traficar o cara ficava lá, o cara tinha que ficar obedecendo à ordem do patrão pra ficar lá vendendo, não sei o que lá. Roubar, não. Roubar, o cara olhava: “ah, tô sem dinheiro, vou lá roubar”. Nós fazia assim.

*O cara faz mais a dele, não tem que ficar...*

Não precisa ficar obedecendo à ordem dos outros.

*Que no tráfico tem bastante regra, né? Se pisar...*

Se não ficar no corre... Até num assalto, se pisar também...

Note-se aqui que Robson deixa bem claro que há mais autonomia, o que não desobriga ninguém “do crime” de agir como “sujeito-homem”, tema que será aprofundado no capítulo 5. Essa maior autonomia para gerir a rotina, para organizar as próprias atividades, trabalhar sozinho ou com menos gente parece acarretar também uma condição de menor probabilidade de envolver-se em conflitos e “guerras”, como acontece frequentemente com quem disputa territórios, com quem contrai ou “cobra” dívidas no tráfico, por exemplo. Tal situação em que há menos amarras pode também facilitar a saída do crime, como explicou Jonas:

*E pra mudar você acha que consegue sair agora numa boa?*

Consigo, de boa.

*Não tem nenhum, ninguém que queira...*

Não, não, de boa mesmo.

*Às vezes pro pessoal do tráfico é mais difícil, né?*

*Porque tem guerra...*

Não, mas só que não. Eu sou de boa, sou de fazer as minhas coisas pelo certo. Fazia as minhas loucuras, mas fazia... Fazia eu mesmo, né? Eu pegava e ia sozinho, não ia com ninguém, não falava com ninguém, pegava e ia fazer sozinho, aí ninguém sabia de nada.

Ainda no que se refere à distinção entre assalto e tráfico, também foi acionada a questão da obtenção de mais dinheiro nos assaltos: mesmo que eles impliquem mais riscos, quando bem sucedidos a recompensa é bem maior. Mesmo alguns dos meninos que disseram preferir traficar pontuaram que, às vezes, decidiam assaltar “por causa do dinheiro”:

*E você preferia assaltar do que traficar ou...?*

Sei lá. Mais assalto, né? Ganhava mais dinheiro.

*Tem gente que não gosta muito, dá mais medo...*

Porque no tráfico não ganha muito, não.

*Só se for patrão, né?*

É. Ali no tráfico tu não tira muito, não. Mas no

assalto tira cinco mil, mais ou menos. Pra mais.

*E no tráfico, daí tem que trabalhar todo dia, né?*

*O assalto é uma vez...*

É, esse negócio aí é um vício, pra falar a verdade.

Poder tá com dinheiro no bolso...

*Vai querendo mais...*

Querendo mais. É sempre assim, né?

(HENRIQUE).

### *Só queria aprender a andar de moto*

Outra nuance que apareceu em relação às atividades foi a distinção entre furtar – levar algum objeto – e assaltar. Vejamos o que contou Jéferson, que não usava drogas, alternava o tráfico com o trabalho formal e disse ter entrado no crime por curtição e pelo dinheiro fácil:

Aí, de vez em quando eu roubava moto, pra aprender a andar.

*Você roubava pra você ou pra passar pra frente?*

Eu roubava pra mim, às vezes eu roubava pra sair pras festas, assim, não tem? Pra aprender a andar mais ainda...

*Aí dava mais emoção, assalto?*

Eu só roubava. Assalto eu não fazia, não. Só roubava assim na rua. Eu nunca pensei assim de assaltar, só traficar mesmo.

Nesse trecho fica explícita a confusão que eu fiz por não ter entendido, por não ter escutado com atenção o que falou. Era novo para mim o fato de se roubar uma moto apenas “para aprender a andar”. Ele não queria obter lucro com o objeto, apenas desejava aprender algo novo e se divertir. Ele enfatizou que não fazia assalto (evento em que há interação com o dono do objeto), que nunca desejou assaltar.

Daqueles que disseram preferir traficar, alguns contaram que faziam furtos ou assaltos eventualmente, e outros afirmaram que só traficavam. Alguns deles também, como Felipe, opinaram que “assaltar

é arriscado tu perder a vida”. Notei que os meninos que aparentavam ser mais calmos, mais sérios, que tinham uma maior preocupação em perder a vida e/ou que falavam, por exemplo, que gostariam que seus filhos tivessem pai preferiam as atividades ligadas ao tráfico de drogas.

#### 4.1.5 A Saída: “Mudar de Vida”

De acordo com os próprios interlocutores, as histórias “na vida do crime” podem ter como desfecho “o hospital, a cadeia, o caixão” ou então a “mudança de vida”. Essa última ideia estava presente nas narrativas ora como um discurso “politicamente correto” voltado para alguém de fora, ora como desabafo. Apareceu como um elemento que fechava a narrativa, talvez como a melhor maneira de dizer que um ciclo ou um “drama social” teria ali seu desfecho; e, em outras circunstâncias, a ideia era colocada já no início da interlocução, junto com a assertiva de que “essa vida aí não leva a nada”.

A mudança de vida remete também a um trânsito entre mundos, entre caminhos. Esse trânsito marca não apenas a entrada e a saída do crime, mas também a experiência “no crime”. Nessa mesma linha, é possível perceber, por exemplo, que, na história de Jéferson, a ideia de mudança de vida bem como a intermitência entre trabalho formal e trabalho no tráfico não refletem apenas uma perspectiva situada no presente – em que ele está privado de liberdade –, mas eram elementos que fizeram parte de sua trajetória no dia-a-dia da vida no crime.

*Você tinha quantos anos quando começou?*

Treze anos.

*E como é que foi? Você mesmo decidiu ou tinha uns amigos que já...?*

Tinha os meus amigos e daí eu ficava no meio. Eles ganhavam dinheiro e saíam pra curtir, assim. Eu era pequeno... Tinha serviço pra mim, aí, e eu comecei a vender droga. Convidaram também, peguei e fui. Dali eu... Às vezes virava as madrugadas.

*Você fazia mais o quê? Olhava, fazia a segurança ou...?*

Só vendia. No começo eu vendia pros outros; depois de um tempo, eu comecei a vender pra mim mesmo. Com o dinheiro, eu comprava roupa, fazia lanche.[...]É, eu ficava fazendo os corre, dava bastante dinheiro, né? Depois de um tempo,

eu comecei a dever pros traficante, daí eu botei na cabeça que não era pra mim aquilo ali. Tava dando desgosto pra minha mãe também. Daí eu comecei a trabalhar, de volta. Daí eu comecei a ver, né, que o dinheiro do crime eu não dava valor, mas o do trabalho a gente pensa antes de gastar, entende? Pensa antes de gastar. Era pouco, mas pensava antes de gastar, né?

*E com que você trabalhava?*

Trabalhava de entregar água.

*E antes, quando você era pequeno...?*

Eu entregava panfleto.

*Entregar água já dava um pouco melhor, né?*

É, dava 100 real por semana, mas eu pensava antes de gastar, não tem? Não gastava com lanche, chiclete, bobiça, não tem? E às vezes eu dava um dinheiro pra minha mãe. [...] Daí comecei a parar de estudar, comecei a vender eu e meu irmão, e daí fui me envolvendo. Daí, quando eu voltei a estudar, eu fui. Daí eu comprava lanche na hora do recreio. Daí eu vi que eu tinha amigo quando eu tinha... não tem? [...]

*E muitas vezes você caiu?*

Caí duas vezes só. Não caí por muito tempo. A primeira vez eu caí com 14 anos... não, 15 anos, daí eu fui liberado.

*Ficou pouquinho tempo...*

Acho que eu fiquei um dia na delegacia, daí eu fui liberado. Daí depois eu peguei... uns dias, eu peguei mais droga ainda. Daí depois eu caí de volta, menos de um mês eu caí de volta. Aí eu fui pro CIP.

*Daí você ficou mais tempo?*

Fiquei sete meses. [...] Aí eu botei na cabeça que eu ia mudar. Eu já botava na cabeça que ia mudar... Mas cabeça fraca, né? Daí a polícia entrava, batia em nós: “ah, não vou mudar, pá”. Não tem como mudar, porque vai crescendo uma revolta. Eu botei na cabeça que vou mudar e vou mudar, né?

Na pesquisa para a dissertação, a fala sobre a “mudança de vida” foi recorrente e se mostrou um dos principais “pontos de vista narrativos” – objetivos que organizam a construção da narração

(VIEIRA, 2009, p. 55). Além disso, a questão da mudança pessoal não parece ser exclusiva das narrativas sobre experiências na vida “do crime”. Sônia W. Maluf (1999), em um campo bem diverso, sinalizou que as autobiografias sobre trajetórias terapêutico-espirituais articulavam-se em torno de uma mudança pessoal. Em sua pesquisa acerca de uma nova cultura terapêutica e espiritual, mostrou-se fortemente a relação entre a ideia de transformação radical e a autobiografia: “essa necessidade de contar é fundamentalmente um ato interpretativo, onde o indivíduo reflete sobre sua própria história e lhe dá um sentido” (MALUF, 1999, p. 76). Acredito que tais reflexões ajudam a compreender por que a ênfase na mudança de vida é marcante nas falas de jovens em processo de afirmação de um sujeito atual, diverso do anterior. Trata-se de um sujeito narrador que se distancia do sujeito protagonista das narrativas e que realiza avaliações, juízos de valor, a partir do presente. Tal relação entre narrativa e tempo ajuda também a pensar sobre a organização dos relatos via ideia de mudanças, transformações, antes e depois. Como já apontado, as narrações são sempre situadas: pensamos o passado, o presente e o futuro a partir do presente. Além disso, a ideia de mudança parece também algo que compõe as narrativas acerca de situações de “dramas sociais” que envolvem passagens, transições – entre “mundos”, em nosso caso.

Na ocasião da pesquisa para a dissertação (VIEIRA, 2009), o discurso em torno do “mudar de vida” prevalecia entre os jovens mais velhos, de 17, 18 anos. A coisa mais óbvia seria interpretar que, como estavam chegando à idade de maioridade penal, seus projetos tenderiam a mudar, por receio das consequências mais rigorosas às quais passariam a estar submetidos. Essa questão não foi descartada, mas outros elementos apareceram na pesquisa. Um deles é que, para os “maiores de idade”, é mais fácil conseguir emprego formal; e outro aspecto é a própria exaustão em relação à vida que levavam, desde 12, 13 anos, trabalhando nas madrugadas, vendo amigos morrerem, levando surras da polícia, sendo detidos, com a vida em risco constante. Eles, assim como os interlocutores que participaram do presente trabalho, assinalaram, ainda, que a vontade de mudar de vida após a privação de liberdade não é compartilhada por todos. Alguns não pensam em mudar: a internação os torna ainda mais “revoltados”, acumulam “mais veneno” e só pensam em fugir para continuar no “mundão do crime”. Há também os que têm o desejo de sair, mas com 16, 17, anos já têm filhos, uma família para sustentar e não encontram outros caminhos além daquele que já conhecem.



Alguns jovens, como Wesley na dissertação e Erick na tese, apontaram uma relação estreita entre mudança de vida e preservação e extensão da vida. No caso desses jovens, “mudar de vida” não tem apenas um sentido de transformações subjetivas, de novas visões sobre o mundo e novas formas de agir, mas também significa a possibilidade de manter a vida física sob menor risco.

*Não quis fugir por quê?*

Porque eu queria pagar de boa. Porque eu vi que isso daí não é mais pra mim, essa vida do crime.

*Mas aconteceu alguma coisa pra você mudar assim?*

Não, porque eu quero mudar mesmo, não quero mais isso. Antes eu roubava, ia preso, não dava nada, não dava nada. Daí eu fiquei preso, daí resolvi mudar mesmo [...]. Já quase morri um monte de vez, já [...].

O cara tem que saber entrar e tem que saber sair também, é de boa, tá ligado? Só quando alguém quer roubar o ponto de outro tem guerra. Mas, quando o cara quer sair, não tem nada disso (ERICK).

Nessa fala de Erick, estão presentes as ideias de exaustão, de desejo de preservação da vida, bem como a desmistificação em relação à questão da saída. É muito comum ouvir discursos no sentido de que os adolescentes são “aliciados”, “iludidos” “pelo tráfico” ou por “maiores” para “entrar” e que seriam também “impedidos” de sair. Em minhas pesquisas junto aos adolescentes em SC, nunca ouvi nada que pudesse fundamentar tais discursos. Como comentou Erick, a decisão de sair parece ser pessoal e respeitada. Há impedimentos e dificuldades muitas, como se descreverá adiante, contudo não da ordem de uma obrigatoriedade a permanecer no crime após a entrada. No trecho que segue, Jonas explica que, para quem não tem “guerras”, a saída é possível e sem problemas:

*E pra mudar, você acha que consegue sair agora numa boa?*

Consigo, de boa.

*Não tem nenhum, ninguém que queira...?*

Não, não, de boa mesmo

*Às vezes pro pessoal do tráfico é mais difícil porque tem guerra...*

Não, mas só que não. Eu sou de boa, sou de fazer as minhas coisas pelo certo. Fazia as minhas loucuras, mas fazia... Fazia eu mesmo, né? Eu pegava e ia sozinho, não ia com ninguém, não falava com ninguém, pegava e ia fazer sozinho, aí ninguém sabia de nada.

*Daí não criava intriga, né, assim...?*

É, aham, “olho gordo”, né?

*(...) É mais difícil, né? Tipo num assalto...*

É. Não, mas só que daí eu planejava tudo e chamava um amigo meu, aí ia nós dois. Daí eu fazia, tudo e ele só... só ia pegando o dinheiro.

### *Dificuldades para sair dessa vida*

Mesmo não havendo impedimentos, há uma série de elementos que tornam o projeto de saída do “crime”, de “mudança de vida”, algo difícil de concretizar. Muitos adolescentes não têm nem mesmo tempo para buscar a mudança; morrem logo depois de sair das internações – em geral, por conta de acertos relativos a problemas, “guerras” anteriores –, como foi o caso de Joe, citado no início desse trabalho, que eu esperava encontrar na Semiliberdade. A maioria dos adolescentes que saem das instituições tem dificuldade para encontrar trabalho, tem pouca escolaridade e suas passagens pela polícia e pelas instituições ficam registradas. Existem também as marcas corporais difíceis de esconder – cicatrizes de tiros, tatuagens. Outro empecilho para a “mudança” de vida é que a volta para a “rua” implica voltar a encontrar os antigos pares e a vida (*loka*) como era antes com todas as suas agruras, mas com todas as suas benesses:

*Mas, quando você levou os tiros, aí depois você pensou em parar ou não?*

Não pensei em parar, só depois que eu fui preso de novo. Mas é sempre assim: toda vez que vai preso, pensa em parar.

*Mas depois é difícil, né, no dia a dia, assim, quando tá na rua...*

Éé...na rua é outras coisa, né?

*Mas o que que você acha mais difícil pra pode parar, assim, quando tá na rua, assim, o que que leva mais a continuar, assim?*

A gente quer se espelhar que nem os outros, né?  
 Aí, tipo, a pessoa tem aquele negócio, aí todo  
 mundo vai querer ter, né? É assim que... as coisa..  
*Pra ter as coisas...*

É (HENRIQUE).

A “mudança de vida” exige, muitas vezes, mudança no sentido literal: de comunidade de moradia, por vezes de cidade ou mesmo de estado, o que nem sempre é possível ou desejável. Fernanda não queria voltar para a casa em que morava com a família antes da internação. Contou que a mãe tinha até mesmo construído uma casa nova com o “quartinho da Hello Kitty” que ela queria desde criança, mas ela disse para a mãe entender que ela não queria voltar, pois todos que a conheciam e que sabiam o que ela tinha feito estariam lá. Outros, como Felipe, teriam de se mudar por conta das “guerras”, mas não queriam deixar seu lugar.

“Mudar de vida”, “sair do crime” pode implicar também a ideia de transformação identitária – como se percebem, como se identificam, como se colocam no mundo. Esse tipo de discurso é o proeminente, como se viu, nas ortopedias morais e na ideia de ressocialização. Muitos adolescentes compartilham esse tipo de ideia, de que “sair do crime” é uma questão de opção e uma questão de mudança pessoal. Isso apareceu com mais força nos casos em que os sujeitos cometeram crimes mais graves, como homicídios, e em que passaram por processos que envolvem transformações profundas no campo das emoções e da autopercepção.

No geral, encontrei poucos adolescentes que não colocavam a mudança como um projeto desejável e possível. Era, inclusive, muito importante para eles afirmar que podiam mudar e sentir que os outros acreditavam nisso. Em um episódio ocorrido na Casa em um de nossos cafés da tarde, uma educadora chegou contando que a juíza ligara e perguntara sobre o Robson. Os outros meninos ali presentes questionaram, então, por que é que ela se preocupava mais com ele. Não recordo se eu ou a educadora respondeu que talvez fosse por ele ser mais novo (14 anos), e a juíza achar que ele teria mais chances de mudar. Um dos meninos disse prontamente: “Mas a gente também pode”. Eu concordei com ele e acenei que, em geral, os mais velhos decidem mudar por conta própria, já para os mais novos era mais difícil... O interessante nesse episódio foi que eles demandavam preocupação e reconhecimento, como se dissessem: “lembrem-se de mim, acreditem em mim, acreditem que posso ser outras coisas”.

*De “educandos” a educadores*

Na Casa de Semiliberdade, dois dos educadores já tinham cumprido medidas socioeducativas diversas, um deles tendo sido interno naquela mesma instituição. Ambos eram jovens e tinham visões e posturas diferentes no cotidiano da Casa, mas compartilhavam o fato de terem passado – não muito tempo atrás – por experiências de institucionalização e por situações de práticas infracionais. No decorrer do trabalho, já foram apresentados vários trechos da interlocução com Guilherme. Segue agora o momento em que conversamos sobre sua saída “do crime”:

Daí eu peguei, saí do supermercado (*em que trabalhava*), daí fiz outro assalto, comecei a trabalhar na boca de olheiro – não era mais soldado, era olheiro... E comecei a fazer uso da cocaína. Daí, com o uso da cocaína, assim, veio a síndrome de perseguição, sabe? Todo mundo queria me fazer mal, tal. Eu vi que tava fazendo mal, porque eu tinha uma namorada fazia 4 anos, se afastou de mim, não queria mais nada comigo. Eu não confiava em mais ninguém. Eu peguei, saí da comunidade, fui pra (*outra cidade*), perto da minha irmã. Daí eu tive que voltar pra cá, fazer algumas coisas, daí eu vim aqui (*na Casa*) por algum motivo... Daí eu lembro que eu ainda tava internado aqui, daí eu decidi ficar aqui de volta. Daí nisso o processo, que agora eu tava realmente arrependido, que daí aquela questão: tu vem pelo amor ou tu vem pela dor, né? E eu sofri, tá ligado? Eu perdi tudo que eu tinha – até a pessoa que eu gostava; não tinha mais amigo. Vi que o crime era ilusório; que, quando tu precisou mesmo, ninguém tava do teu lado. Assim, aqui eu não coloquei, eu fiz outras várias coisas, sabe? Eu resumi bastante, mas quando eu tava ali eu fiz outro... sabe? Daí... E nisso mesmo vem aquela questão divina, tá ligado? Que eu busquei Jesus, assim, eu me senti melhor, que é aquela questão espiritual, eu busquei Jesus Cristo. Me senti melhor. Daí acabei me arrependendo das coisas que eu fiz. Eu parei pra ver, assim, que, quando eu fazia mal pra uma pessoa, eu não fazia mal só pr'aquela pessoa, fazia

pras pessoas ao redor dela; que tirar a vida das pessoas não é tão legal e roubar tu também acaba machucando as pessoas, porque ela luta por aquilo. Então, e com esse envolvimento com Deus, com a igreja, com Jesus Cristo, eu tive esse, essa... Assim, vou te ser bem sincero: foi uma das grandes... Foi o sofrimento relacionado a Jesus Cristo, assim, me mudou, foi isso que me fez mudar, que fez eu me firmar num pensamento de mudança. Daí eu vim pra cá evangélico; quando eu retornei, retornei evangélico, daí eu me firmei aqui, fui criando as oportunidades e eu fui agarrando.

No caso de Guilherme, a “saída do crime” deu-se através de uma conversão religiosa. Ele viveu umas série de experiências-limite desde a infância dentro e fora do “crime”. Para ele a saída do “crime” – pela dor, pelo sofrimento, pela desilusão – significava entender tudo o que tinha feito e a vida que levava como algo errado, de que deveria se arrepender. A redenção viria através da busca espiritual, do encontro com Jesus Cristo. Esse tipo de saída, que envolve não apenas uma mudança de vida, mas uma espécie de renascimento via religião, é muito comum entre pessoas que estiveram no crime – entre presidiários, por exemplo. Para Michel Misse, nas situações limite de “sujeição criminal” o processo de inscrição do crime na subjetividade do agente e não apenas no seu comportamento criminoso, como numa possessão, torna sua tentativa de “saída do mundo do crime” tão inverossímil para os outros a ponto de exigir praticamente um processo de conversão, de despossessão, de tipo religioso (MISSE, 2010, p. 25-26). Em dissertação que segue a perspectiva teórica da *sujeição criminal*, César P. Teixeira (2009) analisa a conversão de “bandidos” a igrejas evangélicas pentecostais. De acordo com o autor, nesse tipo de mudança de vida o “bandido” precisa transformar sua natureza, sua personalidade; não apenas mudar o ramo de atividade. Há uma transformação do sujeito para uma nova condição: de “ex-bandido” e de “crente”.

Contudo, entre os adolescentes contatados, as conversões não são algo comum. O discurso de “saída do crime” aparece fortemente como um projeto quando estão internados, mas sem envolver rupturas radicais. Poucos são os que afirmam que pensavam em sair quando estavam no “mundão”. O horizonte mais prático, mais palpável e que eles afirmam constantemente não é a mudança de vida, mas “o hospital, a cadeia ou o caixão”. Além disso, a maioria deles não deixa de ser “crente”, de

manter sua fé, sua religiosidade estando no crime. A religião é um dos importantes lugares de sentido para esses adolescentes. Muitos acreditavam, por exemplo, ainda estarem vivos por conta da proteção divina; outros explicavam as atitudes de certos “bandidões” como frutos de pactos com o diabo. Há, assim, uma convivência entre mundos que faz com que não haja uma ideia de disjunção, de ruptura entre um domínio e outro. É claro que a balança vai sempre pesar mais para um lado do que para o outro: não é impossível um “bandido” dizer-se “crente”, mas é muito difícil um “crente” dizer-se “bandido”. Algo que também notei entre os adolescentes é que a saída, a mudança de vida, não implica necessariamente uma negação da vida anterior. Muitos me disseram: “Eu não sou mais do crime, mas respeito”. Contavam que respeitavam quem está “nessa vida” e a própria “vida do crime”. Comentavam também que “a pessoa sai do crime, mas o crime não sai dela”. Tal assertiva pode ser interpretada de diversas formas: pode significar que a pessoa carrega as marcas, os estigmas, mas também que a pessoa leva consigo experiências que a constituíram e que pode ir adiante sem negar o que passou.

A história de vida de Rubens é emblemática dessa última forma de “mudança de vida”. Em sua trajetória, não há momentos marcados nem de entrada nem de saída do “mundo do crime”. As infrações a ele atribuídas misturam-se ao seu brincar no mundo e colori-lo; aquilo que se chama violência, ele entende como a única maneira que conhecia de fazer justiça. Não vê diferenças em seu modo de ser, em sua visão de mundo atual – enquanto educador e officineiro – e a que tinha antes – enquanto menino infrator. Das várias conversas com Rubens, seguem apenas alguns trechos de sua narrativa de vida com foco nos eventos ligados a infrações e às suas consequências.

Rubens, desde muito pequeno, adorava desenhar e pintar. Andava sempre com sua caixa de tintas. Nunca usou spray de lata, pois era caro. Na adolescência, junto com um amigo, invadia casas de veraneio vazias do seu bairro. Invadiram quase todas! Eles não roubavam nada, apenas entravam nas casas, ficavam lá – sem fazer muito barulho pra não chamar atenção – por alguns dias, aproveitando a vida de bacana: comendo e bebendo o que tinha, usando os roupões dos donos... Mas havia ainda uma casa que não tinham invadido. E que casa! Era o grande projeto deles, então, invadir a casa rica que ficava numa ilhazinha. Numas noites decidiram invadir aquela casa, era possível chegar a pé pelo mar. Conseguiram entrar. E daí o que aconteceu? No meio do caminho, tinha uma parede branca!!! Rubens não podia ver uma parede branca... Decidiu que precisava pegar sua caixa de tintas.

Convenceu o amigo, voltaram pra casa, pegaram a caixa e retornaram pra mansão da ilha. Rubens, então, fez sua arte pelas paredes da casa... Ouviram barulhos: era o caseiro. Não conseguiram fugir; a polícia chegou e os prendeu. Conseguiu ainda perguntar ao dono da casa se ele havia gostado da pintura... parece que ele até apreciou o desenho que estava na sala...

Nossa conversa seguiu em outro dia:

Depois do processo do negócio da ilha, sabe, depois do acontecido da ilha, na verdade, foi uma série de coisas que aconteceu pra que eu fosse pro (*internação*), na verdade. O da ilha foi tipo o pior, eles consideraram o pior. Eu estranhei porque geralmente eu tava muito envolvido com ato violento, de briga, de rolo, assim, mesmo, sabe? [...]

E eu fiquei mesmo, assim, em alerta. O que me chamou atenção foi que depois do negócio da ilha, por mais absurdo que pareça essa história toda, né, de tocar fogo em tudo na casa, quebrar a ilha toda, né, e ir preso e tudo mais... Eu ia preso com muita frequência, e sempre era por violência e tal. E na minha cabeça violência é pior que um ato de vandalismo, qualquer ato de vandalismo, sempre tive isso muito concretizado, assim, sabe?

*Mesmo naquela idade você já...*

Eu já tinha, eu já tinha. Assim, eu sempre repudiei violência. Eu era um instinto muito selvagem, na verdade. Mas, assim, eu tinha muita noção de quando e como eu ia ser violento. Eu era muito estrategista, sabe? Eu era muito estrategista, assim... não era de explosão de violência: a menina me xingou eu ia levantar e dar um soco na cara da menina – nunca, sabe? Sempre era muito calmo. Mas a diferença era entre, tipo, tentar fazer justiça, sabe? [...] Mas sempre era com atos que eu achava muito ignorantes, sabe? O que eu achava que era ignorância era resolvido na pancada, sabe? Não só eu, né? Meus amigos também. Mas a surpresa foi que, tipo, depois que eu fiz o negócio da casa, da ilha lá, eu fiquei um tempo lá na DP e, tipo: “Ó, deu, pronto, pra ti chega, tá?”. [...] eu sempre imaginava que era por causa de violência, por causa de briga, sabe? [...].

E, quando aconteceu o negócio da ilha, isso que me apavorou, eu ficar tanto tempo lá no (*tal*) DP. Eu fiquei cinco dias, seis dias lá, sabe? E daí não dão banho, a pessoa não pode tomar banho, não pode fazer nada lá. Não pode e nem tem como, né? [...]Hoje, pensando assim, era pra mim estar apavorado, sabe? Num lugar daquele e tal, né? Por mais violento que eu era... não, né? Acho que não era a solução, sabe? Por mais que fosse justo eu ficar lá, eu acho que não ia ser solução, sabe? [...] Aí depois foi a diretora, conversou comigo, tudo. Aí, no mesmo dia que ela conversou, eu saí. Ela foi até com o carro dela, eu lembro, assim, pra me buscar, sabe? Não foi carro de polícia, não foi nada. E eu não entendo até o hoje os meios que...

*A diretora da escola?*

A diretora da escola. Eu não sei até hoje os meios que tiveram pra me tirar de lá, sabe? Só sei que, tipo, depois disso é prestação de serviço comunitário, assim, meu Deus, sabe? Eu acho que eu fiz uns 9 meses de serviço comunitário. [...] Eu fiquei o ano todo trabalhando no colégio, assim. [...] Na verdade por causa do desenho cara, eles faziam eu desenhar tudo, sabe? Eu desenhei o colégio todo, assim. [...] Passava o dia inteiro na escola. Uma coisa que eu digo, isso deve ter ajudado muito, eu passei muito tempo em ambiente escolar, sabe? E a outra coisa que ajudou muito foi tipo o ponto de vista; eu tinha um ponto de vista, na verdade eu imaginava aquilo, mas só que eu nunca tinha tido na prática o ponto de vista da vida do professor. [...] O ponto de vista da preocupação acho que foi o mais interessante assim, sabe? De eles comentarem com a gente: “Tem tal que...”. E era meu colega de sala de vez em quando, sabe? “Pô, tem que ver um jeito de ajudar nisso, naquilo”. E aquilo foi virando, assim, o jogo, sabe? [...] O negócio era só eu direcionar a rebeldia.

[...] Aí teve uma coisa que foi um ponto crucial, sabe? Teve uma professora de artes que começou a não ir, não lembro o que era. [...] E tiveram a ideia de me colocar lá, sabe? [...] E o começo foi bem difícil, assim, porque, assim, pela popularidade da coisa, assim, todo do mundo



sabia que eu era o menino que tocou fogo. [...] É óbvio que eu fiz uma estratégia, quando eu percebi que eles não iam me respeitar, até pela minha idade não iam me respeitar como professor, sabe? [...] Então a estratégia é distrair, né? E eu começava a falar muita coisa do cotidiano, [...] e isso começou a interessar eles [...].

E nisso teve uma professora dali... Eu já fazia história em quadrinho, eu levava até pra escola pra mostrar pra eles pra estimular. Uma professora viu e levou pra... era a antiga Brasil Telecom. E teve uma moça que viu. Essa moça trabalha numa Universidade e fazia algumas coisas pro “Cinema na Favela”. [...] Começaram a falar que, tipo, as minhas histórias tinham muito a ver com o cotidiano. Apesar de ser quadrinhos, não era tipo com super-herói, magia, raios, dragões e tudo o mais. E tinha a ver com o cotidiano e quiseram me mostrar o cinema, sabe? Apresentar cinema, em curta-metragem.[...]. E pra mim cinema era uma coisa muito distante [...]. E me levaram em Festival, um monte de festival que tava começando na época. E, quando eu vi, eu pensei: “fechou”. Eu vi que era verdade, assim, que tinha como eu transformar aquilo em roteiro, e eu comecei a estudar roteiro. Autodidata e lá também.

[...] Eu já tinha sido expulso da escola, aí comecei o curso, demorou mais um tempão depois que eu terminei o curso. [...] Eu incomodei depois, eu não parei de incomodar. Eu era um bom professor e um péssimo aluno. A minha expulsão foi uma desistência, assim, tipo: “O que a gente tinha que fazer por ti, a gente já fez; se a gente te segurar aqui...”. Depois eu vou fazer até uma analogia a isso, isso foi crucial. Se eles não me tirassem do colégio, eu não ia tá aqui, eu não ia tá em lugar nenhum, sabe? Porque eu percebi que eles sentiam pena. “Ah, o que vai ser dele lá fora?”. E eles viram que era aquilo ali que era o problema, era aquilo ali. Eu não corria atrás de nada porque eu tava ali. Eu faço muito esse comparativo com a Casa, muito, muito, muito, sabe? Lá que me ensinaram a não ter pena, a escola me ensinou a não ter pena, sabe? Quando ela foi me buscar, eu

pensei que era por pena. Não era: ela tava me ajudando, não tava tendo pena. Quando ela me expulsou, ela não tinha pena, foi por falta de pena. E foi a expulsão que me ajudou, sabe?

O diálogo continuou, e Rubens contou que, depois do curso que fez, era preciso elaborar um projeto de cinema e desenvolvê-lo em uma escola do bairro em que morava. Acabou tendo que voltar, então, para a escola de que foi expulso. Foi bem recebido. Realizou o trabalho durante um ano, ganhando uma bolsa, mas continuou após o fim da bolsa. Acabou o projeto e começou a ter contato com a professora que o tinha colocado no curso. Aí veio o primeiro curta-metragem. Produziu tudo em sua casa utilizando uma televisão, um videogame, dois videocassetes e um aparelho de som. A partir dessa grande “gambiarra” – que lhe rendeu muitos choques –, elaborou partes do curta em animação e outras com trechos de documentários, de shows, “um pouco de tudo”. Por conta desse formato único, o curta até mesmo concorreu em um Festival. Um tempo depois, passou a trabalhar como oficinheiro de cinema na Casa, que na época ainda não era de semiliberdade, mas abrigava adolescentes que corriam risco de vida. Desde então, tem dedicado parte ou todo o seu tempo na Casa, morando na instituição durante alguns períodos, realizando atividades diversas – acompanhando a rotina, mediando conflitos – além da oficina de cinema.

Cabe retomar alguns pontos da narrativa. Rubens surpreendeu-se por ser internado por um ato de vandalismo, de dano a um patrimônio, enquanto recorrentemente as agressões físicas por ele cometidas resultavam apenas em advertências. Como dito no capítulo 2, a maioria dos adolescentes recebe a medida de internação no Brasil por tráfico de drogas e por furtos – que, na maior parte das vezes, não envolvem danos a terceiros. Essa situação se explica facilmente se lembramos que a seletividade penal envolve a seleção de agentes específicos, mas também de crimes/infrações específicas (FOUCAULT, 2009; MISSE, 2010). Rubens não conseguia entender como, para os aparatos de controle e justiça, um dano a um patrimônio poderia ser pior que um dano a uma pessoa. O que guardou do curto período de internação é que “aquele lugar não era solução”. Ele teve a sorte de ter uma diretora de escola que não o via como um “menino-problema”, como um “mau aluno”, mas como alguém com um potencial artístico e que precisava “direcionar a rebeldia”. Essa diretora, alguns de seus professores e outros adultos que ele encontrou no caminho fizeram muito mais por ele – até mesmo quando o expulsaram da escola – do que qualquer privação

de liberdade e dignidade poderia fazer, do que qualquer formação de caráter “ressocializador” poderia realizar. Rubens discorreu sobre a importância do olhar e das atitudes desses adultos para com ele: de confiança, de respeito, de valorização, mas não de pena.

O que aconteceu com Rubens é que caminhos diante dele foram abertos; ampliou-se seu “campo de possibilidades”, como diria Gilberto Velho (1994). Com a prestação de serviços comunitários na escola, foi-lhe oportunizado conhecer outro ponto de vista – abrir sua perspectiva – e ser reconhecido por sua arte. Depois ele pôde conhecer um novo mundo, o do cinema, e também ali encontrar um lugar para criar, expressar-se e também para exercer uma atividade profissional. Rubens passou a ter acesso a direitos básicos para a manutenção da vida – formação profissional, emprego – e a reconhecimento social além do grupo de pares. Nos termos de Nancy Fraser (2001), ele foi contemplado no campo da redistribuição e no do reconhecimento social.

Ainda em uma de minhas conversas com Rubens, falamos sobre a importância de que as medidas proporcionassem aproximações com os adolescentes e com aquilo que eles gostavam, valorizavam, como esportes, adrenalina, brincadeiras. Isso seria mais interessante do que qualquer tipo de imposição, de modulação que apenas reproduzisse a educação, os valores da elite. Não seria preciso transformar ninguém... Ele contou que conhecia muitos que estavam “no crime” e que nunca fizeram mal para ninguém e que encaravam suas atividades como um trabalho.

#### **4.1.6 Trajetórias: entre Similaridades e Diferenças**

“Cada um tem uma história triste e diferente uma da outra” (Felipe).

Na revisão bibliográfica para a presente tese, pude entrar em contato com outras pesquisas que apresentavam biografias de jovens com experiências no “mundo do crime”. Uma delas, por exemplo, é o já mencionado trabalho de Shaw (1966) sobre a vida de um “menino delinquente” da Chicago dos anos 30. Outra biografia que conheci foi a de Lamence Madzou (2009), jovem que foi um chefe de gangue na França nos anos 90. Tal livro é composto também por um relato autobiográfico e por um comentário sociológico por parte de uma pesquisadora dos bairros populares em Paris. Algo que chamou muito a minha atenção nesses dois materiais biográficos de décadas e de países tão diversos são as semelhanças entre ambos e entre eles e o material

que recolhi – no Brasil dos anos 2000 – no que toca a elementos da trajetória “no crime” e de explicações e justificações para a entrada.

Lamence veio de uma família do Congo. Chegou à França aos cinco anos de idade para viver com seu pai. Em seu relato, ele discorre sobre os conflitos no âmbito da família – em seu caso com o pai – e sobre os problemas na escola que o levaram à evasão. Pontua também a convivência com os pares como fator fundamental para a entrada: “Eu fazia como os amigos, eu tinha coisas a provar e eu queria fazer melhor do que os outros” (MADZOU, 2009, p. 24). Outro elemento por ele descrito como definitivo para a entrada foi o desejo de “ser como todo mundo”, de “andar na moda”. A questão da institucionalização também marca a sua história: suas primeiras prisões se deram quando tinha por volta de 14 anos. Lamence fala sobre a questão de se viver “entre dois mundos”: o roubo como rotina; as idas e vindas das instituições – internatos e prisões –; o trabalho formal em um restaurante no qual trabalhou por dezoito meses enquanto continuava a participar das disputas entre gangues. É interessante, em relação a essa questão da coexistência do trabalho e da participação na gangue, o fato de que tudo o que ele recebia no trabalho dava aos pais, enquanto as coisas de que ele precisava e/ou que desejava para si, ele as roubava. Outro aspecto da vida de Lamence também experimentado por alguns de meus interlocutores foi o fato de decidir “mudar de vida” a partir da gravidez da namorada.<sup>92</sup>

Em relação à história de Stanley (SHAW, 1966), cabe lembrar alguns aspectos e descrever alguns outros. Na parte resumida do relato intitulada “Porque e como me tornei um criminoso”, Stanley discorre sobre as motivações que o levaram a esse “caminho”. Depois dessa primeira parte do relato – que podemos entender como justificação e como comunicação entre mundos e que também identificamos em nosso material –, ele passa a descrever as suas vivências na rua e, especialmente, as suas entradas e saídas de instituições de punição. Como vimos nas narrativas dos interlocutores do presente trabalho, um dos marcadores é o “cair”, o “ser preso” – internado. A institucionalização é parte “dessa vida”, é dimensão constituinte dessa experiência e desses sujeitos. Stanley fala sobre suas internações e fugas, sobre situações de maus tratos praticados pelos agentes nas instituições, sobre dezesseis meses que pareciam dezesseis anos, a solidão, o aprendizado com os pares – enfim, como a instituição o

---

<sup>92</sup> No caso do jovem francês, o desfecho não foi o desejado, pois a família da moça a pressionou a abortar (ela tinha na época 20 anos, e ele 17).

tornou criminoso. Também aparece no relato outro dos marcadores que identificamos nas narrativas analisadas: a questão da “mudança de vida”, da saída do “mundo do crime”.

Parece haver uma espécie de estrutura compartilhada nessas histórias. Há um momento do relato, quase sempre o primeiro a ser narrado, no qual a *entrada na vida no crime* é dotada de sentido, é justificada. Como argumentei no capítulo anterior, acredito que esse momento não pode ser reduzido à questão da neutralização moral. Se há neutralização, é porque se trata de uma parte do discurso que é fruto de uma interpelação; e, sendo assim, como um discurso “para fora”, há a necessidade de criar uma ponte, uma comunicação entre mundos que são colocados como coisas distintas pelos que estão fora, pelos “interpeladores”. Em um segundo momento das narrativas, seguindo esse esforço de se comunicar, o relato passa a descrever elementos de transição, de passagem entre mundos: o “enturmamento” – com pares que já estão ou que também desejam fazer experiências no crime –, os conflitos e rupturas com as instâncias que representam o mundo que nesse registro de comunicação se está “deixando” – família e escola. Segue uma terceira etapa na qual já se está no “mundão”. Os relatos ganham vivacidade; o tom mais sério e por vezes triste dá lugar a falas e a gestos cheios de emoção. Agora são descritas as aventuras “no crime”: os assaltos, as fugas da polícia. Mas a emoção e a intensidade nem sempre tem esse caráter de adrenalina; é o momento também de falar sobre o “veneno”, sobre os altos e baixos nessa vida (lembrando sempre que se trata de jovens institucionalizados, portanto em uma condição bem específica). Aparece também nesse discurso, que é, então, muito mais “de dentro para dentro”, a ideia de que os mundos não estão tão separados: há uma oscilação e/ou uma convivência entre crime e trabalho formal, entre vida no crime “na rua” e nas instituições – internações/liberações/fugas –; e aparece uma relação ora de proximidade, ora de afastamento em relação à família e à escola. Como num ciclo que se fecha, o discurso volta a ser “para fora”; e há um último momento, recorrentemente narrado também no final da interação, no qual se fala sobre a intenção de “mudar de vida”, de “sair do crime”. Essa forma de fechar o ciclo parece ter a ver tanto com o fato de tratar-se de um discurso posicionado (em um contexto específico) quanto com o fato de ser um discurso narrativo. Além disso, o assunto em questão – a *vida no crime* – pode remeter a uma situação em que há a ideia de

“drama social”<sup>93</sup>, de uma situação que envolve passagem, transição entre mundos, mudanças de *status* social, como mencionado no início do capítulo.

Segue um trecho da narrativa de Jonas que passa por todos os elementos/marcadores analisados anteriormente e por alguns dos momentos há pouco citados.

*Você começou com 12 anos?*

Doze.

*Bem novo... Foi com o pessoal, os amigos?*

É, começou com o enturmamento, né? Com os mais velhos, né? Mais velhos, mais experientes, já sabia das coisas e eu ia, né? Diziam que era legal, legal...

*E você chegou a sair de casa?*

Não. Não. Daí eu arrumava namorada e dormia na casa delas, nem dormia em casa. Nem parava em casa. Nem dava muito valor pra minha família.

*E o teu dia a dia, quando você tava... você fazia assalto de noite e de dia dormia...?*

Não, eu nem dormia. Tipo ficava dois dias sem dormir, daí tirava um dia pra dormir. Daí eu dormia um dia, daí eu já acordava e já ia... atrás de dinheiro... Um monte de coisa... Curtir. Tinha balada, eu ia pras balada tudo, não faltava uma.

*Era mais balada e as correria...*

É, balada, correria.

*E estudar, você parou quando?*

Parei na 6<sup>a</sup>. Nem lembro a idade.

*Foi na mesma época que você já tinha começado a...?*

Foi.

*Aí você resolveu largar a escola...*

Uhum. Não tinha tempo, né? Só queria só fazer a correria.

[...]

*E daqui pra frente você tem algum plano, assim...?*

---

<sup>93</sup> Os trabalhos clássicos sobre o assunto são os de Van Gennep (1978) acerca dos “ritos de passagem” que envolvem três momentos – separação, transição e reagregação – e de Victor Turner (1996), que analisa as narrativas *Ndembu* em termos de “drama social” – ruptura, crise e intensificação da crise, ação reparadora e desfecho.

Tenho. Tenho: mudar de vida e dá orgulho pra minha família, né? Dar o maior orgulho.

[...]

*E você chegou a trabalhar em outra coisa?*

Cheguei, cheguei. Fiquei um ano trabalhando.

*Mas você fazia as duas coisas junto?*

Não, tipo, eu só conversava com os guri, mas não chegava a fazer as coisas. Então eu me segurava pra não fazer, né?

*Só trabalhando...*

Pra ver se eu tinha capacidade de parar com aquilo.

*E você acha que acabou voltando dessa vez por quê, daí?*

Ah, sei lá, tipo precisando de dinheiro, né?

Quando a coisa aperta e... Tem que fazer alguma coisa.

Em relação a essa interlocução, deve-se notar que inseri algumas pautas que remetem aos elementos/marcadores de histórias de *vida no crime*. As questões não foram preparadas antecipadamente, não foi um processo consciente. Provavelmente, depois de ter ouvido tantas histórias desde a pesquisa da dissertação, fui internalizando esses elementos como componentes esperados nas histórias; e, quando não apareciam espontaneamente, eu os inseria como questões.

Por fim, é importante colocar que o fato de haver uma estrutura partilhada, um repertório comum nas histórias não exclui as peculiaridades das experiências pessoais. Há sujeitos com trajetórias parecidas, mas com itinerários diferentes, com regras gerais compartilhadas e moralidades específicas; com histórias de vida semelhantes, mas com alguns aspectos diferentes que pesam nas suas motivações, atividades e posturas. Além disso, o próprio sujeito não é constante e fixo, está sempre em transformação. Como assinalei, há diferentes momentos nas próprias narrativas, momentos em que se acionam diferentes registros da realidade.

Aquilo que há de comum nas histórias não pode ser visto como um contexto que passa a ser autoexplicativo, autorreferente. Caso haja algo como uma subcultura do “mundo do crime”, ela deve ser pensada como uma “subcultura complexa”: o que parece homogêneo de fora e de longe é sempre muito diverso quando olhado de dentro, de perto. Vejamos, por exemplo, a questão da relação com a família: alguns dos interlocutores praticamente não tinham familiares por perto, outros

tinham mães zelosas que nunca “desistiram” deles; há os que falaram não terem problema nenhum em casa, enquanto outros apontavam justamente algum tipo de problema e ou de perda no âmbito familiar como impulsionadores à entrada no crime. No que toca às relações com os pares, havia mais ou menos “enturmamento”; alguns disseram preferir trabalhar sozinhos, outros realizavam suas atividades no crime com um companheiro ou mais; escutei meninos dizendo que, quando “caíam” ou quando estavam “por baixo”, percebiam que não tinham amigos de verdade e que “nessa vida não se pode confiar em ninguém”, em contrapartida alguns relataram que consideravam os parceiros “irmãos” e que um estava disposto a dar a própria vida pelo outro. Havia também graus diferenciados de “envolvimento” e diferentes maneiras de se estar “envolvido”: pode-se intercalar períodos de atividades no crime e de trabalho formal ou mesmo atuar em ambos concomitantemente; as atividades no crime podem ser esporádicas ou cotidianas e, como vimos, podem ter um caráter bem diferente, gerando “profissionais” diversos caso o foco seja o tráfico – trabalho “assalariado”, geralmente, com patrão, turnos, “mais valia” – ou o roubo/assalto – mais autonomia, maior “risco-benefício”, mais adrenalina. As internações podem, em alguns casos, gerar mais ou menos “veneno”, e nelas pode-se se “parar pra pensar” de modos diversos também. Para alguns meninos, “mudar de vida” é apenas um discurso “para fora”; para outros é algo desejável e vislumbrado como possível. A saída pode estar também presente no campo do desejo e do projeto enquanto estão sob medida socioeducativa, mas com a consciência de que no “mundão” tudo fica mais difícil, e para alguns, ainda, o destino está “nessa vida” até que venha a morte. Todas essas nuances e variações aparecem quando comparamos as falas de diferentes interlocutores, mas elas podem dar-se também nos discursos, nos caminhos de um único jovem.

Outra forma de viver experiências comuns e diferenciadas na “vida loka” tem a ver com as questões de gênero, que serão abordadas no que segue.

#### 4.2 RELAÇÕES DE GÊNERO: MENINAS E MENINOS “NO CRIME”

Como a Casa de Semiliberdade em que realizei a pesquisa era mista, pude, pela primeira vez, entrar em contato com meninas em cumprimento de medida e suas experiências. Muitas delas também contaram suas histórias de vida, e procurei nessas interlocuções discutir se havia especificidades em relação ao fato de serem “meninas no



crime”, como eram as relações de gênero, já que isso não havia aparecido muito nas conversas com os meninos. No presente item, serão apresentadas também reflexões críticas acerca da relação direta que costuma ser feita entre masculinidade e criminalidade/violência.

#### 4.2.1 Meninas na “Vida do Crime”

Mayara Patrícia contou que ela e algumas amigas vendiam drogas tanto para poder usar quanto para “juntar um dinheiro”. Pelo que entendi, ela não traficava ostensivamente. E, além de tráfico, praticou alguns roubos. Disse que hoje em dia muitas meninas traficam e que os meninos as respeitam: “porque ali eles são igual”, por vezes trabalham juntos e “tem até alguns (*lugares*) que a mulher manda mais”. Questionei, então, se há meninas que lideram, e ela: “Tem, aham. É mais normal quando o marido de menina, de mulher morre e elas tomam o lugar, sabe? Pra ajudar eles. Bem normal isso”. Eu indaguei: “Elas pegam em armas, fazem tudo?”:

Aham. Por isso que agora a polícia já nota. Antes ela já não notava muito as meninas, né? Agora eles passam, já. Tem até (*policia*) feminina nos carros, por causa disso. Hoje, eu acho que até que menina faz mais corre do que menino. Porque um monte de homem já tão preso, não tem muitos na rua.

Contou, entretanto, que nunca ouviu nenhum caso sobre meninas assassinadas por conta do tráfico; mas sobre meninas que já mataram, sim. Perguntei o que ela achava que estava atraindo mais as meninas para o “crime”:

Porque não tem trabalho pra de menor. Não tem trabalho, vai fazer o quê? Precisa de dinheiro, vai saber a condição familiar (*fala enfática*). Aí quer comprar as coisas, às vezes pode ser até por causa de vício, às vezes quer comprar uma coisa: “vou comprar com qual dinheiro?”, “vou ter que pedir pro meu pai”. E, se meu pai não tem, o que que eu faço? Eu acho que muitas vezes é por isso, pela condição financeira ou até pra se sustentar, pra comer, pra pagar aluguel, porque tem muitas que já moram sozinhas de doze, treze.

Mayara Patrícia chamou, ainda, a atenção para o que ela considera uma diferença de postura entre as meninas e os meninos:

Mas tem bastante menina, só que menina, ela consegue enxergar melhor do que os homens, porque ela vai presa, ela não quer aquele sofrimento pra ela a vida inteira. Eles já não; eles pensam: “cadeia não mata, fortalece; por mim é só uma, só duas, só três, daqui a pouco eu saio”. Elas já não pensam assim, elas já pensam: “eu não quero isso pra minha vida”. Mesmo porque menina é mais sensível, pelo menos é o que eu acho, né? É o que eu vi acontecer com um monte: que saiu e mudou realmente. Eu sou uma que, meu Deus, cruz credo, que não roube uma bala perto de mim! Que eu saio de perto.

Sobre a atração de meninas por meninos que estão na “vida do crime”: “[...] tem menina que acha o máximo: ‘Ai, meu marido é vida loka. Ai, que coisa linda’”. Indaguei se essas meninas eram as mesmas que faziam “corres”:

Algumas são sim. A maioria, na moral, né? Porque já faz corre com o seu gatinho mesmo. Só que eu acho que eles não valorizam muito essas guria. Se é uma guria que fica com todos, eles não valorizam. Mas, se é uma guria que fica só com ele, tá lá fazendo corre com ele, tipo, eles vão falar: “ah, minha senhora, minha mulher, e não sei o quê”. Daí eles valorizam mais. Eles acham legal, que daí “a minha família já vai ser do crime”. Aí já tem filho, aí já quer levar, sabe?

Maria Eduarda, por sua vez, tinha como atividade principal o tráfico: “fazia corre toda noite, eu saía fazer os corre”. Contou que fazia pra ela mesma, que nunca trabalhou para os outros. Às vezes, seus primos é que faziam “corre” para ela. Os meninos que traficavam a respeitavam, até brincavam que ela estava “cortando tudo os corre”, porque os “noia” compravam sempre dela, pois ela vendia três “petecas” pelo valor de duas. Contou que tinha sua própria arma e que havia bastante menina que “andava com nós, no corre”. Disse que lá onde morava era desse modo, várias meninas – “mas que anda, assim, mais

com os guri que faz corre, mas não faz nada”. Sobre os relacionamentos dela, perguntei se ela só ficava com quem era do crime: “Eu não consigo ficar com gente certinha, assim, é bem difícil. Eu sou mais ligada, assim, em cara, assim, do tráfico mesmo, é melhor assim, eu digo”. E completou: “Mas, quando eu tô com um cara, eu não fico, assim, com outro, né? Dá encrenca, né, daí.” No entanto, ressaltou que no futuro queria ter filhos e “um marido certo, também, né? Não quero que... viva na cadeia, né?”.

Júlia não era “do crime” no sentido nativo. Era ex-usuária de *crack*, praticou alguns roubos, entretanto teve contato muito próximo com pessoas “do crime”, por exemplo um de seus namorados. Era uma menina forte, madura e muito reflexiva. Com ela pude discutir algumas questões específicas relativas à marcações de gênero no “mundo do crime” que não tinha aprofundado junto aos meninos. Eu perguntei a ela, por exemplo, se o fato de um cara “ser do crime” atraía as meninas. Ela disse que no caso dela não, pois já gostava daquele que foi seu namorado antes de saber que ele era “da... que ele traficava, tal”. Mas completou dizendo que há “as interesseiras, né? Muitas é por isso, ou às vezes pra ganhar respeito, não sei”. Sobre as “mulheres de bandido”, Júlia afirmou que:

Pra ser mulher, assim, tipo do famoso, o patrão, né, tipo, tem que ser pelo certo, né? Tipo, tem que tá do lado do cara pra tudo, principalmente quando for preso. Tipo, tem que apoiar, né? Daí, se o cara descobre que a mulher não é de nada, que só foi ele ir preso e a mulher largou, daí muitas morrem, muitas acabam fugindo do bairro onde vivem, do lugar onde tá.

Aproveitei o ensejo para perguntar sobre a “talaricagem” (interessar-se ou envolver-se com mulher alheia), que é considerada um deslize (uma “pisada”) grave e que é punida (“cobrada”), muitas vezes, com a morte do “talarico”. Durante minhas pesquisas de campo, fui percebendo que essa interdição era vivenciada de maneira diferente por meninos e meninas, sendo as consequências de eventos como esse sempre mais pesadas e opressoras quando se tratava das meninas ou de mulheres. Percebi que era comum os meninos terem várias namoradas ou “fícentes”, mas essas deviam manter fidelidade a eles. Elas não podiam acusar umas às outras de “talaricas”: a um homem é permitido e legitimado ter muitas parceiras, ao passo que uma mulher deve

“pertencer” a apenas um homem. Falo pertencer porque, nesses casos, a mulher se situa numa posição de objeto (mesmo se a relação conta com afeto, cuidado mútuo, não há uma relação horizontal no que toca aos “direitos e deveres” de cada um). E, muitas vezes, essa ideia de pertença é tão forte que, mesmo após o término de um relacionamento, uma mulher pode ser morta por se envolver com “outro” homem, que, por sua vez, é considerado “talarico” e pode também perder a vida. Abaixo a transcrição do trecho de minha conversa com a Júlia sobre o assunto:

É é é... isso aí eu não gosto. Daí o guri se passa por talarico e a mulher por vagabunda. Mas quando o cara...

*Mesmo já tendo terminado, né?*

Mas, quando acontece com o cara, tipo, a mulher terminou com ele, aí ele vai ficar com outra: “não, ele tá pelo certo, a guria não tinha mais nada com ele, então ele tinha mais é que ficar com outra”... Daí, na maioria das vezes, não é cobrado, né, porque...

*Daí essas regras do que é pelo certo não é igual pra homem e pra mulher...*

Não, bem diferente, né? Porque, tipo, nossa sociedade ainda é machismo pra caramba, né? Tipo, eu posso e tu não, sabe? Tipo, homem pode mais do que a mulher ou então eu mando e tu obedece, sabe? Se não for do meu jeito, eu não quero... tipo, minha escrava, minha isso, minha aquilo... Se eu vir do trabalho e a minha janta não tiver pronta, eu espanco ou vou pra rua e tomo uma cerveja no bar com os amigos e como um monte de mulher por aí, e a minha mulher tá ali, cuidando dos filhos, limpando a casa [...]. Eu não gosto, particularmente. Eu odeio, assim, machismo. Primeiro, que a pessoa não pode se achar mais que outra, né? Porque uma hora todo mundo vai pro mesmo lugar: se não for pra baixo da terra, vai morrer, né, do mesmo jeito. Então, tipo, pra que que eu vou me achar melhor do que outra pessoa, tipo, não vou viver 200 anos, sei lá. Acho que todos são iguais nesse mundo, lado físico, né? Só muda que tem gente mau e gente boa. Na verdade eu acho que todo mundo tem um lado ruim e um lado bom, né?

Vale notar que, nos discursos dos meninos sobre o “correr pelo certo” – que serão abordados no próximo capítulo –, eram muito evidenciadas as ideias de humildade e de respeito, já que “ninguém é melhor do que ninguém”. Ouvi também os rapazes criticarem as situações de discriminação e preconceito por que passam os jovens pobres. A partir das falas acima citadas e de dados de outras pesquisas (BILL, ATHAYDE, 2007; BARREIROS, 2008), é possível perceber que as meninas/mulheres que atuam no tráfico têm ganhado espaço e respeito no “âmbito profissional”, muitas delas ocupando posições de liderança. Contudo, no campo das relações afetivo-sexuais, tem lugar uma forte hierarquia de gênero.<sup>94</sup> Como bem sinalizou Júlia, há muito machismo em “nossa sociedade”. Acredito, assim como ela, que não se trata de uma especificidade do “mundo do crime”, de uma subcultura marcada por virilidade, violência. Trata-se de um modelo de relação de gênero que é sim marcado por desigualdade, machismo, mas que está longe de ser restrito a alguns grupos sociais. Esse modelo de masculinidade marcado por hierarquias, objetificação da mulher, etc., é muito forte no Brasil, inclusive em camadas sobre as quais se diz intelectualizadas, cultas. Basta pensar nos recorrentes casos de estupro, ou de incitação a ele, entre jovens de classe média/alta.<sup>95</sup> O que pode haver de específico é a maneira como as hierarquias e as formas de dominação são acionadas: no “mundo do crime”, ao menos nos discursos, a prática de estupro é condenada veementemente; por outro lado, constroem-se relações nas quais as meninas ficam marcadas como propriedade de seus companheiros, mesmo depois do fim dos relacionamentos.

Algo de importante a ser ressaltado é que esses modelos de masculinidade – e, por conseguinte, de feminilidade – ligados a valores

---

<sup>94</sup>Essa questão foi observada também em outras pesquisas. Ver, por exemplo, a dissertação de Elias Barreiros (2008), que trabalha a questão dos valores – em especial de hierarquia e igualdade – entre jovens de grupos populares. Barreiros afirma: “De todas as relações analisadas nesta pesquisa, a esfera da sexualidade é a que apresentou maior preeminência de valores hierárquicos em detrimento de valores igualitários” (Idem, p. 90).

<sup>95</sup>Um caso que repercutiu nas mídias no presente ano foi o dos estudantes universitários de Engenharia de Redes da UnB, que, durante a recepção aos calouros, ergueram um cartaz no qual se lia: “Caiu na Redes é... (estupro)”. Ver: <<http://oposicaoocci.blogspot.com.br/2013/07/caiu-na-redes-e-estupro-naturalizacao.html>>. Ainda sobre a “cultura do estupro” ver: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2012/08/cultura-de-estupro-nao-imagina.html> ; <http://poligen.polignu.org/manifesto-contra-cultura-do-estupro>>.

machistas produzem opressão e consequências negativas não apenas para as meninas/mulheres, mas também para os meninos/homens. Esses modelos, junto com outros elementos, produzem, por exemplo, para os meninos: o aumento das chances de fracasso e evasão escolar; a interdição de receber e expressar afeto; a obrigação de tornaram-se provedores (nas famílias em que não há a figura do pai, tal responsabilidade marca os filhos homens desde muito cedo); estar na “linha de frente” do “crime”, ou seja, muito próximos “ao hospital, à cadeia, ao caixão”. Esses meninos deixam a escola cedo, sentem a obrigação de trabalhar ainda crianças, são as principais vítimas de homicídios no país.<sup>96</sup>

Uma questão a se debater é que a situação de igualdade entre meninos e meninas no que tange às atividades exercidas no crime pode estender às meninas as implicações danosas acima citadas e que, hoje, são mais comuns entre meninos. Hipoteticamente, se mais espaços de agência e de liderança forem abertos às meninas, também elas passarão a compor de forma mais intensa a “força de trabalho” do tráfico e de outras atividades ilícitas e sofrer as mesmas consequências ou similares.

E quanto à relação entre masculinidades e “violência/crime”? Será ela autoexplicativa? Ela basta para compreendermos a experiência de adolescentes na “vida do crime?”

#### **4.2.2. Para Além do “Ethos Guerreiro”**

Em uma revisão bibliográfica sobre masculinidades, Miriam Pillar Grossi (2004) aponta que, em nossa cultura, uma das principais definições de masculinidade diz respeito à atividade. A atividade é relacionada à sexualidade, mas também é percebida positivamente como agressividade. Para a autora, já no processo de constituição de identidade de gênero na infância, é possível observar que o masculino se constituiu pela hiperatividade dos meninos, que, seguidamente, é confundida com agressividade e apreendida como característica inata do sexo masculino e não como um comportamento esperado e estimulado. Grossi fala também sobre uma forte imbricação existente no Brasil entre exclusão social e constituição de *identidades masculinas* marcadas pela “violência”. Nesse contexto, o tráfico de drogas e a criminalidade configurariam o *locus* privilegiado de afirmação de tais identidades. Grossi realiza, no mesmo trabalho, uma revisão sobre as teorias sobre

---

<sup>96</sup> Ver Vieira, 2009. Dados mais recentes podem ser encontrados em Waiselfisz, 2013.

honra, vergonha, masculinidade e “violência” e descreve o modelo mediterrâneo de homem “honrado” como um modelo de masculinidade ainda muito disseminado no Brasil. Em nosso país, um homem “honrado” é aquele que tem uma “mulher de respeito”, ou seja, recatada, controlada, pura. Dessa forma, é a mulher quem detém o poder de manter a honra do marido. Nesse modelo, quando a mulher se torna mãe, passa a ser sagrada, não sendo mais tratada como mulher sexualmente desejada. Ocorre, então, o estabelecimento de uma dupla moralidade: para o homem é perfeitamente possível ter uma mulher em casa e procurar outras na rua, sem que ele se sinta traindo ninguém. Em tal modelo, ainda, os homens têm a responsabilidade de prover financeiramente a família, e há uma divisão de poderes sociais: cabe aos homens o poder sobre a instância pública, e às mulheres o poder sobre o privado, o doméstico.

Na descrição clássica de Alba Zaluar (1995) acerca de um *ethos* de masculinidade, de um “*ethos* guerreiro” predominante entre os jovens envolvidos com o narcotráfico, podem-se encontrar algumas das características do modelo de masculinidade mediterrâneo analisado por Grossi. De acordo com Zaluar, ainda, dentro dos grupos formados por tais jovens, a capacidade de dominar está ligada à força e à “violência” e se torna possível por meio do porte de armas e da disposição para matar. Trata-se, para a autora, de uma “subcultura viril” marcada pela possibilidade de ter muitas mulheres e de andar armado para protegê-las. As armas são também interpretadas como símbolos fálicos, relacionados à força e à virilidade. No “*ethos* guerreiro” descrito por Zaluar, a definição masculina de honra está ligada à necessidade de resposta, revide a qualquer tipo de desafio. Para a autora, “na cultura dessa população pobre”, muitos procuram agir “na moral”, mas esses, “perplexos, assistem à queda da moral e à ascensão do *ferro*, da *máquina*, nomes que dão localmente à arma de fogo. Fortes símbolos visíveis do poder, estas armas tornam-se fetiches na cintura de adolescentes franzinos e gatilhos mortíferos nos seus dedos (IDEM, p. 10, *grifos da autora*).

A experiência de pesquisa junto a crianças e adolescentes de classes populares, especialmente a pesquisa para o presente trabalho, levam-me a apontar que a ideia de “*ethos* guerreiro” não dá conta da pluralidade de motivações para a *entrada no crime*, bem como é limitada para a descrição e compreensão da experiência dos adolescentes “no crime”. Como se viu no subitem anterior, as meninas têm participado e atuado cada vez mais nessa experiência, não como meras expectadoras – seduzidas pelos “*viris guerreiros*” e por suas

“reluzentes armas” –, mas como partícipes das “correrias” e com igualdade de condições, ao menos no campo das atividades “profissionais”. Se há desigualdade no campo das relações afetivas, ela está longe de ser exclusiva e característica de uma “subcultura violenta e viril”. É sempre mais fácil atribuir e reconhecer a violência como algo que está no outro (RIFIOTIS, 1997), que faz parte dessa “(sub)cultura” do outro e em que há resquícios de barbárie, de irracionalidade. Diz-se ignorantes, machistas, viris e violentos dos homens e meninos das classes populares, e ignora-se que pode tratar-se de adesões a modelos machistas disseminados na sociedade como um todo.

Como argumentado no primeiro capítulo, as considerações pioneiras de Zaluar sobre o “ethos guerreiro”, tornadas depois uma espécie de terra-firme na área, bem como inferências em que se diz que tais jovens vivem um individualismo exacerbado (MISSE, 2007; FEFFERMAN, 2006; ZALUAR, 1985, 1995) e que lhes faltam limites, referências morais, afastam-se do teor analítico e inserem conteúdos e sentidos de “fora para dentro”. Além disso, esse tipo de inferência acaba por reproduzir, ou mesmo por produzir, como no caso de Zaluar, uma imagem desses jovens que exalta sua periculosidade e no, limite, sua monstruosidade.

As armas são, sim, em alguns momentos símbolos de *status*, poder; mas elas são muito mais ferramentas necessárias a uma atividade peculiar na qual a guerra e a disputa se fazem presentes – não como algo ontológico, como algo que é característico desse grupo de “meninos guerreiros”, mas muito mais como algo que é necessário a esse grupo.<sup>97</sup> Um elemento que os dados etnográficos trazem é que as meninas também usam armas em suas atividades ilícitas, e isso traz uma série de mudanças em relação à percepção sobre as relações de gênero na “vida do crime”, tornando o “*ethos* guerreiro” masculino ainda mais fraco como argumento explicativo para o envolvimento.

Daniel Hirata (2010) apresenta crítica semelhante à nossa ao falar sobre interpretações acerca da figura do “guerreiro” nas letras de rap. Ele argumenta que tais perspectivas apresentam uma visão “extremamente exterior à periferia” que o colocam como parte de “uma cultura viril, do fascínio pelas armas, da vida fora dos padrões de

---

<sup>97</sup>Um dado interessante nesse sentido é que recentemente, com as novas diretrizes do PCC, por exemplo, primando pela paz entre os “irmãos”, a “guerra” entre facções praticamente deixou de existir no estado de São Paulo, ficando restrita ao conflito com o inimigo maior, a polícia (BIONDI, 2010; HIRATA, 2010).



sociabilidade civilizados, do autoritarismo, da propensão para matar [...]” (HIRATA, 2010, p. 338), etc. Também para o autor, tal visão convém para a autocomprovação do sentimento de medo que assola certos grupos, e, além disso, baseia-se em certa noção de modernidade que tem por referência a argumentação racional, o princípio de universalidade, da civilidade nas relações humanas e do reconhecimento do outro como sujeito de direito. Trata-se de um conceito abstrato de justiça e de igualdade construído a partir da ideia de um sujeito universal neutro e justo. Já as músicas dos *Racionais Mc's*, para Hirata, são feitas segundo uma lógica totalmente distinta: a partir da oposição entre dois grupos em conflito e tomando partido de um dos lados, ou seja, a partir de um ponto de vista específico e crítico. Isso não significa que se trata do inverso, de uma não civilidade, mas “são criações que partem da imanência da vida loka, a vida incerta, insegura e violenta, da guerra cotidiana e do confronto diário, e, sobretudo, a partir de uma posição nesse combate (HIRATA, 2010, p. 338)”, como, por exemplo nesse trecho da música “Negro Drama”:

Eu sou irmão,  
 Dos meus truta de batalha,  
 Eu era a carne,  
 Agora sou a própria navalha.

Além disso, o foco em um “ethos guerreiro” relacionado a um determinado modelo de masculinidade encobre outras dimensões da experiência dos meninos e meninas *no crime*. Na pesquisa para a dissertação (VIEIRA, 2009; 2012), como já mencionado, a ênfase dos interlocutores na questão do sofrimento, do “veneno”, trouxe à tona um importante aspecto da vida desses jovens que, em geral, é pouco visibilizado. Com os jovens que contaram narrativas de homicídios, aprendi que os “guerreiros” também sofrem. Mas o fato de falarem em termos de sofrimento não implicava, necessariamente, uma postura de vitimização. Como se viu no segundo capítulo, “o veneno fortalece”, e, nesse sentido, ser sofredor e ser guerreiro (no sentido trabalhado por Hirata) caminham juntos. Além disso, essas características se estendem às mulheres, às meninas no crime; vão além, portanto, da estrutura de gênero, mesmo se, como vimos há pouco, existe desigualdade de gênero em relação a alguns aspectos da *vida no crime*. Nem de longe a *experiência no crime* pode ser reduzida a uma *ética da guerra* marcadamente masculina. É claro que, se o lócus da pesquisa não fosse uma instituição, mas o cotidiano dos adolescentes na rua, por exemplo,

tal dimensão poderia se mostrar com mais força. O que desejamos marcar é que não há uma verdade única sobre esses sujeitos; suas experiências são plurais e, portanto, não passíveis de totalizações.

Enfim, no que concerne à pesquisa realizada para esse trabalho, os dados levam a uma ampliação ainda maior no que toca às diversas linhas de objetivação/subjetivação desses jovens. Muito mais ou muito menos que guerreiros, eles são sofredores e são perspicazes, são crianças e são “vividros”, são loucos e “envenenados”, são infratores e são regrados/disciplinados, vivem no “errado correndo pelo certo”. Não fiz a pesquisa na rua, em uma situação em que o “lado guerreiro” é mais exigido, porém seria de se esperar que ele aparecesse mais em uma instituição mista, na qual vivem juntos meninos e meninas. No entanto, na convivência na Casa, menos do que demonstrações de virilidade, de “machos” tentando conquistar e dominar “fêmeas”, ostentando seus feitos no crime, observei, na maior parte do tempo, “moleques” assistindo à TV, jogando xadrez ou sinuca, escutando música. Alguns ficavam e/ou namoravam meninas da Casa e construíam relações de amizade com as demais. Vi meninos que se sentiam à vontade, inclusive, para demonstrar afeto para com os pares, para com as cozinheiras e/ou o pessoal que trabalhava na casa. Sentiam-se à vontade para dançar, para se divertir, para deixar a marra de lado, para sorrir, para brincar

#### 4.3 A INTENSIDADE DA “VIDA LOKA”

Vamos brindar o dia de hoje  
Que o amanhã só pertence a Deus, a vida é loka.  
(RACIONAIS MC'S, *Vida Loka Parte 2*)

Nesse item será discutida uma importante dimensão dessas loucas, por vezes breves, sempre intensas vidas. Em que consiste a loucura dessas vidas?

Não é possível definir ao certo de que maneira o termo *vida loka* se estabeleceu no Brasil. Uma pista para entender ao menos a difusão do termo por todo o território nacional é a ampla repercussão de todo o repertório musical do grupo de *rap* “Racionais MC’s”, em especial das músicas *Vida Loka (Parte 1)* e *Vida Loka Parte 2* (em anexo). Em sua tese sobre as relações entre as formas de controle social e os ilegalismos populares em um bairro da periferia de São Paulo, Daniel V. Hirata (2010) afirma que *vida loka*, a partir dos Racionais MC’s, designa o “drama cotidiano das vidas precárias, incertas, sempre no limiar entre a vida e a morte” (p. 332). O autor analisa as letras das músicas do grupo

como referências para a compreensão da vida loka. Tal grupo não seria apenas emblemático do discurso do movimento *hip hop*; mas, a partir da composição singular que fazem entre os discursos do mundo das prisões e do crime, da religião evangélica, entre outros, criariam uma referência nova no que concerne às condutas presentes nas periferias paulistas. Em outra recente pesquisa de cunho etnográfico, aparecem apontamentos semelhantes. Henrique Takahashi (2012) argumenta que

[...] a legitimidade dos Racionais MC's se tornou um ponto de inflexão tanto no *rap*, quanto na própria enunciação política das “problematizações” urbanas contemporâneas como: opressão policial, violência, racismo, desigualdade socioeconômica, dependência de drogas, entre outros. Essa “força” discursiva se mostra pela “importância” que as músicas dos Racionais MC's representam nas periferias, local discursivo do *rap* [...] (TAKAHASHI, 2012, p. 2).

O termo se aproxima também da “thug life” idealizada pelo rapper Tupac Amaru Shakur e que, de acordo com o próprio Tupac, não tem um sentido literal de “vida bandida”, mas se refere à vida difícil, dura, de alguém que se orgulha de si mesmo e que é forte. É possível, inclusive, que os *Racionais MC's* se tenham inspirado nas ideias do *rapper* norte-americano. A descrição de Tupac acerca do termo remete a uma ideia de afirmação, de inversão do estigma:

Por *thug* não quero dizer criminoso [...], quero dizer desfavorecido: a pessoa que não tinha nada e vence, que superou todos os obstáculos. Não tem nada a ver com o sentido do dicionário. Para mim *thug* é meu orgulho e não ser alguém fora-da-lei. Não alguém que toma algo, mas alguém que não tem nada e, mesmo não tendo nada, nem um lar para o qual voltar. Tenho a cabeça erguida, o peito estufado, piso firme, falo alto, sou forte (Documentário "Tupac Resurrection", tradução nossa).<sup>98</sup>

Na revisão de literatura para a pesquisa de tese, a dimensão da “loucura”, da intensidade e da imprevisibilidade das experiências de

<sup>98</sup> Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=GkQrQuqoKs0>>.

jovens apareceu também em outros “lugares etnográficos”. Um desses contextos é o das “Maras” – gangues juvenis urbanas dotadas de um perfil transnacional que nasceram em guetos norte-americanos de imigrantes de El Salvador, de Honduras e da Guatemala nos anos 80 e que depois foram expulsas para os países de origem. Entre os membros desses grupos, o termo “vida loca” também é utilizado.<sup>99</sup> Outro desses lugares – um pouco mais distante temporal, cultural e geograficamente – é o agrupamento “les barjots”. No prefácio de edição recente de um trabalho considerado clássico e pioneiro na França sobre gangues de jovens – publicado originalmente em 68 por Jean Monod –, Michel Kokoreff discute que, no nome da gangue “Les barjots”, *barjot* é sinônimo de *fous* (louco), mas de maneira a designar uma loucura simulada, na qual o jovem se passa por idiota a fim de melhor bestificar seu entorno, bem como de escapar às consequências de suas rupturas de comportamento e de linguagem. Não se trata de uma questão de iniciação, mas de sobre-estimar o conflito social, exagerá-lo, de inverter o estigma, tornando ilegítimo o discurso de quem o produz (KOKOREFF Apud MONOD, 2006). É interessante notar que também na “thug life” há essa inversão com o estigma.

No Brasil o sentido de “vida loca” pode ser mais restritivo ou mais englobante, dependendo do que e de quem se está opondo, comparando. Pessoas que compartilham aspectos “dessa vida”, como intensidade, superação de limites, uso de drogas, marcas corporais (tatuagens, *piercings*), podem, certas vezes, ser reconhecidas ou mesmo se identificar como um “vida loca”. Não raro, jogadores de futebol e artistas aparecem em fotos fazendo o gesto com a mão que une as iniciais V e L. As pessoas das classes populares sem envolvimento com “o crime” podem ser incluídas na “vida loca” no sentido de serem “guerreiras”, de compartilharem algumas das dificuldades e dos riscos, bem como alguns dos valores que a norteiam. Mas, em alguns momentos, a categoria é restritiva e passa a ser sinônimo de “vida no/do crime”.

Na “vida loca” descrita pelos interlocutores da presente tese, havia uma série de elementos que apontam para a loucura, a intensidade

---

<sup>99</sup> Para mais informações sobre as “maras”, ver: Domínguez, 2008; Reguillo, 2005 e o documentário “La vida loca”, de Christian Poveda, 2009. Algo que chamou a atenção e que ainda precisa ser explorado etnograficamente foi a menção que a equipe de funk *Furacão 2000* fez à Mara 13 Salvatrucha em um de seus cliques. Ver o vídeo em: <[http://www.observatoriodainfancia.com.br/article.php3?id\\_article=871](http://www.observatoriodainfancia.com.br/article.php3?id_article=871)>.

e a imprevisibilidade: “fazer o corre” e correr da polícia; a “mente a milhão”; se virar; o risco caminhando, às vezes, junto com prazer, noutras com o medo; ter somente hoje para viver, usufruir, ostentar, pois não adianta guardar nada para amanhã; todo o dinheiro, todos os objetos adquiridos vêm e vão rápido; é preciso correr atrás do seu próprio sustento e do seu reconhecimento; trabalhar/“fazer os corres” e se divertir/gastar; experimentar “alter-ações”; o tempo pra casar, pra ter filhos também é hoje, bem como o tempo de pensar em mudar de vida, mas talvez não dê tempo; cobrar alguém ou ser cobrado, matar ou morrer; não se sabe o tempo que se tem, e o sentido e a fruição não estão no depois, só no agora.

Nesse sentido, a expressão “vida loka” se refere, em linhas gerais, a uma vida intensa, marcada pelo presenteísmo, pela imprevisibilidade, por fortes emoções derivadas de experiências-limite, pela capacidade de lidar com tais experiências e por valores e códigos de conduta compartilhados. A seguir serão discutidas as primeiras características; e, no próximo capítulo, a dimensão da moralidade, dos valores compartilhados.

#### **4.3.1 Emoções e Alterações: a Adrenalina, o Uso de Drogas**

Nesse tópico serão abordadas as vivências relativas à experimentação de emoções, sensações que, de certo modo, rompem com o cotidiano e com os limites, seja via ações que liberam “adrenalina”, seja por meio do uso de entorpecentes.

Para grande parte dos adolescentes com que se teve contato, o aspecto da experiencição da adrenalina como motivador e como um fator que reforça os pontos positivos da “vida no crime” não pode ser negligenciado. Vale lembrar que para alguns a adrenalina não define e nem explica a experiência “no crime” – “é coisa de playboy que se envolve por fama e por prazer” – enquanto para outros, como Erick, é citada como algo fundamental. Assim como marcadores de gênero – tais como o “ethos guerreiro” – não dão conta de toda a experiência no crime, o jogo com as emoções e com os limites pode ser pensado como um elemento, dentre outros, importante na configuração da “vida no crime” e dos modos de subjetivação que se constituem a partir dela.

##### *Adrenalina no cotidiano: o prazer da transgressão*

Numa tarde, durante a pesquisa de campo, Luiz Paulo estava vendo um filme policial/ação que se passava na França. Conteí a ele que

eu iria para lá estudar sobre os jovens “do crime” de lá e para contar um pouco sobre o que eu aprendi com eles aqui. Ele, então, perguntou: “Mas lá tem crime?”. Eu disse que sim, e ele: “Mas aqui é bem mais louco, né? Os jovens são bem mais louco”. Eu respondi que não tinha muita certeza quanto a isso, que sabia que as coisas eram diferentes, mas que na França os jovens também se revoltavam.

Essa ideia da loucura, do movimento, da adrenalina permeava as concepções e as experiências cotidianas deles. A adrenalina, a experimentação com os limites não apareceu somente nas descrições sobre as atividades ligadas ao “crime”, mas também em outras situações que presenciei, como o fato de eles entrarem no mar ou em uma lagoa durante o inverno, com a água fria. Rubens – educador da Casa cuja história foi apresentada no item 4.1.5 – contou uma série de “aventuras” que viveu em sua infância e adolescência. Ele e seus amigos inventavam várias brincadeiras – no mar e em um rancho – que envolviam suspense, superação de medos e desafio da linha entre a morte e a vida. Todas essas experiências eram uma forma de diversão, de brincadeira, mas também podemos entendê-las, seguindo Le Breton (2004; 2007), como rituais de passagem, de busca de sentido e de “gosto pela vida”, bem como de desafio aos limites para justamente se inscrever na vida, constituir-se.

Apareceu, também, no cotidiano dos jovens a brincadeira, o jogo com a possibilidade do cometimento de uma transgressão. E, se era possível, ao mesmo tempo, desafiar os educadores, a coisa ficava ainda mais divertida – como numa tarde quente em que estávamos eu, três adolescentes e uma educadora caminhando na rua e passou por nós uma moça com um sorvete na mão. Um dos meninos: “que vontade de tomar sorvete, só passar correndo e....!”. A educadora não disse uma palavra; apenas o olhou com a feição característica da desaprovação.

### *Adrenalina e infrações*

Na vida dos adolescentes em questão, a sensação de adrenalina, em muitas situações, está associada à prática de infrações, como se viu, especialmente nos casos de assaltos.

*E te dava uma emoção, assim, na hora?*

Dava uma emoção, dava... é uma loucura fodida que o cara ficava na hora. O cara ficava na adrenalina. E só algumas vezes que eu roubava

carro sozinho. Eu ia lá e roubava, daí depois ia chamar eles pra fazer um assalto (ROBSON).

Para Maria Eduarda, audaciosa e focada no presente, a dimensão positiva dessa emoção era tão forte que a fazia nada temer:

*E você não tinha medo, assim, quando tava fazendo... de acontecer alguma coisa, de morrer?*  
 Não. Nem pensava nisso na real. Nem pensava no que ia acontecer, só pensava em coisa boa, mesmo, curtindo ali, com os amigos, né?

A adrenalina parece ser, ainda, um tipo de emoção que, dependendo da pessoa ou do contexto, envolve sentimentos distintos como prazer e medo. Além disso, exige ou promove uma determinada postura, como explicou Luiz Paulo:

*Mas não dava adrenalina?*  
 Dá adrenalina. Dá. Dá até medo, né?  
*Mistura um nervosismo com...*  
 Um nervoso com atitude, né? Que também o cara quer mostrar pros amigo do cara também que o cara não é coisa, né? Quer mostrar que o cara é...

Nas experiências de infração, a sensação de adrenalina está associada a situações de perigo, de risco de morte, bem como de enfrentamento e, por sua vez, de demonstração de coragem, de perspicácia.<sup>100</sup> Mayara Patrícia contou animada que:

Na hora de correr de polícia, muito massa quando eles não te pegam! Eu mesma, quando eu fugia, eu não podia ver que eu saía correndo, não tava nem aí. [...] É porque na minha área tem bastante lugar pra correr, e eu conheço lá desde pequena. Lá eles não me pegam, maluco. Lá eu sei todos os beco.

Há também situações que não envolvem adrenalina no momento da infração, mas que visam à diversão, como no caso narrado por

---

<sup>100</sup> Sobre esse aspecto da adrenalina, ver Dassi (2012, p. 180).

Jéferson, que roubava motos para se divertir, para aprender a andar, para ir a festas.

Como temos visto, há sempre nuances. Felipe, cuja história foi apresentada no capítulo 3, ao responder sobre se sentia adrenalina, alguma sensação boa, expressa uma espécie de amortecimento das emoções ao longo de suas experiências no crime:

Normal, eu ajo normal, como se não fosse nada.  
*Mas sempre foi assim ou, quando você era mais novo, você sentia mais emoção?*  
 Quando era mais novo, tudo a primeira vez é estranho. Mesma coisa que aprender a andar de bicicleta: pra aprender, tu vai ter que cair.  
*Vai se acostumando...*  
 Depois, quando tu vê, nada é nada pra ti. Tanto faz se tu matar ou morrer.

A postura de Felipe não parece ser a da maioria. Entretanto, em minha pesquisa de dissertação, entrei em contato com um adolescente que narrou um processo de aprendizado na direção de um amortecimento das emoções, do não sentir nada nem por si, nem pelos outros.<sup>101</sup> No que se refere ao caso de Felipe, achei curioso que, mesmo ele dizendo que tanto fazia matar ou morrer, quando contou que não gostava de assaltar disse que em assalto era arriscado perder a vida. Trabalharei mais adiante que o discurso de “não ter medo de morrer” não pode ser associado a um desleixo com a vida ou a um não querer viver.

Alguns autores nos trazem importantes contribuições para que “levemos a sério” a questão das emoções na análise de experiências ligadas a transgressões, crimes. Jack Katz (1988) é uma referência um tanto quanto desconcertante – e, por isso mesmo, fundamental – em sua análise fenomenológica dos “atrativos morais” e “sensórios” do crime. Seu foco está na coerência situacional das práticas e na consideração da atração positiva do crime. Outra referência, já mencionada, são as obras de David Le Breton, especialmente sobre as “condutas de risco” entre adolescentes. Segundo Le Breton, o termo “condutas de risco”, aplicado às gerações jovens, compreende condutas diversas nas quais o traço comum consiste na exposição de si a uma probabilidade não negligenciável de morrer ou de se ferir: toxicomania, alcoolismo,

---

<sup>101</sup> Ver Vieira, 2009 (p. 71 e p. 87).



direção em alta velocidade, tentativas de suicídio, distúrbios alimentares, escarificações, delinquência. Em linhas muito gerais, o autor interpreta tais condutas como ritos ordálicos ou como ritos de passagem contemporâneos nos quais o jovem “joga” com a morte buscando significado para sua existência. Constituem também, para Le Breton, maneiras ambivalentes de lançar um apelo aos mais próximos, bem como testemunham a resistência ativa do jovem e de suas tentativas de se recolocar no mundo. A despeito dos consideráveis sofrimentos e consequências que engendram – no limite, a morte –, possuem uma dimensão positiva: favorecem a tomada de autonomia do jovem, a busca de distinção, são um meio de construir uma identidade.<sup>102</sup> Especificamente sobre o tópico em questão – “delinquência juvenil” –, o autor marca o aspecto do prazer da transgressão. A delinquência e a violência, nesse contexto, inserem-se na busca de sensações, como uma maneira intensa de entrar em contato com o mundo (LE BRETON, 2004; 2007).

### *Uso de drogas*

A grande maioria dos adolescentes contatados nas duas experiências de pesquisa em instituições para o cumprimento de medidas socioeducativas não apenas trabalhava no comércio de drogas, mas também fazia uso de algum tipo de droga lícita ou ilícita. Dados de outras pesquisas com adolescentes confirmam que se trata de condição que ocorre em vários lugares do país (LYRA, 2013; PAIVA, SENTO-SÉ, 2007; DAMASCENO DE SA, 2010). Como veremos nesse item, entre os adolescentes, há graus de “envolvimento” também diversos em relação ao uso bem como diferentes maneiras de se “relacionar” com as drogas. Mas, novamente, há recorrências como o fato de o sistema socioeducativo desconsiderar que muitos desses jovens são, além de “traficantes”, dependentes químicos e, desse modo, não prever e garantir tratamentos adequados. Outro elemento que se repete se refere a uma dimensão mais “nativa” da questão no sentido de que há uma série de interdições e prescrições: quais drogas são permitidas, quais são vetadas, a figura do usuário de *crack* (“casquero”) como símbolo do interdito, do sujo, do excesso, do anormal.

Vejamos alguns trechos das narrativas:

---

<sup>102</sup> É importante esclarecer que, ao refletir em termos de identidade e não de processos de subjetivação, as considerações do autor se distanciam de nossa perspectiva.

*E da droga, você usava o quê?*

Cigarro. Maconha, assim, eu já não fumo mais. Cigarro, bala e bebia, né, nas baladas.

*Mas crack, essas coisas não...?*

Não, ih, nem fala uma coisa dessas.

*Mas era tipo proibido, assim, na tua área ou você que decidiu...?*

Não, mas crack já é coisa pra casquero, né? Isso daí é coisa pra viciado, né? Quer acabar com a vida.

*Nem nunca quis experimentar?*

Não, pedra na minha boca nunca coloquei.

*Mas tipo bala, essas coisas, é forte também, né?*

Não, essas coisa ali tá te deixando bem, tipo assim, pensamentos bons, não dava pensamentos ruins.

*Ah dava pensamentos bons...*

É, tipo, emocional. Bom.

*Mas depois não dava vontade de pegar mais e mais, assim?*

Depende o grau de uso da pessoa, tipo o pensamento, né? Cabeça fraca, né? (HENRIQUE).

Sempre ia de cara. Eu sempre ia. Eu nunca me encarnei em usar esses tipos de droga. A única droga que eu usava era só maconha mesmo. A maioria dos meus amigo era assim porque lá na comunidade eles não aceitam gente que usa pó, cocaína, essas coisas assim.

*Quem não aceita, o pessoal que...?*

Do corre.

*Quem vai vender não poder usar...*

É porque eles usam a droga e acabam devendo e... Maconha é liberado (LUIZ PAULO).

Só usava maconha. Eu nunca usei nada, só maconha (ROBSON).

Grande parte dos adolescentes relatou que fazia uso de maconha. Como se nota nas falas, para eles, se houvesse uma escala a maconha estaria quase fora da categoria drogas: “nunca usei nada, só maconha”. O uso é legitimado, permitido e recorrente no grupo, e são ressaltadas por eles as sensações de relaxamento, de calma que ela traz. Alguns

jovens contaram que faziam uso também de tabaco; uma das meninas relatou, por exemplo, que fumava cigarros e usava cocaína, mas que parou e hoje: “Só fumo maconha, que me distrai mais. Eu prefiro, né? Que fica mais calmo”. Vários meninos disseram que em festas bebiam e, por vezes, usavam cocaína e/ou “balas”, “doces” (*extasy*, LSD). Como contou Luiz Paulo, em alguns lugares há interdições claras quanto ao uso de drogas – com a exceção da maconha – pelos “trabalhadores do tráfico”, de forma que os negócios não sejam prejudicados.

Nos discursos em relação à interdição ao crack, aparece a dimensão mais prática – que o uso tem consequências danosas para os negócios. Porém, estão presentes também avaliações, posições, julgamentos morais. Como se viu na fala de Henrique, há uma abjeção em relação a essa droga bem como àqueles que fazem uso dela. Maria Eduarda vendia crack, e perguntei se ela já tinha usado. Ela contou o seguinte:

Não dá vontade, eu tenho nojo, assim. Porque eu vejo os outros, assim, ui, se acabando, assim, na pedra. Daí eu acho feio, assim, nem quero, nunca quis experimentar.

*E nunca deu um ruim, assim, então, em vender?*

Eu só pensava em mim. Mas só vendia pra adulto. Se aparecia criança na biqueira, nós batia. O meu primo batia e dizia: “é, vai procurar em outro lugar, aqui não. Ó a tua idade pra tu ficar fumando essas porcaria”.

Júlia, que tinha sido usuária de crack, explicou-me o porquê desse comportamento em relação aos “craqueros” ou “casqueros”:

*Por que o pessoal do crime faz tanta diferença entre o craquero e os outros?*

Acho que é porque, tipo, o usuário de crack, tudo bem. Mas o casquero é o cara que rouba de quem não tem pra fumar, sabe? Tipo, qualquer coisa que ele veja que seja de valor ele rouba; se for da família dele, ele cata; se for da pessoa que ele mais ama, ele cata. Tipo, ele não quer saber. A única coisa que ele quer saber é de alimentar o vício dele. E, tipo, por isso que muitos têm preconceito, porque, tipo, tem, às vezes o cara, tipo, assim, supondo em “boca”: se eles contratam alguém pra trabalhar, tipo, por exemplo, de

olheiro, alguma coisa, e é usuário de crack... eles já vão confiar desconfiando, sabe? Tipo, tem vários que morrem porque roubam bagulho dos caras, sabe? Ou então fuma tudo e foge com o dinheiro, e daí... várias coisas, assim, então eu acho que é muito preconceito, né? Tipo...

O “casquero” não é confiável para trabalhar no tráfico e, além disso, ele é um sujeito que não é capaz de “correr pelo certo”, de seguir as normas compartilhadas. Ele é ainda, uma das posições de sujeito com uma vida “matável” dentro das avaliações que são feitas no grupo em relação a quem pode/deve ser punido com a vida em caso de dívidas, de “pisadas”. (VIEIRA, 2009).

Até aqui se discutiu o uso de drogas sem associação às atividades, ao “trabalho no crime”. Para alguns jovens, no entanto, o uso de algumas substâncias, especialmente a cocaína, estava atrelado ao cometimento de infrações, funcionando como um aditivo de emoção e adrenalina e/ou como um encorajador<sup>103</sup>. Para Fernanda, por exemplo, a cocaína de início era usada para que ela não dormisse, a fim de evitar outra situação de abuso. Depois que já estava na “vida do crime” junto ao namorado, o entorpecente funcionava também como um aditivo que lhe dava ainda mais coragem: “Oh, parecia que, meu Deus, oh... parecia que o mundo... Se me desse uma arma e um policial na frente, a gente se matava, eu e o policial. Porque é um poder, sabe? Eu acho que pior que presidente da república, assim, tu se sente muito, demais.... É ruim, sabe? É ruim...”.

Na trajetória de Jonas, estavam imbricadas a adrenalina, a cocaína, os assaltos:

Eu comecei com uns doze anos. Daí comecei a conhecer uns amigos meus, daí começaram, comecei a vender droga. Daí, vendia, vendia, vendia. Daí, sempre quando eu via a polícia, a adrenalina ia a mil. Daí aquilo eu fui acostumando, fui acostumando. Daí até que um dia pegaram e me apresentaram a cocaína. Daí eu comecei a cheirar, cheirar, e vi que aquele

---

<sup>103</sup> Durante a pesquisa de mestrado, ouvi relatos nos quais a cocaína era usada antes da prática de assaltos ou outras infrações, como encorajador, enquanto a maconha era usada depois, para “acalmar”, bem como para “esquecer” o que se passou. Ver Vieira, 2009, capítulo 2.

negócio, que eu não conseguia ficar sem, aquela adrenalina... Daí eu comecei, comecei... Daí apanha da polícia direto, direto, direto, não aprendia. Daí eu vi que a cocaína já tava me fazendo mal. Peguei, parei, tentei parar. Eu vi que tava faltando alguma coisa. Aí eu conheci um amigo meu que gostava também de assaltar. Daí ele pegou e me convidou pra assaltar, eu peguei e fui. E começou assim, fui indo, fui indo, fui indo. Daí eu ia, não cheirava; daí eu ia, ia fazer os negócio tudo, daí pegava o dinheiro e gastava tudo em cocaína e cheirava, cheirava. E, quando acabava, queria sempre mais, sempre mais, sempre mais, e assim foi indo [...].

*E pra roubar sempre cheirava?*

É, sempre cheirava.

*E aumentava a adrenalina?*

Aumentava. Ôô, aumentava mesmo.

*E como é que era, assim?*

Ah, tipo uma, não sei, uma sensação, eu não sei, não tem como explicar. É tipo, por exemplo... tu bota um negócio na mente, daí a adrenalina já vai, já te impulsiona, já faz as coisas no impulso, já. Daí faz. Não tá nem aí pra ninguém...

*Não tinha medo?*

Não, é, não tem medo de nada.

*E depois que passava o efeito da ...*

Depois que passava que era o ruim, né? Daí passava, eu queria mais, né?

As drogas atuam, assim, como mais um dos componentes de uma vida que se constitui na intensidade. A interação entre drogas, sujeitos e crime promove, de acordo com os contextos e com as substâncias, “alterações” de encorajamento e incremento das fortes emoções, de relaxamento e de tranquilidade, entre outras. Nesse sentido, é pertinente a contribuição de Eduardo Viana Vargas sobre o tema (2006). Ele sugere que não é suficiente indagar “por que as pessoas usam drogas?” e nem se contentar com as respostas apresentadas quando uma questão como essa é colocada, já que as respostas costumam concluir pelo “erro”, pela “falta” ou pela “fraqueza”. Por sua vez, o autor propõe outro tipo de questões, como: “o que ocorre em práticas como essas?”, “que experiência usuários e substâncias realizam?”. As respostas que surgem para esse outro conjunto de questões apontam para a existência de

*eventos* – as “ondas” das drogas – que, de acordo com Viana, envolvem agenciamentos paradoxais de autoabandono. Para o autor, ainda, a “onda” envolve modos singulares de engajamento no mundo, nos quais as substâncias são mediadores indispensáveis. O “problema” das drogas fica reconfigurado da seguinte maneira:

[...] a questão decisiva não é mais a do controle, ou a da emancipação, mas a da qualidade das misturas ou das composições. Em outros termos, não se trata de nos livrarmos das drogas, tampouco de nos livrarmos a elas, mas de saber qualificar os modos de vida (e de morte) que com elas se agencia. Para isso, no entanto, é preciso ainda realizar outro movimento e reconhecer que não há apenas um modo de viver a vida (ou de experimentar a morte) e que, entre outros modos possíveis de atualizá-la (modos esses que não envolvem os mesmos riscos, nem realizam os mesmos eventos), **uns preferem fazer da vida uma experiência que deve durar em extensão** (mesmo que para isso seja preciso mobilizar uma série de drogas), **enquanto outros consideram que vale mais a pena viver a vida intensamente** (mesmo que para isso seja necessário mobilizar outra série de drogas, ou então as mesmas drogas, mas de outras maneiras) (VARGAS, 2006, p. 605-606, *grifos nossos*).

Essa abertura para o reconhecimento de modos plurais de viver a vida nos quais a vida intensa mobiliza uma determinada série de drogas é um movimento importante também na análise da “vida loka”. Isso não quer dizer que se desconsidere o uso de drogas ilícitas entre crianças e adolescentes como um problema sério a ser enfrentado por toda a sociedade. Vale lembrar aqui outro problema grave e pouco encarado como “problema”: a indicação e o uso abusivo, indiscriminado, aleatório de drogas lícitas como a ritalina – considerada a droga da “disciplina” – para crianças e jovens em vários lugares do mundo.<sup>104</sup> Como no campo das violências, quando tomamos por objeto o uso de drogas aparece uma série de questões tabus; entram em cena, também, avaliações, julgamentos morais, prescrições e ortopedias que se inserem em

<sup>104</sup> Como dito no segundo capítulo, tal medicação era administrada a vários jovens da Semiliberdade.

determinados “regimes de verdade” que constroem padrões de normalidade, de legalidade. O que é importante para a nossa discussão é ressaltar que o exercício analítico é o de apresentar e debater um determinado modo de vida – no caso, como as drogas se inserem na intensidade da “vida loka”. Nesse sentido, para finalizar, há algo não descrito e que chamou a atenção. Trata-se da questão do tratamento, ou melhor, da falta dele. Diante da inexistência de instâncias formais, da restrição ao acesso a profissionais especializados, sobressaiu o agenciamento dos próprios adolescentes. Vários relataram que, sozinhos, deixaram de usar uma ou outra droga. É claro que são casos pontuais, que muitos deles voltam a fazer uso das substâncias que deixaram de usar, mas é preciso considerar essa questão colocada por eles em termos de “botar na mente”, “ter a cabeça forte”. Júlia, por exemplo, conseguiu deixar de usar crack quando foi internada na semiliberdade. Não houve ali forma alguma de tratamento específico, mas ela ressaltou que foram fundamentais sua força e o modo como o “pessoal da Casa” (coordenação, técnicas, educadores) lidava com as situações, a maneira igualitária de estabelecimento de laços de confiança independente de o jovem estar lá por ato infracional ou por proteção.

#### 4.3.2. Instabilidade: Altos e Baixos

O meu money vai e vem,  
 Porém, quem tem, tem,  
 Não cresço o zóio em ninguém [...].  
 Que cê quê?

Viver pouco como um rei,  
 Ou muito, como um Zé?

(RACIONAIS MC’S, *Vida loka Parte 2*)

Outra dimensão dessa vida intensa e louca é a instabilidade: em um momento se tem tudo: bens materiais – dinheiro, carros, relógios – e os bens simbólicos que vêm junto aos materiais – mulheres, amigos, diversão, reconhecimento.

*O que que era o lado bom, assim?*

Ah, o lado bom é que tava com dinheiro no bolso, né? Fazer o que quisesse... o que quisesse não, né? O dinheiro não comprava tudo, mas algumas coisa compra (HENRIQUE).

Mas, de um instante para o outro, tudo o que se ganhou pode ser perdido:

*Quando tava no dia-a-dia do crime, você parava pra pensar ou nem dava tempo?*

Pensava sempre. Sempre pensava em um dia sair dessa vida, né? Porque essa vida não dá futuro pra ninguém, tudo o que nós ganha nós perde.

*O que você fazia com o dinheiro?*

Investia em arma, comprava comida, roupa. Festa. [...]O lado bom, na real, é que no crime nós não passa necessidade, né? Nunca falta, né? Sempre tem noção que tem alguém que vai vir comprar, e daí sempre vai ter um dinheiro, né? Sempre (LUIZ PAULO).

Lá dentro da minha casa, quando os home entraram lá, eu tinha uma televisão que era quase do tamanho dessa janela aí, ó; tinha DVD, tinha micro-ondas... deixa eu ver o que mais... fogão, geladeira, tinha tudo, tudo.

*Tinha uma vida bem...*

Mas era tudo do roubo.

*Daí quando cai eles levam tudo...*

Você não tem nada.

*Daí você usava o dinheiro pra comprar essas coisas assim?*

Roupa, comida...

*Festa também...*

Não, não ia muito pra festa. Eu não gosto muito de ir pra festa, porque tem muita gente que tem guerra, daí é ruim. Se eu fosse, tinha que levar arma.

*Mas você saía do lugar que você morava?*

Saía, saía de carro. Sempre que eu saía, eu... eu já tive uma BIS, um Palio, um Fiesta dos novo e uma Broz. [...]O lado bom é que o cara ia lá, por uns momentos era uma adrenalina, o cara ia lá e roubava. Depois o cara ia lá pra casa e ficava só curtindo. Era o lado bom, o cara ficava lá curtindo, o cara tinha tudo, tinha dinheiro, tinha a mulher do cara, tinha maconha, tinha tudo o que o cara queria. Se o cara quisesse, ia lá, comprava



um tênis, fazia um monte de coisa. Era o lado bom que tinha.

*E o lado ruim?*

O lado ruim era... o cara, na hora do cara ir, antes do cara ir, o cara sabe que pode ir preso, né? É o lado ruim que tinha (ROBSON).

Porque muito do dinheiro que você ganhava você usava na cocaína também?

Bastante. Com festa, fazia festa, destruía tudo. Minha família mesmo, só tristeza. [...]

O bom era o dinheiro, né? Veio o dinheiro, já era, né? Ficava feliz. Enquanto não visse o dinheiro... Não conseguia ficar sem dinheiro também.

Acostumou a ter...

Se eu não tivesse dinheiro, tinha que fazer alguma coisa pra ter dinheiro (JONAS).

Ganha-se muito mas não há uma lógica de acumulação. O dinheiro que chega é gasto com festas, drogas, bens, auxílio à família. Eles vivem no presente e para o presente. Não há por que acumular quando o horizonte é “hospital, cadeia, caixão”. Antes que tudo lhes seja tirado, eles mesmos vivem de modo a ganhar e usufruir, ganhar e usufruir, enquanto puderem. O ritmo é acelerado em vários sentidos, estão sempre na “correria”, e o “que vem rápido, vai rápido” também.

Em alguns momentos, quando há uma parada para pensar na vida, muitas vezes uma parada “forçada” – no contexto de internações, de tiros sofridos –, aparece uma espécie de cansaço em relação aos altos e baixos dessa vida, à sua intensidade, à sua loucura. As implicações e os horizontes nada agradáveis que ela proporciona também passam a ser levados em consideração no desejo de “sair dessa vida”:

*Não quis fugir, por quê?*

Porque eu queria pagar de boa. Porque eu vi que isso daí não é mais pra mim, essa vida do crime.

*Mas aconteceu alguma coisa pra você mudar assim?*

Não, porque eu quero mudar mesmo, não quero mais isso. Antes eu roubava, ia preso, não dava nada, não dava nada. Daí eu fiquei preso, daí resolvi mudar mesmo. Já quase morri um monte de vez, já.

*Já levou tiro?*

Duas vezes eu já quase morri (ERICK).

E eu tô tentando mudar, né? Já fiquei já muito tempo preso, fiquei quase dois anos; falhei a segunda vez, fiquei um mês e pouco; levei tiro, levei dois tiros, ainda, quase morri...

*Levou tiro? Como que foi?*

Levei de pistola, um P2<sup>105</sup> (HENRIQUE).

Nos “baixos” da “vida loka”, há ainda outra série de elementos que foram discutidos nos capítulos anteriores, como a “violência policial” e no interior das instituições (tortura, espancamentos, humilhações); a privação de liberdade e suas implicações; as mortes recorrentes de amigos, parceiros, parentes; entre outros.

#### **4.2.3 Risco de Morte, Vontade de Vida: “É Matar ou Morrer”**

*“E tem várias coisas que ocorrem... Que nem eu falei lá, ou mata, ou morre, ou vai preso, né? É três opção, ou senão mudar de vida”*  
(FELIPE).

São muitas as situações que restringem o campo de ação em “matar ou morrer”: trocas de tiro com a polícia; reações de vítimas de assaltos; disputas/conflitos, “guerras” com bairros, comunidades vizinhas; “guerras” de caráter mais pessoal por conta de rixas (dívidas, mulheres, vinganças); “cobrar” ou ser “cobrado” com a morte por conta de “pisadas”. As histórias sobre tais situações apareceram mais na pesquisa para a dissertação (VIEIRA, 2009). Mas essa dimensão da possibilidade de matar e de ser assassinado esteve presente em vários momentos das interlocuções realizadas no campo para a tese.

São histórias inscritas também nos corpos e contadas a partir dessas marcas. Robson, por exemplo, ao mostrar as cicatrizes dos tiros que tinha levado, disse:

Esse aqui na perna foi quando eu tava trocando com uns cara lá que moram, que nós tinha guerra lá. Daí os cara foram lá e invadiram nossas área, daí nós tava com uma arma lá e daí nós pegamo e começamo a trocar com eles. Eu saí correndo, daí

---

<sup>105</sup> P2 é sinônimo de policial à paisana.

eles me acertaram na perna, daí eu saí mancando. Entrei lá dentro da casa da mulher e fiquei lá dentro, daí a mulher me ajudou.

A situação narrada por Robson refere-se a conflitos entre “inimigos”, que são na realidade “iguais”, mas em lados opostos.<sup>106</sup> Tais disputas parecem ser mais comuns nos contextos em que não há comandos centrais. Alguns pesquisadores (BIONDI, 2010; MALVASI, 2012) têm apontado, por exemplo, que a diminuição do número de homicídios na capital paulista deve-se a medidas tomadas pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) no sentido de evitar a morte entre “irmãos” e promover a “união do crime”.

Outra situação em que é “matar ou morrer” são as trocas de tiro com a polícia, em geral em situações de fuga de assaltos. Escutei também, durante as pesquisas, narrativas relativas a execuções de jovens por parte da polícia.<sup>107</sup> Sobre as trocas de tiro, Erick contou:

*E, nessas horas de trocar tiro, também dá adrenalina ou dá mais medo?*

(barulho de não com a boca). Ali é matar ou morrer, né? O cara sabe que, se abaixar a arma, o policial vai matar do mesmo jeito.

*Mas daí dá mais medo que emoção...*

Dá a mesma coisa, o coração acelera mesmo, daí que dá vontade do cara, pá, né? Já tá na trocaceira ali. O cara sabe que, mesmo ele se entregando, o policial vai matar. A polícia quase me matou já.

Indaguei também aos jovens se eles tinham medo de morrer. Luiz Paulo respondeu: “Tenho. Deus só dá uma vida só, né? Por isso até que eu quero parar com essa... com essa correria toda. Quero curtir minha vida junto com a minha mãe, com a minha... com a minha família”. Contudo, a maioria deu respostas como as que seguem:

*Mas você tinha medo de morrer ou nem pensava muito?*

Não tinha medo. Agora eu já tenho mais, mas antes, eu não sei por quê, eu não tinha. Antes eu... eu não tinha medo de morrer (ROBSON).

<sup>106</sup> Sobre essa relatividade das posições, ver Vieira, 2009 (p. 76) e a narrativa de Felipe no terceiro capítulo do presente trabalho.

<sup>107</sup> Sobre execuções de jovens em Santa Catarina, ver a matéria de Bispo (2013).

Medo, não. Eu já tô ciente: uma hora, uma hora todo mundo vai morrer um dia, né? Daí, quando é pra ser, vai ser, né? Ninguém escapa da morte.

*Mas, então, quando você ia pra fazer as coisas, assim, não dava tanto medo, tava mais com a adrenalina assim e...?*

Não, o medo já nem existia. Na primeira vez, quando eu ia fazer, assim, a gente não sabia como é que é, mas depois começa a dar certo, aí começa a perder o medo, né? (HENRIQUE).

E teve algum dia que você sentiu medo... em alguma situação com a polícia ou guerra?

Não, que eu sei que mais cedo ou mais tarde eu vou morrer...(silêncio). [...]

E você tá nessa, assim, é matar ou morrer ou você tem algum sonho?

Matar ou morrer. Nessa vida não dá pra sonhar, não. Nunca sonha nessa vida. Amanhã eu nem sei se eu vou acordar vivo.

E você não sente falta de ter, sei lá, um sonho, de se imaginar mais velho, trabalhar numa coisa que você gostasse...?

Não vou dizer que eu não sonho... Eu imagino, mas não sonho...(silêncio). Eu nem sei se eu passo dos 18 anos... Pra mim não importa (FELIPE).

É preciso ressaltar que o mesmo Felipe que disse não se importar, ao contar que preferia traficar a assaltar disse que “em assalto era arriscado perder a vida”. Durante a pesquisa para a dissertação, alguns meninos explicaram que não tinham medo, mas que se cuidavam, se protegiam, corriam, matavam “pra não morrer”. Como afirmei no capítulo dois quando discorri sobre as resistências, ter ciência de que “quem está na chuva é pra se molhar”, de que se tem uma “vida matável” (AGAMBEN, 2007; VIEIRA, 2009), de que “caixão” é uma possibilidade próxima, quase certa, não significa, necessariamente, não ter apreço pela vida. Pelo contrário, acredito que a proximidade com o imponderável dos imponderáveis, com o limite dos limites, o infortúnio dos infortúnios não leva a um desleixo, a um descuido com a vida, a um deixá-la correr de qualquer modo ou a um deixar-se morrer. Há uma vontade de vida que envolve a “vida loka” e que se manifesta na

intensidade, no sentido e no gosto que se dá à vida naquilo que pode ser vivido no presente: não se deixa nada e não se guarda nada para depois.

Além da intensidade, proponho que se pense como possibilidade – a ser ainda investigada com mais atenção em outras pesquisas etnográficas – outra dimensão dessa vontade de vida. Trata-se da dimensão da moralidade e da ética expressa nas categorias nativas do “correr pelo certo”, do “proceder”. Como se verá no capítulo que segue, essa dimensão problematiza as visões correntes de que no “mundo do crime” se vive sem limites, sem regras, na amoralidade, na negação de qualquer ética. É possível que essa dimensão seja aquela que de certa forma define e, ao mesmo tempo, constranja a experiência no crime. E esse constrangimento, esse cuidado na “caminhada, pois o chão é liso”, pode se configurar, entre outras coisas, como uma tentativa de afastar a morte.



## **CAPÍTULO 5 O SUJEITO-HOMEM QUE CORRE PELO CERTO: MORAL E SUBJETIVAÇÃO NO CRIME**

Como mencionado no primeiro capítulo, as teorias sociológicas clássicas sobre “delinquência juvenil” têm-se dedicado a explicar as motivações e as causas da delinquência, do desvio. Apontamos como limitação de grande parte delas o fato de não atentarem para outras dimensões dessas vivências. Além disso, não apenas essas reflexões sociológicas clássicas, mas parte da produção sociológica e antropológica brasileira sobre a questão (como as noções de *ethos guerreiro* e, em alguns aspectos, a de *sujeição criminal*) constroem teorias exteriores e negativas sobre o fenômeno. Negativas no sentido de descrições que definem o fenômeno não a partir dele mesmo, mas a partir de outra referência da qual ele se contrapõe ou desvia. Procura-se explicar quais os motivos, quais os elementos que fazem com que determinados indivíduos se tornem “delinquentes”, “criminosos”. É preciso dar sentido a essa adesão a um mundo que está fora da norma, fora da legitimidade, fora da sociabilidade. Esse mundo e esses indivíduos “estrangeiros” precisam ser explicados a partir daquilo que lhes falta, a partir daquilo que eles negam, seja via ideias de crise, de afrouxamento ou ruptura de vínculos, da falta de estrutura – nessas, a precariedade social sempre implicando precariedade moral –; seja via ideia de reação e/ ou de criação de lógicas e valores estanques. Mesmo em argumentações como a de Misse (2007; 2010) – mais próxima às teorias do *labeling*, da construção social do crime e, por conseguinte, da desnaturalização do fenômeno e de sua análise como produção coletiva de uma dada sociedade –, considera-se apenas o que estigma produz em termos negativos, e o pior, o que se pensa que ele produz a partir do que se vê de fora.

O presente trabalho e todas as experiências de pesquisa anteriores foram movidas pelo desejo de entender, a partir de dentro, o que se passa nessas situações chamadas infrações, crime, delinquência juvenil – num movimento similar ao que é proposto por Rifiotis (2006) em relação à violência e por Katz (1988) em relação aos crimes contra a vida. O primeiro desafio foi trazer mais para perto o “mundo do crime”, explicitando algumas de suas condições de produção em uma dimensão específica: os casos de homicídio. No trabalho de dissertação, o tema da pesquisa proporcionou também que fosse abordada com mais profundidade a questão das consequências da vida “no crime”, sintetizadas na fala nativa: “hospital, cadeia, caixão”. As avaliações, valores, discursos e práticas que apareceram nas narrativas sobre

homicídios proporcionaram também a reflexão sobre o que eu descrevi em termos de “comensurabilidade entre mundos” (VIEIRA, 2011). Nesse primeiro momento, houve um movimento de trazer esse “mundo” para perto, de demonstrar a produção social dessas mortes e dessas vidas.

Para a realização da pesquisa para a tese, houve a oportunidade de novamente, a partir de dentro, procurar trazer para perto, mas com um olhar voltado não para as mortes “no crime”, mas para as vidas. Que tipos de vida e de sujeitos são ali produzidos? Como esses jovens se definem? Nos capítulos anteriores, viu-se que tais jovens são atravessados por – e aderem a – economias morais e dispositivos de saber e de poder que os colocam como *infratores, delinquentes, em conflito com a lei, institucionalizados, vítimas, vulneráveis*, etc. Mas, em suas descrições sobre a “vida no crime”, sobre a “vida loka”, surgiu a figura do *sujeito-homem* e a ideia da conduta pautada no *correr pelo certo*. São reflexões e práticas voltadas ao bem agir nesse mundo possível, que remetem, portanto, ao domínio da moral. Não se trata da verdade sobre esses sujeitos, ou da verdade desses sujeitos, mas é inegável que o *sujeito-homem* é para eles a referência mais cara, aquela que mais sentido faz para falar sobre o que significa “ser do crime”.

A seguir, a descrição do conjunto de regras, de valores e de posturas morais e éticas que circundam a “vida loka”, bem como as posições de sujeito aí implicadas. Depois, a proposição da *experiência no crime* como instância de subjetivação seguida de reflexões que articulam moral, subjetivação e reconhecimento *no crime*.

## 5.1 AS DEFINIÇÕES NATIVAS DE “VIDA LOKA”

Vida loka é tá no crime, fazer as ‘contenção’ de droga e arma, e roubar, matar. Isso que é vida loka pra mim. E eu aprendi também muito de... de conviver muito com as pessoas, sabe? Os tipos que falam com as outras pessoas [...]. Não aceita, caguetagem, nem talarico, talarico morre (EDUARDA).<sup>108</sup>

Eduarda citou uma série de dimensões que parecem compor a *vida loka*: as atividades e suas possíveis implicações; uma linguagem

---

<sup>108</sup> Caguetagem se refere à delação; e *talarico* é aquele que se envolve com mulher alheia.



compartilhada e regras de conduta e suas punições. Luís Paulo, por sua vez, enfatizou as condições de instabilidade, de risco, de sujeição à violência policial a que estão submetidos os que estão “nessa vida”:

O crime é a vida loka, né? Porque, igual a minha mãe mesmo disse, eu não dormia sossegado. Ela abria a porta do meu quarto, eu já acordava... De escutar um passo. Que eu já apanhei muito já de polícia, já, né? A polícia já queimou a minha perna, já quebrou as minhas costelas, já.

Vejamos outras respostas a questões relativas à “vida loka”:

*Você considerava que era vida loka?*

É, tinha bastante amigos, tinha bastante conhecido, não tem? Que andava mais com eles. Andava só de carro, pegava arma na mão (JÉFERSON).

*Como que você sabe quem é dessa vida ou não?*

Porque o jeito de falar, o jeito de conversar, né? A gente já conversou com muita gente que é malandro. Daí, então, a gente sabe quem é e quem não é (ROBSON).

Jéferson falou sobre a importância da ideia de grupo e alguns símbolos/bens que o caracterizariam. Já a fala de Robson remete às maneiras de ser, de falar, de se portar dos integrantes. Felipe, ainda, ao ser perguntado sobre o que significa “essa vida”, disse: “Vida loka pra mim significa vida do crime, né? A vida loka, uma vida diferente”; e em seguida discorreu sobre os motivos de sua entrada. Para esse jovem, como vimos, na “vida loka” não há nada que valha a pena, mas ela se configura como uma espécie de destino: “Quem nasceu pra essa vida vai morrer nessa vida. Como é que se diz? Quem tá destinado a seguir esse caminho segue até o fim”. Nossa conversa continua:

*Do que vinha de dinheiro, você conseguia guardar alguma coisa?*

Guardava, comprava moto, carro.

*E dava uma sensação boa ter essas coisas? O pessoal valorizava mais? Como é que era?*

Uhum. Não é que valorizavam, eu era respeitado porque eu era humilde, né, cara? Eu não ganhava o respeito se achando.

*Ganhava na humildade...*

Na humildade. Pelo certo. O certo é falado, o errado é cobrado.

*Como é que é? Ser humilde é com as pessoas que tão em volta...?*

Com todo mundo. Não só com quem conhece, mas também com quem não conhece.

*Mas tem uns cara que tão no crime que não são assim...*

Tem. Muitos. Muitos já morreram por causa que não são humilde. Eles querem se achar mais do que os outros, coisa que não são... Nessa vida todo mundo é igual... Quem tá na vida do crime.

*E você tinha, tipo, aqueles que andavam contigo, que você podia confiar, assim?*

Tinha.

*Mas nunca é muita gente, né?*

Só uns vinte.

*Era bastante gente. Geralmente o pessoal me fala que tinha só um, dois que podia confiar...*

É porque lá na minhas área não tem traíra, né, cara? Tudo pelo certo.[...]

*Geralmente as pessoas com quem você tem guerra têm uma história parecida com a tua...*

Talvez. Cada um tem a sua história diferente...

*Mas às vezes vocês têm noção que um que é verme poderia ser aliado se tivesse nascido em outro lugar... Passa pela cabeça isso?*

Passa, às vezes... Uma em um milhão.

*Porque tem o cara que corre pelo certo dos dois lados da guerra, né?*

Eu sou pelo certo desde que eu entrei no mundo do crime... Vou morrer pelo certo.

*O que que é o correr pelo certo pra você?*

Correr pelo certo é não pisar... Ser humilde, não querer ser maior que os outros, isso aí.

*E a maioria dos que correm pelo certo tentam não matar inocente, essas coisas assim?*

Uhum, pelo certo é pelo certo.

*E lá entre vocês um devedor, alguém que perdeu uma droga, sempre paga com a morte ou às vezes tem chance, assim?*

Não, porque é pelo certo, né, cara? Se perdeu pra polícia, não paga. Se perdeu pro... se alguém roubou, a gente dá um prazo. Se passar do prazo: “só lamento”. Não vai dar uma semana, dá um mês, um mês e meio. Ou senão dá uma droga de novo pra ele vender e ele dá o dinheiro da outra que ele perdeu.

*Dá uma chance, assim...*

Porque todo mundo no começo é assim.

Os primeiros trechos apresentados nesse item apontavam para as definições da “vida loka” a partir das atividades, posturas, símbolos, linguagem, riscos, vivências que lhe são características. Já o último trecho, da interlocução com Felipe, remete à questão do *como* se deve viver essa vida. Na “vida loka”, é preciso “correr pelo certo”, “na humildade”, saber respeitar a todos e ter a consciência de que as “pisadas” serão “cobradas”. Felipe discorre sobre uma série de elementos que se foram mostrando fundamentais para a compreensão das implicações da “vida loka” como regime de subjetivação e de produção de moralidade/eticidade. Começemos com as posições de sujeito aí implicadas.

## 5.2 O “CORRER PELO CERTO” E AS POSIÇÕES DE SUJEITO: “SUJEITO-HOMEM” E “VERME”

*Talarico nunca fui, é o seguinte  
Ando certo pelo certo, como 10 e 10 é 20  
Já pensou, doido, e se eu tô com o meu filho no sofá  
De vacilo desarmado era aquilo  
Sem culpa, sem chance, nem pra abrir a boca  
Ia nessa sem saber  
Pr'ocê vê, vida loka  
(Vida Loka Parte I, RACIONAIS MC'S)*

Não é possível compreender a concepção do bem agir “pelo certo” sem levar em consideração as posições de sujeito que ela engendra. Nas pesquisas realizadas tanto para a composição da dissertação (VIEIRA, 2009) quanto para o presente trabalho, apareceram dois polos opostos, duas categorias principais de sujeito: a do “sujeito ético”, que fornece o modelo, que encarna o que significa “correr pelo certo”; e do sujeito fora das normas, que representa o

“correr pelo errado” e todas as posturas condenadas, os interditos, os deslizos e que é situado fora dos limites da humanidade.

A categoria “sujeito-homem” bem como aquela que expressa seu oposto – “verme” – foram bastante acionadas nas narrativas sobre homicídios ouvidas na pesquisa de dissertação. Por exemplo, nas considerações de Paraná, um dos “narradores” daquela pesquisa:

Quem não corre pelo certo passa mal, né, na cadeia, na rua, em qualquer lugar. Quem não corre pelo certo passa mal. Tem que ser pelo certo, né. Se não for pelo certo morre, né: matar inocente, ser cagueta, talarico, talaricar mulher dos outros, olhar a visita dos outros, também, o cara tá falando com a mãe do cara, fica sempre um ali ouvindo. Ladrão de mocó já passa mal também (PARANÁ APUD VIEIRA, 2009, p. 75).

Na fala de Paraná, encontram-se vários tipos de sujeitos apontados como aqueles que “não correm pelo certo”, que descumprem regras compartilhadas: os que delatam (*caguetas*); os que se envolvem com a mulher/namorada de outro (*talaricos*); os “ladrões de mocó”, que para ele são aqueles que roubam de pessoas pobres.<sup>109</sup> Nos dois campos, foram também enquadrados como “vermes” ou “safados”: os estupradores, os devedores, os “casqueiros” (viciados em *crack*), aqueles que roubam de “aliados” (pertencentes ao mesmo grupo), os que fazem “casinhas” (criam intrigas, armações com vistas à morte de uma pessoa), “os traíras” (traem parceiros) e os rixas ou “inimigos” (grupos rivais). No campo para a tese, apareceram ainda: a interdição e a condenação da venda de *crack* para crianças (como se viu no capítulo 4); a ideia de que não se deve roubar de pessoas idosas; a condenação do uso de violência (“sou do crime, mas sou contra violência”); o incômodo de vários adolescentes em relação a assaltar casas; e, no caso em que alguém rouba de pessoas pobres, o enquadramento na categoria de “verme”:

*Casa vocês nunca fizeram?*

Nunca gostei de assaltar casa. Ficar... Se fosse assaltar, ia roubar de mansão, essas coisas, né? De gente bem rica. [...]

*E quando rouba de pobres?*

<sup>109</sup> Para outros adolescentes, “ladrões de mocó” são os que roubam das “bocas”.

Aí é verme, né? (LUÍS PAULO).

A categoria “verme” e outras que apareceram como um sentido semelhante – “bandidão”, “safado”, “psicopata” – configuraram-se, assim, como categorias que definem o “desvio”, ao referirem-se às interdições e às situações de ruptura das regras compartilhadas. Dessa forma, aqueles que “não correm pelo certo” são os desviantes no “mundo do crime” e, muitas vezes, a penalização – a “cobrança” – se dá com a pena capital. Como disse Wesley, interlocutor da dissertação: “O crime é podre, mas não admite falha”. A categoria “verme” se refere ao campo do código, das regras, dos interditos e de sua infração. É uma categoria negativa, expressa o “não sujeito” *no crime*.

Em contraposição ao “verme”, ao “safado”, está o sujeito que “corre pelo certo”, o “sujeito-homem”. Como me lembrou Luiz Paulo, o “sujeito-homem” é “o cara que faz as coisas pelo certo, né?”. De acordo com Joe (interlocutor da dissertação), esse sujeito “segue de cabeça erguida entre os vermes” e “é o cara certo do lado errado”. De acordo com as descrições dos interlocutores, o “sujeito-homem” segue as regras compartilhadas no grupo; raciocina; cumpre o que promete; “não vai matar alguém só porque soube de algo pela boca de outros”; quando mata o faz achando que isso é mesmo necessário, que tem de ser feito; busca não matar “inocentes” (pessoas que nada têm a ver com o crime), como os “trabalhadores” – a não ser que eles sejam “caguetas” ou estupradores. O “sujeito-homem” é, assim, o “sujeito ético”<sup>110</sup> em relação aos códigos e às moralidades compartilhados pelo grupo.<sup>111</sup> Essa categoria, ao contrário daquela de “verme”, extrapola o domínio do

---

<sup>110</sup> Agradeço a Thiago Porto Ribeiro essa sugestão.

<sup>111</sup> É interessante notar que no trabalho *A república dos meninos*, de Diogo Lyra (2013), a categoria “sujeito-homem” é analisada em termos de constituição de autonomia e realização. O autor discorre sobre a adesão ao crime em termos da culminação de uma trama social que se desenrola sob os auspícios de um processo de independência não atrelado às “idades da vida”, mas a outras características singulares de seu contexto social. Para Lyra, o sujeito-homem é uma “categoria nativa que expressa para o jovem um status de respeito e aceitação, mas que também revela a tensão entre sua condição prática de indivíduo autônomo na sua comunidade e seu enquadramento como “menor de idade”, tal qual o concebemos no mundo legal” (LYRA, 2013, p. 75). Já em minhas pesquisas (assim como em Neri, 2011 e em Marques, 2009), a ênfase dos interlocutores era sempre na ideia do *sujeito-homem* como o contrário do *verme*, como o cara que *corre pelo certo*, daí minha análise dirigir-se à dimensão da moralidade da ética.

código, das regras, é afirmativa na medida em que expressa, conforma um sujeito. O “bem agir”, o domínio da ética vai além do código. Para ser sujeito-homem, é preciso não apenas ser cumpridor das regras, mas pautar-se por uma determinada conduta.

Vale ressaltar que, em outra pesquisa com “adolescentes em conflito com a lei”, apareceram categorias de sujeito similares. Natasha Neri (2011), em um dos artigos que compõem o *Dossiê* (BIONDI; MARQUES, 2011) citado no capítulo um, analisa as relações entre jovens em conflito com a lei internados em duas unidades do Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro, buscando compreender como eles se veem e se classificam. Discorre, nesse sentido, sobre processos de diferenciação que concedem “moral” ou estigmatizam alguns jovens. A autora identificou que existiam alguns jovens com alto prestígio e com “moral” perante os demais integrantes de sua facção, bem como perante os funcionários das unidades. Esses jovens eram chamados pelos pares de “menores mente”: “Um jovem considerado 'menor mente' é visto como alguém que é 'humilde', 'tranquilo, justo e que 'fortalece' os companheiros de sua facção, quando eles precisam [...]. O que conta mais, na percepção dos jovens, é a atitude e a maneira como ele 'tira a cadeia'” (NERI, 2011, p. 280). É possível associarmos a figura do “menor mente” com a do “sujeito-homem” tanto por suas características – humildade, justiça, generosidade – quanto pela questão de ser o sujeito valorizado, admirado, respeitado pelos pares. Além disso, na pesquisa de Neri também apareceu a figura que se opõe ao sujeito valorizado e que aparece, assim como o *verme*, como um ser fora da linha da humanidade. Trata-se, no caso dos adolescentes cariocas, do “mancão”, do “vacilão”. São os jovens estigmatizados, de acordo com a autora, por terem cometido atos chamados de “mancadas”, dentro ou fora das instituições. Esse grupo é mantido separado do coletivo e dorme nos banheiros ou em alojamentos separados, os “seguros”. São classificados “mancões”:

[...] aqueles chamados de “X9”, ou seja, que delataram alguém, dentro ou fora do internato; quem é bi ou homossexual ou deseja ter relação com outro homem; os processados por estupro; quem roubou ou praticou crimes contra seus próprios familiares, morador de sua comunidade, idoso, criança ou passageiro de ônibus (NERI, 2011, p. 284).

Segundo Neri, tais comportamentos foram categorizados como “mancadas” pelas quadrilhas que dominam o tráfico de drogas em favelas, constituindo infrações às chamadas “leis” ou “mandamentos” do tráfico.

É muito importante esclarecer que essas categorias de sujeito não se colocam de forma alguma como ontológicas, como propriedades e características do ser, como intrínsecas aos sujeitos. Elas são posições de sujeito, são relacionais, são matéria de “debate”, de discussão, de julgamento. Dependendo da situação, dependendo da “pisada” e dos agentes envolvidos, alguém que sempre foi considerado “sujeito-homem” pode tornar-se um *verme* e sofrer as consequências como tal. Mas, a partir do momento em que alguém é classificado como *verme*, uma reversão é muito difícil. Como se verá mais adiante, Marques (2009) fala da disputa constante para a definição e avaliação das situações, das “caminhadas”, dos sujeitos, e, conseqüentemente, também pensa no “crime” como regime de verdade e de subjetivação.

### 5.3 A EXPERIÊNCIA NO CRIME COMO OBJETIVAÇÃO/SUBJETIVAÇÃO

Como se pode, então, pensar a produção de um sujeito ético que pauta sua conduta para além do código, das regras compartilhadas? Novamente as contribuições de Michel Foucault se mostram muito pertinentes. Como mencionado no primeiro capítulo, Foucault (1995) afirma que aquilo que permeou todo o seu trabalho não foi o poder, mas o sujeito. E, em sua história dos diversos modos pelos quais os seres humanos se tornaram sujeitos, apareceram três modos de objetivação: investigação; práticas divisórias; e a maneira pela qual um ser humano se torna sujeito. Em “O sujeito e o poder”, ele diz, também, que, para estudar o terceiro modo, escolheu o domínio da sexualidade: “como os homens aprenderam a se reconhecer como sujeitos de ‘sexualidade’” (FOUCAULT, 1995, p. 231). Nesse sentido, tem-se que o sujeito “criminoso” foi pensado, essencialmente em *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 2009a), a partir da objetivação via práticas divisórias, via produção da criminalidade no seio das sociedades disciplinares, no âmbito do sistema prisional.

Contudo, os nossos dados etnográficos acerca da experiência de adolescentes *no crime* nos mostram que, nos jogos de verdade acerca daqueles que se julgam e se punem enquanto “criminosos”, há mais do que pode ser pensado em termos de práticas divisórias. Há a formação

de um sujeito que se volta sobre si, que se preocupa com sua conduta, que se pauta para além das regras: um sujeito ético. A “experiência no crime”, desse modo, não pode ser reduzida à produção da criminalidade, à *sujeição criminal*. Ela não produz, em nosso caso, um sujeito *criminoso*, um sujeito *guerreiro*, mas um *sujeito-homem*. É uma experiência perpassada, como se viu ao longo do trabalho, por uma série de “economias morais” (FASSIN, 2009; 2010) e por figuras de sujeito a elas relacionadas: sujeito *desrespeitado*, sujeito *vulnerável*, sujeito *infrator*, *adolescente em conflito com a lei*. Nessas configurações, as práticas divisórias se fazem presentes e fazem parte daquilo que constituiu esses jovens e seus repertórios de sentido. Mas não há só isso: quando a referência é a “vida no crime”, a “vida loka”, o que passa a valer como horizonte de sentido, como condução da vida, é o “correr pelo certo”, que é pautado pela constituição do “sujeito-homem” – aquele que é humilde e que respeita os outros.

Nesse sentido, o que o presente trabalho começa a delinear (pois acreditamos que há ainda um longo caminho de pesquisas a ser feito, especialmente pesquisas com *adolescentes no crime* que estabeleçam comparações entre lugares diversos do país e do mundo) é como essas pessoas se tornam sujeitos “no crime”, mas sujeitos a partir do trabalho que fazem sobre si mesmas para além da divisão que se dá em seu interior e em relação aos outros (“criminosos”, “infratores”, “em conflito com a lei”). Trata-se de pensar a “experiência no crime” englobando o terceiro modo de objetivação nos termos descritos por Foucault (2009b). E aquilo que o autor pensou acerca da relação entre moral e práticas de si na construção do sujeito de desejo (domínio da sexualidade) nos é extremamente inspirador e pertinente para falarmos sobre o processo de construção do *sujeito-homem* (domínio da “experiência no crime”).

Como se disse no primeiro capítulo, é a partir da *História da Sexualidade 2: O uso dos prazeres* (2009b) que Foucault passa a se concentrar no terceiro modo de objetivação, efetivando um deslocamento da análise da formação dos saberes e dos sistemas de poder para a dos modos pelos quais “os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos dessa sexualidade” (FOUCAULT, 2009b, p. 10). Na obra em questão, aparecem relacionadas moral e práticas de si (relação de si para si; constituição de si como sujeito). O autor narra que, em seu retorno da época moderna à Antiguidade, colou-se a questão: “por que o comportamento sexual, as atividades e os prazeres a ele relacionados, são objeto de uma preocupação moral?” (idem, p. 16). A resposta mais imediata seria a de que isso se dá por conta de tratar-se



de objetos de interdições cuja transgressão é considerada falta grave. Contudo, o autor observa que o cuidado ético ligado à conduta sexual não está sempre em relação direta com o sistema de interdições. Ocorre com frequência que a preocupação moral seja forte justamente onde não há proibição ou obrigação. Daí a necessária distinção entre interdição e problematização moral. Daí a reformulação da questão condutora de sua investigação para: “de que maneira, por que e sob que forma a atividade sexual foi constituída como campo moral?” (p. 17) – o porquê, portanto, da problematização em uma história menos dos comportamentos e representações, e mais do pensamento. Trata-se da definição das condições “nas quais o ser humano ‘problematiza’ o que ele é e o mundo no qual ele vive” (p. 17).

A partir dessa questão colocada à cultura grega e à greco-latina, pareceu-lhe que tal problematização estava relacionada a um conjunto de práticas que podem ser chamadas de “artes da existência” e que, por certo, tiveram uma importância considerável em nossas sociedades. Tais práticas são refletidas e voluntárias, e através delas “os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo”. (FOUCAULT, 2009b, p. 17). Segundo Gilles Deleuze (2005) em seu texto/comentário “As dobras ou o lado de dentro do pensamento (subjetivação)”, conforme o diagrama grego apenas os homens livres poderiam dominar os outros. E como dominariam os outros se não dominassem a si próprios? Eles são, então, o primeiro *forro* da força que se dobra sobre si mesma, do *afeto de si por si*. Era preciso duplicar a dominação sobre os outros mediante um domínio de si, mediante uma relação consigo:

É preciso duplicar as regras obrigatórias do poder mediante regras facultativas do homem livre que o exerce. É preciso que – dos códigos morais que efetuam o diagrama em qual ou tal lugar [...] – se destaque um “sujeito”, que se descole, que não dependa mais do código em sua parte interior (DELEUZE, 2005, p. 108).

Os gregos, então, “inventaram” o sujeito, mas como uma derivada, como o produto de uma “subjetivação”. Eles descobriram a “existência estética”, a relação consigo, a regra facultativa do homem livre. De acordo com Deleuze (2005), ainda: “A ideia fundamental de

Foucault é a de uma dimensão da subjetividade que deriva do poder e do saber, mas que não depende deles” (DELEUZE, 2005, p. 109).

De acordo com Foucault (2009b), as “técnicas de si” perderam parte de sua importância e autonomia quando, a partir do cristianismo, foram integradas no exercício do poder pastoral e, depois, em práticas de tipo educativo, médico ou psicológico, articuladas ao Estado moderno (que incorporou a função do poder pastoral) como matriz de individualização e totalização. Deleuze (2005) comenta que em um longo período deu-se a redistribuição e a reorganização dessas técnicas no sentido de sua reintegração nos sistemas de poder e de saber:

A dobra parece então ser desdobrada, a subjetivação do homem livre se transforma em sujeição: por um lado é a “submissão ao outro pelo controle e pela dependência”, com todos os procedimentos de individualização e de modulação que o poder instaura, atingindo a vida quotidiana e interioridade daqueles que ele chamara seus sujeitos; por outro lado, é o “apego (de cada um) à sua própria identidade mediante consciência e o conhecimento de si”, com todas as técnicas das ciências morais e das ciências do homem que vão formar um saber do sujeito (DELEUZE, 2005, p. 110).

Os jovens com experiências *no crime* estão submetidos a vários processos de sujeição que envolvem nomeação, estigmatização, seletividade penal. Eles aderem a economias morais e a configurações de sujeito que os colocam como infratores, como vítimas, como vulneráveis. Mas as coisas não se encerram aí. Tais jovens desenvolvem um processo de subjetivação, de constituição de um sujeito ético que se aproxima do “cuidado”, do “governo de si”, das “artes da existência”, da “regra facultativa do homem livre”. Mas de que maneira aproximar a situação desses adolescentes (que inclusive cumprem medida restritiva de liberdade) ao homem grego livre? Creio que a liberdade dos adolescentes “privados de liberdade” está justamente no fato de estarem à margem ou mesmo fora do código hegemônico em certo sentido. Como dito anteriormente, Foucault argumenta que a preocupação moral é forte justamente onde não há obrigação, proibição. No caso *do crime*, eles estão, de certa forma, “desobrigados” em relação ao código exterior, mas estabelecem um código interno e vão além: produzem um processo de problematização moral regulador das condutas. Outra questão a ser

pensada é que, de acordo com Foucault (2009b), as “técnicas de si” foram integradas ao poder pastoral e depois a práticas de tipo educativo, médico e psicológico. Pela situação de margem desses jovens, parece que essas últimas práticas estão menos presentes ou presentes de modo intermitente e diferenciado em suas vidas, abrindo espaço para uma não “terceirização” do “cuidado de si”.

A análise do “homem do desejo”, de acordo com Foucault (2009b), encontra-se no ponto de intersecção entre uma arqueologia das problematizações e uma genealogia das práticas de si. Em vez de uma história dos sistemas de moral (interdições), uma história das problematizações éticas (feita através das práticas de si). E, para as nossas reflexões acerca da subjetivação *no crime*, são muito pertinentes, também, as reflexões do autor sobre “Moral e prática de si”. Na terceira parte de sua Introdução à *História da Sexualidade 2*, o autor discorre que, em primeiro lugar, a palavra moral é ambígua. Por moral entende-se, por um lado, um conjunto de valores e regras de ação propostas por meio de aparelhos prescritivos diversos (família, escola, igrejas). Trata-se aí do “*código moral*”, que pode ser formulado numa doutrina coerente ou pode ser transmitido de modo difuso e não sistemático. Em relação ao *crime*, é possível pensar que haja mais de um código moral de referência – um exterior (sociedade abrangente) e um produzido internamente (com elementos similares e outros específicos). Mas, Foucault continua, por moral entende-se também o comportamento real dos indivíduos em relação às regras e aos valores que lhes são propostos. O estudo desse aspecto da moral deve determinar de que forma e com que margens de variação ou transgressão indivíduos ou grupos se conduzem em relação a um conjunto prescritivo que lhes é dado em certa cultura: nível da “*moralidade dos comportamentos*”. Aí, em nosso caso, entram os processos de infração ao código externo e interno; as formas de adesão às diversas economias morais que permeiam a vida dos jovens e as justificações, explicações para a “entrada”. Contudo, há mais uma dimensão. Foucault esclarece que uma coisa é a regra de conduta, outra a conduta que se pode medir a essa regra; mas outra coisa, ainda, é a maneira pela qual é necessário conduzir-se: “a maneira pela qual se deve constituir a si mesmo como sujeito moral, agindo em referência aos elementos prescritivos que constituem o código” (FOUCAULT, 2009b, p. 34). Na experiência dos jovens do crime, essa é a dimensão da constituição do *sujeito-homem*.

E, dado um código de ação e para um determinado tipo de ações, há diferentes maneiras de se conduzir moralmente, de operar não apenas como agente, mas como sujeito moral dessa ação. É aí que entram os

quatro modos de subjetivação, as quatro “dobras” em termos deleuzeanos. Acerca desse ponto, far-se-á uma tentativa de aproximação às reflexões de Foucault que são sempre referentes ao domínio da sexualidade. O primeiro modo refere-se à “determinação da substância ética”: a maneira pela qual o indivíduo deve constituir tal parte dele mesmo como matéria principal de sua conduta moral. Segundo Deleuze (2005), no caso dos gregos era o corpo e seus prazeres, e no dos cristãos a carne e seus desejos. Já no crime suponho que seja a postura (de humildade e respeito) diante dos outros. O segundo é o “modo de sujeição”: a maneira pela qual o indivíduo estabelece sua relação com essa regra e se reconhece como ligado à obrigação de pô-la em prática. Aqui, trata-se do “tem que correr pelo certo”, para ser reconhecido e mantido no âmbito de um grupo que partilha preceitos. Mas, como se verá no próximo item, a sujeição ao *correr pelo certo* extrapola o “mundo do crime” como referência e se encaminha a uma ideia de compartilhamento mais abrangente de valores. Continuando com as diferentes maneiras de conduzir-se moralmente, a terceira diz respeito às formas da “elaboração do trabalho ético” que se efetua sobre si mesmo, não apenas para tornar seu comportamento conforme a uma regra, mas para tentar transformar a si mesmo em sujeito moral de sua própria conduta (de acordo com Deleuze, a dobra que se relaciona ao saber). Aqui se trata das práticas que produzam condutas condizentes com a atitude de respeito e humildade. Nesse aspecto, há uma série de diferenças entre os próprios jovens: há diferentes modos de conquistar respeito e consideração; alguns elaboram sua conduta de *sujeito-homem* privilegiando a atividade do assalto (ser um “bom ladrão”); outros acreditam que o trabalho no tráfico é que viabiliza sua *caminhada no crime*. Por fim, as diferenças que se referem à “teleologia do sujeito moral”: uma ação não é moral apenas em si mesma, mas o é por sua inserção e pelo lugar que ocupa no conjunto de uma conduta, é um elemento e um aspecto dessa conduta, marca uma etapa em sua duração e um progresso eventual em sua continuidade. Aqui vale ressaltar que as ações dos sujeitos no crime são continuamente avaliadas, discutidas entre os pares, e as posições de sujeito não são ontológicas. É preciso “correr pelo certo”, ou seja, é preciso movimentar-se de modo a, continuamente, fazer-se, demonstrar-se e ser reconhecido como sujeito-homem.

Em síntese, uma das maiores contribuições da obra em questão é a articulação que Foucault (2009b) estabelece entre moral e subjetivação e que nos parece uma relação geral, não restrita apenas ao domínio da sexualidade. Segundo o autor, uma ação moral visa à constituição de

uma conduta moral que leva o indivíduo não apenas a ações sempre conformes aos valores e às regras, mas a um certo modo de ser característico do sujeito moral. Dessa forma, para ser moral, uma ação não deve reduzir-se a um ato ou a uma série de atos conformes ao código, mas implica também uma certa relação a si. Tal relação não é:

[...] simplesmente “consciência de si”, mas constituição de si enquanto “sujeito moral”, na qual o indivíduo circunscreve a parte dele mesmo que constitui o objeto dessa prática moral, define sua posição em relação ao preceito que respeita, estabelece para si um certo modo de ver que valerá como realização moral dele mesmo; e, para tal, age sobre si mesmo, procura conhecer-se, controla-se, põe-se à prova, aperfeiçoa-se, transforma-se (FOUCAULT, 2009b, p. 37).

Sendo assim, de acordo com o autor, não há conduta moral que não implique a constituição de si mesmo como sujeito moral, nem constituição de sujeito moral sem “modos de subjetivação”, sem “práticas de si” que as apoiem.

Nos próximos itens, será dada continuidade à análise dos dados etnográficos em torno da questão da moral e da subjetivação *no crime*.

#### 5.4. DO CÓDIGO (LEIS DO *CRIME*) À ÉTICA (*CORRER PELO CERTO*)

É muito difícil, sem pesquisas etnográficas comparativas, dizer algo consistente sobre a origem das “regras do crime” que estão presentes em várias partes do país, como se verá adiante. Uma pista, novamente, é o grupo de rap *Racionais MCs*. Não é possível inferir até que ponto suas músicas descrevem o que já está posto e até que ponto fazem parte da produção e disseminação de certas éticas, estéticas, linguagens e discursos – provavelmente, as duas coisas. Em sua produção musical, podemos encontrar uma série de referências aos interditos citados, bem como apontamentos sobre o bem agir, como demonstram os trabalhos de Hirata (2010) e de Takahashi (2012).

Outra “pista” é a semelhança entre as regras descritas pelos jovens e aquilo que está disposto no *Código da Thug Life*. No documentário “Tupac Resurrection”, o rapper Tupac argumenta que as gangues podem ter um sentido produtivo desde que haja uma mudança da autodestruição para a autoprodução. Relata que sugeriu aos líderes de

diferentes e importantes gangues de prisões das costas leste e oeste dos EUA que compactuassem em torno de um código de ética, denominado de “Code of Thug Life” (íntegra do Código nos anexos). Cito algumas dessas regras: “os que entram no jogo precisam saber que ficarão ricos, irão pra cadeia, irão morrer” (o nosso: “hospital, cadeia, caixão”); interdição de roubar na própria área; não vender drogas para crianças; não caguetar; poupar civis (“inocentes”); condenação do estupro; proteger a si mesmo sempre (“é matar ou morrer”; “antes chore a mãe dele do que a minha”).

No que concerne ao fundamento dessas regras, especialmente dos valores que as cercam, cabem algumas considerações. Em uma de minhas conversas com Júlia, que dizia não “ser do crime” mas conhecer bem esse mundo, ela me falava sobre uma república (uma casa ou apartamento) que estava sendo pensada para abrigar os jovens que saíssem da semiliberdade e que não tivessem para onde voltar, ou que não pudessem voltar à comunidade de origem, por exemplo. A ideia é que ali morassem apenas os jovens, sem ninguém da instituição que gere a Casa de Semiliberdade, a qual apenas contribuiria para sua viabilização e manutenção. Júlia discorreu, então, sobre como as coisas funcionariam nessa república:

[...] tipo, as regras vão ser nossas, e a gente que... Mas também não tem essa, tipo, ah, que vai ser cobrado, igual na lei que existe aí, né? Tipo, acho que todo mundo é humilde, né? Sabendo um respeitar o outro, acho que já vale. Não, tipo, fazer baderna sabendo que os amigos vão acordar de manhã cedo pra trabalhar e daí... tipo, manter a limpeza da casa, sabe?

*Mas ser cobrado você diz é...*

É tipo, cobrar, bater ou então matar. Tipo, acho que na República vai ser mais tranquilo, porque vai ser só de 18 pra cima, sabe? E, se não for de 18, é quem vai tá trabalhando, quem já vai ter quase sua independência, né? Acho que não vai ter essa coisinha, tipo, que aqui a gente se vê todo dia, toda hora, todo instante, sabe? Daí desce pra cozinha, vê todo mundo... [...]

*Tipo, algumas regras, tipo que tem também na rua, no crime ou que tem no Pliat, nesses lugares, assim, também acaba vindo um pouco também pra Semi, né?*

É. Aqui tem bastante, tipo...

*Tipo, correr pelo certo, essas coisas assim...?*

É, aham. É, eu particularmente também não gosto de pessoa que vai pelo errado, sabe? Porque, tipo, não tem por que, assim, querer ser mais do que os outros e tipo... ah, eu não sei explicar assim muito bem, mas...

*Mas todo mundo tem na cabeça quais são as regras...*

Ah, todo mundo aqui dentro sabe, tipo, não ficar com a menina do cara mesmo que os dois tenham acabado de terminar, tipo, não vou ficar com o cara, né? Porque daí quem vai se passar por talarica sou eu, mesmo os dois tendo terminado.

*Isso todo mundo mais ou menos respeita, né?*

Aham. Tipo, é pedir licença; tipo, não chegar pegando as coisas dos outros; tipo, entrar no quarto: se tiver alguém tomando banho, não abrir; falar “tem alguém aí?”... tipo, bate primeiro, pede licença pra isso, pr’aquilo. Acho que aqui a gente tem muito isso, sabe?

*Mas foram aprendendo isso com a vida, assim...?*

Aham.

*Não tem alguém que um dia diz, isso, isso...?*

Ah, meu pai me disse muito isso, mas eu não escutei muito, sabe? Agora que eu tô pagando por isso, tipo, não quis escutar ele, agora eu tô vendo que... desde a primeira vez que ele me falou: “não faz isso que tu vai se dar mal”, eu tive que fazer pra saber que ia ser horrível, sabe? É assim, né? Tipo, acho que a gente vai aprendendo com os erros e com os acertos.

Quando Júlia fala sobre ser “cobrado”, na “lei que existe aí”, ela se referia à lei que vigora “no crime”. Para ela, isso não seria mais necessário, pois bastava que houvesse *respeito* e *humildade*. Nessa perspectiva, se todos vivessem de acordo com os valores compartilhados, não seria necessária a punição, não seriam necessárias leis, poderia abrir-se mão do “sistema jurídico” (leis e tribunais “do crime”), bem como de suas arbitrariedades e excessos. Outra questão importante por ela mencionada – e que reverbera uma ideia muito presente entre os jovens contatados – é a da maioridade, a da mais idade,

em geral implicando mais maturidade, mais responsabilidade, “cabeça mais forte”.<sup>112</sup>

Júlia, ainda, contribuiu sobremaneira para que eu entendesse melhor as diferenças entre o domínio das regras e normas e o domínio da ética, dos valores relacionados ao bem agir. Em seu discurso, fica patente que ela pensa o “correr pelo certo” de uma forma diferente daquela que eu estava pensando, entendendo como conjunto de regras. Para Júlia, “correr pelo certo” é muito mais uma postura ética, que envolve a humildade, o respeito e os comportamentos condizentes com esses valores: não invadir espaço do outro, respeitar sua pessoa e suas coisas. Além disso, tais valores e comportamentos não são exclusivos do “mundo do crime”; ela aponta que os aprendeu em casa, com seu pai; já a punição de certas “pisadas” de determinada forma parece ser mais particular.

Nesse sentido, também foi muito esclarecedora a conversa com Henrique. Ele contou que, quando entrou no crime, aos 12 anos, não parava muito para pensar sobre isso, que as coisas foram acontecendo, entretanto:

Ah, depois de uns tempo não pensa em mais nada... Só que tem que ser pelo certo, também, né? Senão acaba indo pro inferno...

*O que que é ser pelo certo pra você?*

Fazer as coisas certo. Se der pisada, já era. Tipo... tipo roubar velho, isso daí não se faz, né? Tem que tirar de quem tem.

*Dar pisada é quando faz alguma coisa de errado, né?*

É, isso daí mesmo.

*Daí é cobrado...*

É.

*Ser pelo certo não são regra que são inventada ali no mundo do crime, né? São regras que valem...*

Pra todos.

---

<sup>112</sup> Sobre a questão da importância da “mente” na *vida loka*, faço menção ao trabalho de Paulo A. Malvasi (2012). Vale lembrar também a análise mencionada por Neri (2011) acerca do “menor mente”, que foi relacionado mais acima ao “sujeito-homem”.



Assim como para Júlia, Henrique esclarece que agir “pelo certo” envolve valores que são englobantes, que se estendem para fora do “mundo do crime” ou para dentro dele, valem “para todos”. Temos aí um importante aspecto da questão da comensurabilidade entre mundos. Mas, em outro trecho do diálogo com Henrique, aparece uma especificidade; os valores valem para todos, mas não se pode dizer dos inimigos, por exemplo, que eles “correm pelo certo”, pois há também a questão da perspectiva, das posições de sujeito. Falávamos sobre trocas de tiros com policiais, e minha “ingenuidade” produziu um mal-entendido que, posteriormente, produziu uma compreensão mais apurada da questão:

Eles são o pior que tem na vida.

*Mas nunca você conheceu algum que não fosse assim, que...?*

Como assim?

*Sei lá, um policial que fosse mais pelo certo, que não...*

Não existe policial pelo certo.

*Não? Você acha que nenhum quer ser assim, pra trabalhar, pra ajudar as pessoas? Quer só pra sacanear...*

Ah, pelo certo não, né? Eles que prendem a gente. Daí bota a gente na cadeia e já era, né?

*É complicado...*

Pra mim é tudo farinha do mesmo saco.

Nesse sentido, as regras e os valores que norteiam o que significa “correr pelo certo” tem um caráter abrangente; contudo, “ser pelo certo”, “estar pelo certo”, “correr pelo certo”, ter “proceder” implica, também, estar no “lado certo” do “errado”, envolve categorias de sujeito que “estão no crime”. Esse estar no crime, esse merecer e ser reconhecido como alguém do crime é um processo em que se fazem presentes posições de sujeito, relações de poder e pontos de vista que definem, dentre outras coisas, quem está dentro e quem está fora, como deve ser “cobrada” tal “pisada” efetuada em tais circunstâncias por tal sujeito.

A partir de outro mal e depois “bem-entendido” na conversa com Henrique, ficou mais claro o que significa “ser do crime”. O assunto era o tráfico de drogas sintéticas:

*Tinha uma época que quem vendia bala ganhava muito dinheiro, que tinha pouco ainda, né? Hoje*

*já vem mais pro Brasil, né?E tinha uns playboys  
que vendiam... ainda tem, né?*

Tem.

*E aí, quando um playboy entra no crime, você  
acha que é por quê, assim?*

No crime, não, tipo assim... playboy no crime eu  
nunca vi, não.

A questão aqui é que eu não percebi, no momento, o despropósito de minha pergunta, pois os *playboys* podem cometer infrações, crimes, mas nunca – ou dificilmente – serão *do crime*. Como se viu em outros momentos do trabalho – como no capítulo 2 –, o cometimento de infrações não é o critério para definir o que significa ser *do crime*, ser *dessa* e viver *essa vida*. Eu fiz tal pergunta pois, em algumas falas dos adolescentes, jovens de classe média/alta eram incluídos como partícipes do “mundo do crime”, dependendo de sua forma de adesão. Ainda assim, as diferenças entre esses últimos e os integrantes mais recorrentes (jovens pobres e que acabam sendo internados) eram sempre ressaltadas, como, por exemplo, a motivação menos “legítima” dos mais ricos para a entrada: pela “fama”, por “diversão” ou por problemas de caráter (“má índole”). É preciso lembrar também que o *playboy* representa uma figura controversa de alteridade para os adolescentes que estão “no crime”, como bem analisa Leonardo Damasceno de Sá (2010).

Ainda em relação às regras, foi possível perceber que há certa maleabilidade, certa relatividade, já que existem relações e posições de poder. Há, por exemplo, como apontado no item 4.2.1, desigualdade na aplicação das regras e punições de acordo com a estrutura de gênero. Nesse sentido, uma educadora relatou-me que sempre ouvia falar que o “pessoal do crime” não tolera a prática de estupro, mas que em sua comunidade ela acontece, e os agentes não são punidos. Outro ponto em relação à infração das regras é a questão da capacidade de compreendê-las. Nos termos de nossa tradição jurídica, trata-se da ideia do discernimento. Tal questão se fez presente durante a pesquisa quando os e as adolescentes da Semiliberdade discutiam entre si se uma interna da medida protetiva – de cerca de 13 anos e com problemas psiquiátricos – entendia ou não o que significava “caguetar” e as consequências disso, já que constantemente ela delatava os/as colegas para os educadores e para a coordenação.

Em suma, os jovens que participaram da pesquisa compartilham um conjunto de interditos, de regras e respectivas formas de violação – as “pisadas” – e de punição – as “cobranças”. Mas tal conjunto não se

limita a um domínio que poderíamos identificar como jurídico, normativo. Há, entre eles, “no crime”, a preocupação com o bem agir e com o bem viver. Tal preocupação está expressa na busca pelo agir, pelo “correr pelo certo”. Esse “proceder” (MARQUES, 2009) está envolto em avaliações morais e produz modos de subjetivação, bem como posições de sujeito. Produz também um “tipo ideal” (no sentido weberiano e no sentido de algo que se almeja), um sujeito que não apenas caminha dentro das normas, mas que é um sujeito ético, na medida em que pauta sua conduta, seu “ethos” (modo de ser) em princípios e convicções que vão além dos hábitos e costumes que poderíamos enquadrar como códigos morais.

## 5.5 ETICIDADE: RESPEITO E HUMILDADE COMO PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Como se viu nos trechos de interlocução citados, quando falavam sobre o bem agir (“pelo certo”) as e os adolescentes faziam referência a dois princípios: o respeito e a humildade. O “sujeito-homem” é respeitado no grupo e na comunidade, bem como respeita os demais, e, além disso, é humilde. Tais princípios e a forma como são articulados na *experiência no crime* serão o objeto da discussão dos subitens que seguem.

### 5.5.1 Discursos dos Interlocutores

Em um trecho já apresentado da narrativa de Felipe, ele disse que era respeitado porque era humilde, conquistava o respeito dos outros dessa maneira, já que era essa a forma “pelo certo”. Como se verá mais adiante, foram também descritas situações de imposição de respeito pelo medo, pela “marra”; mas, regra geral, esse tipo de atitude era condenado, especialmente quando envolvia uma postura de arrogância, de colocar-se como maior ou melhor que os outros. Além disso, Felipe ressaltou que a postura de humildade deveria ser estendida em relação todos, não só às pessoas conhecidas.

Júlia era da opinião, como se viu, que não haveria necessidade de leis e “cobranças”, bastava haver humildade e respeito. Tais princípios bastavam para gerir as relações. Henrique falou também do respeito como base das relações, mesmo daquelas com os que não eram “dessa vida”:

*E, tipo, aqui na casa, aqui tem gente que não era do crime, vocês se dão bem, assim?*

Um respeita o outro, né? Tem que ter respeito pra ser respeitado, né?

Durante a pesquisa para a dissertação (VIEIRA, 2009), na conversa com Carlos, que era de outro estado, falei que seria bom se os “caras” fossem respeitados sem matar ninguém. Ele disse, então, que tinha um “patrão” que era assim, que tinha “moral no morro inteiro, nunca matou ninguém, nunca teve guerra com ninguém” e que era respeitado por toda a vizinhança. Ele falou que ele mesmo era assim na comunidade em que morava:

Eu dava o respeito na comunidade, ajudava as tia mais carente do morro, bujão de gás, algumas compras extras no mercado, ajudava com um dinheiro as família mais pá, que necessitava. Dava dinheiro pra molecada, pô, um monte de molecada gosta do cara, um monte de criança gosta do cara lá. Proteger a comunidade e ajudar também, né?

No entendimento de Carlos, o respeito em relação à comunidade incluía também ajuda financeira, proteção: garantir à comunidade serviços que deveriam ser prestados pelo Estado.<sup>113</sup> Naquela mesma pesquisa de campo, ainda, enquanto discorria sobre os “vermes”, Paraná disse o que segue:

Quando rouba de alguém, numa casa de pobre, que fica roubando de alguém que já é pobre... Por que não vai roubar de rico? Daí passa mal, tem um monte que passa mal. Tem que ser humilde, respeitar as pessoas.

*O que você considera ser humilde?*

Humilde é humilde, né? Ser como o cara é e respeitar, né? Humilde, saber dividir as coisas também, né?

*Não ficar de olho grande...*

Não ficar de olho grande, às vezes o cara tem bastante, deixa ter, quem sabe um dia o cara consegue, não pode... É só batalhar o que ele

---

<sup>113</sup> Sobre isso, ver Lyra (2013).

batalhou que o cara tem. Mas tem gente que não pensa nisso...

*Em qualquer lugar sempre tem quem...*

Sempre, sempre tem aqueles que, em todo lugar, até aqui, quando o cara é mau mesmo, sempre tem.

Sempre existem, “até dentro do crime”, os que não têm caráter, os que são “maus”. Fica muito claro, com esse “até aqui” proferido por Paraná, que o corrente, a regra, dentro do crime é a humildade e o respeito e que a falta desses princípios se deve a problemas de caráter. A maioria dos jovens com quem conversei acreditava que havia pessoas de natureza má, que não eram passíveis de transformação. Eles contaram que muitas delas “no crime” acabam morrendo justamente por sua postura arrogante. Durante o campo para a dissertação, para explicar as atitudes de certos “matadores”, “psicopatas”, os meninos acionaram também a explicação religiosa de pactos com o diabo. O importante a se reter aqui é que essas pessoas que não se pautam por nenhum princípio e esses comportamentos sem limites, dentro “do crime”, são condenados, são desvalorizados, são, por vezes, penalizados.

Outro aspecto fundamental da fala de Paraná é que o princípio da humildade funciona também como regulador dos interditos, coloca limites para que “o certo se estabeleça dentro do errado”<sup>114</sup>, tais como: não roubar de pobres e dentro da comunidade de origem; não roubar de pessoas idosas; evitar o uso de violência durante a prática de infrações. Penso que esse tipo de regulação faz parte das “técnicas de neutralização” (citadas no capítulo 3), não tanto como uma forma de fugir às responsabilidades, mas como forma de adequação, de colocação na prática de princípios ordenadores que são abrangentes, que valem dentro e fora do crime, que podem ser pensados como pontes de comunicação entre mundos, estabelecendo, assim, comensurabilidade.

O respeito e a humildade estão relacionados, também, a uma série de normas de conduta compartilhadas pelos adolescentes relativas ao cotidiano nas instituições: respeitar o momento da visita alheia, bem como os visitantes; respeitar o espaço do outro – não pegar objetos sem pedir emprestado – ; bater antes de entrar; dizer “por favor” e “obrigado”.

---

114 Aqui faço referência ao aprendizado que tive com Joe, que disse que o sujeito-homem é “o cara certo do lado errado”.

*Ser considerado e ser temido*

Em minha conversa com o educador – antes educando – Guilherme, apareceu outra conotação para a ideia de respeito. Ele tinha contado (ver narrativa no início do presente capítulo) que, para ganhar pontos, para ganhar “moral”, para ganhar “respeito” no grupo no qual queria inserir-se, cometeu um homicídio. Como essa conotação era bem diferente daquela que prevalecia na fala dos adolescentes, questionei:

*E o negócio do respeito, pra mim era importante saber. Quando você falou “queria o respeito”, o que que é esse respeito?*

É ser temido, ser temido. É tu ser temido, tipo tu chegar e: “óó, o fulano de tal”. “Ó, o tal tal tal, o bam bam bam, não mexe com ele porque ele, pá”, entendeu? Criar aquele escudo. Isso acontece aqui, quando um jovem chega de fora. A gente conversou entre nós, educadores. Ele chega, e a primeira coisa que ele faz aqui é colocar “eu sou isso, isso, isso”. “Por quê?”. “Ah, porque eu matei, porque eu roubei, porque eu conheço o cara tal”, “que o cara tal faz isso”, “o outro cara tal é o bom”. O que que ele quer fazer? Ele quer criar um escudo pra pessoa não mexer com esse cara, porque esse cara é o bom da vez – se eu mexer com ele, eu vou morrer. Então essa é a ideia do respeito que eu te coloco, entendeu? Ser o bonzão da vez e ser temido, esse é o respeito [...]

*Pra mim é confuso: que tem isso do respeito e ser temido e o negócio de ser humilde que também é bem valorizado, mas aí depende do “ser humilde” com quem, né?*

É, aquela questão do bonzão, o bonzão amado da comunidade também inclui a humildade, sabe? Até aonde vai a humildade... Tu pode ser humilde com as pessoas que são trabalhadoras. Agora, com o pessoal que tá no crime, tu tens que se impor, exatamente a lei da selva, entendeu? Então, é isso, mesmo assim, tu pode cumprimentar as pessoas, não, pá... Mas essa questão da humildade é relativo, não sei o que te dizer agora, até onde tu vai ser humilde com a pessoa, sabe? Até onde... Até tu ver ela ter uma coisa que tu quer e tu não poder ter. A humildade é bom ter em qualquer

lugar, né? Mas nessa questão ali do crime, hoje, eu paro pra refletir. Tu ser, assim, ó, não vou ser hipócrita, falso contigo: se eu voltasse a ser menor hoje, eu só roubaria... naquela vida, né? Tipo, porque se eu voltasse a ser menor agora, eu ia estudar pra caramba, pra poder entrar na faculdade adiantado, que eu tô com 22 anos e não tô na faculdade ainda. Mas, se eu tivesse naquela, eu ia só roubar e sei lá, né? Não ia querer ser esse bandidão que eu te falei.

É preciso ser humilde, mas é preciso também ser temido, sem tornar-se, contudo, um “bandidão” (que não respeita ninguém). Marques (2009) discorre sobre o “ser ladrão” como a disposição da própria “caminhada” a partir de um arranjo de “respeito”, “conduta”, “atitude”, bem como de “humildade” e “cabulosidade” (idem, p. 63). Essa última teria a ver com “não levar psicológico” e ser capaz de “entrar na mente do outro”, ser capaz de colocar o outro na condição de sentir-se “pelo errado”. Ser “bandidão” (alguém sem respeito) seria o resultado da exacerbação da “cabulosidade”.

Um dos adolescentes, Henrique, também me esclareceu um pouco mais a questão do duplo sentido que pode ter a questão do respeito e as diferentes formas de conquistá-lo:

Tem gente que mata por matar mesmo... Pra ganhar fama.

*Pra ganhar fama?*

Tem gente também é psicopata, né? Vários homicídios.

*Mas ganha fama, tem gente que dá fama, dá respeito pra..?.*

Vai querer ser mais respeitado, né?

*Mas daí ganha o respeito por isso, né?*

É, tem gente que ganha assim.

*Porque “pelo certo” não era pra ganhar respeito assim, né?*

Pra botar medo nas pessoas, né?

*Ganhar o respeito pelo medo...*

É, ganha, mas é pelo medo.

*Acho que tem jeitos, né, de ganhar o respeito, então: pode ser pelo medo ou por correr pelo certo, né?*

É, só porque acha que matou um vai querer matar todo mundo. E hoje o mundo tá bem diferente, não é como antigamente.

Em suma, para esses jovens o respeito anda sempre junto à humildade. São princípios que estabelecem relações de reciprocidade – “respeitar para ser respeitado” – e que implicam reconhecimento, em “consideração”. Eles devem reger as interações não apenas no interior do crime, mas também aquelas com as pessoas das comunidades. Para alguns, como Felipe, devem estender-se a todos, mesmo as pessoas não conhecidas. O respeito, ainda, pode envolver ações relativas à proteção e à provisão. Como se viu, no crime é necessário que haja, além disso, um equilíbrio entre “cabulosidade” (às vezes é preciso “ser temido”, proteger-se e “ter atitude”, ter “cabeça forte”) e humildade (que não pode ser confundida com subserviência, com falta de “atitude”, com ingenuidade). Enfim, são os princípios que norteiam os domínios da eticidade e da moralidade no crime, relacionam-se aos interditos e às normas de conduta, mas também dão sustentação a posturas relacionadas com caráter, com modos de ser e agir no mundo.

### 5.5.2 Respeito e Humildade em Outras Pesquisas Etnográficas

As categorias respeito, humildade e consideração aparecem também em outras pesquisas de cunho etnográfico realizadas em lugares diversos do país acerca de classes populares e/ou criminalidade. Estão ainda por serem exploradas as diversas relações entre esses contextos e de que maneira e por que motivo esses princípios se mostram tão centrais em todos eles. Apresento, no que segue, algumas pistas, bem como referencio os trabalhos com os quais tive contato.

Na há pouco mencionada pesquisa de Neri (2011), a autora constatou que a obtenção de posições de *status* não é baseada em uma escala de atos infracionais cometidos, não havendo crimes que concedam, sozinhos, mais prestígio que outros. Um de seus interlocutores explicou, por exemplo, por que um jovem que cometeu três homicídios era respeitado pelos demais: “Ele é bem visto porque é *humilde*, trata os menor com *respeito* e não porque matou três”. Outro jovem disse o seguinte: “Se a pessoa for arrogante, a gente trata na arrogância. Quem é humilde é tratado na humildade” (NERI, 2011, p. 279, *grifos nossos*). Assim, também para os adolescentes que participaram da pesquisa de Neri, “ser do crime” e ser “considerado”, “bem visto” não tem a ver com os atos infracionais cometidos, mas com



uma dada postura, com uma dada conduta em que são norteadores os valores humildade e respeito. Vale notar, ainda, que tais princípios estabelecem também relações de reciprocidade: ter respeito para ganhar respeito e ser humilde para ser tratado “na humildade”.

No trabalho de Gabriel de Santis Feltran (2008), o autor fala sobre a existência de princípios ordenadores compartilhados entre o “mundo do crime” e os mundos considerados legítimos, sendo um desses princípios a ideia do “respeito”. Um de seus jovens interlocutores finaliza sua narrativa dizendo: “O que vale mais no mundo é você ter respeito com o próximo”. Assim, “você ganha confiança de ladrão e trabalhador”. Trata-se, para o autor, de uma síntese do aprendizado obtido no transitar entre os dois lados da fronteira e de um princípio que define legitimidade em ambos os lados. Tal princípio – respeito com o próximo – é lido por Feltran como um código moral-religioso.

Elias Barreiros (2008), por sua vez, trabalha a questão dos valores – em especial de hierarquia e igualdade – entre jovens de grupos populares participantes de políticas públicas em Londrina (norte do Paraná). Note-se que não se trata de jovens “envolvidos com o crime”. Nessa pesquisa a valoração positiva da “humildade” mostrou-se também importante para os jovens contatados. No contexto estudado por Elias, humilde era aquele que não se “achava”, que não se colocava acima dos outros, que valorizava a rede de amizade e a coletividade. Aqueles que “se achavam” eram denominados “folgados”. Na obra de Diogo Lyra (2013), a humildade também aparece como característica compartilhada com as pessoas da comunidade, e, além disso, é contraposta à arrogância das pessoas “da pista”.

Leonardo Damasceno de Sá (2010) realiza uma análise etnográfica das narrativas sobre ofensas morais como falta de “consideração” na trajetória de jovens assaltantes de Fortaleza. Suas reflexões são fruto de um trabalho de campo intensivo, de três anos, em uma das favelas da capital cearense. O autor descreve e problematiza a dinâmica identitária do “bichão” como um “processo de objetivação das relações de poder que produzem uma modalidade de prática de assalto, por conseguinte, de um praticante que gera um jovem assaltante armado de revólver ou pistola [...]” (DAMASCENO DE SÁ, 2010, p. 2); discute a dimensão moral dessa prática e de seus praticantes lembrando que esses são quase sempre apresentados socialmente como “portadores de algum tipo de incongruência moral grave por serem assaltantes” (p. 2). Como se vê pela descrição do trabalho, nota-se que também os dados etnográficos de Damasceno de Sá, colhidos em uma região tão diferente daquela em que pesquisei, levam à importância da dimensão moral na

experiência desses jovens, sejam eles “bichões”, sejam “vidas lokas”. Na análise do autor, as questões do respeito e da “consideração” mostram-se centrais. Ele traz, por exemplo, que a principal motivação das guerras, segundo os envolvidos, é a falta de “consideração”, que se refere ao modo desrespeitoso com que se realiza a relação social com a alteridade inimiga, provocando ondas de homicídios rituais e de vinganças “por nada”. Além disso:

Há um complexo jogo de alteridade na produção social do inimigo interno e do inimigo externo que gira em torno das fronteiras da moralidade pública das rodas de conversação dos circuitos de jovens, assentadas nas bases simbólicas do tema do respeito e da consideração, os modos de pensar, as formas de organização e as modalidades de interação dos jovens envolvidos se confrontam com aqueles do universo mais amplo dos jovens da “favela” (DAMASCENO DE SÁ, 2010, p. 10-11).

Damasceno de Sá aponta, ainda, que há sempre o risco de perder a moral, de perder a consideração que se ganhou no “mundão”. O autor lembra que ser considerado é quase um valor absoluto num lugar onde ninguém é considerado por ninguém. Nesse contexto, as pessoas boas são guerreiras, e a pessoa ruim é “pano de chão da polícia”. Alguém pode ser malandro, ladrão e maconheiro, mas se achar considerado pelas amizades do mundão. E no mundão – o sistema da droga, prostituição e criminalidade – <sup>115</sup> falar mais alto é uma atitude que leva à morte. Para sobreviver nesse mundão, é preciso aprender a falar corretamente, sem querer ser mais do que outros, pois é treta na certa (DAMASCENO DE SÁ, 2010, p. 13). Acerca do “bichão”, os jovens alertam em suas narrativas que ele é sempre o primeiro a morrer, mas também é aquele que goza de alguma consideração durante certo período da vida, o que parece ser um bem pessoal precioso para jovens destituídos e enredados de modo quase permanente em processos de produção social de indiferença. O autor constrói uma linha de argumentação parecida com aquela tratada no item 4.3 acerca da intensidade da “vida loka” como produção de sentido e maneira de subjetivação. Ele discorre que “é como se uma experiência temporal intensiva por meio do devir bichão,

---

<sup>115</sup> Interessante notar que meus interlocutores também acionavam a palavra “mundão” para se referir ao “mundo do crime”.

qual um processo de aquisição de respeito pela força, respaldasse imaginariamente algumas garantias mínimas de formação do eu” (IDEM, p. 10). Para Damasceno de Sá, a dimensão moral da produção social do jovem assaltante que emerge do jovem guerreiro na passagem de sujeito ofendido para sujeito ofensor no contexto de interação com os inimigos externos está no papel de articulação das posturas corporais e identitárias ligadas ao estatuto do bichão.<sup>116</sup>

Adalton Marques (2009) trabalha o “ser humilde”, o “ter respeito”, como modalidades de subjetivação, de constituição e de reconhecimento. A dissertação de Marques, cuja pesquisa foi realizada junto a presos, ex-presos e familiares, tem como centro a noção do “proceder”. De acordo com o autor, o “proceder pelo certo” não se reduz a um regime de regras e condutas, mas consiste em uma possibilidade enunciativa que tem a ver com lutas pela verdade. Ele diz, ainda, que outra instância se articula com a questão do “ter proceder”. Ela se refere a autodescrições, como “ser humilde”, e a descrições de outros, dentre as quais o “sujeito-homem”. Um de seus interlocutores diz, por exemplo: “não é questão só de regra, chapa, tem que ser humilde com os irmão de sofrimento” (MARQUES, 2009, p. 61). Trata-se, então, de uma instância de subjetivação que caracteriza um modo particular de existir. Nesse contexto, o “crime” não tem a ver com o cometimento de infrações penais, mas “trata-se de um ‘movimento’ que efetua considerações acerca das ‘caminhadas’ de ‘ladrões’ e de outros – ‘trabalhadores’, policiais, estupradores, ‘justiceiros’ – definindo quem são os ‘aliados’ e quem são os ‘inimigos’” (p. 94).

Mesmo sendo realizada entre adultos privados de liberdade, a descrição de Marques (2009) acerca do “proceder” se aproxima muito daquilo que os adolescentes tratam em termos de “correr pelo certo”, e a questão do sujeito-homem (suas características, o que ela expressa) também está muito perto do se encontrou em minha pesquisa. Estou de

---

<sup>116</sup>Damasceno de Sá argumenta, ainda, que sua hipótese etnográfica “passa pela observação de que, em muitos casos, a ofensa moral difusa praticada pela “sociedade” contra a família do assaltante é imaginada pela figura subjetiva que pratica o assalto por trás da arma como tendo maior relevo e letalidade simbólica do que a ofensa criminal promovida contra a vítima social pelo criminoso, sendo este simbolicamente representado pelo poder do Estado como antissocial. O assalto pode funcionar como uma vingança ritual realizada em nome de uma família socialmente ofendida e desestruturada em sua dignidade tradicional (DAMASCENO DE SÁ, 2010, p. 12).

acordo com Marques em suas considerações sobre o *crime* e o *proceder* envolverem lutas por verdade e configurarem instâncias de subjetivação. Quando se pergunta aos sujeitos o que significa “ser do crime”, as respostas se encaminham para a questão do “ser, proceder pelo certo”. Mas penso que não é apenas isso que define o *crime*, a *vida no crime*, mesmo sendo tais dimensões centrais.

A pesquisa com os adolescentes abriu mais aspectos importantes: *crime* como modo de “se virar”, de obter bens materiais e simbólicos; *crime* também como modo de se divertir, de se aventurar, de experimentar sensações fortes, como a adrenalina, e como maneira de dar gosto e sentido à vida. Além disso, como será aprofundado mais adiante, na medida em que o crime constituiu sujeitos e, especialmente, um modelo de sujeito ético pautado nos valores respeito e humildade, ele produz também reconhecimento. Não é possível, ainda, pensar ou definir o *crime*, a experiência nele, sem levar em consideração que o chamado “mundo do crime” tem suas condições de produção e de manutenção na sociedade englobante: nas relações de etiquetagem e de seletividade penal, nas instituições legais e de controle. Os processos de subjetivação e os diversos regimes de verdade e de moralidade disponíveis e que atravessam essas pessoas se configuram também a partir das relações com uma série de instituições sociais, de mundos. A humildade e o respeito são valores centrais também para pessoas “da comunidade”, “do morro” (BARREIROS, 2008; LYRA, 2013). Júlia contou que aprendeu com o pai a “correr pelo certo”. No caso dos adolescentes, acredito que um modo particular de existir esteja não apenas na subjetivação via *correr pelo certo*, mas também na vida tensa, intensa, *loka*: na vida “matável” (dentro e fora do crime), cheia de altos e baixos, com a adrenalina e o “veneno” correndo nas veias. O “correr pelo certo”, em meu ponto de vista, é mais repetição do que diferença; é mais ponte entre *crime* e outras instâncias (mesmo sendo produzido de modo específico e com efeitos específicos). Constitui sobremaneira o *estar no crime*, o *ser do crime*. “Ser do crime” é *correr pelo certo*. Esse último, por sua vez, está sempre associado a ideias-valores-posturas de humildade, de respeito e de consideração. Além disso, trata-se também de não “pisar”, de não desrespeitar regras/conduitas/valores, como não delatar, não talaricar, não estuprar, não matar inocentes... Se muitas dessas ideias-valor podem ser compartilhadas com outros mundos, a peculiaridade é a maneira intensa como são vivenciadas, de modo que os deslizes, por exemplo – a partir da avaliação dos pares –, podem levar à desconsideração, ao ostracismo e, no limite, à morte. Assim, a intensidade da vida não tem a ver somente com uma possível morte

decorrente das atividades no crime (tráfico, assaltos, trocas de tiros), mas com uma possível morte decorrente de uma “pisada”. Vive-se tudo ao extremo, cobra-se tudo ao extremo. E, desse modo, a vida que pensamos fora da ordem, fora da norma, fora da lei é uma vida cheia de controles, cheia de normas, cheia de valores, cheia de limites. Como se disse no segundo capítulo, a proximidade com a morte não leva a um deixar correr de qualquer modo a vida, mas a cerca de constrangimentos, de cuidados, pois o chão da “vida loka” “tá sempre liso”.

### 5.5.3 Moral, Subjetivação e Reconhecimento

Foi notável os sujeitos da pesquisa não falarem em nenhum momento em valores como *honra* e *virilidade*. O sujeito-*homem* não é o corajoso, o marrento, mas é o que *corre pelo certo*, é o *humilde*. As mulheres no crime também devem guiar-se por esse modelo. Mais uma vez, mostra-se a importância de os analistas deixarem de colocar esses valores – que comporiam um “ethos guerreiro” – como centrais para a compreensão das experiências dos jovens envolvidos com infrações, ilegalidades. Os adolescentes falaram sobre respeito e humildade, valores que mais têm a ver com um *ethos*, com uma ética<sup>117</sup> do reconhecimento (do campo da intersubjetividade, da relação consigo e para com os outros). Na composição de um *sujeito-homem* que *corre pelo certo* sendo humilde, tendo e recebendo respeito e consideração, articulam-se, assim, moral, subjetivação e reconhecimento.

Mas como pensar essa ética, esse *ethos*, em nosso caso? Como pensar o desenvolvimento de uma ética do reconhecimento justamente entre aqueles que são, em geral, colocados para fora: da lei, das normas, dos limites, do social, da humanidade? Entre os que são considerados por sociólogos eminentes como Wiewiorka *não sujeitos*; por antropólogas reconhecidas como Zaluar, desprovidos de moral e membros de uma “subcultura viril” marcada pela possibilidade de ter muitas mulheres e de andar armado para protegê-las; por renomados estudiosos do campo das violências, como Misse, “sujeitos criminais” que são *facções de si mesmos* e, portanto, capazes, pelo seu *individualismo exacerbado e negativo, de mostrar uma olímpica indiferença pelo outro?*

---

<sup>117</sup>Leonardo Boff (2003) discorre que a palavra ética é derivada de “ethos”, que no grego clássico significa “morada humana” (modo de ser das coisas e das pessoas).

Antes de refletir sobre as especificidades da produção de reconhecimento *no crime*, é preciso ter em mente que a questão do reconhecimento bem como o princípio do respeito estão marcadamente presentes, considerados por vezes universais, quando se trata de discutir moral e intersubjetividade. Pensemos, por exemplo, no trabalho do antropólogo Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2008) em que ele articula a noção de violência com a questão do que denomina de “insulto moral” a partir de uma ideia-valor que vigora no Brasil e que se expressa a partir da dicotomia *consideração/desconsideração*. O que nos interessa aqui é que tal dicotomia é colocada pelo autor como algo vigente no país de modo ampliado. É possível, então, que a centralidade do respeito, da consideração e da humildade *no crime* tenha também a ver com essa ideia-valor que atravessa as relações que envolvem direitos, insultos e cidadania no país. Contudo, na revisão bibliográfica para o presente trabalho, foi encontrada, como apontado no capítulo primeiro, uma “configuração de valores” semelhante nas trajetórias de jovens “delinquentes” franceses e que diz respeito a uma economia do “capital simbólico”, da “importância social”, do “reconhecimento”, ou, em termos nativos das periferias (*quartiers*), do “respeito”, da “reputação” (MAUGER, 2009).

A partir daí, tem-se uma centralidade que ultrapassa as fronteiras de nosso país, que, talvez, faça parte de certa “economia moral” (FASSIN, 2009), ou de um “dispositivo” (AGAMBEN, 2005) mais abrangente no mundo contemporâneo. Pode-se aqui lembrar os argumentos de Honneth (2003; 2009) acerca de uma retomada da questão do reconhecimento – especialmente a partir dos anos 60 – e de sua proposta de que a base da interação social é o conflito, e que sua gramática é o reconhecimento. É possível também fazer uma remissão àquilo que Foucault (1995) descreve acerca da especificidade das lutas, das resistências contemporâneas como lutas contra as formas de sujeição, contra a submissão da subjetividade. Trata-se de atacar não tanto esta ou aquela instituição de poder, ou grupo, ou classe, mas uma técnica de poder que se aplica

[...] à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos (FOUCAULT, 1995, p. 235).

As lutas contra a sujeição podem também ser “lidas” como lutas por reconhecimento na medida em que, como discorre Deleuze (2005), a luta por uma subjetividade moderna passa pela resistência às duas formas atuais de sujeição descritas acima: individualização de acordo com as exigências do poder e a ligação de cada indivíduo a uma identidade sabida e conhecida, bem determinada de uma vez por todas. “A luta pela subjetividade se apresenta, então, como direito à diferença e direito à variação, à metamorfose” (DELEUZE, 2005, p. 113).

Voltando ao trabalho de Cardoso de Oliveira (2008), o autor afirma tratar-se de algo que não está presente apenas no Brasil, uma vez que se reporta à “relação entre as ideias de respeito a direitos plenamente universalizáveis, tendo como referência o indivíduo genérico, e de consideração ao cidadão, portador de uma identidade singular” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2008, p. 136). Para isso ele examina essa relação em três contextos etnográficos distintos – no Brasil, no Canadá e nos Estados Unidos – por meio da análise de conflitos e de eventos políticos que envolvem afirmação de direitos ou demandas por reconhecimento. Além disso, o autor discorre que vem tentando compreender os atos ou eventos de desrespeito à cidadania que não são captados adequadamente pelo Judiciário ou pela linguagem dos direitos, no sentido estrito do termo. E, nesse sentido, apresenta o conteúdo desses atos por meio da noção de *insulto moral*, como um conceito que realça as duas características principais do fenômeno: (1) trata-se de uma agressão objetiva a direitos que não pode ser adequadamente traduzida em evidências materiais; e, (2) sempre implica uma desvalorização ou negação da identidade do outro. Além de trabalhar a noção de insulto moral articulando-a com uma ideia-valor proeminente no país, ele propõe que tal noção relaciona-se, também, com pelo menos três tradições de reflexão sobre o tema: a discussão em torno da noção hegeliana de *Anerkennung* (reconhecimento) e da sua ausência expressa na ideia de *Mißachtung* (desrespeito, desatenção), retomada contemporaneamente nos trabalhos de Taylor e Honneth; o debate francês sobre *considération* (e seu oposto, *déconsidération*), que remonta a Rousseau com alguns dos desdobramentos recentes reunidos numa publicação de Haroche e Vatin, em que o tratamento relativo à consideração é definido como um direito humano; e discussões associadas à noção maussiana de dádiva ou reciprocidade, assim como têm sido articuladas pelo grupo da *Revue du M.A.U.S.S.*

Algo a se pensar é que muitos dos que têm trabalhado a temática do reconhecimento (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2008; HONNETH,

2003; 2009; SOUZA, 2006) têm pautado suas análises em uma ideia de cidadão universalizável, de conflitos e de lutas por reconhecimento no âmbito público (demandas por direitos; movimentos sociais) e em termos de identidades singulares. Em relação a essa última ideia, por exemplo, se seguirmos as considerações de Foucault (1995), o cidadão, como detentor de uma “identidade singular”, é justamente um dos efeitos da sujeição produzida pelo Estado moderno. Assim, propõe-se que as discussões sobre reconhecimento teriam muito a ganhar caso considerassem processos de subjetivação diversos, não só os hegemônicos. Como em nosso caso, dentro de um domínio considerado não legítimo, produzem-se relações de reconhecimento, de reciprocidade, via constituição de um sujeito ético.

O “respeito”, por exemplo, aparece em Immanuel Kant – e em toda a tradição filosófica e jurídica derivada de seu pensamento – como o princípio supremo de toda a moral, uma vez que contém a essência do imperativo categórico de tratar a qualquer pessoa apenas como um fim em si mesmo (HONNETH, 2009, p. 311). No caso dos adolescentes “no crime”, contudo, o respeito parece ir além da “regra de ouro” e de uma dimensão de igualdade no sentido mais jurídico do termo. O respeito, entre eles, está ligado à ideia de humildade e implica relações de consideração. Se em certo sentido ele ultrapassa a definição kantiana, em outro ele é mais restritivo, ao não se estender a todos como imperativo categórico, pois, em geral, não engloba as relações com os “inimigos”, com os “vermes” (com os não enquadrados como humanos). Mas aí é preciso lembrar que tal tipo de “restrição” não se configura como uma particularidade do *crime*. Basta lembrar, por exemplo, que em várias sociedades – como entre os *kamo* estudados por Leenhardt (1971) – não basta ser da espécie humana para ser considerado pessoa, investido de humanidade. Inclusive nas sociedades ocidentais, como bem sabemos, o fato de vigorar a ideia de “dignidade”, de “sacralidade” da pessoa humana em nossas Constituições bem como em Declarações de Direitos Humanos não equivale, na prática, à consideração de que basta ser da espécie humana para ser reconhecido como igual, como humano.

Como já se discorreu ao longo do trabalho, os adolescentes enquadrados como “em conflito com a lei” são frequentemente apreendidos a partir de suas supostas “faltas”, “precariedades”, e nesse sentido, de certa forma, como mais distantes do “cidadão”, do “sujeito”, do “humano”. Uma dessas precariedades estaria no campo da moral. Discursos mais simplistas colocam as coisas em termos de falta de limites, de falta de referências morais (ZALUAR, 1985, 1995); outros



constroem descrições mais sofisticadas acerca, por exemplo, da formação de um “*habitus* precário” (SOUZA, 2006). Já se falou bastante acerca do primeiro caso. Detenhamo-nos, então, agora nesse segundo tipo de discurso.

Jessé Souza (2006) descreve o processo de desenvolvimento de um novo sujeito moral no Ocidente. Para o autor os atributos desse sujeito – disciplina, autocontrole, razão prospectiva, trabalho produtivo – fundamentam a autoestima dos indivíduos como o seu reconhecimento social. Ao invés da “honra”, prevalece o princípio de “dignidade”, que pressupõe um reconhecimento universal entre iguais. Assim, o compartilhamento de uma determinada estrutura psicossocial, de uma “economia emocional” e moral passa a ser o fundamento implícito do reconhecimento social. Para o autor, ainda, tal processo de aprendizado moral e político aconteceu em todas as sociedades centrais do Ocidente. Souza chama de *habitus primário* esse aprendizado coletivo. Entretanto, de acordo ele, em países “periféricos”, como o Brasil, não houve a generalização do “*habitus primário*” e tornou-se um fenômeno de massa permanente o “*habitus precário*” – o limite do primário para baixo: “seria aquele tipo de personalidade e de disposições de comportamento que não atendem às demandas objetivas para que, seja um indivíduo seja um grupo social, possa ser considerado produtivo e útil em uma sociedade de tipo moderno e competitivo” (SOUZA, 2006, p. 38). O autor argumenta, ainda, que, no caso desses países, existe toda uma classe de pessoas excluídas e desclassificadas, visto que elas não participam do contexto valorativo de fundo – “dignidade” do “agente racional” –, que é condição de possibilidade para o efetivo compartilhamento, por todos, da ideia de igualdade. Para Souza, a centralidade universal do princípio do desempenho e sua incorporação pré-reflexiva fazem com que a reação dos inadaptados se dê num campo de forças que se articula em relação ao tema do desempenho: “positivamente pelo reconhecimento da intocabilidade de seu valor intrínseco, apesar da própria posição de precariedade, e, negativamente pela construção de um estilo de vida reativo, ressentido, ou abertamente criminoso e marginal” (SOUZA, 2006, p. 42). No Brasil, ao invés de igualdade, é o “valor diferencial entre os seres humanos” que está atualizado de forma inarticulada em todas as nossas práticas institucionais e sociais.

É inegável que Souza (2006) traz contribuições significativas para a compreensão da desigualdade no Brasil. A ideia de uma hierarquia moral das vidas a partir de uma valoração diferencial entre os seres nos ajuda a entender alguns discursos e práticas que permeiam as

relações entre as pessoas no país, bem como o funcionamento de nossas instituições, e que reproduzem estruturas de desigualdade, de discriminação, dentre outras. Contudo, há uma série de pontos de divergência entre os argumentos de Souza (2006) e aquilo que propomos na presente tese a partir de uma teoria etnográfica. Em outro momento (VIEIRA, 2009, p. 23-25), aponte, por exemplo, como um problema a associação direta que Souza faz entre violência/criminalidade e pobreza, bem como tensionei as críticas que ele faz às reflexões de Luiz Eduardo Soares presentes em *Cabeça de Porco* (2005) no sentido de que a análise dos “estados internos”, da subjetividade dos atores não explica a desigualdade. Adiciono agora a questão: como é possível construir uma teoria que é pautada em uma noção que deriva da “teoria da prática” de Bourdieu e que fala em *economia emocional e moral* sem conhecer os processos de subjetivação dos atores? Nesse sentido, o maior problema nas considerações de Souza (2006) parecem ser as generalizações que ele faz, especialmente as inferências sobre o *habitus precário* a partir da descrição do *primário*. Não discordo dessa última descrição, a qual faz jus e dialoga com uma importante produção recente nas ciências sociais que articula as ideias de reconhecimento, de moral e de subjetivação (TAYLOR, 2005; FASSIN, 2009; HONNETH, 2003; 2009). O que gera desconforto é sua definição do *habitus precário* sem a contraparte das referências concretas, dos dados empíricos que poderiam sustentar a argumentação. E, então, o autor passa não apenas a reproduzir o discurso da precariedade moral das pessoas pobres, como acaba por sustentá-lo.

Concordo com a constatação de que no Brasil vigora uma “hierarquia moral” entre as pessoas (entre as classes sociais), mas creio que o fato de as pessoas pobres serem tratadas como moralmente inferiores, de serem colocadas como desprovidas de determinados padrões morais, de não terem reconhecida a dignidade de suas vidas não implica que elas não se pautem por valores abrangentes e centrais nas sociedades contemporâneas, como disciplina, autocontrole e trabalho produtivo. Quem, mais do que um trabalhador evangélico, por exemplo, acredita em tais valores e se porta a partir deles? E no “mundo do crime” (“estilo de vida abertamente marginal”), como vimos, as condutas são regradas, é preciso ser extremamente cuidadoso, disciplinado e principalmente ter uma “cabeça forte” – ser racional e ser “cabuloso” (MARQUES, 2009; MALVASI, 2012). O trabalho exercido no tráfico funciona da mesma maneira como em qualquer empresa capitalista e produz capital que circula no mercado “produtivo” (considerado legal), bem como ajuda a manter uma das principais

indústrias dos países “centrais”, qual seja, a de armamentos. Além disso, “no crime” há um processo de produção de reconhecimento a partir justamente do valor do respeito, que, por sua vez, está atrelado ao de dignidade e de igualdade.

É possível, além disso, pensar que o “*habitus* precário” assim o é em relação ao hegemônico: existe a produção de valores alternativos, tais como sociabilidades ligadas à jocosidade, à brincadeira, à informalidade. Tais valores podem ser positivados no âmbito do grupo e conviver com os valores hegemônicos; e, como falei acima, os valores hegemônicos também têm lugar nos contextos “marginais” (vivemos numa sociedade complexa e de massa). Além disso, as posturas dos “inadaptados” não podem ser reduzidas de forma simplista aos polos da submissão ou da reação, bem como não se pode definir o conteúdo desses polos sem aproximações empíricas. Muitos autores no campo da antropologia têm criticado a definição da alteridade a partir de polos em que há uma inversão de sinais (os “outros” são sempre descritos de forma negativa ao padrão hegemônico, são definidos por suas pretensas faltas) e propõem que se pense em termos de diversidade (VELHO, 2012; FONSECA, 2013). Por fim, não parece incontestável que nas sociedades “centrais” tenha havido uma generalização do *habitus primário* no sentido da extensão do princípio da dignidade e da igualdade a todas as camadas da população. Se lá há menos desigualdade social, de longe há menos discriminação. A diferença é que o “outro”, o “precário”, o “desprovido” nessas sociedades é, em geral, o imigrante (na França, por exemplo, chamado – inclusive por altas autoridades<sup>118</sup> – de *racaille*, “gentinha”, “escória”).

Retomando a questão da centralidade do respeito e da humildade “no crime”, é possível afirmar que esses são tão importantes para eles porque os jovens em questão têm, em suas trajetórias, fortes experiências de desrespeito: desde humilhações e ofensas morais até violações físicas, tortura, bem como variadas formas de discriminação. Buscam produzir entre eles justamente aquilo que lhes foi e/ou é negado. Nesse sentido, penso que a proposta de Axel Honneth (2009) de que existe um estreito nexos entre moral e reconhecimento (e também entre essas e a intersubjetividade humana) pode nos ajudar a compreender a questão. Mas, como dito mais acima, os dados etnográficos acerca das *experiências no crime* também nos ajudam a repensar as teorias que têm refletido sobre a questão do reconhecimento nas sociedades contemporâneas. Elas analisam, em geral, lutas

---

<sup>118</sup> Sobre a questão, ver, por exemplo, Fassin (2009, p. 1262).

organizadas em torno de Movimentos Sociais ou demandas por direitos – via processos que podem ser descritos como judicialização das relações sociais (RIFIOTIS, 2011; 2012; 2013). São demandas dirigidas ao Estado e às suas instituições no sentido de viabilizar políticas de reconhecimento de situações de desrespeito, bem como de compensação. Já “no crime” não se demanda nada de fora, desse fora que produz as situações de desrespeito, de discriminação. Trata-se de uma política mais voltada ao “governo de si” e que reverbera na relação com os pares. Uma política (de reconhecimento) que se produz através da constituição de sujeitos-homens (subjetivação) em uma comunidade que partilha valores norteadores das condutas (eticidade). A partir do respeito e da humildade é que seus integrantes concebem o reconhecimento mútuo, através da ideia de “consideração”. O “crime” forma, então, uma comunidade de valores na qual os membros conseguem produzir, ao menos ali dentro, padrões de reconhecimento que viabilizam a “consideração”, a autoestima (terceiro nível das relações consigo mesmo descrito por Honneth, 2009), bem como tecer relações de respeito/igualdade jurídica (todos os integrantes submetidos às mesmas regras). Produzem justamente as formas de reconhecimento passíveis de serem construídas a qualquer tempo e que lhes foram negadas pela sociedade abrangente através de relações de exclusão, hierarquização, desigualdade e discriminação/estigmatização. Apesar de haver referências ao crime como uma família, bem como das relações de irmandade nele produzidas, as descrições dos adolescentes levam a pensar “no crime” como um domínio mais próximo ao de grupo social/comunidade (com valores compartilhados e estabelecimento de relações de reconhecimento) e ao de Estado (enquanto organização jurídica que monopoliza o uso da força física/violência e, em alguns lugares – como no caso estudado por Lyra, 2013 –, instância responsável pela garantia de direitos básicos a toda comunidade: alimentação, saúde, segurança).

Contudo, é preciso esclarecer que não compartilho a ideia de que se trataria, então, de um “Estado paralelo” e de uma “subcultura”, pois as condições de produção e de reprodução do “mundo do crime” estão naquilo que se chama de “Estado de direito” e de cultura dominante/hegemônica. Como analisado no segundo capítulo, tal Estado se faz presente de forma intensa na vida desses jovens, não enquanto instituição garantidora de direitos, mas em sua expressão de controle e de produção de margens (em sua “força de lei”, nos termos de Derrida, 2007). Além disso, como se discorreu ao longo do trabalho, há valores, discursos, “economias morais” (FASSIN, 2009) que circulam entre esses

domínios. As relações entre “mundo do crime” e os mundos da “legalidade”, da “ordem” são inúmeras e constantes. O fato de “o crime” produzir internamente aquilo que é negado aos seus integrantes em outras instâncias não implica que ele seja um domínio à parte que englobe todas as *linhas* (FOUCAULT, 1995) que perpassam seus participantes. Pelo contrário, há movimentos de *fora* para *dentro* do “crime” e de *dentro* para *fora* do “crime”.

#### 5.5.4 Sobre Mundos, Moralidades e Sujeitos

Aí, X, fica calmo  
 Não apavore  
 O veneno vai passar, a qualquer hora  
 Tem um ditado que diz:  
 “Coração de vagabundo bate na sola do pé”  
 Mas o problema é que ele bate, né?  
 Quando eu era pequeno, meu pai me batia  
 Olhava em meus olhos e ainda ria  
 Mamãe me dizia: Joe, deixa quieto  
 Mas agora eu cresci, pode crer, o papo é reto  
 Entrei no sistema, mas eu corro pelo certo  
 Sentado aqui, eu não tenho um amigo  
 Só meus irmãos, que falam que fecham comigo  
 Sou Joe MC, superior...  
 Tenho orgulho, bato no peito  
 Pois quem não deve não treme  
 Não tenho medo de ninguém  
 Se fode, não tenho dó  
 Ando sozinho, não, não, com os irmão do lado

Nas palavras de Joe, um pouco de sua história é contada sob a perspectiva do momento em que vive. É provável que agora, no final do trabalho, suas palavras, suas categorias, seus sentimentos, sua descrição sejam mais compreensíveis ao leitor. Espera-se que, nesse momento, pelo menos parte dessa experiência possa estar um pouco mais próxima daqueles para os quais o “mundo do crime” é uma realidade distante, mas com traços, com uma imagem muito bem definida. Uma das maiores marcas e creio que uma das maiores contribuições da produção antropológica é o resultado do trabalho de campo no sentido de trazer “para perto” alguma experiência desconhecida, não familiar, ininteligível. É um aproximar-se que não torna “o outro” um igual, mas

o torna semelhante. Torna-o alguém com quem posso conversar e a quem posso compreender. Além disso, quanto mais perto se chega, percebe-se que esse outro não é homogêneo, é internamente diverso, assim como é diverso de mim. Mas o fato de ser diverso de mim não significa que não compartilhem uma gama de coisas, que não estejamos sujeitos a uma série de outras de forma parecida.

Em um curto trecho de *rap*, Joe expressa muitos dos elementos que compõem sua experiência, a *experiência no crime*: o momento em que vive, institucionalizado, no *veneno*, com um coração que bate e sente; uma história de humilhações e agressões por parte do pai e com a presença conciliadora da mãe; o momento de ruptura com essa situação, “não sou vítima”, “cresci, sou homem e, agora, o papo é reto”; a entrada no “sistema”, na “criminalidade”, mas com a ressalva de que *corre pelo certo*; a demonstração de orgulho pelo sujeito que é, que não teme, que não “baixa a cabeça” e que caminha (sozinho), apenas com os “irmãos” do lado.

Trata-se de uma descrição com aparentes contradições: ser “vagabundo”, *mas* com um coração que bate; ser vítima (“pequeno”), *mas* ser agente (“cresci”); ser criminoso (“entrei no sistema”), *mas* “correr pelo certo” (sujeito ético); ter orgulho (e ser humilde, posto que “corre pelo certo”), *mas* não ter dó (ser *cabuloso*); caminhar sozinho, *mas* com os *irmãos* do lado. A “incoerência”, a “contradição” não é desses sujeitos ou de suas experiências. Todos nós transitamos por mundos diversos e somos atravessados por várias linhas de subjetivação/sujeição.

### *Sobre mundos*

Vale um pequeno corte para falar sobre a maneira como se entende a questão dos mundos, das esferas da realidade, no presente trabalho. Nas ciências sociais, a noção de “mundos sociais” foi utilizada no âmbito do interacionismo simbólico como “uma rede aberta de atores colaborando em torno de uma atividade específica e unidos por um estreito tecido de relação” (LE BRETON, 2008, p. 87). Os diversos mundos sociais se articulariam uns com os outros e participariam da sociedade global. De acordo com Le Breton, tal noção foi elaborada por Shibutani e Strauss e foi aplicada a uma série de ações coletivas. Ela não é estrangeira a uma noção anterior, a de “conjunto interativo significativo”, utilizada por Dilthey. A noção foi utilizada por Becker em seu estudo sobre “os mundos da arte”. Essa maneira de colocar a questão dá a impressão de um conjunto, de uma rede organizada de

mundos de que os atores (e sua intencionalidade) se servem. Permanece aí uma separação entre indivíduo e sociedade, objeto e sujeito, havendo apenas uma ampliação da esfera exterior aos sujeitos. Já na obra de Alfred Schütz (2007; APUD LE BRETON, 2008), um dos fundadores da sociologia fenomenológica, a questão aparece mais nuançada. O autor coloca em diálogo a sociologia compreensiva de Weber e a fenomenologia de Husserl. Desse último reteve a ideia de que, se há um mundo real e objetivo, ele só pode ser apreendido sob a forma de uma realidade socialmente construída e pensável. No “folhear do real”, há o mundo dos sentidos, o do sonho, o dos objetos científicos, o dos enunciados científicos, míticos, religiosos, etc. Cada mundo tem sua pertinência e seu campo de influência enquanto dura a passagem de um indivíduo em seu seio. Shütz (2007), dando sequência às análises de W. James, propõe a ideia de “realidades múltiplas”, cada uma implantando uma província limitada de significações que se referem a um foco de realidade. Além disso, cada uma possui seu regime próprio de sentido e de atividade, de modo a marcar uma experiência particular do Eu (self/moi). A passagem de uma ordem a outra traduz uma modificação radical da relação com o mundo, contudo a experiência da vida corrente realiza a padronização do real permitindo situar as outras versões do real (SHÜTZ, 2007, p. 156-157). Nessa proposta, a preocupação do analista se dirige menos sobre a dimensão já instituída do social do que sobre sua dimensão instituinte – do mundo em construção. Trata-se de uma perspectiva precursora, de certa forma, das discussões contemporâneas sobre o pós-social mencionadas no segundo capítulo. A partir daí, nem o social nem os sujeitos estão dados de antemão, mas sua inscrição, sua realização depende de quais relações são estabelecidas, de quais mundos possíveis entram em cena.

Muito antes dos interacionistas, um pensador – que, caso tivesse sido mais prestigiado em seu tempo, poderia ter definido os rumos e as categorias centrais da sociologia de uma forma completamente diversa – já estabeleceu as bases para pensar esse outro social. Gabriel Tarde, contemporâneo de Durkheim, propôs um perspectivismo relacionado a uma monadologia. À diferença das mônadas fechadas de Leibniz (1999)<sup>119</sup>, as descritas por Tarde (2007) possuem janelas, interpenetram-

---

<sup>119</sup> Para o filósofo Leibniz (1999), o universo seria composto por unidades de força, as mônadas. Elas não teriam portas nem janelas, não receberiam seus conhecimentos de fora, mas teriam o poder interno de exprimir o resto do universo, a partir de si mesmas. A mônada seria, então, um ponto de vista fechado em si mesmo.

se reciprocamente. Nessa monadologia o “humano” não é definido por nenhuma essência, por nenhuma condição. A qualidade de sujeito ou de objeto não pertence a nenhum domínio, mas se refere às posições: algo é objeto quando distante do ponto de observação, e sujeito quando próximo. Há, nesse sentido, uma renúncia da ontologia do ser (identidade, essência) em favor de uma metafísica do haver (mudança, relacionalidade). Para Tarde, do princípio do ser é impossível deduzir qualquer outra existência além da própria, daí a negação da realidade exterior. Ao discorrer sobre “Os possíveis”, o autor afirma que: “Somos um composto de possíveis inúteis através dos quais se desenrola por algum tempo uma mesma cadeia de possíveis utilizados” (TARDE, 2007, p. 222). Para ele, ainda:

A cadeia de lembranças mais ou menos distintas e vaporosas que se chama *nosso passado é nossa*, mas não é *nós*, pois poderia ter sido outra; com efeito, as leis da natureza humana nos obrigam a afirmar que, se as circunstâncias de nossa vida tivessem sido diferentes, nossos estados de consciência teriam variado. Poderíamos ter tido *outros passados* que não tivemos; e a afirmação desses passados hipotéticos, necessários sob condição, faz parte integrante de nossa verdadeira definição (TARDE, 2007, p. 201).

Nesse sentido, vale destacar a fala de Henrique, um dos interlocutores: “Tô nessa vida aí desde os 12 anos. Às vezes eu fico pensando que eu podia ter feito outras coisas e nem era pra mim tá nessa vida, mas aconteceu agora também, agora é tarde também, né?”.

Além das reflexões no campo das ciências sociais, são pertinentes para a nossa discussão as ideias do filósofo brasileiro Newton da Costa. Para Costa (APUD ALMEIDA, 2003), o conhecimento é ontologicamente e logicamente pluralista. Haveria muitos sistemas cognitivos, que divergiriam quanto aos objetos que admitem e quanto aos cânones lógicos que empregam. Contudo, em cada sistema cognitivo, pode-se falar de “quase verdades” que se aplicam a uma parte de cada um desses universos. Dessa forma, sistemas cognitivos, inconciliáveis quando vistos como totalidades, podem coabitar. Em cada um deles, produzir-se-iam “quase verdades” que – estas, sim – são compatíveis umas com as outras, sustentadas pelas mesmas pessoas talvez, embora a rigor sejam contraditórias. Por exemplo, um físico é newtoniano de manhã cedo ao planejar o lançamento de um foguete; à



tardinha, ele é quântico, ao fazer experimentos de colisão de partículas; e, à noite, é relativista, ao olhar as vastidões estreladas e sonhar com a expansão do universo.

*Ele é bandido ou uma criança? Em que mundo situá-lo?*

Um dos meninos que chegou à Casa de Semiliberdade após uma rebelião em um Centro de Internação Provisória morava no bairro em que dona Lourdes – a cozinheira – trabalhava quando no exercício de seu outro emprego, na venda de cachorros quentes. Dona Lourdes descreveu as diferenças entre a postura do menino na rua e na “Semi”. “Outra pessoa”. Na rua era bem “fechado”, “marrento”, “sério”; e já na Casa estava sempre com um grande sorriso, bem solto, fazendo brincadeiras, bem gentil com ela. Eram gestos diversos, posturas outras, um corpo que se transforma, um rosto modelável que abre e fecha mundos, janelas... Ela também construiu uma análise, fruto de uma perspicaz e atenta observação nos moldes antropológicos, ao comentar que na rua, provavelmente, eles precisam ser assim, passar essa imagem de poder, provocar nos outros medo. Dona Lourdes não tentou definir quem era o menino de uma vez por todas, e, além disso, sua experiência de vida e junto aos jovens a fez refletir sobre a questão dos diferentes contextos, das diferentes relações que travamos e que exigem posturas diversas.

O problema é que, em geral, para construir uma descrição, uma imagem sobre algo ou sobre alguém, é preciso colocar as coisas nos seus devidos lugares, é preciso totalizar para identificar. Tentamos dar coerência, pôr ordem nos mundos. Mas “coerência é uma característica das descrições, não do mundo” (GOODMAN, 1972)<sup>120</sup>. Como pensar, então, os trânsitos entre valores, posturas, economias morais apresentados pelos adolescentes *no crime*? Como se viu no primeiro capítulo, alguns sociólogos da Escola de Chicago, como White e Matza (APUD LE BRETON, 2008), acionaram a ideia de deriva entre polos opostos da moral social – ideia semelhante à proposta recentemente por Isa Guará (APUD VICENTIN, 2005) ao discorrer sobre o “paradoxo

---

<sup>120</sup>Agradeço a Rifiotis a remissão a Nelson Goodman, que, em *O modo como o mundo é*, diz, por exemplo, que: “Coerência é uma característica das descrições, não do mundo: a questão importante não é se o mundo é coerente, mas se a nossa explicação dele o é. E o que chamamos de simplicidade do mundo é apenas a simplicidade que somos capazes de alcançar ao descrevê-lo” (GOODMAN, 1972, p. 01).

moral dos adolescentes em conflito com a lei”. Penso que nem a ideia de deriva e nem a de “moral híbrida”, “dilacerada”, sejam as que melhor descrevam as experiências desses jovens. Tanto na hibridez quanto na deriva, aparece a noção de dois polos opostos e muito bem definidos: “mundo do crime” (reino de “códigos perversos”, da falta de limites, da inexistência de ética) e “mundo da ordem”, do legítimo (no qual predominam valores abrangentes e representativos das instituições sociais legítimas). Insistimos na ideia de que o chamado “mundo do crime”, a “criminalidade”, produz-se a partir do controle social, dos processos de seletividade penal, etc. (FOUCAULT 2009a; BARATTA, 2011). Além disso, como se mostrou no decorrer do trabalho, os dados da pesquisa junto aos jovens mostram uma série de matizes que não permitem delimitar dois polos definidos antagonicamente. Valores abrangentes como o respeito e a humildade são centrais na definição da conduta a ser seguida no crime; eles se aprendem em casa, mas constituem a vida no mundo. O “mundo da ordem”, que tem no chamado Estado de direito um de seus elementos, apresenta-se a esses jovens como estado de exceção através da tortura, dos suplícios, da execução perpetrados a essas vidas violáveis, supliciáveis, matáveis.

Enfim, há uma série de dimensões que compõem a experiência *no crime*. Em cada uma dessas dimensões, há valores, há configurações de sujeito, há linhas de sujeição e/ou subjetivação, há mundos de referência. Tudo isso atravessa os jovens em questão, e cada uma dessas dimensões é acionada de acordo com os contextos de ação e de comunicação e de acordo com os sujeitos em relação.

#### *Das dimensões da vida no crime*

Abaixo um quadro que visa a sintetizar os aspectos presentes em cada uma das dimensões, e, em seguida, sua discussão.

Quadro II - Dimensões da “vida no crime”

<b>Por quê; pelo quê:</b>	Problemas na família; necessidade (ganhos materiais e simbólicos - dinheiro e o que ele proporciona); influência dos pares (emoções, aventura, reconhecimento).
<b>Apesar de quê; consequências:</b>	Riscos/ perdas: “hospital, cadeia, caixão”
<b>Como:</b>	Atividades (assalto ou tráfico), intensidade (vida loka), “correr pelo certo”/”sujeito-homem” (o que fazer e o que não fazer, maneira de ser e de se comportar, moral/ética)

### **Por quê; pelo quê: sujeito *delinquente* e sujeito *vulnerável***

A questão “por que entrou no crime” ou “por que está no crime” interpela os sujeitos a darem sentido, explicações sobre sua conduta como desvio. Trata-se de um instância em que estão pressupostos um domínio da ordem e outro dos descaminhos, das rupturas em relação à ordem. Nela entram em cena os processos de produção da delinquência, de nominação, de seletividade, e as categorias que enquadram os sujeitos como delinquentes, infratores, criminosos, em conflito com a lei. É o terreno das práticas divisórias (FOUCUALT, 2009a; 1995) que, a partir de relações de saber/poder, estabelecem divisões entre bons (normais) e maus meninos (desviantes, infratores). Podemos, então, inserir nesse contexto a produção de conhecimento sobre esses sujeitos, que também os produz na medida em que os descreve.

Todas as explicações e justificações para a “entrada” e as economias morais (FASSIN, 2009) a elas relacionadas fazem sentido também a partir dessa interpelação e dos “mundos” que pressupõem. Tanto a economia moral compassional – que coloca os adolescentes como *vulneráveis*, como *em situação de risco* – quanto a economia moral securitária – que os coloca como pessoas *perigosas, fora da lei*, a serem enquadradas – permeiam, como se viu, o sistema socioeducativo e suas práticas de tortura, de suplício e de ortopedia. Quando interpelados a explicarem o porquê, os adolescentes aderem a essas economias morais, a esses enquadramentos, especialmente àqueles que remetem a um sujeito que foi desrespeitado, vitimado em algum sentido (problemas na família, necessidades, ofensas entre pares). Nas explicações para a adesão, além de aparecerem dois mundos

pressupostos, o “mundo do crime” se coloca como um lugar de reparação, de compensação, de reação a outras coisas. O “para quê” também situa o crime como uma instância negativa, que se sustenta apenas por oposição: para obter o que faltou ou o que não se conseguiu pelos meios legítimos.

### **Apesar de quê: *vida nua e vida no veneno***

No estar *no crime*, apesar de suas consequências “hospital, cadeia, caixão”, é possível pensar que se abre um espaço de resistência, de afirmação de um sujeito que – embora institucionalizado, *homo sacer* (“vida nua”, sujeita à tortura, à matabilidade), sofredor – elabora o *veneno* que corre em suas veias, as cicatrizes que marcam seu corpo, às modulações que pressionam sua alma em termos de fortalecimento.

Aqui se encontram todos os riscos, todos os baixos dessa vida, a instabilidade, a imprevisibilidade, a proximidade com a morte. A consciência de que se pode ser torturado, humilhado, espancado, “preso” e morto e, apesar disso, e partir disso, segue nesse caminho. Judith Butler (2006) coloca que as bases para uma comunidade estão relacionadas à nossa exposição e à nossa cumplicidade com a violência, com a nossa vulnerabilidade à perda e ao trabalho de luto que a segue. Para ela, em parte, cada um de nós se constitui politicamente em função da vulnerabilidade social de nossos corpos – como lugar de desejo, de vulnerabilidade física, de afirmação e de exposição. O surpreendente, no caso desses jovens, é que suas vidas, aos olhos de fora “abjetas”, “matáveis”, são constituídas por eles como vidas que valem a pena ser vividas, apesar da matabilidade, apesar da abjeção.

E essas vidas para eles têm sentido, são afirmadas na maneira como são vividas. É aí que entra a terceira dimensão esboçada no Quadro II.

### **Como: *vida loka e sujeito-homem***

Contam-nos as meninas e os meninos que “essa vida” é digna de ser vivida por sua intensividade – “viver pouco como um rei” –, pelas sensações (adrenalina, aventura, diversão) que ela proporciona e porque nela corre-se *pelo certo*. Nela forma-se uma comunidade de valores, uma comunidade política na qual devem prevalecer o respeito e a humildade entre os membros, de modo que todos se sintam devidamente “considerados”. É preciso um cuidado constante com a conduta, pois o crime “não admite falha”. Nesse sentido é importante ressaltar que

também *no crime*, há linhas de abolição, de sujeição como, por exemplo, a pena capital no caso de alguns “deslizes” e as desigualdades em relação a gênero (como nas situações de “talaricagem”). As relações são também permeadas por conflitos, jogos de poder, regimes de verdade. Mas há, ao menos como horizonte e como objeto de problematização moral, a constituição de um sujeito ético, o “sujeito-homem”. E o “homem” do “sujeito-homem”, no contexto da presente pesquisa, tem menos o sentido de gênero masculino do que de humano. Nas narrativas dos interlocutores o contrário do sujeito-homem é o ser desprovido de humanidade, o “verme”. O sujeito-homem é aquele que busca “o certo no errado” e que compartilha com os outros uma mesma condição – daí as atitudes de humildade e de respeito e a consideração alcançada a partir de relações de reciprocidade. Tornar a *vida loka* uma vida digna é, assim, cercá-la de parâmetros e problematizar o bem agir, o bem viver, o dever ser.

É nessa linha de subjetivação que aparece um dos efeitos inesperados das relações de poder que produzem o “mundo do crime” como o mundo fora da norma, fora da moral, fora do humano. Os dispositivos de poder possuem a dimensão negativa de sujeição, de modulação, de normalização, mas produzem resistências, efeitos produtivos, produzem sujeitos:

Pois, se é verdade que no centro das relações de poder e como condição permanente de sua existência, há uma “insubmissão” e liberdades essencialmente renitentes, não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual; toda relação de poder implica, então, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta, sem que para tanto venham a se superpor, a perder sua especificidade e finalmente a se confundir (FOUCAULT, 1995, p. 248).

Nos comentários de Deleuze (2005) acerca da obra “Vigiar e Punir”, ele discorre sobre a questão do dispositivo, do diagrama, que é o mapa, a cartografia coextensiva a todo o campo social. Todo diagrama é intersocial e em devir. Além disso, não age para representar um mundo preexistente; produz um novo tipo de realidade, um novo modelo de verdade. Dessa forma, o poder age como uma causa imanente não unificadora, estendendo-se por todo o campo social. Uma causa imanente é aquela cujo efeito a *atualiza* (pois as relações de forças são potenciais), *integra* (opera uma soma das relações de força) e *diferencia*

(diferencial das forças não pode integrar-se a não ser tomando caminhos divergentes, repartindo-se em dualismos): “Por isso não existe diagrama que não comporte, ao lado dos pontos que conecta, pontos relativamente livres ou desligados, pontos de criatividade, de mutação, de resistência; e é deles, talvez que será preciso partir para se compreender o conjunto” (DELEUZE, 2005, p. 53). Daí a proposta de Foucault de

[...] usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida. [...] Por exemplo, para descobrir o que significa, na nossa sociedade, a sanidade, talvez devêssemos investigar o que ocorre no campo da insanidade; e o que se compreende por legalidade, no campo da ilegalidade (FOUCAULT, 1995, p. 234).

E o que o autor constatou a respeito das relações de poder no mundo contemporâneo? Como se discorreu no último capítulo, para Foucault (2009b) o “cuidado de si”, o espaço da subjetivação foi integrado no exercício do poder de um Estado ao mesmo tempo totalizador e individualizante. Daí o autor marcar dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Esses dois sentidos sugerem “uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a” (FOUCAULT, 1995, p. 235). Diante disso é que Foucault coloca que:

Talvez o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste "duplo constrangimento" político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno. [...] o problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não consiste em tentar liberar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado, porém nos liberarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga (FOUCAULT, 1995, p. 239).

A presença de “técnicas de si”, de preocupações para além do código e que visam à produção de um determinado sujeito *no crime* nos

leva à ideia de que há aí uma linha de resistência. Assim, para além da produção da criminalidade, do mundo do crime através da objetivação normalizadora, há como efeito (provavelmente não esperado) a produção do sujeito-homem. Além disso, propõe-se, como algo ainda a ser pensado, que esse processo de subjetivação se configura como um contradispositivo (AGAMBEN, 2005).

### *Sujeito-homem como contradispositivo*

Giorgio Agamben (2005) analisa a categoria “dispositivo” como um termo técnico decisivo na estratégia do pensamento de Foucault. Sintetiza as menções de Foucault ao termo do seguinte modo: um conjunto heterogêneo, que inclui virtualmente qualquer coisa, linguístico e não linguístico, que compreende discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas, etc. Além disso, o dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos; tem sempre uma função estratégica, concreta e se inscreve sempre em uma relação de poder; é algo de geral porque inclui em si a *episteme* (aquilo que em dada sociedade permite distinguir o que é aceito como enunciado científico ou não). Agamben (2005) elabora também um sumário genealógico do termo; sugere que em Foucault a noção remonta à categoria hegeliana de positividade. Ele vai mais às raízes e chega à origem do termo *dispositio*, usado nos escritos dos padres latinos para traduzir a junção da noção grega *oikonomia* – administração da casa – com a noção de “providência”, passando a significar “governo salvífico do mundo e da história dos homens”.

Depois dessas considerações, Agamben nos convida a abandonar o contexto da filologia foucaultiana para situar os dispositivos em um novo contexto. Propõe, primeiramente, uma geral e maciça divisão do existente em dois grandes grupos ou classes: os seres viventes (ou as substâncias) e os dispositivos (nos quais os primeiros estão incessantemente capturados). De um lado, a ontologia das criaturas; e de outro a *oikonomia* dos dispositivos que tratam de governá-las. E, entre os dois, como terceiro, estão os sujeitos. O autor chama, então, de sujeito o que resulta da relação, do “corpo a corpo” entre os viventes e os dispositivos. Generalizando a ampla classe dos dispositivos foucaultianos, Agamben denomina dispositivo “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (AGAMBEN, 2005, p. 13).

Para o autor, à ilimitada proliferação dos dispositivos, que define a fase presente do capitalismo, faz confronto uma igualmente ilimitada proliferação de processos de subjetivação. Isso não quer dizer que a categoria da subjetividade no nosso tempo vacila e perde consistência; trata-se não de um cancelamento ou de uma superação, mas de uma disseminação que acrescenta o aspecto de mascaramento que sempre acompanhou toda a identidade pessoal. Ainda sobre esse aspecto, o autor salienta que os dispositivos com os quais temos de lidar contemporaneamente não agem mais tanto pela produção de um sujeito, mas pelos processos que podemos chamar de *dessubjetivação*. Têm-se o eclipse da política que pressupunha sujeitos e identidades reais (o movimento operário, a burguesia, etc.) e o triunfo da *oikonomia*, isto é, uma pura atividade de governo que não visa a outra coisa que não a própria reprodução. Nesse sentido, há uma coincidência na perspectiva de Foucault (1995; 2009b), de Deleuze (2005) e de Agamben acerca dos processos de subjetivação no mundo contemporâneo que os coloca como marcados pela sujeição, pela individualização/totalização, pela dessubjetivação dos indivíduos.

Diante desse quadro, para Agamben (2005) a estratégia a ser adotada no nosso “corpo a corpo” com os dispositivos não pode ser simples, pois se trata de liberar o que foi capturado e separado pelos dispositivos para restituí-lo a um possível uso comum. Agamben trabalha, então, com o conceito de profanação. O termo provém da esfera do direito e da religião romana e se refere à *restituição ao uso comum daquilo que o sacrifício havia separado e dividido*. A profanação, então, surge como contradispositivo. Segundo o autor, diante da situação do capitalismo atual, o problema da profanação dos dispositivos é ainda mais urgente:

Ele não se deixará pôr corretamente se aqueles que se encarregarem disto não estiverem em condições de intervir sobre os processos de subjetivação não menos que sobre os dispositivos, para levá-los à luz daquele Ingovernável, que é o início, e, ao mesmo tempo, o ponto de fuga de toda política (AGAMBEN, 2005, p. 16).

É notável que, nas reflexões do mesmo autor em outra obra (AGAMBEN, 2007), a “vida nua”, a vida matável e insacrificável – categoria em que podem ser incluídas as vidas dos jovens *no crime* – tem, na política ocidental, o singular privilégio de ser aquilo sobre cuja



exclusão se funda a “cidade dos homens”. Mas justamente em vidas como essas, que, ao serem colocadas para fora, fundam o ordenamento, produz-se algo como uma profanação, não daquilo que o sacrifício havia separado (pois são vidas insacrificáveis), mas da pura exclusão. A dimensão da problematização moral no crime que produz *sujeitos-homens* restitui a dignidade das vidas matáveis, profana na medida em que produz uma vida digna de ser vivida e um sujeito ético justamente no lugar em que não deveria haver nada além da sobrevivência, da vida natural, biológica. Apesar de tantas linhas de abolição, inclusive da linha ligada à matabilidade, à pura exclusão e justamente no lugar em que o fora mostra toda a sua potência, a dobra promove um movimento estranho, não apenas de fora para dentro (poder que se verga), mas de dentro para se incluir no fora do qual se estava excluído. Trata-se de um contradispositivo ao dispositivo que separa mundo da ordem e mundo do crime, cidadãos de bem (vidas dignas) e malfeitores (vidas matáveis).

O exercício de poder é, segundo Foucault (1995, p. 243), “um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; [...] Uma ação sobre ações”. Nesse sentido, o termo “conduta” talvez seja o que melhor permite atingir a especificidade das relações de poder:

A "conduta" é, ao mesmo tempo, o ato de "conduzir" os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades. O exercício do poder consiste em "conduzir condutas" e em ordenar a probabilidade. O poder, no fundo, é menos da ordem do afrontamento entre dois adversários, ou do vínculo de um com relação ao outro, do que da ordem do “governo” (FOUCAULT, 1995, p. 244).

Assim, a problematização da conduta através do *correr pelo certo* e da constituição do *sujeito-homem* é governo de si, é trazer para dentro o governo, é apossar-se da gerência da conduta, é torna-se sujeito. Ser “do crime” é viver todas as dimensões descritas – institucionalização/criminalização, *veneno*, intensidade –, é estar atravessado por uma série de assujeitamentos; mas é também constituir, para além deles, um espaço de gerenciamento de si e de mútuo reconhecimento. As meninas e meninos *do crime* nos dizem:

**Sou e não sou como você: sou infrator, mas vulnerável e sofredor; sou matável, suplicável, mas sou forte e resistente; sou *vida loka* e *cabuloso*, mas sou humilde e respeitador. Eu sou (sujeito)homem.**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na discussão realizada no último item procurou-se sintetizar os principais resultados no que se refere à descrição etnográfica sobre a experiência dos interlocutores *no crime*, sobre as diversas dimensões “dessa vida”. Cabem, ainda, algumas considerações.

No tocante à perspectiva teórica, o presente trabalho faz parte de uma linha de pesquisa desenvolvida no âmbito do Laboratório de Estudos das Violências (LEVIS/UFSC) e que se pauta por uma reflexão crítica e coerente em relação aos dados etnográficos. Nossas discussões e pesquisas nos têm levado também a constatar que a pesquisa no campo de estudos das violências não pode estar dissociada das reflexões sobre o campo da moral, tampouco das reflexões acerca das configurações de sujeito e dos processos de subjetivação no mundo contemporâneo. Nesse sentido, Rifiotis (2013) aponta os limites de uma gramática analítica caudatária da semântica jurídica que reduz os sujeitos às figuras opostas de vítima ou agressor, que os encapsula em uma “estética normativa penal” (RIFIOTIS, 2013, p. 07). Tais figuras fazem parte também de configurações do sujeito contemporâneo em que a emergência da figura da vítima no espaço público aparece como modalidade de expressão do sujeito. A “vítima” remete às ideias de inocência, de minoridade (BRUCKNER, 1997), e passa a ser considerada a condição necessária e legítima de demanda por reconhecimento social (HONNETH, 2003) por acesso à justiça (RIFIOTIS, 2013). Por outro lado, em relação às figuras do “agressor”, do “infrator”, do “criminoso”, vigora a sua exclusão bem como a de seus atos do cenário das relações sociais e, no limite, da própria humanidade quando apreendidos em termos de monstruosidade. Esse tipo de oposição, ainda mais quando transferida para a análise, mostra-se paralisante e improdutiva. Daí nos pautarmos pela busca da dimensão vivencial das violências e pela não pressuposição dos sujeitos em questão e do conteúdo daquilo que é chamado de “violência”.

Delineou-se como problema de pesquisa a *experiência de jovens no crime*, tomando-se *crime* como categoria nativa que expressa um modo de vida e experiência como noção que articula discursos de saber, normatividades e formas de subjetividade. Foi realizado um deslocamento no sentido da busca por ultrapassar o enquadramento da questão jovens/crime como problema social em si e que resulta em teorias exógenas nas quais predomina a definição dos jovens a partir da ideia da transgressão à lei e à norma.

A pesquisa de campo foi pautada pela observação participante e pela escuta das narrativas dos interlocutores. As narrativas foram centrais na análise, pois elas constituem um meio de falar sobre eventos anteriores em que necessariamente aparece a dimensão moral (percepções, valorações), bem como um ponto de vista ou um “sujeito em mudança”, que se constrói na narrativização. Procurou-se, a partir delas, identificar os processos, as linhas de subjetivação, as dimensões que compõem a experiência analisada.

As meninas e meninos que participaram do trabalho de campo estavam internados em uma Casa em que se dava o cumprimento de medida socioeducativa de Semiliberdade, bem como recebia adolescentes sob medida de Proteção. Estar mais “dentro” do Estado impossível. Esse último se faz presente de forma intensa na vida desses jovens, não enquanto instituição garantidora de direitos, mas em sua expressão de controle e de produção de margens. A experiência de institucionalização, de privação de liberdade, de “enquadramento”, de sujeição às arbitrariedades e abusos dos aparelhos de controle é parte constituinte desses sujeitos e da “vida no crime”. A condição de institucionalização faz com que os jovens comunguem ou se comuniquem através de certas configurações mais gerais do sujeito contemporâneo e que fazem parte de determinadas “economias morais”. Eles acionavam tais configurações quando, em suas narrativas, falavam sobre a “entrada na vida do crime” procurando explicar, justificar o “desvio” em seus caminhos. Aí apareceram as figuras do “sujeito vulnerável”, do sujeito “vítima” em busca de “reconhecimento social”. Uma série de situações, de emoções e de práticas punitivas e educativas permeiam as vivências nas diferentes medidas socioeducativas: castigos, suplícios, tortura; construção de laços de afeto e de caminhos outros para a vida; esquadrinhamentos, formatações, ortopedias morais. Essas últimas referem-se às avaliações, aos julgamentos e inferências sobre a falta ou a precariedade moral dos jovens, de suas famílias, de sua classe social, de seu mundo, por parte dos agentes do sistema socioeducativo (educadores, técnicas). A partir da institucionalização, produzem-se, assim, marcas nos corpos e nas mentes; punição, suplício e modulação. Mas se viu que também há sempre resistências: na afirmação de que cadeia é “veneno”, mas “fortalece”; nas situações em que os jovens não respondem às atividades socioeducativas como é esperado; quando se calam quando questionados sobre seus projetos; quando não se enquadram nos moldes, nas ortopedias a eles destinadas; quando “pagam direitinho” para sair logo ou quando fogem das instituições; quando desafiam os policiais e os “monitores” e quando se permitem

brincar; na produção de uma vida cheia de regras e limites enquanto se diz que é justamente isso que lhes falta e de um sujeito ético (“pelo certo no errado”).

Ao falarem sobre o dia-a-dia, sobre as experiências *no crime*, os adolescentes evidenciaram a intensidade, a expressão “vida loka” referindo-se a uma vida intensa marcada pelo presenteísmo, pela imprevisibilidade, por fortes emoções derivadas de experiências-limite, pela capacidade de lidar com tais experiências e por valores e códigos de conduta compartilhados. Apareceram também nuances, diversidade em relação à maneira de se viver essa vida loka: preferências em relação ao tipo de atividade (“assalto ou tráfico”); marcações de gênero; relação com as drogas e com as emoções, graus de adesão. Nas assertivas “É matar ou morrer” e “Nessa vida é hospital, cadeia, caixão”, faz-se presente a consciência das condições e do destino que se pode esperar. A possibilidade de uma morte precoce e violenta – seja em confrontos, seja por “pisadas” – e o foco na intensidade das experiências e não em sua extensão não devem ser tomados, no entanto, como desleixo com a vida. A vontade de vida dessas breves vidas se manifesta nos agenciamentos, nas contrassujeições que estão presentes mesmo em momentos limítrofes.

Procurou-se restituir a dimensão do vivido a partir das narrativas, tendo por foco os processos de subjetivação. Que vida há no “crime” para além da “vida nua” (AGAMBEN, 2007)? Que modo de vida para além do “ethos guerreiro” (ZALUAR, 1995)? Que modos de subjetivação que ultrapassem a clássica descrição de “sujeição criminal” (MISSE, 2010)? Encontrou-se, então, uma pluralidade de figuras e posições de sujeito que atravessam esses jovens, bem como um movimento no sentido de um regime de subjetivação “no crime” marcado pelos valores da humildade e do respeito e pela busca em constituir-se como “sujeito-homem”, que “corre pelo certo”. O “mundo do crime” não configura, contudo, um “Estado paralelo” ou uma “subcultura”, pois suas condições de produção e de reprodução estão naquilo que se chama de “Estado de direito” e de cultura dominante/hegemônica: relações de etiquetagem e de seletividade penal, instituições legais e de controle; processos de subjetivação e regimes de verdade e de moralidade. Há valores, discursos, “economias morais” (FASSIN, 2009) que circulam entre esses domínios e que também produzem esses sujeitos.

A vida “no crime”, longe de ser definida ou reduzida pelos interlocutores à prática de atos ilícitos, apareceu como: modo de se virar, de obter bens materiais e simbólicos; forma de se divertir, de se

aventurar, de experimentar sensações fortes, como a adrenalina, e de dar gosto e sentido à vida; regime de subjetivação e de produção de um determinado sujeito ético. Em cada história narrada e na análise do conjunto do material, mais do que uma palavra final, uma definição mais verossímil sobre o “adolescente em conflito com a lei”, abre-se uma pluralidade de elementos: não há uma única dimensão que os constituiu, nem um único discurso; também não se movem a partir de um único regime moral ou de uma simples deriva entre polos, bem como não há uma linha única de subjetivação. “Ser do crime” é “correr pelo certo”. “Correr pelo certo”, por sua vez, está sempre associado a ideias-valores-posturas de humildade e respeito. Além disso, trata-se também de não “pisar”, de não desrespeitar regras/conduitas/valores, como não delatar, não talaricar, não estuprar, não matar inocentes. E, se muitas dessas ideias-valor podem ser compartilhadas com outros mundos, a peculiaridade é a maneira intensa como são vivenciadas, de modo que os deslizos, por exemplo – a partir da avaliação dos pares –, podem levar à morte. A intensidade da vida não tem a ver somente com uma possível morte decorrente das atividades *no crime* (tráfico, assaltos, guerras), mas com uma possível morte decorrente de uma pisada. Tudo é vivido e “cobrado” ao extremo. E, desse modo, essas vidas pensadas como e colocadas para fora da ordem, para fora da norma são vidas cercadas de controles, de normas, de valores, de limites. Trata-se de vidas em que se produz, a partir de um processo de problematização moral, de subjetivação, um sujeito ético – e, nessa produção, uma linha de resistência, quem sabe um contradispositivo.

Nunca esqueço a frase de Júlio: “Por mais que esteja no mundo do crime, mas certo é certo, né?”. Nessa assertiva, faz-se presente o jogo entre particular e universal, entre repetição e diferença. Esses meninos e meninas nos dizem: “Por mais que estejamos no crime, com tudo aquilo que faz parte dele e parte de nós, *corremos pelo certo*, movimentamos em torno de algo que está além de qualquer contorno, de qualquer fronteira. Aí nossa experiência é comunicável, aí se comunicam os mundos, aí conversamos”.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mauro W. B. de. *Relativismo Antropológico e Objetividade Etnográfica*. In: **Campos** 3:9-29, 2003.

AGAMBEN, Giorgio. *O que é um dispositivo?* In: **outra Travessia** 5, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

ARENDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

AQUINO, Julio Groppa. **Erro e fracasso na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.

ATHAYDE, Celso; BILL, MV; SOARES, Luiz Eduardo. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2011.

BARREIRA, César; ADORNO, Sérgio. *A violência na sociedade brasileira*. In: MARTINS, Carlos Benedito (coord. geral); MARTINS, Heloísa H. T. de Souza (coord. de área). **Horizontes das ciências sociais no Brasil**: sociologia. São Paulo: ANPOCS, 2010.

BARREIROS, Elias. **A vila tem valor**: hierarquia e igualdade entre jovens de grupos populares participantes de políticas públicas na cidade de Londrina (PR). Florianópolis. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. 2008

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

BAUMARD, Nicolas; SPERBER, Dan. *La morale*. In: **Terrain** 48/février, Paris: 2007.

BENJAMIN, Walter. *Critique of Violence*. In: \_\_\_\_\_. **Reflections: essays, aphorisms, autobiographical writings**. NY: A Harvest/HBJ Book, 1978.

\_\_\_\_\_. *O narrador*. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: \_\_\_\_\_. **Magia e Técnica, Arte e Política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. Volume 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BILL, MV; ATHAYDE, Celso. **Falcão: mulheres e o tráfico**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

BIONDI, Karina. **Junto e misturado: uma etnografia do PCC**. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

BIONDI, Karina; MARQUES, Adalton (orgs.). *Dossiê: Jovens em conflito com a lei*. R@U **Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS – UFSCar**, v.3, p.315 - 330, 2011. Disponível em: <<http://sites.google.com/site/raufscar/>>

BISPO, Fabio. *Sentença de morte em Florianópolis*. 2013. In: **Caros Amigos**. Disponível em: <<http://www.carosamigos.com.br/index.php/cotidiano/2664-sentenca-de-morte-emflorianopolis>>. Acesso em: 13-01-2014.

BOFF, Leonardo. **Ética e Moral: a busca dos fundamentos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BRASIL. Lei n.8069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)>. Acesso em: 30-04-2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº12.594 de 18 de janeiro de 2012 Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2012/2012/Lei/Lei12594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2012/2012/Lei/Lei12594.htm)>. Acesso em: 30-04-2014.



BRIGGS, Charles L. **Learning how to ask**. A sociolinguistic appraisal of the role of the interview in social science research. Cambridge: University Press, 1986.

BRIONES, Claudia; TOMÁS, Marcela. *Sentidos y territorios vivenciales de violencias y violentamientos en situaciones de encierro*. **Apresentação trabalho X RAM**. GT 64: Muertes, violencias y territorio: sentidos y escenarios en América Latina. CD-ROM, ISBN: 987-24680-2-8. Córdoba, 2013.

BRUCKNER, Pascal. **A Tentação da inocência**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997

BRUNER, Edward M. *Ethnography as Narrative*. In: TURNER, Victor W.; BRUNER, Edward M. **The Anthropology of Experience**. University of Illinois Press. Urbana and Chicago, 1986.

BUTLER, Judith. *Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do 'pós-modernismo'*. In: **Pagu**, 11, 1998.

\_\_\_\_\_. **Mecanismos psíquicos del poder**. Teorías sobre la sujeción. Madrid: Cátedra, 2001.

\_\_\_\_\_. **Vida precaria**: el poder del duelo y la violencia. Front Cover. Editorial Paidós, 2006.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: UNESP, 1993.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. *Existe violência sem agressão moral?* In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 23 n. 67, junho, 2008.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade Contra o Estado**: Pesquisas de Antropologia Política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

CNJ. Relatório de visita. Programa Justiça ao jovem. Santa Catarina. Julho de 2012. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/infancia-e-juventude/programa-justica-ao-jovem>> Acesso em 29-07-2013.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. (Passo-a passo 57). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. **Panorama Nacional**. A Execução das Medidas Socioeducativas de Internação. Programa Justiça ao Jovem. CNJ, 2012. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/images/programas/justicaaojovem/panorama\\_nacional\\_justica\\_ao\\_jovem.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/programas/justicaaojovem/panorama_nacional_justica_ao_jovem.pdf)>. Acesso em: 31-07- 2013.

DAMASCENO DE SÁ, Leonardo. *A moralidade do bichão: uma análise etnográfica das narrativas sobre ofensas morais como falta de “consideração” na trajetória de jovens assaltantes em Fortaleza*. Paper. In: **34º Encontro Anual da Anpocs**. ST 32 – Sociologia e Antropologia da Moral, 2010.

DASSI, Tatiana. **“Os adolescentes que ninguém quer”**: o cotidiano dos internados em um Centro de Internamento Provisório. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais). Centro de Educação Superior de Ciências Jurídicas, Políticas e Sociais, Universidade do Vale do Itajaí. 2007.

\_\_\_\_\_. **“É, vida loka irmão”**: moralidades e entre jovens cumprindo medidas socioeducativas. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

\_\_\_\_\_. *“A vida é “loka”: experiências e moralidades entre jovens cumprindo medidas socioeducativas*. In: RIFIOTIS, Theophilos; VIEIRA, Danielli (orgs.). **Um olhar antropológico sobre violência e justiça**: etnografias, ensaios e estudos de narrativas. Florianópolis: Ed.da UFSC, 2012.

DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. 34. 1996.

DERRIDA, Jacques. **Força da Lei**. Coleção Tópicos. Martins Fontes, 2007.

DESCOLA, Philippe. *Les Affinités sélectives. Alliance, guerre et prédation dans l'ensemble Jivaro*. In: DESCOLA, P; TAYLOR (orgs). **L' Homme**, 1993.

DIÁRIO CATARINENSE, 2012. Disponível em:  
<<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2012/06/atendimento-socioeducativo-em-santa-catarina-e-o-quarto-pior-do-brasil-3778604.html>>. Perfil do adolescente a ser atendido. Disponível em:<<http://www.clicrbs.com.br/pdf/13533324.pdf> > Acesso em: 28-092012.

DIETERLEN, Germaine. (org.). **La notion de Personne em Afrique Noire**. Paris l'Harmattan, 1973.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da Cultura e da Violência: gangues, galeras e movimento hip hop**. São Paulo: Annablume, 1998.

DOMÍNGUEZ, Alfredo Nateras. *Etnografías al límite: espacios de las violencias y las muertes en sujetos trasnacionales*. In: **E-COMPÓS. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**: Brasília, v.11, n.3, set./dez. 2008.

DUBET, François. **La galère: jeunes en survie**. Paris: Enquête. Points, 2008.

DUMONT, Louis. **O individualismo**. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

DURKHEIM, Émile. **A divisão do trabalho social**. Lisboa: Editorial Presença, 1977.

ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza C. *A narrativa e a captura do movimento da vida vivida*. **Illuminuras** Revista Eletrônica do BIEV/PPGAS/UFRGS, v. 9, 2004.

GOGUEL D'ALLONDANS, Thierry (org.). **Éducation renforcée: la prise en charge des mineurs délinquants en France**. Paris: Téraèdre, DL 2008.

FASSIN, Didier. *Beyond good and evil? Questioning the anthropological discomfort with morals*. In: **Anthropological Theory**, 8 (4), SAGE Publications, 2008.

\_\_\_\_\_. *Les économies morales revisitées*. In: **Annales HSS**, novembre-décembre, n°6, p.1237-1266, 2009.

\_\_\_\_\_. **La raison humanitaire**: une histoire morale du temps présent. Paris: Seuil/Gallimard, 2010.

FASSIN, Didier; MEMMI, Dominique (orgs.). *Le gouvernement de la vie, mode d'emploi*. In: \_\_\_\_\_( orgs.). **Le Gouvernement des corps**. Paris: Ed. de PEhess, 2004.

FASSIN, Didier; RECHTMAN, Richard. **L'empire du traumatisme**. Enquête sur la condition de victime. Paris: Flammarion, 2007.

FAUSTO, Carlos. *Esboço de uma teoria da guerra*. In: FAUSTO, Carlos. **Inimigos Fiéis**: história, guerra e xamanismo na Amazônia. São Paulo: Edusp, 2001.

FEFFERMANN, Marisa. **Vidas arriscadas**. O cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *O legítimo em disputa: As fronteiras do "mundo do crime" nas periferias de São Paulo*. In: **Dilemas** – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. v. 1, n. 1, p. 93-126, Rio de Janeiro, UFRJ, 2008.

\_\_\_\_\_. *Apresentação*. In: BIONDI, Karina ; MARQUES, Adalton (orgs.). *Dossiê: Jovens em conflito com a lei*. **R@U Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS – UFSCar**, v.3, p.315 - 330, 2011. Disponível em: <<http://sites.google.com/site/raufscar/>> Acesso em: 13-01-2014.

FONSECA, Claudia. *Os direitos da criança – Dialogando com o ECA*. In: \_\_\_\_\_; TERTO, Veriano; ALVES, Caleb F. (orgs.). **Antropologia, diversidade e direitos humanos**: diálogos interdisciplinares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. Mesa Redonda 05: *Perspectivas antropológicas sobre o governo de crianças e suas famílias na América Latina: moralidades, autoridades e subjetividades*. X RAM. CD-ROM, ISBN: 987-24680-2-8. Córdoba, 2013.

FONSECA, Claudia; CARDARELLO, Andrea. *Direitos dos mais e menos humanos*. In: **Horizontes Antropológicos**, 10: 83-122, 1999.

FOUCAULT, Michel. *O Sujeito e o poder*. In: RABINOW, Paul & DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**, São Paulo: Ed. Forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009a.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 2009b.

FRASER, Nancy. *Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista*. In: SOUZA, Jessé (org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: EdUnB, 2001.

FREITAS, Lia. **A produção da ignorância na escola: uma análise crítica do ensino da língua escrita na sala de aula**. São Paulo: Cortez, 1998.

GEERTZ, Clifford. *Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico*. In: **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1999.

GOLDMAN, Marcio. *Alteridade e Experiência: Antropologia e Teoria Etnográfica*. In: **Etnográfica**, Lisboa: Vol.X (1), 2006, p.161-173.

GOODMAN, Nelson. *O modo como o mundo é*. In: **Problems and Projects**. The Bobbs-Merril Company: Indianápolis and New York, 1972. Trad. por Celso R. Braidá e Noeli Ramme.

GRIGOROWITSCHS, Tamara. *O conceito “socialização” caiu em desuso? Uma análise dos processos de socialização na infância com*

base em Georg Simmel e George H. Mead. In: **Educação & Sociedade**, 29 (102), 33-54, 2008.

GROSSI, Miriam Pillar. *Masculinidades: uma revisão teórica*. In: **Antropologia em primeira mão**. Florianópolis: PPGAS, UFSC, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HIRATA, Daniel Veloso. **Sobreviver na adversidade**: entre o mercado e a vida. Tese de Doutorado (Sociologia), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, USP, 2010.

HONNETH, Axel. **A luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

\_\_\_\_\_. **Crítica del agravio moral**: patologías de la sociedad contemporánea. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, Universidad Autónoma Metropolitana, 2009.

KATZ, Jack. **Seductions of crime**. Moral and sensual attractions in doing evil. New York: Basic Books, 1988.

LANGDON, Jean. *Performance e preocupações pós modernas em antropologia*. In: TEIXEIRA, João Gabriel L. C. (org). **Performáticos, performance e Sociedade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

LATOUR, Bruno. **Reensamblar lo social**: una introducción a la teoría del actor-red. Buenos Aires: Manantial, 2008.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. *Os pensadores*. **Leibniz**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

LEENHARDT, Maurice. **Do kamo**. La personne et le mythe dans le monde mélanésien. Paris: Gallimard, 1971.

LÉVY-BRUHL, Lucien. **La mentalité primitive**. Paris: Félix Alcan, 1927.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *A Noção de Estrutura em Etnologia*. In: **Antropologia Estrutural I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

LE BRETON, David. *Les conduites à risque des jeunes : des violences sur soi à celles sur les autres*. In : **Bull. Acad. Natle Méd.**, 2004, 188, nº8, 1313-1322, séance du 25 novembre 2004.

\_\_\_\_\_. **En souffrance**. Adolescence et entrée dans la vie. Paris: Éditions Métailié, 2007.

\_\_\_\_\_. **L'interactionnisme symbolique**. Paris : Presses Universitaire de France, 2008.

\_\_\_\_\_. **Expériences de la douleur**: entre destruction et renaissance. Paris : Éditions Métailié, 2010.

\_\_\_\_\_. **Sociologie du risque**. Paris : Presses Universitaire de France, 2012.

LYRA, Diogo. **A república dos meninos**: juventude, tráfico e virtude. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2013.

MADZOU, Lamence. **J'étais um chef de gang**. Paris: La Découverte/Poche, 2009.

MAFFESOLI, Michel. **Dinâmica da Violência**. São Paulo: Editora dos Tribunais, 1987.

\_\_\_\_\_. **A parte do diabo**. Resumo da subversão pós-moderna. São. Paulo: Editora Record, 2004.

MALUF, Sônia Weidner. *Antropologia, Narrativas e a busca de sentido*. In: **Horizontes Antropológicos**. Ano 5, No. 12. pp. 13-37, 1999.

\_\_\_\_\_. **Por uma antropologia do sujeito**: esboços. Versão para apresentação no Seminário dos professores do Departamento de Antropologia da UFSC, em 13 de abril de 2011. Mimeo. 2011.

\_\_\_\_\_. *Réflexion sur les expériences sociales et les politiques publiques dans le domaine de la santé mentale au Brésil*. In: **Antropologia em primeira mão**/ PPGAS, Universidade Federal de Santa Catarina, vol.133, Florianópolis: UFSC, 2012.

MALVASI, Paulo Artur. **Interfaces da vida loka**: Um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo. 2012. Tese (Doutorado em Saúde Materno Infantil) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-09032012-132410/>>. Acesso em: 13-01-2014.

MARQUES, Adalton. **Crime, proceder, convívio-seguro**: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. São Paulo, FFLCH-USP, 2009.

MARTUCELLI, Danilo. *Reflexões sobre a violência na condição moderna*. In: **Tempo Social**. Revista Sociologia USP. São Paulo (11)1: 157-175. maio, 1999.

MAUGER, Gérard. **La sociologie de la délinquance juvénile**. Collection REPÈRES. Paris : Éditions La Découverte, 2009.

MAUSS, Marcel. *Uma categoria do espírito humano: a noção de Pessoa, a noção do “Eu”*. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPE/EDUSP, 1974, vol.1, 207-241.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Aspectos Conceituais da Vulnerabilidade Social**. Projeto de Qualificação Social para Atuação de Sujeitos ou Grupos Sociais na Negociação Coletiva e na Gestão de Políticas Públicas. Brasília, 2007. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BA6D0B28801EE/sumario\\_2009\\_TEXTOV1.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BA6D0B28801EE/sumario_2009_TEXTOV1.pdf)>. Acesso em julho 2013.

MISSE, Michel. *Notas sobre a sujeição criminal de crianças e adolescentes*. In: PAIVA, Vanilda; SENTO-SÉ, João Trajano (orgs.). **Juventude em conflito com a lei**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

\_\_\_\_\_. *Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”*. In: **Lua Nova**, São Paulo, 79: 15-38, 2010.

MONOD, Jean. **Les barjots**. Essai d’ethnologie des bandes de jeunes. Paris: Hachette Littératures, 2006.



NERI, Natasha Elbas. *O “convívio” em uma “cadeia dimenor”*: um olhar sobre as relações entre adolescentes internados. In: BIONDI, Karina; MARQUES, Adalton (orgs.). Dossiê: Jovens em conflito com a lei. **R@U Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS – UFSCar**, v.3, p.315 - 330, 2011. Disponível em: <<http://sites.google.com/site/raufscar/>>  
NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral**: uma polêmica. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

OCHS, Elinor. *Narrativa*. In: **El discurso como estrutura y proceso**. Estudios del discurso: introduction multidisciplinaria. Gedisa, 2000.

ORTNER, Sherry. *Subjectivity and Cultural Critique*. In: **Anthropological Theory**, Vol 5(1), 31-52, 2005.

PAIVA, Vanilda; SENTO-SÉ, João Trajano (orgs.). **Juventude em conflito com a lei**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

PEIRANO, Mariza G. S. *A favor da etnografia*. In: **Série Antropologia 130**. UNB: Brasília. 1992.

PETRY, Heloísa. "Tá com dó? Leva pra casa!" A volúpia punitiva em comunidades virtuais favoráveis à redução da maioria penal. Trabalho de conclusão de curso [TCC]. Graduação em Psicologia. Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL/SC, 2013.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Resposta do Governo brasileiro às recomendações do Subcomitê de prevenção da tortura da Organização das Nações Unidas**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.sedh.gov.br/combate/tortura/RespostaSPTfinal%201%20de%20outubro.pdf>>. Acesso em: 29-07-2013.

REGUILLO, Rossana. *La Mara: contingencia y afiliación con el exceso*. In: **Nueva sociedad**, 200, 2005. Disponível em: <[http://www.nuso.org/upload/articulos/3297\\_1.pdf](http://www.nuso.org/upload/articulos/3297_1.pdf)> Acesso em: 22-12-2013.

RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. *Governo dos adultos, governo das crianças: Atores, práticas e discursos a partir da lei da palmada*. Dossiê Infâncias e Crianças: saberes, tecnologias e práticas. In: **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 13, n.2, 2013.

RIFIOTIS, Theophilos. **Nos campos da violência**: diferença e positividade. In: *Antropologia em Primeira Mão*. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC (19)1-30, 1997.

\_\_\_\_\_. *Violência policial na imprensa de São Paulo. O leitor-modelo no caso da Polícia Militar na Favela Naval (Diadema)*. **Revista São Paulo em Perspectiva** (Fundação Seade, São Paulo), 13 (2): 28-41, 1999.

\_\_\_\_\_. *Alice do outro lado do espelho: revisitando as matrizes das violências e dos conflitos sociais*. **Revista de Ciências Sociais**. v.37 n.2, 2006.

\_\_\_\_\_. *Violência e poder: avesso do avesso?* In: NOBRE, Renarde F (Org.). **O poder no pensamento social**: dissonâncias do mesmo tema. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. *Direitos humanos e outros direitos: aporias sobre processos de judicialização e institucionalização de movimentos sociais*. In: RIFIOTIS, Theophilos; RODRIGUES, Tiago Hyra (orgs.). **Educação em direitos humanos**: discursos críticos e temas contemporâneos. 2ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

\_\_\_\_\_. *Direitos Humanos: sujeito de direitos e direitos do sujeito*. In: \_\_\_\_\_. VIEIRA, Danielli (orgs.). **Um olhar antropológico sobre violência e justiça**: etnografias, ensaios e estudos de narrativas. Florianópolis: Ed.da UFSC, 2012.

\_\_\_\_\_. *Violências, homicídios, justiça e Direitos Humanos: repensando os lugares da antropologia na agenda pública*. **Apresentação trabalho X RAM**. GT 64: *Muertes, violencias y territorio: sentidos y escenarios en América Latina*. CD-ROM, ISBN: 987-24680-2-8. Córdoba, 2013.

RIFIOTIS, Theophilos; VIEIRA, Danielli; DASSI, Tatiana. “*Vivendo no veneno*”: ensaio sobre regimes de moralidade entre adolescentes em conflito com a lei cumprindo medida socioeducativa em Santa Catarina. In: **34º Encontro Anual da Anpocs**, 2010, Caxambu. Anais do 34º Encontro Anual da Anpocs, de 25 a 29 de outubro de 2010, em Caxambu/MG, 2010.

RODRIGUES, Tiago Nogueira Hyra e Chagas. **Contando as violências**: estudo de narrativas e discursos sobre eventos violentos em Florianópolis (SC). Florianópolis, SC, 2006. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Disponível em : <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PASO0178.pdf>>.

\_\_\_\_\_. **Tirando do crime e dando oportunidade**: estratégias educacionais de prevenção das violências em duas ONGs de Florianópolis, SC. 367 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2011. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PASO0267-T.pdf>>

ROSALDO, Renato. *Narrative Analysis*. In: **Culture and Truth: The Remaking of Social Analysis**. Boston: Beacon Press, 1993.

SALEM, Tânia. *A “desposseção subjetiva”: dos paradoxos do individualismo*. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 7, n.18, 1992.

SANDRINI, Paulo Roberto. **O controle social da adolescência brasileira**: gênese e sentidos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2009. Disponível em : <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PICH0082-T.pdf>>. Acesso em: 07-01-2014.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO. **Levantamento nacional do atendimento socioeducativo aos adolescentes em conflito com a lei**. Brasília, 2011. Disponível em: <[http://www.andi.org.br/sites/default/files/legislacao/LEVANTAMENTO%20ANUA2OFICIAL\\_2010.pdf](http://www.andi.org.br/sites/default/files/legislacao/LEVANTAMENTO%20ANUA2OFICIAL_2010.pdf)>. Acesso em: 31-07- 2013.

SEEGER, Anthony; DA MATTA, Roberto.; CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A construção da pessoa nas sociedades indígenas*

brasileiras. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (Org.). **Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.

SHAW, Clifford R. *The Jack-roller: a delinquent boy's own story*. The University of Chicago Press. Chicago, 1966.

SCHUCH, Patrice. *Justiça, Cultura e Subjetividade: tecnologias jurídicas e a formação de novas sensibilidades sociais no Brasil*. In: **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de marzo de 2012, vol. XVI, nº 395 (15). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-395/sn-395-15.htm>>.

\_\_\_\_\_. *A produtividade dos “casos”: moralidades e tecnologias de governo da infância e da juventude no Brasil*. Mesa Redonda 05. **Perspectivas antropológicas sobre o governo de crianças e suas famílias na América Latina: moralidades, autoridades e subjetividades**. X RAM. CD-ROM, ISBN: 987-24680-2-8. Córdoba, 2013.

SCHÜTZ, Alfred. **Essais sur le monde ordinaire**. Paris: Le Félin Poche, 2007.

SIMMEL, George. *A natureza sociológica do conflito/Conflito e estrutura do grupo*. In: \_\_\_\_\_. **Coleção Grandes cientistas sociais**. São Paulo: Atica, 1983.

SOARES, Leonardo Barros. *Resenha. Roubando a cena: a (in)visibilidade perversa de adolescentes infratores*. In: **Psicologia & Sociedade**; 22 (1): 189-190, 2010.

SOUZA, Jessé. (org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva**. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.

STRATHERN, Marilyn et al. *The concept of society is theoretically obsolete*. In: INGOLD, Tim (org.). In: **Key Debates in Anthropology**. New York: Routledge, 1996.

SUBSECRETARIA DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Sistema Nacional de Atendimento socioeducativo- SINASE. Brasília**, 2006. Disponível em:

<<http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/spdca/sinase/Sinase.pdf>>. Acesso em: 31-07-2013.

SUTHERLAND, Edwin H. (ed); CONWELL, Chic (pseudônimo). **The Professional Thief**: by a Professional Thief. Annotated and Interpreted by Edwin H. Sutherland. Chicago: University of Chicago Press, (1937), 1988.

TAKAHASHI, Henrique Yagui. “*Capítulo 4, Versículo 3*”: o “crime” na teologia dos Racionais MC’s. Artigo apresentado no seminário CEM/Cebrap: “**Território, crime e ordenamento social nas margens da cidade**” realizado no dia 18/05/2012. Disponível em: <[http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/static/uploads/takahashi\\_capitulo\\_4\\_versiculo\\_3\\_o\\_crime\\_na\\_teologia\\_do\\_racionais\\_mcs.pdf](http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/static/uploads/takahashi_capitulo_4_versiculo_3_o_crime_na_teologia_do_racionais_mcs.pdf)> Acesso em: 20-12-2013.

TARDE, Gabriel. **Monadologia e sociologia** – e outros ensaios. In: VARGAS, Eduardo Viana (org.). São Paulo: Cosac Naify, 2007.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self**. A construção da identidade moderna. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

TEIXEIRA, Cesar Pinheiro. **A construção social do “ex-bandido”** – um estudo sobre sujeição criminal e Pentecostalismo. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2009.

TEIXEIRA-PINTO, Marnio. *Sociabilidade, Moral e Coisas Afins: Modelos Sociológicos e Realidade Ameríndia*. In: **Antropologia em Primeira Mão**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC (90) 1-35, 2006.

TENÓRIO, Fernando. *Psicanálise, configuração individualista de valores e ética do social*. In: **História, ciência e saúde** - Manguinhos. Rio de Janeiro, vol.7, junho de 2000, 117-134.

TURNER, Victor. **Schism and continuity in an African society**. Manchester: Manchester University Press, 1996.

VAN GENNEP, Arnold. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 1978.

VARGAS, Eduardo Viana. *Uso de drogas: a alteração como evento*. **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, 2006, v. 49 n° 2.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VELHO, Otávio. *Usos e abusos da diferença*. In: Arnaldo Érico Huff Júnior & Elisa Rodrigues (orgs.). **Experiências e interpretações do sagrado**: interfaces entre saberes acadêmicos e religiosos. Coleção Estudos da ABHR. São Paulo: Paulinas Editora, 2012.

VERONESE, Josiane Rose Petry; VIEIRA, Cleverton Elias. **Limites na Educação**: Sob a perspectiva da Doutrina da Proteção Integral, do Estatuto da Criança e do Adolescente e da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2006.

VIEIRA, Cleverton Elias. *Da categoria menor à categoria criança e adolescente: o advento da Doutrina Jurídica da Proteção Integral*. In: RIFIOTIS, Theophilos, RODRIGUES, Tiago Hyra (orgs.). **Educação em direitos humanos**: discursos críticos e temas contemporâneos. 2ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

VIEIRA, Danielli. *O “olhar” do universo infantil sobre as violências: saberes, discursos e outras formas de expressão de crianças de um morro de Florianópolis/SC*. In: GROSSI, M., HEILBORN, M.L, & MACHADO, L.Z (orgs.). **Antropologia e direitos humanos 4**. Blumenau: Nova letra, 2006.

\_\_\_\_\_. **Vivendo “no veneno”**: Análise de narrativas contadas por jovens sobre homicídios em Santa Catarina. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

\_\_\_\_\_. *Histórias sobre homicídios entre jovens: 'Mundo do crime' e comensurabilidade*. In: **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. , v.4, p.281 - 308, 2011. Disponível em <<http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/Dilemas4-2Art4.pdf>>. Acesso em: 13-01-2014.

\_\_\_\_\_. “*Vivendo no veneno*”: *narrativas contadas por jovens sobre homicídios em Santa Catarina*”. In: RIFIOTIS, Theophilos; VIEIRA, Danielli (orgs.). **Um olhar antropológico sobre violência e justiça**: etnografias, ensaios e estudos de narrativas. Florianópolis: Ed.da UFSC, 2012.

VICENTIN, Maria Cristina G. **A vida em rebelião**: jovens em conflito com a lei. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *O nativo relativo*. In: **Mana** 8(1),113-148, 2002a.

\_\_\_\_\_. *Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena*. In: \_\_\_\_\_. **A inconstância da alma selvagem** – e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2002b.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a Revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **Condomínio do Diabo**: as classes populares urbanas e a lógica do ferro e do fumo. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

\_\_\_\_\_. *Violência e Crime. O que ler na Ciência Social brasileira*. Antropologia (1970-1995). São Paulo; Brasília: Sumaré; CAPES, 1999.

WACQUANT, Loïc. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Homicídios e juventude no Brasil*. In: **Mapa da Violência 2013**. . Rio de Janeiro. CEBELA. FLACSO Brasil, 2013. Disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013\\_homicidios\\_juventude.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf)>. Acesso em: 26-11-2013.

WHITE, Hayden. *The Value of Narrativity in the Representation of Reality*. In: MITCHELL, William John Thomas. (org.). **On Narrative**. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

WIEVIORKA, Michel. **La violence**. Paris: Hachette Littératures, 2005.



## ANEXOS

- A. Termo de Consentimento Informado entregue às instituições.
- B. Perfil dos Adolescentes em conflito com a lei de SC e Projeto do novo Centro de Atendimento Socioeducativo (Fonte: Diário Catarinense)
- C. Letras de músicas (*raps e funks*)
- D. CODE OF THUG LIFE (Tupac Shakur) e tradução

## ANEXO A

### TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO ESCLARECIMENTO DA PESQUISA

Pesquisadora: Danielli Vieira                      danivieira84@hotmail.com  
 INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Santa Catarina  
 Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social  
 Orientador: Theophilos Rifiotis

**Título do Projeto de Pesquisa de tese:** “*Foi desde moleque já nesse caminho...*”. Trajetórias de jovens “*no crime*”: violências e regimes de subjetivação

**Resumo:** Trata-se de pensar a relação entre experiências no “caminho do crime” e processos de subjetivação entre jovens. Para isso, entrarei em contato com jovens que foram (ou que ainda são) protagonistas em situações de violência e que estão cumprindo medidas socioeducativas. O acesso às atribuições de sentido dos interlocutores em relação às suas vivências se dará por meio da experiência da pesquisa de campo e da escuta de narrativas pessoais.

#### PROCEDIMENTOS ÉTICOS

- Tod@s @s entrevistad@s serão previamente informados a respeito da identidade da pesquisadora e dos objetivos da pesquisa e interlocução

- A pesquisadora se compromete a resguardar as identidades d@s entrevistad@s tendo em vista o caráter delicado da pesquisa em questão (nenhum dado que remeta a identidade dos sujeitos será publicado, de forma a proteger a integridade física/moral dos sujeitos bem como garantir a não utilização de tais narrativas para outros fins que não os estritamente ligados aos objetivos da pesquisa)

- As conversas/entrevistas serão gravadas com a devida permissão de cada entrevistad@. Tais gravações serão apagadas após sua transcrição

- @s entrevistados não assinarão este documento, de forma a proteger suas identidades. Seu consentimento será oferecido oralmente e diretamente à pesquisadora. A instituição responsável pel@s jovens fará a mediação do processo de entrevista e assinará este documento como forma de testemunho da idoneidade da pesquisa e pesquisadora.

---

Danielli Vieira. Pesquisadora

### **CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Declaro que li as informações do **TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO** sobre a pesquisa, que me sinto esclarecid@ sobre o conteúdo da mesma, assim como a respeito dos procedimentos éticos.

---

Coordenação da Instituição

## ANEXO B

## Perfil dos Adolescentes em conflito com a lei de SC e Projeto do novo Centro de Atendimento Socioeducativo (Fonte: Diário Catarinense)

### Perfil do adolescente a ser atendido

#### EM CONFLITO COM A LEI

##### Como se define?

São considerados adolescentes em conflito com a lei pessoas de 12 a 17 anos de idade que cometeram atos infracionais – de pequenos furtos a delitos graves, como homicídios.

##### Ao que eles estão sujeitos?

As medidas socioeducativas variam de uma advertência à internação, levando em conta a gravidade e a capacidade do infrator em cumprir as medidas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade.

##### Quem é o adolescente infrator em Santa Catarina que cumpre medida de internação?

A maioria é de rapazes de 16 e 17 anos.

##### Quanto a adolescentes cumprem medida de internação no Estado?

Em 2011, 1.118 cumpriam medidas em 21 unidades. Apenas 70 eram do sexo feminino.

##### Qual é o grau de escolarização?

Em 2005, muitos se declaravam analfabetos ou cursando apenas as primeiras séries. Hoje, 66% de 5ª a 9ª séries, e alguns, ensino médio.

##### Quais são os tipos mais comuns e as motivações para os atos infracionais?

###### Região Oeste

**Tipo** – Atos contra a vida

**Motivação** – Defesa da honra

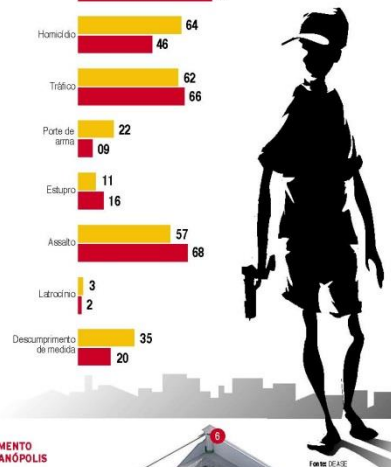
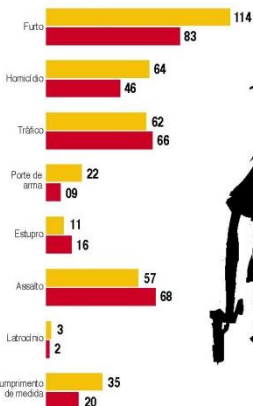
**Regiões Norte e Litoral**

**Tipo** – Atos contra a vida e patrimônio alheio

**Motivação** – Necessidade de consumo, com alta prevalência de uso de drogas.

#### QUAIS OS ATOS INFRACIONAIS MAIS PRATICADOS?

2010 2011



#### DEPENDÊNCIA QUÍMICA É PRATICAMENTE UMA REGRA

De acordo com um perfil traçado pelo Departamento de Administração Socioeducativo (Dease), o ato infracional mais praticado no ano passado foi furto. Apesar de o Dease cercar de dados que comprovem a alta relação com a dependência química, a estimativa é de que ela atinja 98% dos adolescentes infratores. Para tratá-los, existem convênios com oito espaços terapêuticos. São 104 vagas convencionadas.

Certo dado revela que aumentou o grau de escolaridade dos internos, assim como as "justificativas" para a prática de atos infracionais contra a vida: no Oeste do Estado, agressões e tentativas de homicídios têm como motivação a defesa da honra. No Litoral, as mesmas práticas estão mais relacionadas ao desejo de consumo de bens materiais.

#### ESPERANÇA DE MUDANÇA COM O NOVO ESPAÇO EM SÃO JOSÉ

A obra do Centro de Atendimento Socioeducativo da Grande Florianópolis está em fase de finalização. O cada um R\$ 12 milhões, será feita com recursos em parceria do governo do Estado e da Secretaria dos Direitos Humanos.

Serão 70 vagas para internações dos adolescentes sentenciados e 20 para internos provisórios. Receberá apenas adolescentes do sexo masculino, quase que a totalidade da demanda na região.

O modelo segue recomendações do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinas) e se assemelha a unidades do Paraná e do Minas Gerais. Contempla escola, biblioteca, teatro de arena, centro esportivo, ginásio esportivo e quadras. Os alojamentos ficam no entorno das demais prédios, havendo também espaço para convivência.

A construção leva em conta maior segurança também para as mães, que no antigo prédio ficaram expostas ao sol e à chuva. Como o centro, que deverá ficar pronto ano que vem, o Estado passará a ter 26 unidades de internação.

Em Joinville, a obra do novo centro será entregue em agosto. Depois de colocados os equipamentos, a expectativa é de que esteja em funcionamento até o final deste ano. A capacidade do sistema é de 415 vagas, incluindo internação, internação provisória e semiliberdade. Nas unidades de Lages e Chapéu, 49 adolescentes infratores estão sentenciados.

#### COMO VAI SER O CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS



## ANEXO C

**Letras das músicas** (*raps, funks*)**Vida Loka (Parte 1)** *Racionais Mc's*

<http://www.vagalume.com.br/racionais-mcs/vida-loka-parte-1.html#ixzz2lf9bQk8>

Fé em Deus que ele é justo  
Ei irmão nunca se esqueça, na guarda, guerreiro  
Levanta a cabeça truta, onde estiver seja lá como  
For, tenha fé porque até no lixão nasce flor

Ore por nós pastor, lembra da gente no culto dessa  
Noite, firmão segue quenteAdmiro os crente, da licença aquiMó função,  
mó tabela, pow, desculpa ai

Eu me, sinto às vezes meio pá, inseguro  
Que nem um vira-lata sem fé no futuro  
Vem alguém lá, quem é quem, quem sera meu bom  
Dá meu brinquedo de furar moletom

Porque os bico que me vê com os truta na balada  
Tenta ver, que saber de mim não vê nada  
Porque a confiança é uma mulher ingrata  
Que te beija, e te abraça, te rouba e te mata  
Desacreditar, nem pensa, só naquela  
Se uma mosca ameaça me cata piso nela

O bico deu mó guela, ró  
Bico e bandidão vão em casa na missão  
Me tromba na cohab  
De camisa larga, vai sabe Deus que sabe  
Qual é a maldade comigo inimigo num mique  
Tocou a campanha plin, pá trama meu fim, dois maluco  
Armado sim, um isqueiro e um stopim  
Pronto pra chamar minha preta pra falar  
Que eu comi a mina dele, rá, se ela tava lá  
Vadia, mentirosa, nunca vi tão mó faia  
Espírito do mal  
Cão de buceta e saia

Talarico nunca fui, é o seguinte  
 Ando certo pelo certo, como 10 e 10 é 20  
 Já penso doido, e se eu tô com o meu filho no sofá  
 De vacilo desarmado era aquilo  
 Sem culpa, sem chance, nem pra abri a boca  
 Ia nessa sem sabe  
 (pô cê vê) vida loka

Mais na rua num é não, até jack  
 Tem quem passa um pano  
 Impostor pé de breque, passa pro malandro  
 A inveja existe, e a cada 10, 5 é na maldade  
 A mãe dos pecado capital é a vaidade

Mais se é para resolver, se envolver, vai meu nome  
 Eu vou fazer o que, se a cadeia é pra homem  
 Malandrão eu, não, ninguém é bobo  
 Se quer guerra terá  
 Se quer paz, quero em dobro  
 Mais verme é verme, é o que é  
 Rastejando no chão, sempre embaixo do pé  
 E fala 1, 2 vez, se marcar até 3  
 Na 4ª xeque-mate, que nem no xadrez

Eu sou guerreiro do rap  
 E sempre em alta voltagem  
 Um por um, Deus por nós, tô aqui de passagem  
 Vida loka  
 Eu não tenho dom pra vitima  
 Justiça e liberdade, a causa é legitima  
 Meu rap faz o cântico do lokos e dos românticos  
 Vo por o sorriso de criança, onde for  
 Os parceiros tenho a oferece minha presença  
 Talvez até confusa, mais real e intensa

Meu melhor marvin gaye, sabadão na marginal  
 O que será, será, é nós vamo até o final  
 Liga eu, liga nós, onde preciso for  
 No paraíso ou no dia do júízo pastor  
 E liga eu, e os irmão

É o ponto que eu peço, favela, fundão  
 Imortal nos meus versos  
 Vida loka

**Vida Loka (Parte 2) Racionais Mc's** <http://letras.mus.br/racionais-mcs/64917/>

Firmeza total, mais um ano se passando  
 Graças a Deus a gente tá com saúde aí moro?  
 Muita coletividade na quebrada, dinheiro no bolso  
 Sem miséria, e é nósis...  
 Vamos brindar o dia de hoje  
 Que o amanhã só pertence a Deus, a vida é loka.  
 Deixa eu fala, pocê,  
 Tudo, tudo, tudo vai, tudo é fase irmão,  
 Logo mais vamo arrebentar no mundão,  
 De cordão de elite, 18 quilates,  
 Poê no pulso, logo Breitling,  
 Que tal? tá bom?  
 De lupa Bausch & Lomb, bombeta branco e vinho,  
 Champagne para o ar, que é pra abrir nossos caminhos,  
 Pobre é o diabo, eu odeio a ostentação,  
 Pode rir, ri mais não desacredita não.  
 É só questão de tempo, o fim do sofrimento,  
 Um brinde pros guerreiro, zé polvinho eu lamento,  
 Vermes que só faz peso na terra.  
 Tira o zóio.  
 Tira o zóio, vê se me erra,  
 Eu durmo pronto pra guerra,  
 E eu não era assim, eu tenho ódio,  
 E sei que é mau pra mim,  
 Fazer o que se é assim,  
 Vida loka cabulosa,  
 O cheiro é de pólvora,  
 E eu prefiro rosas.  
 E eu que...e eu que...  
 Sempre quiz com um lugar,  
 Gramado e limpo, assim, verde como o mar,  
 Cercas brancas, uma seringueira com balança,  
 Disbicando pipa, cercado de criança...  
 How...how Brown  
 Acorda sangue bom,

Aqui é capão redondo, tru  
Não pokemon,  
Zona sul é o invés, é stress concentrado,  
Um coração ferido, por metro quadrado...  
Quanto, mais tempo eu vou resistir,  
Pior que eu já vi meu lado bom na U.T.I,  
Meu anjo do perdão foi bom,  
Mas tá fraco,  
Culpa dos imundo, do espírito opaco.  
Eu queria ter, pra testar e vê,  
Um malote, com glória, fama,  
Embrulhado em pacote,  
Se é isso que cêis quer,  
Vem pegar.  
Jogar num rio de merda e ver vários pular,  
Dinheiro é foda,  
Na mão de favelado, é mó guela,  
Na crise, vários pedra, 90 esfarela.  
Eu vou jogar pra ganha,  
O meu money, vai e vem,  
Porém, quem tem, tem,  
Não cresço o zóio em ninguém,  
O que tiver que ser,  
Será meu,  
Tá escrito nas estrelas,  
Vai reclamar com Deus.  
Imagina nós de Audi,  
Ou de citröen,  
Indo aqui, indo ali,  
Só pam,  
De vai e vem,  
No Capão, no Apurá, vô colar,  
Na pedreira do São Bento,  
Na fundão, no pião,  
Sexta-feira.  
De teto solar,  
O luar representa,  
Ouvindo Cassiano,  
Ha.  
Os gambé não güenta.  
Mais se não der,

Nêgo,  
O que é que tem,  
O importante é nós aqui,  
Junto ano que vem,  
O caminho,  
Da felicidade ainda existe,  
É uma trilha estreita,  
Em meio a selva triste.  
Quanto cê paga,  
Pra vê sua mãe agora,  
E nunca mais ver seu pivete,  
Ir embora,  
Dá a casa, dá o carro,  
Uma glock, e uma fal,  
Sobe cego de joelho, Mil e cem degraus.  
Quente é mil grau,  
O que o guerreiro diz,  
O promotor é só um homem,  
Deus é o juiz.  
Enquanto Zé Polvinho,  
Apedrejava a cruz,  
E o canalha, fardado,  
Cuspiu em Jesus.  
Oh...  
Aos 45 do segundo arrependido,  
Salvo e perdoado,  
É Dimas o bandido.  
É loko o bagulho,  
Arrepia na hora  
Oh  
Dimas, primeiro vida loka da história.  
Eu digo.  
Glória...glória...  
Sei que Deus tá aqui.  
E só quem é,  
Só quem é vai sentir.  
E meus guerreiro de fé,  
Quero ouvir....quero ouvir...  
E meus guerreiro de fé,  
Quero ouvir...irmão...  
Programado pra morrer nós é,



Certo é...certo...é crê no que der...  
Firmeza  
Não é questão de luxo,  
Não é questão de cor,  
É questão que fatura,  
Alega o sofredor.  
Não é questão de preza, nêgo  
A idéia é essa,  
Miséria, traz tristeza, e vice-versa,  
Inconscientemente,  
Vem na minha mente inteira,  
a loja de tênis,  
O olhar do parceiro feliz,  
De poder comprar,  
O azul, o vermelho,  
O balcão, o espelho,  
O estoque, a modelo.  
Não importa,  
Dinheiro é puta,  
E abre as portas,  
monte o castelo de areia quem quiser.  
Preto e dinheiro,  
São palavras rivais,  
É, Então mostra pra esses cú,  
Como é que faz.  
O seu enterro foi dramático,  
Como um blues antigo,  
Mas tinha estilo,  
Me perdoe, de bandido.  
Tempo pra pensar,  
Quer parar,  
Que cê qué?  
Viver pouco como um rei,  
Ou muito, como um Zé?  
Às vezes eu acho,  
Que todo preto como eu,  
Só quer um terreno no mato,  
Só seu.  
Sem luxo, descalço, nadar num riacho,  
Sem fome,  
Pegando as fruta no cacho.

Aí truta, é o que eu acho,  
 Quero também,  
 Mas em São Paulo,  
 Deus é uma nota de 100,  
 Vidaloka!!!

"Porque o guerreiro de fé nunca gela,  
 Não agrada o injusto, e não amarela,  
 O Rei dos reis, foi traído, e sangrou nessa terra,  
 Mas morrer como um homem é o prêmio da guerra,  
 Mas Óh,  
 Conforme for, se precisa, afoga no próprio sangue, assim será,  
 Nosso espírito é imortal, sangue do meu sangue,  
 Entre o corte da espada e o perfume da rosa,  
 Sem menção honrosa, sem massagem."  
 A vida é loka nêgo,  
 E nela eu tô de passagem.  
 À Dimas o primeiro.  
 Saúde guerreiro!  
 Dimas... Dimas... Dimas...

**Como É Bom Ser Vida Loka** *Mc Rodolfinho*

<http://letras.mus.br/mc-rodolfinho/como-e-bom-ser-vida-loka/>

É o som do mc Rodolfinho  
 Mas eu desta vez não to sozinho,  
 To com Kondzilla e com meu mano dj Nino.  
 Pra todos vida loca.  
 Bolso esquerdo só tem peixe,  
 O direito ta cheio de onça,  
 Ai meu deus como é bom ser vida loka.  
 De carrão, de motona,  
 O bagulho te impressiona,  
 Ela brisa, ela olha, ela pisca, ela chora,  
 Só pra andar de navona,  
 Ai meu deus como é bom ser vida loka.  
 Traz bebida pras gatona,  
 Deixa elas malucona,  
 Camarote, areá vip, baladinha mostra,  
 Ai meu deus como é bom ser vida loka.  
 Final de semana, só aventura,

Fluxo também, se tem balada,  
Casa lotada, se prepara que hoje tem.  
E nós sai de casa pesadão,  
Apavorando de carro zero,  
Bate o contato com a ix35,  
Acelera o camaro amarelo.  
Tamo de griffe, de área vip,  
Envolvido na situação,  
Novo mizuno, boné da quik,  
E as ice thug tampando a visão.  
É o som do menor rodolfinho,  
Estremecendo os coração dos fã,  
O progresso de hoje,  
É a garantia de amanhã.  
Relógio rolex, double x,  
Ed hardy a firma é forte,  
Chego no shopping,  
Ei gerente,  
Quero sair daqui todo de Oakley.  
Saca o malote, joga na mesa,  
Que diferença que faz uma grana,  
Tá ligado, ai balconista,  
Quanto que custa você na minha cama.  
Vem não tem tempo ruim,  
Disposição ta exalando,  
Bate no radio, to disponível,  
É só falar qual é o plano.  
Pé no chão, consciente,  
Na melhor hora nós ataca,  
Imbicamo na agência,  
E saímos de veloster sem placa.  
Cordão de ouro no pescoço,  
Ferrari dos novo nas cintura,  
Qual que é o corre do menino,  
É o que os bico se pergunta.  
Se que saber eu vou dizer,  
Joga lá no youtube,  
Aproveita me faz um favor,  
Compartilha esse vídeo,  
Lá no Facebook.  
Nóis ta pesado, mesmo sim,

Não vou negar para você,  
 Põe as partichola,  
 As cachorra adora,  
 E a concorrência quer morrer.  
 E quando o bonde passa  
 Chama atenção das mais top da vila,  
 Ela olhou, disfarçou,  
 Mas depois comentou com as amigas.  
 Comentou tipo assim,  
 Esse menino ai eu caso,  
 Ele tem dinheiro, ele é ligeiro,  
 Não anda de a pé, só de moto, ou de carro.  
 E se as amiga pergunta,  
 Esse menor onde se conheceu,  
 Fala pra elas colar na quebrada,  
 Que os moleque é a mesma fita que eu.  
 Nossa senhora, ave maria,  
 Eu vou tocar o putero,  
 Fica a vontade na limousine,  
 Que eu vou fazer chuva de dinheiro.  
 Jogo a de 5, jogo a de 10,  
 Jogo a de 20, jogo as onça,  
 Ai meu deus como é bom ser vida loca.  
 Ai meu deus como é bom ser vida loca.

**Vida Loka Também Ama** *Mc Pekenó*

<http://letras.mus.br/mc-pekeno/1598680/>

Ôh sá palavra é certa e você ta ligado  
 Pode acredita com nós é sem exclama  
 Tamos tudo junto e sempre lado a lado  
 Nós é vida loka mais nois também ama.  
 Que DEUS ilumine todo mundo agora  
 Quebra o cadeado e faça o povo rir  
 Com Tua palavra manda o mal embora  
 Liberdade já que eu vou cantando assim.  
 (Refrão)  
 Amar é poder compartilhar os sentimentos  
 É saber fazer feliz quem está do seu lado  
 Dando a volta por cima dos maus momentos  
 Saber perdoar sem lembrar do passado.

Fiz essa bela letra em um dia triste  
 Quem é vida loka se identificou  
 Viu que mesmo quando a vida ta difícil  
 Nós ainda sabemos fala de amor  
 Sei que nada dura pela a vida inteira  
 A não ser aquele olhar de esperança  
 Não me apego a nada eu não marco bobeira  
 Acredito só no riso das crianças.

**Meu Estilo de Vida É Foda** *Menor do Chapa*

<http://www.vagalume.com.br/menor-do-chapa/meu-estilo-de-vida-e-foda.html#ixzz2FWNHJ0rc>

Eu sou patrão não funcionário  
 Meu estilo de vida é foda  
 Só pego as melhores e ando sempre na moda  
 Bacana eu tiro é onda, olha olha olha só  
 O baile o baile do Andara no Rio é o melhor

A nossa roupa é da Ed Hardy, Rio Local ou da Armani  
 O bonde tem um Audi um Veloster e um Megane  
 Eu tô portando a Captiva com som de duzentos mil  
 Estilo panicat me deu mole quando viu  
 Elas tão doida, tão louca,  
 Olhas só como elas curte  
 Whisky, Big Apple, Red Bull e Absolut (2x)Repete

**Apologia** *Mc Daleste*

<http://letras.mus.br/mc-daleste/1655703/>

Matar os policia é a nossa meta  
 Fala pra nois quem é o poder  
 Mente criminosa coração bandido  
 Sou fruto de guerras e rebeliões  
 Comecei menor ja no 157 hoje meu  
 Vicio e roubar profissão perigo  
 Especialista formado na faculdade criminosa  
 Armamento pesado ataque sovietico e que esse  
 É o bonde do mk porque quem manda aqui  
 É o 1 p e 2 c fala pra nois que e o poder  
 Se tu quer ouvir apologia eu te apresento nosso  
 Arsenal ataque só na glock , g3 , mini-use

762 fundador parafal , a r15, A.R baby, magno macs , fuzil  
 Olandes , mp5 762 semi automatica m16 a colt  
 190 galac torrents , meiota e 50 especialista  
 Em assaltos bancarios formado na faculdade criminosa  
 Sub use , aim check , flatclonos ponto 40 tipo guerrilha  
 Sao paulo sp a grande capital e toda nossa meu nome você  
 Quer saber pra me denunciar pros verme da ... quer me  
 Rastrear e toma la daca bate de frente faz sua parte  
 E nois que soma e nois que ta forma de expressão pra mim  
 Nao interessa tamo abraçado na mesma missão matar os policia  
 É a nossa meta se tu quer ouvir apologia eu te apresento  
 Nosso arsenal (ham) esse é o kit do mal  
 Fala pra nois quem é o poder matar os policia e a nossa meta  
 Fala pra nois quem é o poder  
 Mente criminosa coração bandido  
 Sou fruto de guerras e rebeliões  
 Comecei menor ja no 157 hoje meu  
 Vicio e roubar profissão perigo  
 Especialista formado na faculdade criminosa  
 Armamento pesado ataque sovietico e que esse  
 É o bonde do mk porque quem manda aqui  
 É o 1 p e 2 c fala pra nois que e o poder  
 Fala pra nois quem é o poder (2x)  
 Se tu quer ouvir apologia eu te apresento nosso  
 Arsenal ataque só na glock , g3 , mini-use  
 762 fundador parafal , a r15, A.R baby, magno macs , fuzil  
 Olandes, mp5 762 semi automatica m16 a colt  
 190 galac torrents , meiota e 50 especialista  
 Em assaltos bancarios formado na faculdade criminosa  
 Sub use , aim check , flatclonos ponto 40 tipo guerrilha  
 Sao paulo sp a grande capital e toda nossa meu nome você  
 Quer saber pra me denunciar pros verme da ... quer me  
 Rastrear e toma la daca bate de frente faz sua parte  
 E nois que soma e nois que ta forma de expressão pra mim  
 Nao interessa tamo abraçado na mesma missão matar os policia  
 É a nossa meta se tu quer ouvir apologia eu te apresento  
 Nosso arsenal (ham) esse é o kit do mal  
 Se tentar tu sai furado !

**Os Garoto Maroto Mc Kelvinho** (part. Dimenor Dr)

<http://letras.mus.br/mc-kelvinho/1978839/>

Tu só viu o vulto e esculto  
 O ronco da nave que passou do seu lado,  
 Chamada camaro as bandida já vê elas falam :  
 Com esse moleque eu caso.

A garagem parece concessionária,  
 As nave aterrissada ao nosso dispor,  
 Bandida quer me dar me liga,  
 É só chamar o radio, bate que eu vou.  
 Banca fechada quadrilha formada,  
 Pra folgar melhor que nós não tem,  
 De fire blade bolada, hornet brecada,  
 R1,1100.

Que mulher que resiste,  
 E só bandido chique elas enlouquece,  
 Mas no meu carro tem regras severas,  
 Bandida ou da ou desce.

Fala pra mim,  
 Que não quer viver sem trabalhar  
 E na ostentação, comer varias bandida,  
 Registrada na firma, nós ta tipo cafetão.  
 Forgar, contar, gozar, gastar,  
 Ferias nós ta em fernando de noronha,  
 Só bebendo whisky com a gata do lado  
 E fumando maconha.

Tu ganho de longe que o bonde chegou,  
 As novinha avistou viu que nós é o torro  
 Tu viu quem passou, os garoto maroto,  
 Carteira assinada, semi registrada,  
 Caçadores de tesouro.

Tu viu quem passou, os garoto maroto  
 Tu viu quem passou, os garoto maroto,  
 Os garoto maroto, os garoto maroto.  
 De carro do ano com o alto falante tocando,  
 Onde chega incomoda,  
 Se o motor da nave for um instrumento  
 Então deixa com nós que o bonde toca.  
 Nós ta passando feito um foguete,  
 Pilotando um golf dos novo,  
 As piranha simpatizantes  
 Ta com o sorriso estampado no rosto.

No engate tem uma R6,  
 Montado com a madame na traseira,  
 Na favela ascende a vela,  
 No pão com a loira que hoje foi eleita.  
 Na turminha das donzelas,  
 Nosso nome é o mais ambicionado,  
 Se quer um role anota o id,  
 Nós ta disponível é só chamar no radio.  
 Quer saber o que eu faço,  
 Quer estudar o nosso jeito de ser,  
 Mulher o que tu quiser tu vai ter,  
 Nosso mundo é inconfudível de entender.  
 Um brinde ao patrocínio,  
 Que nos trouxe a gravidade,  
 Ninfeta mais linda com as top de linha,  
 É só putaria e felicidade.  
 E as bandida avisto,  
 Confirmo de perto que nós é o torro,  
 Tu viu quem passou, os garoto maroto,  
 Carteira assinada, semi registrada  
 Caçadores de tesouro.

### **Vem Pode Chamar Que Ela Vem**

*Nego Blue*

<http://www.vagalumeletras.net/letra/nego-blue/1998992/>

Vem, vem, vem, vem, vem ...  
 Pode chamar que ela vem,  
 Vem, vem, vem, vem, vem ...  
 Pode chamar que ela vem  
 De captiva ou de citroën, de hornet ou de mil e cem  
 Vem, tem de galo também tem de cem  
 E a dama de vermelho também  
 É que hoje eu não sou de ninguém, eu não sou de ninguém  
 Vem, pode chamar que ela vem  
 De captiva ou de citroën, de hornet ou de mil e cem  
 Vem, tem de galo também tem de cem  
 E a damat vermelho também  
 É que hoje eu não sou de ninguém, eu não sou de ninguém  
 Ih chegou final de semana  
 Tem que andar chique e bacana



Tô pesadão de lacoste e de dolce gabbana  
 Vamo santos ou Copacabana  
 Mais não se preocupa com a grana  
 Porque o pitstop da noite vai ser na minha cama  
 Ser bonito e ser elegante  
 Ouro, prata e diamante  
 Tô de nave no razante eu vou mais a diante  
 Ih, nós tem fiel tem amante  
 E a briga das duas é constante  
 A fiel bate no peito diz que se garante  
 Ih, o lema é se adiantar conta várias de cem  
 Fazendo elas gama  
 A novinha tá na minha mira não vai escapa  
 Vem, pode chamar que ela vem  
 De captiva ou de citroën de hornet ou de mil e cem  
 Vem, tem de galo também tem de cem  
 E a dama de vermelho também  
 É que hoje eu não sou de ninguém, eu não sou de ninguém  
 Ih, pode preparar os kit  
 Que hoje à noite é sem limite  
 A balada começa com uísque e termina em suíte  
 De armani, ferrari metendo mó mala  
 Olha o bonde reunido só os parceiros e os amigos  
 Sou inácio monteiro coração valente onde só tem moleque  
 Chapa quente se liga nesse refrão e canta com a gente  
 Vem, pode chamar que ela vem  
 De captiva ou de citroën, de hornet ou de mil e cem  
 Vem, tem de galo também tem de cem  
 E a dama de vermelho também  
 É que hoje eu não sou de ninguém, eu não sou de ninguém  
 Vem, pode chamar que ela vem  
 De capitiva ou de citroën, de hornet ou de mil e cem  
 Vem, tem de galo também tem de cem  
 E a dama de vermelho também  
 É que hoje eu não sou de ninguém, eu não sou de ninguém

**Mina de vermelho** *Mc Daleste*

<http://www.vagalume.com.br/mc-daleste/quem-e.html#ixzz2FWTjwl7T>

Quem é essa menina de vermelho?  
 Eu vim pro baile só pra ver Ela...!,

Rebolando até o chão.  
 Usa dolce gabbana, Grife cara  
 Ela tem grana pra gasta, Ela...!  
 também usa Louis Vuitton.  
 Quem é essa menina de vermelho?  
 Eu vim pro baile só pra ver Ela...!,  
 Rebolando até o chão.  
 Usa dolce gabbana Kit caro  
 Ela tem grana pra gasta,Ela!  
 também usa louis vuitton.  
 Ela Gosta de Praia, gosta de balada.  
 Principalmente de gastar dinheiro.  
 Vai pro guaruja,hotel beira-mar.  
 Copacabana,Rio de Janeiro.  
 Elas tem um cartão sem limite  
 Compra chandon e forga de camaro  
 Põe a sandália da dior, Que eu me amarro.

Ela mete mala de grife portada,  
 Perfume Two one Two  
 Unha desenhada ela é top de linha

Esbanja elegancia ela é glamour.

Achoo que eu tô ficando louco  
 Ela tá olhando pra mim  
 Se tiver solteira vem que vem  
 Que eu garanto que tu vai ser Feliz,  
 Sente o ronco da r1...  
 Não tô querendo me mostrar,  
 Mas sabe como é, se tô apé quem vai olhar?  
 Quem é essa menina de vermelho?  
 Eu vim pro baile só pra ver Ela...!,  
 Rebolando até o chão.  
 Usa dolce gabbana Kit caro  
 Ela tem grana pra gasta,Ela...!  
 também usa louis vuitton.(3x  
 Quem é essa menina de vermelho?  
 Eu vim pro baile só pra ver Ela...!,  
 Rebolando até o chão.  
 Usa dolce gabbana, Grife cara

Ela tem grana pra gasta, Ela...!  
também usa Louis Vuitton.  
Quem é essa menina de vermelho?  
Eu vim pro baile só pra ver Ela...!,  
Rebolando até o chão.  
Usa dolce gabbana Kit caro  
Ela tem grana pra gasta,Ela!  
também usa louis vuitton.  
Ela Gosta de Praia, gosta de balada.  
Principalmente de gastar dinheiro.  
Vai pro guaruja,hotel beira-mar.  
Copacabana,Rio de Janeiro.  
Elas tem um cartão sem limite  
Compra chandon e forga de camaro  
Põe a sandália da dior, Que eu me amarro.  
Ela mete mala de grife portada,  
Perfume Two and Two  
Unha desenhada ela é top de linha  
Esbanja elegancia ela é glamour.  
Achoo que eu tô ficando louco  
Ela tá olhando pra mim  
Se tiver solteira vem que vem  
Que eu garanto que tu vai ser Feliz,  
Sente o ronco da r1...  
Não tô querendo me mostrar,  
Mas sabe como é, se tô apé quem vai olhar?  
Quem é essa menina de vermelho?  
Eu vim pro baile só pra ver Ela...!,  
Rebolando até o chão.  
Usa dolce gabbana Kit caro  
Ela tem grana pra gasta,Ela!  
também usa louis vuitton

## ANEXO D

**CODE OF THUG LIFE**

(<http://www.thuglifearmy.com/code-of-thug-life.html>)

"I didn't create T.H.U.G. L.I.F.E., I diagnosed it." – Tupac Shakur.

In 1992 at the 'Truc Picnic' in Cali, Tupac was instrumental in getting rival members of the Crips and Bloods to sign the Code Of THUG LIFE.

He and Mutulu Shakur had helped write up the 'code' , with help from other 'og's'.

The Code of THUG LIFE is listed here.It details do's and don'ts for being a righteous thug and banger.

## Code OF THUG LIFE:

1. All new Jacks to the game must know: a) He's going to get rich. b) He's going to jail. c) He's going to die.
2. Crew Leaders: You are responsible for legal/financial payment commitments to crew members; your word must be your bond.
3. One crew's rat is every crew's rat. Rats are now like a disease; sooner or later we all get it; and they should too.
4. Crew leader and posse should select a diplomat, and should work ways to settle disputes. In unity, there is strength!
5. Car jacking in our Hood is against the Code.
6. Slinging to children is against the Code.
7. Having children slinging is against the Code.
8. No slinging in schools.
9. Since the rat Nicky Barnes opened his mouth; ratting has become accepted by some. We're not having it.
10. Snitches is outta here.
11. The Boys in Blue don't run nothing; we do. Control the Hood, and make it safe for squares.
12. No slinging to pregnant Sisters. That's baby killing; that's genocide!
13. Know your target, who's the real enemy.
14. Civilians are not a target and should be spared.
15. Harm to children will not be forgiven.
16. Attacking someone's home where their family is known to reside, must be altered or checked.

17. Senseless brutality and rape must stop.
18. Our old folks must not be abused.
19. Respect our Sisters. Respect our Brothers.
20. Sisters in the Life must be respected if they respect themselves.
21. Military disputes concerning business areas within the community must be handled professionally and not on the block.
22. No shooting at parties.
23. Concerts and parties are neutral territories; no shooting!
24. Know the Code; it's for everyone.
25. Be a real ruff neck. Be down with the code of the Thug Life.
26. Protect yourself at all times..

Some other Interpretations:

Thug Life means - The Hate U Gave Lil" Infants Fucks Everyone.

NIGGA means - Never Ignorant Getting Goals Accomplished.

OUTLAW stands for "Operating Under Thug Laws As Warriors"

MOB stands for Member Of Bloods and /or Money Over Bitches

### **CÓDIGO THUG LIFE**

<http://pacbrasil.blogspot.com.br/2012/12/codigo-thug-life.html#.UoEuVnC-pBE>

"Eu não criei a T.H.U.G. L.I.F.E., eu a diagnostiquei" - Tupac Shakur

Em 1992, no "Truc Picnic", em Cali, Tupac foi um dos responsáveis por membros dos Crips e dos Bloods assinarem o código da Thug Life. Ele e Mutulu Shakur escreveram o código com a ajuda de outros gangstas. A escritura era uma espécie de código de ética entre os membros de gangues. Confira abaixo:

1) Os mais novos nesse jogo precisam saber: a) Ele ficará rico. b) Ele irá pra cadeia. c) Ele irá morrer.

2) Líderes de gangue: Você é o responsável pelo pagamento dos outros membros. Sua palavra deve ser como um contrato.

3) Um rato em sua gangue será um rato em todas. Ratos são como uma doença, cedo ou tarde iremos pegá-la.

4) O líder de uma gangue deve escolher um diplomata, e descobrir meios de resolver disputas. A união faz a força!

- 5) Roubar carros em nossa área é contra o código.
- 6) Traficar para crianças é contra o código.
- 7) Fazer crianças traficarem é contra o código.
- 8) Sem tráfico nas escolas.
- 9) Desde que o rato "Nicky Barnes" abriu a boca, caguetar os irmãos virou uma prática comum para muitos. Não para nós.
- 10) Caguetas fiquem longe daqui.
- 11) Os garotos de azul (polícia) não controlam nada, nós sim. Controle a área e a deixe segura.
- 12) Não trafique para mulheres grávidas. Você estará matando um bebê. Isso é genocídio.
- 13) Conheça seu alvo, quem realmente é seu inimigo.
- 14) Civis não são um alvo, logo, devem ser poupados.
- 15) Lesões em crianças não serão perdoadas.
- 16) Atacar alguém que vive com a família não é permitido.
- 17) Brutalidade sem sentido e estupro deve acabar.
- 18) Nossos irmãos mais velhos não podem sofrer abuso.
- 19) Respeite nossas irmãs. Respeite nossos irmãos.
- 20) Mulheres da vida devem ser respeitadas, se elas se derem ao respeito.
- 21) Disputas militares a respeito de negócios dentro da comunidade devem ser tratadas com profissionalismo e fora da nossa própria área.
- 22) Sem tiroteios em festas.
- 23) Shows e festas são terreno neutro. Não atirem!
- 24) Conheça o código, ele é válido para todos.
- 25) Seja sagaz. Ande lado a lado com o código da Thug Life.
- 26) Proteja a você mesmo sempre.

Algumas outras interpretações:

Thug Life: "The Hate U Gave Lil' Infants Fucks Everyone" ( O ódio que você passa para as crianças f\*de com todo mundo.

NIGGA: Never Ignorant Getting Goals Accomplished (Nunca seja ignorante ao alcançar seus ideais.

OUTLAW: Operating Under Thug Laws As Warriors (Operando sobre as leis dos bandidos como guerreiros).

MOB: "Member Of Bloods" (Membro dos Bloods) ou "Money Over Bitches" (Dinheiro acima das vadias).